

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Laila Mayara Drebes

**SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: CONSTRUÇÕES DE
UM PROBLEMA SOCIAL**

Santa Maria, RS
2019

Laila Mayara Drebes

**SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: CONSTRUÇÕES DE UM
PROBLEMA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Bevilaqua Marin

Santa Maria, RS
2019

Drebes, Laila Mayara
Suicídio de fumicultores familiares: construções de um
problema social / Laila Mayara Drebes.- 2019.
239 p. ; 30 cm

Orientador: Joel Orlando Bevilaqua Marin
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2019

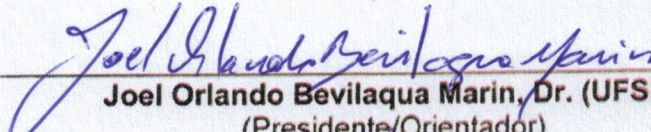
1. agricultura familiar 2. agroindústria fumageira 3.
campo 4. habitus 5. sofrimento social I. Bevilaqua
Marin, Joel Orlando II. Título.

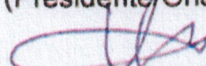
Laila Mayara Drebes

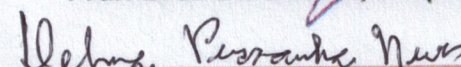
**SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: CONSTRUÇÕES DE UM
PROBLEMA SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Extensão Rural.

Aprovado em 04 de junho de 2019:


Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)


Yvan Droz Dit Busset, Dr. (IHEID) – Parecer


Delma Pessanha Neves, Dra. (UFF)


José Marcos Froehlich, Dr. (UFSM)


Maria Gatarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

Aos mestrandos e doutorandos suicidas, que padeceram pelas pressões pessoais e profissionais da pós-graduação no perturbador intento de produzir conhecimento científico, dedico pesarosamente, com empatia e respeito.

AGRADECIMENTOS

Diante dos diversos desafios vivenciados no decorrer dos anos dedicados à construção desta tese de doutorado referente ao suicídio de fumicultores familiares, encerrar este estudo sobre a morte converteu-se em uma maneira de reverenciar a vida. Dessa maneira, na conclusão deste árduo e extenso ciclo de instrução acadêmica, com grande alegria consagro meus mais sinceros agradecimentos:

- agradeço aos meus pais, Gilvane Hofstätter Drebes e Ernani Drebes, que vivenciaram comigo, constante e indistintamente, cada bônus e cada ônus deste doutoramento;

- agradeço aos meus avós, Neusa Hofstätter e Romeu Hofstätter, que sendo agricultores familiares teuto-brasileiros e possuindo entre seus ancestrais casos de suicídios, atuaram como a mais pura inspiração da minha tese;

- agradeço ao meu orientador de doutorado, Prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin, pelo auxílio e incentivo contínuos no enfrentamento dos variados desafios acadêmicos vivenciados no decorrer do doutoramento;

- agradeço ao meu orientador de doutorado sanduíche, Prof. Yvan Droz, por suas importantes contribuições científicas incorporadas neste estudo;

- agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com todos os seus docentes e discentes, por nortear meu processo de construção como pesquisadora no âmbito das ciências socioeconômicas rurais;

- agradeço ao *Institut de Hautes Études Internationales et du Développement* (IHEID), e mais especificamente aos docentes e discentes do *Département de Anthropologie et Sociologie* (ANSO), por propiciar-me importante aprofundamento sobre o tema de minha tese durante o doutorado sanduíche em Genebra, na Suíça;

- agradeço às famílias Arend e Raupp, por me receberem em suas casas nas minhas várias idas e vindas ao universo de análise durante a coleta de dados;

- agradeço aos entrevistados deste estudo, por me concederem suas narrativas sobre este tema tão delicado, constituindo as informações sustentadoras desta tese de doutorado;

- agradeço à Celi Hofstätter, Elaine Neuenfeldt e Ingrid Vogt, por constituírem uma verdadeira rede de solidariedade em meu auxílio durante os preparativos para a realização de meu doutorado sanduíche;

- agradeço à família Mungure, por ser minha família durante os meses de intercâmbio, oferecendo-me o conforto de sua casa e de seus corações;

- agradeço Alexandre Mendonça, Estela Bernardelli, Jorge Salton e Valkiria Corino, que acompanharam-me durante os anos de doutoramento e auxiliaram-me a vivenciá-lo de uma maneira mais saudável diante das dificuldades derivadas de um estudo sobre suicídio;

- agradeço aos amigos Nayara Pasqualotto, Tanny Bonher, Bernardo Silva, Isabel Silva, Hazael Almeida, Simone Didoné, Manuela Arend, Renata Hartmann, Nara Alves, Priscila Marchi, Amábile Boessio, Aline Barasuol, Vanderlene Rolim, Patrícia Oliveira, Letícia Chechi, Débora Bianchini e Thais Gonçalves, que foram fonte de constante vivacidade e inúmeras vezes restituíram meu ânimo;

- agradeço à Universidade Federal de Santa Maria *campus* Palmeira das Missões (UFSM/PM) e à Universidade do Estado de Santa Catarina *campus* Lages (UDESC/CAV), e todos os docentes e discentes com os quais convivi, pelas contribuições para meu posicionamento na docência no eixo de Extensão Rural;

- agradeço aos membros das comissões examinadoras deste estudo, Prof.^a Delma Pessanha Neves, Prof. Yvan Droz, Prof. José Marcos Froehlich, Prof.^a Maria Catarina Chitolina Zanini, Prof. Marcos Botton Piccin, Prof.^a Rita Maria Heck e Prof.^a Vivien Diesel, que construíram críticas e considerações que resultaram em valiosas contribuições analíticas, metodológicas e teóricas à minha tese de doutorado;

- e agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo financiamento de meu processo de doutoramento por meio da concessão da bolsa de estudos de doutorado e de doutorado sanduíche (o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001).

Gratidão.

EPÍGRAFE

O mundo social esconde as revelações
mais inesperadas sobre o que menos
queremos saber acerca do que somos.

(Pierre Bourdieu)

RESUMO

SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: CONSTRUÇÕES DE UM PROBLEMA SOCIAL

AUTORA: Laila Mayara Drebes
ORIENTADOR: Joel Orlando Bevilaqua Marin

Nesta tese analiso processos de construção social de suicídios de fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil, ponderando, particularmente, sobre as interferências de membros das instituições sociais família, comunidade, agroindústria fumageira, extensão rural, saúde pública, igreja cristã, imprensa regional e organização não governamental especializada na prevenção de suicídios. O aporte teórico-metodológico está fundamentado no construtivismo estruturalista do sociólogo Pierre Bourdieu, com ênfase nas proposições sobre como os fenômenos são socialmente construídos por meio da dialética entre exterioridade e interioridade, valorizando circunstâncias sociais dos suicídios dos fumicultores familiares. O estudo foi conduzido como estudo de caso, realizado em município do Vale do Rio Pardo selecionado devido à relevância socioeconômica da fumiicultura e elevada taxa de suicídios. De natureza qualitativa, foram coletados dados primários e secundários por meio de bibliografias, documentos, entrevistas e observações. As entrevistas semiestruturadas foram o instrumento de coleta de dados mais relevante. Os resultados apontaram contribuições da Sociologia para desnaturalizar o fenômeno do suicídio, ao evidenciar as múltiplas interferências materiais e simbólicas de circunstâncias sociais, reconhecendo-o como um problema sociológico e não apenas biológico. Contudo, em razão da dicotomia entre áreas rurais e urbanas, a Sociologia Rural demorou a assimilar o fenômeno do suicídio a partir das interferências plurais dos modos de vida e condições de trabalho nas áreas rurais. As famílias e comunidades de fumicultores reproduzem um *habitus* sustentado em valores morais da economia e do trabalho, que em determinadas circunstâncias pessoais e profissionais adversas desencadeiam processos de sofrimento social, convenientes ao suicídio, principalmente entre os homens. Na perspectiva de representantes da agroindústria fumageira, os suicídios são atrelados a problemas individuais de saúde, negaceando as possíveis associações entre condições de trabalho, sofrimento e morte. Os extensionistas rurais foram estimulados a participar de processos de diversificação produtiva em áreas de cultivo do tabaco, que contribuíram para desencadear uma crise identitária causadora de sofrimento social entre os fumicultores, dado o combate de sua principal atividade econômica. Os agentes de saúde pública são os mais atuantes na prevenção dos suicídios, mas, fundamentando-se em referenciais fisiológico-psicológicos, nem sempre conseguem desnaturalizar os riscos ocupacionais decorrentes do uso de agrotóxicos e dos processos de dominação e precarização das relações de trabalho na fumiicultura. Já autoridades religiosas católicas e luteranas, mesmo entendendo o suicídio como pecado, atuam no acolhimento das famílias e comunidades de fumicultores com vistas à prevenção. Os membros da imprensa regional, subsidiária dos recursos da agroindústria fumageira, adotam como orientação jornalística não noticiar os casos de suicídio, contribuindo com o encobrimento do problema social. Os voluntários da organização não governamental especializada na prevenção, utilizando referenciais psicológicos de escuta solidária, têm dificuldade de alcançar as áreas rurais devido à deficiente infraestrutura de telefonia e do *habitus* dos fumicultores, de controlar os sentimentos. Conclui-se que, no Vale do Rio Pardo, o problema do suicídio está envolto em um campo de disputas de diferentes práticas e representações, nas quais as instituições sociais envolvidas tentam preservar seus próprios interesses, muitas vezes em detrimento da vida dos fumicultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroindústria fumageira. Campo. *Habitus*. Sofrimento social.

ABSTRACT

SUICIDE OF FAMILY TOBACCO FARMERS: CONSTRUCTIONS OF A SOCIAL PROBLEM

AUTHOR: Laila Mayara Drebes
ADVISOR: Joel Orlando Bevilaqua Marin

In this thesis, I analyze the processes of social construction concerning suicide of family tobacco farmers at Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brazil, especially regarding the interference of family members, community, agro-industry, rural extension, public health, Christian church, regional press and a non-governmental organization concerned with suicide prevention. The theoretical-methodological contribution is based on the structuralist constructivism of the sociologist Pierre Bourdieu, with emphasis on the propositions about how the phenomena is socially constructed through the dialectic between exteriority and interiority, valuing social circumstances of the suicide of family tobacco farmers. The study was conducted through a case study, performed in the city of Vale do Rio Pardo, which was selected due to the socioeconomic relevance of tobacco cultivation and high suicide rates. With qualitative nature, primary and secondary data were collected through bibliographies, documents, interviews and observations. The semi-structured interviews were the most relevant instrument for data collection. The results revealed the contribution of Sociology to denaturalize the phenomenon of suicide by highlighting the multiple material and symbolic interferences of social circumstances, thus recognizing it not only as a biological problem, but also as a sociological problem. However, due to the dichotomy between rural and urban areas, Rural Sociology lingered to assimilate the phenomenon of suicide through the pluralistic interference means of livelihood and working conditions in rural areas. The families and communities of tobacco farmers reproduce a *habitus* based on moral values of the economy and work, which in certain personal and professional adverse conditions, triggers processes of social suffering, proper to suicide, especially among men. In the perspective of representatives of the agro-industry, suicides are associated to individual health problems, regardless possible associations between working conditions, suffering and death. Rural extension workers were encouraged to participate in productive diversification processes in areas used for tobacco cultivation, which contributed to trigger an identity crisis, which motivated social suffering among tobacco farmers, due to the struggle against their main economic activity. Public health agents are the most active in suicide prevention, however, grounded on physiological-psychological references, they are not always able to denaturalize occupational risks arising from the use of pesticides and the processes of domination and precariousness of labor relations in tobacco farming. Authorities of Catholic and Lutheran religious understand suicide as sin and act in the reception of families and communities of tobacco growers in order to prevent suicide. Members of regional press, a subsidiary of the resources of the agribusiness industry, adopt the journalistic orientation of not reporting cases of suicide, which contributes to conceal such social problem. Volunteers of nongovernmental organization specialized in prevention, using psychological references of solidarity listening, find difficulty on reaching rural areas due to poor telephony infrastructure and the *habitus* of tobacco farmers, regarding controlling emotions. It is concluded that at Vale do Rio Pardo, the problem of suicide is wrapped in a field of disputes of different practices and representations, in which social institutions involved try to preserve their own interests, often to the detriment of family tobacco farmer's lives.

Keywords: Family farming. Tobacco industry. Rural area. *Habitus*. Social suffering.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação de Fumicultores do Brasil
CAPA	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CVV	Centro de Valorização da Vida
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CQCT	Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
EPI	Equipamento de Proteção Individual
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MS	Ministério da Saúde
MSA	<i>Mutualité Sociale Agricole</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDACT	Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SESRS	Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul
SINDITABACO	Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SUPRE	<i>Suicide Prevention Program</i>
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
	ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS: SUICÍDIO COMO FENÔMENO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO.....	17
	ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS: DESAFIOS DE UM UNIVERSO DE ANÁLISE SUICIDA.....	23
	PLANO DA OBRA.....	30
1	SUICÍDIO COMO PROBLEMA DA SOCIOLOGIA E DA SOCIOLOGIA RURAL	32
1.1	SUICÍDIO COMO TEMÁTICA DOS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS.....	32
1.2	SUICÍDIO COMO TEMÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS RURAIS.....	52
2	SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DOS FUMICULTORES: IMPLICAÇÕES SOBRE OS SUICÍDIOS	62
2.1	SUICÍDIO E <i>HABITUS</i> NA FUMICULTURA FAMILIAR: SOBRE O <i>ETHOS</i> DE ECONOMIA E DE TRABALHO.....	63
2.1.1	Sangue alemão, sangue suicida: a metáfora do sangue e a biologização do <i>habitus</i>	74
2.2	MASCULINIDADES VIOLADAS E O SUICÍDIO COMO QUESTÃO DE HONRA.....	84
2.3	SUCESSÃO E SUICÍDIO NA FUMICULTURA FAMILIAR: DE MORTES SIMBÓLICAS A MORTES MATERIAIS.....	95
3	AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA E DOMINAÇÃO DOS FUMICULTORES: SOBRE SOFRIMENTO E SUICÍDIO NO TRABALHO	104
3.1	VALE DO FUMO: O ITINERÁRIO SOCIOECONÔMICO DE TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO EM SEDE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO.....	104
3.2	SISTEMA INTEGRADO E CONFORMAÇÃO DO CAMPO FUMÍCOLA: “OS FUMICULTORES ESTÃO NAS MÃOS DAS FUMAGEIRAS”.....	110
3.3	SUICÍDIO E TRABALHO: RELAÇÕES SOCIAIS PRECÁRIAS E SOFRIMENTO NO CAMPO FUMÍCOLA.....	126
4	AGENTES DE EXTENSÃO RURAL E SAÚDE PÚBLICA: PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO DO SUICÍDIO DE FUMICULTORES	138
4.1	AGRICULTURA FAMILIAR E EXTENSÃO RURAL: SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DA FUMICULTURA.....	138
4.2	SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA OU PROBLEMA SOCIAL?.....	149
4.2.1	O suicídio dos fumicultores familiares em contexto de naturalização dos riscos de saúde: sobre agrotóxicos, depressão e culpa	155
4.2.2	Doença da folha verde do tabaco e enfermidades de fumicultores familiares: outros riscos naturalizados	168
5	INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, DE COMUNICAÇÃO E PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: SOBRE PECADO, NOTÍCIA E TABU..	176
5.1	IGREJAS CRISTÃS E SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: UM PECADO IMPERDOÁVEL.....	176

5.1.1	Representações e ações cristãs sobre o suicídio de fumicultores familiares teuto-brasileiros: perdando o imperdoável.....	183
5.2	PÁGINAS EM BRANCO: IMPRENSA E COBERTURA DOS SUICÍDIOS DE FUMICULTORES.....	191
5.3	O CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA E O DESAFIO DA PREVENÇÃO DOS SUICÍDIOS NAS ÁREAS RURAIS: DESCONSTRUINDO O TABU.....	200
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
	REFERÊNCIAS.....	219

INTRODUÇÃO

Quando iniciei meu estudo? Onde iniciei? O itinerário científico desta tese é anterior ao meu doutorado e, de certa maneira, confunde-se – em inúmeros momentos – com minhas vivências não científicas ricas em ruralidades. Descendente de colonos alemães, cresci no interior de uma cidadezinha situada no Noroeste do Rio Grande do Sul, no estabelecimento rural dos meus avós maternos, agricultores familiares ainda atualmente.

Na infância, vivenciei o enforcamento de uma das irmãs do meu avô materno. Recordo-me da sensação de estranhamento, e até de estarecimento, diante da assimilação da ideia de uma morte intencionada, causada com auxílio de uma corda, como os mais velhos resumidamente esclareceram. Eu não tinha muito conhecimento sobre a morte até então, mas a considerava um acontecimento ruim e, assim, não via motivos para um indivíduo causar a si mesmo uma violência como esta. Já na adolescência, encontrei um retrato na caixa de recordações dos meus avós. Sem cores, mostrava um homem de rosto inchado e olhos vidrados, sentado no chão, escorado em uma árvore com uma corda cercado seu colo. Ele estava morto: outro enforcamento. O retrato era proveniente da perícia realizada com a intenção de confirmar a inexistência de um crime. Com este retrato, referente a um tio do meu avô materno, descobri a existência de outros suicídios na família, não somente na geração do meu avô, mas também nas gerações de meu bisavô e de meu tataravô.

Em virtude disso, muito cedo fui socializada com a expressão popular “*com a corda no pescoço*”. Literalmente, a expressão remete ao suicídio através de enforcamento, referindo-se aos instantes anteriores à morte. Figurativamente, a expressão é utilizada na caracterização de problemas de resolução pouco provável, sendo estas intrincadas situações causadoras de sofrimento. Embora costumeiramente um indivíduo encontre-se “*com a corda no pescoço*” em situações de endividamento, outrossim a expressão popular é utilizada na caracterização de sofrimentos sociais variados vinculados a circunstâncias consideradas extremas. Durante meu estudo, ouvi essa expressão várias vezes, tanto de modo figurativo, como de modo literal, por vezes estando estes modos interconectados. Dessa maneira, “*com a corda no pescoço*” remete não só a suicídio, mas a sofrimento, ambas noções centrais de meu estudo.

As vivências acima mencionadas estimularam a escolha da temática desta tese de doutorado. Na escolha deste tema, também foram determinantes as orientações do Prof. Joel Marin na indicação do recorte do problema de pesquisa, na definição da abordagem teórico-metodológica, bem como na indicação das primeiras leituras. Contudo, com Graduação em Agronomia e Pós-Graduação em Extensão Rural, inúmeras vezes fui contestada sobre meus pretextos e minhas competências para conduzir um estudo sobre suicídio, estando afastada dos dois domínios científicos onde os estudos concentram-se atualmente: as ciências da saúde e as ciências sociais.

Todavia, em um escrito intitulado *Les suicides*, Jean Baechler, não vinculado a nenhuma dessas áreas, não sem ironia reclamou o seu mérito como estudioso do suicídio, asseverando: “Eu não sou médico, nem psiquiatra, nem psicanalista; eu não sou moralista, nem filósofo, nem teólogo; eu não sou etnólogo, nem psicólogo e tampouco sociólogo. Assim eu preencho todas as condições necessárias, se não suficientes, para estudar os suicídios” (BAECHLER, 1975 apud DAPIEVE, 2007, p. 18). De maneira semelhante ao autor citado, também reivindico este mérito, considerando não só a interdisciplinaridade da pauta, mas, principalmente, o vazio encontrado nas ciências da saúde e nas ciências sociais referente a estudos sobre suicídios nas áreas rurais – contexto onde as ciências agrárias possuem uma maior proximidade.

Além disso, no decorrer das últimas décadas os casos de suicídio se mostraram crescentes. Conforme as mais recentes estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 800.000 indivíduos cometem suicídio anualmente e cerca de 75% destas mortes ocorrem em nações em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (OMS, 2018).

De acordo com o último informe do Ministério da Saúde (MS), no Brasil ocorreram mais de 55.000 casos de suicídio entre 2011 e 2015, resultando em um índice de 5,5 suicídios a cada 100.000 cidadãos. Dentre as características destes suicídios destacam-se a maior ocorrência no sexo masculino, em indivíduos idosos, de reduzida escolaridade, em solteiros, viúvos ou divorciados e, ainda, utilizando o enforcamento como método. Vale destacar o crescimento do índice no decorrer dos anos analisados, indo de 5,3 em 2011 para 5,7 em 2015 (MS, 2017).

Ainda conforme o MS (2017), dentre os estados, os maiores números são encontrados no Rio Grande do Sul, com 10,3 suicídios a cada 100.000 cidadãos,

sendo esta uma inclinação consolidada historicamente. No Rio Grande do Sul o índice de suicídio se mostrou cerca de duas vezes maior em relação ao índice do Brasil. Não somente, na visão de Werlang (2013), em análise dos suicídios no Rio Grande do Sul, este se caracteriza por casos mais preponderantes em áreas de economias sustentadas em atividades agrárias.

Segundo a Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul (SESRS, 2018), as regiões com maiores registros de suicídios referem-se à região do Botucaraí (21,9 suicídios a cada 100.000 cidadãos), do Caminho das Águas (19,2 suicídios), do Planalto (17,9 suicídios) e do Vale do Rio Pardo (17,2 suicídios), estando esta última continuamente entre as áreas com maiores índices de suicídio no estado.

Conforme dados do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco), o Vale do Rio Pardo é reconhecido, em âmbito nacional e internacional, como um centro socioeconômico da fumicultura. No Brasil, cerca de 98% da produção de tabaco concentra-se nos estados do Sul e mais de 50% desta no Rio Grande do Sul. Neste último, o Vale do Rio Pardo é considerado o principal produtor, incluindo 9 dos 30 maiores produtores do país, como Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz (SINDITABACO, 2017).

Não à toa, este panorama desencadeia a necessidade de considerar possíveis conexões entre os suicídios e as circunstâncias relativas à fumicultura, não somente em virtude das estatísticas de mortalidade exibidas, mas dos atuais e variados confrontos institucionais existentes em seu entorno, na tentativa de determinar as vantagens e as desvantagens desta atividade nos âmbitos ambiental, econômico, sanitário e social, criando sérias controvérsias sobre a fumicultura, como é o caso, entre outros, da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).

De fato, no decorrer das últimas décadas o mundo assistiu à estruturação de movimentos em prol da saúde, incluindo o movimento antitabagista. O surgimento deste movimento esteve relacionado com o elevado número de enfermidades e de mortes de fumantes. Se em um primeiro momento as políticas antitabagistas concentraram-se em reduzir o consumo de cigarro, mais recentemente as mesmas também notaram a relevância de controlar o cultivo, como é o caso da CQCT, sendo esta uma alternativa interessante com vistas à redução do consumo.

No Brasil, atualmente, considerando essas orientações internacionais e a possibilidade de interferência sobre a produção de tabaco, estruturou-se um complexo

campo de poder no entorno da fumicultura, no qual agentes e instituições sociais variadas concorrem entre si para tentar perpetuar suas próprias verdades sobre a fumicultura – desfavorável ou favoravelmente à mesma –, priorizando os seus próprios interesses e, assim, construindo seus próprios quadros institucionais sobre a atividade. Dessa maneira, diversas instituições sociais interferem sobre a fumicultura, construindo todo um conjunto de ações e de representações sociais, orientadas no sentido de conter ou de incrementar o crescimento desta atividade. Diante disso, focalizar o suicídio no cerne da fumicultura – dada a seriedade destes acontecimentos – acirra ainda mais as mencionadas cisões institucionais.

Todavia, o suicídio é um interdito e o suicídio em áreas rurais é um interdito ainda mais acentuado. Até a ciência contribui com o vazio referente a este assunto, sendo escassos e raros os estudos científicos concentrados em analisar os suicídios nos contextos de ruralidade – como é caso das áreas de fumicultura familiar –, sobretudo os estudos referentes às circunstâncias sociais dos suicídios.

Entre os estudos nacionais e internacionais sobre suicídios de agricultores, destaco Klein (1984), Leal (1992), Heck (1994), Faria *et al.* (2006), Arias e Blanco (2010), Jacques-Jouvenot (2013), Werlang (2013), Perez (2013; 2014), Deffontaines (2014), Droz *et al.* (2014), Mendes e Werlang (2014; 2015), entre outros, onde as circunstâncias sociais são centralmente consideradas como causadoras de sofrimento e, assim, associadas, em maior ou menor medida, com a ocorrência de suicídios.

Referente à fumicultura, embora esta atividade venha sendo ostensivamente analisada no âmbito dos estudos sociais rurais em razão dos conflitos institucionais anteriormente mencionados, ainda são poucas as pesquisas preocupadas em estudar a ocorrência de suicídios entre os fumicultores familiares, sendo estes entendidos somente como mais uma contrariedade oriunda do cenário da fumicultura. Assim, embora os estudos de Falk *et al.* (1996), Almeida (2005), Meneghel *et al.* (2012), Faria *et al.* (2014a), Peres e Neto (2018), entre outros, mencionem os suicídios dos fumicultores familiares, não os consideram como um elemento de centralidade nas análises realizadas, estudando-os sem reiterar as suas circunstâncias sociais. Diante disto, minha proposta nesta tese consiste precisamente em privilegiar o suicídio dos fumicultores familiares, situando-o no contexto de confrontos institucionais associados a esta atividade e entendendo-o como um acontecimento socialmente construído.

Para clarear a compreensão do problema visado, o mesmo foi sintetizado na seguinte interrogação: como as instituições sociais vinculadas à fumicultura interferem socialmente na ocorrência de suicídios entre os fumicultores familiares? Assim, o estudo visa analisar como os suicídios de fumicultores familiares são socialmente construídos no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil. Especificamente, seus objetivos consistem em: 1) analisar como o suicídio foi socialmente construído como problema sociológico no âmbito da Sociologia, ponderando particularidades do seu estudo na área da Sociologia Rural; 2) analisar como os membros das famílias e das comunidades de fumicultores vivenciam e atribuem sentidos aos suicídios; 3) analisar as ingerências do complexo agroindustrial fumageiro na organização do trabalho dos fumicultores familiares e sua reverberação sobre a ocorrência de suicídios; 4) analisar como agentes sociais dos serviços de extensão rural e de saúde pública intervêm sobre a realidade dos fumicultores familiares e os casos de suicídio; 5) analisar como práticas e representações de agentes sociais das igrejas católica e luterana, da imprensa regional e da organização não-governamental especializada na prevenção repercutem no entendimento do suicídio de fumicultores familiares.

ENCAMINHAMENTOS TEÓRICOS: SUICÍDIO COMO FENÔMENO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

Frente aos intuitos anteriormente sublinhados, sustentei este estudo sobre as orientações teóricas de Pierre Bourdieu (1930-2002), renomado sociólogo francês, reconhecido, entre outros méritos, devido à invenção do construtivismo estruturalista. Pierre Bourdieu é autor de uma vasta obra no âmbito das ciências sociais: publicou mais de 300 estudos e se dedicou a incontáveis temáticas de interesse, sobretudo, da Antropologia e da Sociologia, sendo considerado um dos estudiosos mais influentes da atualidade.

Todavia, o suicídio não esteve em nenhum de seus numerosos estudos. Pierre Bourdieu estudou o sofrimento, mas nunca o suicídio. Inclusive, uma vez sondado sobre isso em uma entrevista, afirmou não existir em nenhum de seus livros uma análise exclusiva sobre o suicídio e elencou o livro de Émile Durkheim como referência (BOURDIEU, 19--?).

Contudo, esta declaração não manifestou a inviabilidade de utilização de seu construtivismo estruturalista no estudo do suicídio. Nessa mesma entrevista, o autor

também recomendou seu livro *A Profissão de Sociólogo*, mostrando, através de um modelo de condutas científicas, a fertilidade de sua teoria e de seu método na análise dos mais variados fenômenos considerados sociais (BOURDIEU *et al.*, 2002).

Dessa maneira, nesta tese de doutorado, utilizando o construtivismo estruturalista como lente reivindicatória, ousarei contar com Pierre Bourdieu no desafio de estudar o suicídio de fumicultores familiares. Em síntese, Bourdieu (1983, p. 60) conceituou o construtivismo estruturalista – sustentado na Teoria da Prática e no Método da Praxiologia – como a ciência da “dialética da interioridade e da exterioridade, isto é, da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade”, sendo a exterioridade condensada no conceito de campo e a interioridade no conceito de *habitus*:

[...] de um lado, as estruturas objetivas que o sociólogo constrói no momento objetivista, descartando as representações subjetivistas dos agentes, são o fundamento das representações subjetivas e constituem as coações estruturais que pesam nas interações; mas, de outro lado, essas representações também devem ser retidas, sobretudo se quisermos explicar as lutas cotidianas, individuais ou coletivas, que visam transformar ou conservar essas estruturas. Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética [...] (BOURDIEU, 2004, p. 152).

Na Sociologia, embora existam arcabouços analíticos devidamente reservados ao suicídio – como o encontrado no estudo de Durkheim, por exemplo –, a escolha do construtivismo estruturalista de Bourdieu estimula a análise deste sem cair na clássica antinomia entre indivíduo e coletivo, nem em seus corolários (idealismo *versus* materialismo e subjetivismo *versus* objetivismo), pois estas antinomias esterilizam a complexidade dos fenômenos sociais. Desta maneira, é possível compreender o suicídio a partir da história do indivíduo e sua intersecção com a história do coletivo, sendo o indivíduo produto e produtor, concomitantemente, de sua realidade em sociedade.

Essa dimensão foi ressaltada no estudo de Davis (2012), onde o suicídio foi analisado através da ótica bourdieusiana. Ao utilizar a Teoria da Prática e o Método da Praxiologia na análise do suicídio, o estudo defendeu este fenômeno social como melhor entendido se colocado simultaneamente entre a exterioridade e a interioridade. Para a autora, o valor do construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu reside em sua elevada fertilidade analítica, conveniente até mesmo ao entendimento do suicídio.

Sociologicamente, as dicotomias anteriormente citadas reduzem os acontecimentos sociais a acontecimentos naturais. Assim, de acordo com Bourdieu *et al.* (2002, p. 16), a “maior parte dos erros a que está exposta tanto a atividade sociológica quanto a reflexão sobre tal atividade encontra sua raiz na representação falsa da epistemologia das ciências da natureza e da relação que ela mantém com a epistemologia das ciências do homem”. Logo, inúmeros eventos considerados naturais são, na realidade, construções sociais. Embora exista uma inclinação a naturalizar uma série de fenômenos sociais como evidentes, isto é somente uma ilusão naturalista. Não existem atributos inatos à natureza do ser humano, pois não existe uma natureza do ser humano. Toda natureza é resultado de uma socialização: da intervenção mútua entre indivíduo e coletivo (BOURDIEU *et al.*, 2002; BOURDIEU, 2004).

Portanto, na visão de Bourdieu *et al.* (2002), toda tentativa de definição da verdade sobre um fenômeno sem considerar seu sistema de relações sociais e sem situar este sistema em termos históricos (temporalmente) e geográficos (espacialmente), resultará em construtos vazios. Assim, Bourdieu (2004, p. 27) afirma que “o mal da sociologia é que ela descobre o arbitrário, a contingência, ali onde as pessoas gostam de ver a necessidade ou a natureza [...]; e que descobre a necessidade, a coação social, ali onde se gostaria de ver a escolha, o livre-arbítrio” e que, dessa maneira, “ao historicizar, a sociologia desnaturaliza, desfataliza”.

Para Bourdieu *et al.* (2002), os fenômenos deixam de ser fatos naturais e se tornam fatos sociais se submetidos a um processo reflexivo de construção. Em outros termos, os fenômenos são socialmente construídos através da elaboração de uma minuciosa vigilância epistemológica onde os fatos naturais são contestados (desconstrução) e os modos e os motivos – muitas vezes socioeconômicos – de sua utilização na validação de certas realidades são identificados (reconstrução).

Ainda, Philippe Corcuff, em estudo dedicado aos inúmeros construtivismos sociais manifestados na França entre as décadas de 1980 e 1990 – entre eles, o construtivismo estruturalista de Pierre Bourdieu –, ressaltou a relevância de contestar a realidade dada, situando o sistema de relações sociais visado no tempo e no espaço. Conseqüentemente, esquematizou o processo de construção social da realidade da seguinte maneira:

1º) o mundo social se constrói a partir das pré-construções passadas [...]; 2º) as formas sociais passadas são reproduzidas, apropriadas, deslocadas e transformadas enquanto outras são inventadas, nas práticas e nas interações [...] da vida cotidiana dos atores; 3º) esta herança passada e este trabalho cotidiano abrem-se sobre um campo de possibilidade no futuro [...] (CORCUFF, 2001, p. 26-27).

Nesse mesmo sentido, enfatizo ainda as contribuições dos sociólogos franceses Patrick Champagne, Remi Lenoir, Dominique Merllié e Louis Pinto, de orientação bourdieusiana, no livro intitulado *Iniciação à Prática Sociológica*. Neste, resumiram a construção social da realidade como a dialética de controverter/considerar as experiências sociais. Não somente, estes autores realizaram observações interessantes sobre o itinerário diferenciado de construção dos chamados problemas sociais. Segundo Champagne *et al.* (1998, p. 73):

o estudo da emergência de um problema social é um dos melhores reveladores desse trabalho de “construção social da realidade” porque condensa todos os aspectos desse processo. E, tratando-se de um problema social, o objeto de pesquisa do sociólogo consiste, antes de tudo, em analisar o processo pelo qual se constrói e se institucionaliza o que, em determinado momento do tempo, é constituído como tal.

Segundo Bourdieu *et al.* (2002), um problema social é um fenômeno com potencial para ser reconhecido como problema sociológico, mas permeado de noções advindas do senso comum. De acordo com Champagne *et al.* (1998), isto está relacionado com as interpretações de instituições sociais sobre a construção desses fenômenos. Primeiro, o fenômeno precisará ser reconhecido como um problema social, ganhando visibilidade e recebendo atenção. Em seguida, necessitará ser legitimado como problema social, sendo inserido no campo de preocupações vigentes. E, por fim, deverá ser formulado ou enunciado, passando por um processo de mobilização pública. Em todo esse processo – isto é, reconhecimento, legitimação e formulação/enunciação, que não são necessariamente sequenciais – ocorre a atuação de agentes vinculados a instituições sociais, sobretudo, na última. Nos termos dos autores:

[...] o aparecimento de um problema social resulta de duas séries de fatores: das transformações que afetam a vida cotidiana dos indivíduos na sequência de diversas reviravoltas sociais e cujos efeitos diferem segundo os grupos sociais; no entanto, essas condições objetivas apenas dão origem a um problema social quando este chega a receber uma formulação pública. Tal fenômeno remete à segunda série de fatores (trabalho de evocação, de imposição e de legitimação) que acabam de ser lembrados. Resta uma

terceira fase: o processo de institucionalização que tende a imobilizar e fixar categorias segundo as quais o problema foi colocado e resolvido ao ponto de torná-las evidentes para todos (CHAMPAGNE *et al.*, 1998, p. 95).

Então, diante de todas estas considerações, estudar o suicídio de fumicultores familiares com auxílio do referencial teórico bourdieusiano consiste em analisá-los como construções sociais. Todavia, isto não consiste necessariamente em determinar as causas destas mortes. Considerando as orientações de Pierre Bourdieu em *A Profissão de Sociólogo*, dedicar uma tese de doutorado meramente a verificar as causas do suicídio de fumicultores familiares resultaria em um estudo contaminado de noções oriundas do senso comum.

Desta maneira, analisar como o suicídio de fumicultores familiares é socialmente construído envolve entender as causas naturais atribuídas ao mesmo, revelando as motivações da efetivação destas atribuições, reconhecendo a existência de causas sociais e retratando a interferência das instituições sociais nesta atribuição de causas, incrementando a ascensão de determinadas narrativas causais e ocasionando a ruína de outras. Quer dizer, analisar como o suicídio de fumicultores familiares é socialmente construído consiste em entender como certas sentenças são acionadas como causas... Quando são acionadas? Quem as aciona? Quais são as intenções desse acionamento? Quais são os resultados? Em outras palavras, a sociologia bourdieusiana nos permite analisar o suicídio como “relação”, como “processo”. Considerando a complexidade analítica envolvida, sem dúvidas, a elaboração desta tese consiste em uma iniciativa árdua, pois, como explicou Bourdieu (2001a, p. 37), no âmbito dos estudos sociológicos, “a linguagem exprime mais facilmente as coisas que as relações, mais os produtos que os processos”.

Destarte, assinalo ainda outra dimensão de minha seleção de Pierre Bourdieu como referência analítica: o seu constante esforço de desestruturação, estruturação e reestruturação científica durante toda sua vida acadêmica, salientando o caráter contínuo da atividade científica. Como salientou em *Meditações Pascalianas*:

quando me ocorre examinar e reexaminar cuidadosamente os mesmos temas [...] tenho sempre a impressão de operar num movimento em espiral que permite alcançar a cada vez um grau de explicitação e de compreensão superior e, ao mesmo tempo, descobrir relações insuspeitadas e propriedades ocultas (BOURDIEU, 2001b, p. 18).

Assim, até o fim de sua carreira, Bourdieu foi alterando seus conceitos, acrescentando e retirando ideias. Portanto, considerando as dificuldades e os desafios advindos de meu estudo, Pierre Bourdieu auxiliou em minha conscientização de sua condição inacabada, mesmo diante das conclusões. Afinal, a realidade social é incessantemente desconstruída, construída e reconstruída, *ad infinitum*.

Dando continuidade a este raciocínio construtivista sobre o suicídio dos fumicultores familiares, é relevante reiterar ainda o entendimento da noção de fumicultura familiar como uma construção social, considerando os escritos da antropóloga brasileira Delma Pessanha Neves sobre a categoria agricultura familiar.

Neves (2007) concebeu os agricultores familiares como os integrantes de uma categoria socioprofissional, resultante de valorativas elaborações de múltiplas instituições sociais que propugnavam novas maneiras de intervenção sobre os estratos rurais até então excluídos da modernização, sendo esta intervenção sustentada sobre modalidades de assistência técnica e creditícia. Dessa maneira, a categoria agricultura familiar foi socialmente construída com o intuito de auxiliar no acesso a recursos materiais e simbólicos aos quais os seus integrantes não tinham acesso quando reconhecidos somente como “pequenos produtores”, “pequenos proprietários”, “camponeses”, “agricultores de subsistência”, “agricultores de baixa renda”, “colonos”, “meeiros”, “parceiros”, “arrendatários”, “posseiros”, entre outros. Nesse sentido, a agricultura familiar é resultado de um recente processo político de atribuição de positividade aos estratos rurais até então socialmente desvalorizados.

Neves (2007) acrescenta ainda a vasta extensão da categoria agricultura familiar, pois amparada nos fatores família, terra e trabalho, ela contém um grande número de situações – agricultores ricos, pobres, agricultores com baixo nível tecnológico, com alto nível tecnológico, agricultores com grandes propriedades de terra, com pequenas propriedades, sem propriedades, agricultores vinculados às indústrias e aos mercados, não vinculados às indústrias e aos mercados, etc. – mascarando suas singularidades e até criando certas dificuldades à sua utilização como conceito analítico. Para superação do conceito normativo, a autora propõe o estudo dos processos e relações que os agricultores familiares vivenciam, situando-os nos diferenciados tempos e espaços sociais.

Levando a cabo estas considerações, neste estudo entendo a fumicultura familiar como uma variante da agricultura familiar socialmente construída através da

integração dos fumicultores às agroindústrias e singularizada em virtude de sua dedicação ao cultivo do fumo.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS: DESAFIOS DE UM UNIVERSO DE ANÁLISE SUICIDA

Como mencionado anteriormente, os escritos de Pierre Bourdieu nortearam a execução deste estudo. Desta maneira, utilizei o seu método na sistematização de um conhecimento sustentado em características materiais e simbólicas referentes ao suicídio dos fumicultores familiares, constituindo, assim, um conhecimento misto sobre os fenômenos sociais estudados, denominado de conhecimento praxiológico.

[...] O conhecimento que podemos chamar de praxiológico tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade [...] O conhecimento praxiológico não anula as aquisições do conhecimento objetivista, mas conserva-as e ultrapassa-as, integrando o que esse conhecimento teve que excluir para obtê-las (BOURDIEU, 1983, p. 40).

Em conformidade com este método – concomitantemente objetivo e subjetivo – apresento, então, as escolhas executadas em referência à coleta e à análise dos dados no decorrer deste estudo de caso, iniciando com as motivações da seleção do Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como universo de análise dos suicídios dos fumicultores familiares. Estas motivações vinculam-se não somente com as estatísticas de relevância socioeconômica da fumicultura, ostensivamente reiteradas em outros estudos, como com as estatísticas de recorrência suicida dos fumicultores.

Assim, utilizando critérios de acessibilidade, selecionei como universo de análise uma dentre as vinte e três cidades constituintes do Vale do Rio Pardo. Todavia, considerando as controvérsias acerca das motivações dos suicídios nestas áreas rurais e os interditos ainda existentes sobre estas mortes, não revelarei o universo de análise, mantendo-o no anonimato. Inicialmente esta não era a minha intenção, mas na coleta de dados conheci inúmeras situações no sentido de encobrir os suicídios dos fumicultores familiares, sobretudo, se vinculando as motivações destes fenômenos sociais à fumicultura em si. Não obstante, este é um cenário de confrontos

de narrativas institucionais construídas sobre o suicídio no âmbito desta atividade, na tentativa de evitar a associação entre a fumicultura e estas mortes de fumicultores.

Conforme dados coletados na Vigilância Epidemiológica do universo de análise, entre os anos de 2007 e 2015 foram contabilizados 172 casos de suicídio em seu território. Destes, 119 referiram-se a indivíduos de áreas urbanas (69,2%) e 53 de áreas rurais (30,8%). Todavia, os maiores números foram encontrados em dois distritos rurais, com 27 e 12 mortes no intervalo considerado. Em contrapartida, os bairros urbanos com maiores números contaram com 11 e 8 mortes.

Embora o universo de análise chame a atenção devido ao número de suicídios, no intento de analisar como as causas atribuídas aos mesmos são socialmente construídas, meu estudo não esmerou-se em mensurar as ocorrências, mas sim em captar suas especificidades, isto é, assimilar as causas, as crenças, os sentidos e os valores mobilizados no entendimento destas mortes – que ao final produzem uma narrativa que valoriza a ideia de causa – sendo esta uma realidade pouco propícia a ser convertida em números. Dessa maneira, pressupus a pesquisa qualitativa mais conveniente a um estudo sociológico sobre a construção social do suicídio de fumicultores familiares, considerando a característica deste gênero de investigação de “[...] procurar sempre [...] a razão de ser das condutas humanas aparentemente mais inconsequentes ou mais irrisórias” (BOURDIEU, 2001b, p.10).

Selecionado o caso, comecei a delinear o estudo ainda durante o ano de 2016, através de visitas realizadas ao universo de análise, conversando com informantes e, assim, entendendo os contornos sociais dos suicídios dos fumicultores familiares do Vale do Rio Pardo. Através destas incursões iniciais, visualizei as instituições mais interferentes sobre o entendimento destes fenômenos sociais, envolvendo, assim, membros da família, da comunidade, do complexo agroindustrial fumageiro, da extensão rural, da saúde pública, da igreja cristã, da imprensa regional e da organização não-governamental especializada na prevenção do suicídio. Não obstante, é relevante assinalar o entendimento da ideia de instituição através de uma ótica construtivista, salientando o exercício de práticas e de representações atuantes sobre a conduta dos indivíduos, no caso, os fumicultores familiares.

Referente à coleta de dados, esta foi realizada durante o ano de 2017 e envolveu diferentes instrumentos: os dados secundários foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, enquanto os dados primários resultaram da realização de entrevistas e observações. O uso destes diferentes

instrumentos se deu devido à relevância de considerar diversas óticas na análise do suicídio de fumicultores familiares como construções sociais. De acordo com Bourdieu (2004), a realidade social é resultado da percepção e, devido a isso, deve-se atentar não somente a essa realidade, mas também à maneira como essa realidade é percebida, isto é, os pontos de vista propiciados pelas diferentes posições sociais assumidas.

A sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo. Porém, dado que nós construímos o espaço social, sabemos que esses pontos de vista são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que haverá pontos de vista diferentes, e mesmo antagônicos, já que os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço (BOURDIEU, 2004, p. 157).

Referente à bibliografia, subdividi em dois eixos. Um dos eixos destinei ao melhoramento do meu conhecimento sobre a teoria e o método de Pierre Bourdieu, referência analítica do estudo. Nesse sentido, reconsultei os escritos deste autor e investi sobre escritos de autores afins. O outro eixo concentrei na construção de um estado da arte sobre o suicídio e sobre as características únicas conferidas a este fenômeno devido ao meu recorte de estudo. Uma circunstância interessante é que parte da pesquisa bibliográfica foi realizada durante meu intercâmbio no *Département d'Anthropologie et Sociologie (ANSO)* do *Institut de Hautes Études Internationales et du Développement (IHEID)*, em Genebra, na Suíça, sendo conduzida com o auxílio e a orientação do Prof. Dr. Yvan Droz, referência no estudo de suicídio em áreas rurais.

Quanto aos documentos, os comunicados institucionais, as notícias e os números oficiais se mostraram cruciais no arremate das ideias sobre o suicídio. Nesse sentido, a pesquisa documental mostrou-se particularmente relevante no acesso a variadas informações sobre o suicídio dos fumicultores familiares sem a necessidade de constrangimento dos voluntários do estudo.

Ainda assim, as entrevistas constituíram o instrumento de coleta de dados mais relevante. Foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas com indivíduos conectados às instituições conhecedoras do suicídio de fumicultores familiares, considerando a relevância destas instituições na construção social do suicídio, como mencionei acima: 3 entrevistas com familiares de fumicultores suicidas; 4 entrevistas

com líderes comunitários rurais; 2 entrevistas com representantes do complexo agroindustrial fumageiro; 5 entrevistas com extensionistas rurais; 5 entrevistas com agentes de saúde pública; 2 entrevistas com autoridades religiosas; 1 entrevista com membro da imprensa regional; e 2 entrevistas com voluntários da organização não-governamental especializada na prevenção do suicídio, como caracterizado no Quadro 1 abaixo.

Ainda sobre as entrevistas, uma das dificuldades iniciais consistiu na elaboração dos roteiros semiestruturados direcionados às diferentes instituições visadas. Não existindo muitos estudos sociológicos antecedentes sobre suicídios em áreas rurais, a construção dos roteiros se mostrou desafiadora diante da necessidade de circundar as inúmeras facetas do fenômeno. Não obstante, os roteiros semiestruturados serão omitidos em virtude de conterem uma série de elementos identificadores do universo de análise, colocando em risco o anonimato dos entrevistados.

Sobre o ordenamento da realização das entrevistas, adotei como estratégia iniciar nas instituições mais afastadas da vivência do suicídio em si, reservando as entrevistas com membros da família e da comunidade dos fumicultores suicidas para um momento posterior. Minhas intenções com esta ordenação foram: 1) acostumar-me a conversar sobre suicídio com indivíduos sem maiores vínculos com os mortos antes de conversar com indivíduos com vínculos intensos; 2) contar com o auxílio dos indivíduos das demais instituições na mediação e no contato com membros da família e da comunidade.

Contudo, não sei estimar a contribuição desse ordenamento sobre a condução das entrevistas com os membros destas últimas instituições. Mesmo tendo realizado, anteriormente, 17 entrevistas com membros das demais instituições, as 7 entrevistas conduzidas com membros da família e da comunidade foram as mais árduas. Sobretudo no âmbito da família, meu ofício como entrevistadora resultou na recordação do sofrimento: o constrangimento era visível, não só dos entrevistados, mas o meu. Muito em função disso, as entrevistas com os familiares de fumicultores suicidas foram mais curtas se confrontadas às demais, embora todo o roteiro semiestruturado tenha sido atendido. De certa maneira, estas vivências da coleta de dados reiteram a ideia de interdito relacionado ao suicídio.

Quadro 1 – Caracterização dos entrevistados.

Instituição	Entrevistado	Idade	Caracterização
FAMÍLIA	Hilde	66	viúva de fumicultor familiar suicida
	Martina	50	viúva de fumicultor familiar suicida
	Adão	75	sogro de fumicultor familiar suicida
COMUNIDADE	Arnildo	60	líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida
	Liseu	50	líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida
	Claudir	48	líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida
	Valmir	56	líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida
COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO	Luiz	36	instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares
	Neivaldo	65	representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares
EXTENSÃO RURAL	Simone	39	extensionista rural
	Valdir	55	extensionista rural e ex-instrutor de tabaco
	Antônio	37	extensionista rural
	Jane	37	extensionista rural
	Lúcia	47	extensionista rural e filha de fumicultores familiares
SAÚDE PÚBLICA	Gisela	31	psicóloga
	Raquel	39	psicóloga
	Rosane	55	psicóloga
	Nilse	35	enfermeira e filha de fumicultores familiares
	Adelaide	31	agente de saúde e filha de fumicultores familiares
IGREJA CRISTÃ	Celi	57	pastora evangélica luterana
	Lair	62	padre católico
IMPRENSA REGIONAL	Rômulo	33	jornalista
ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL ESPECIALIZADA	Mara	47	voluntária de organização de prevenção
	Douglas	31	voluntário de organização de prevenção

Fonte: elaboração da autora.

Mas, com este ordenamento das entrevistas, recebi auxílio das demais instituições na mediação e no contato com família e comunidade. Os entrevistados da extensão rural e da saúde pública tiveram atuação importante nesse sentido. Todas as entrevistas realizadas com familiares de fumicultores suicidas foram viabilizadas por uma representante da saúde pública e todas as entrevistas realizadas com vizinhos de fumicultores familiares suicidas foram viabilizadas por uma representante da extensão rural. Considerando a minha condição de estranha ao cotidiano do universo de análise, os agentes de extensão rural e de saúde pública não só realizaram a mediação das entrevistas, como também assistiram a condução das mesmas, como um método de certificar os entrevistados de minha idoneidade como entrevistadora e de endossar a relevância do estudo. Friso ainda a relevância dessa assistência em determinados casos onde os entrevistados, sobretudo os com idade mais avançada, se comunicavam melhor no idioma alemão, considerando as características étnicas do universo de análise. Nesse sentido, os representantes da extensão rural e da saúde pública também atuaram, eventualmente, como tradutores.

Todavia, o auxílio de agentes de saúde pública na realização das entrevistas com a família repercutiu sobre o número de entrevistados atrelados a esta instituição. Não obstante o elevado índice de suicídios de fumicultores familiares no universo de análise, de acordo com o conhecimento oriundo da instituição, a maioria das famílias desses suicidas ainda não estava em condições de conversar sobre essas mortes. Priorizando os cuidados éticos, foram realizadas, assim, somente 3 entrevistas com familiares de fumicultores suicidas.

Outro comentário necessário refere-se às dificuldades vivenciadas na realização da coleta de dados com representantes do complexo agroindustrial fumageiro, isto é, agentes vinculados às agroindústrias de tabaco e entidades agregadas. Devido a estudos anteriores, a instituição assimilou o interesse científico sobre o suicídio de fumicultores familiares como um artifício de crítica à fumicultura. Devido a isso, não fui recebida em uma das entidades mais relevantes do complexo agroindustrial fumageiro, realizando somente 2 entrevistas: com um representante de uma entidade representativa dos fumicultores e com um instrutor de uma agroindústria de tabaco, sendo que esta última só foi efetivada pela mediação construída diretamente com o instrutor, sem abranger a agroindústria onde ele trabalhava.

Considerando a relevância da entrevista neste meu estudo, vale ressaltar uma conhecida assertiva de Pierre Bourdieu relacionada com os desafios desencadeados

com este instrumento de coleta de dados: “a maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato de abordarem um objeto que fala” (BOURDIEU *et al.*, 2002, p. 50). O sociólogo francês colocou esta afirmação frente ao risco dos estudiosos substituírem suas próprias prenoções sobre o tema de estudo pelas prenoções dos estudados – coletadas nas entrevistas –, sublinhando a relevância da constante vigilância epistemológica. Porém, em um estudo como este, onde o “objeto que fala” não está disponível para uma interpelação direta, é possível perceber a sua importância, apesar das prenoções e da necessidade de vigilância epistemológica. Diante disso, talvez o maior desafio deste estudo tenha sido recontar a vida dos mortos através da visão dos vivos, exigindo vigilância epistemológica redobrada, pois a sociologia dos mortos é, na realidade, a sociologia dos vivos: a morte só pode ser apreendida de modo aproximado.

Feitas essas ressalvas, com vistas a não revelar a identidade dos entrevistados, os indivíduos envolvidos na coleta de dados receberam nomes fictícios. Sendo o suicídio de fumicultores familiares um assunto inconveniente no Vale do Rio Pardo, por exasperar os confrontos entre as instituições sociais contrárias e favoráveis à fumicultura e suas contradições, a caracterização dos entrevistados foi reduzida ao mínimo com o intuito de não acarretar intimidações aos voluntários do estudo. O mesmo se deu com as instituições de vinculação destes entrevistados.

Já as observações foram realizadas assistematicamente durante todos os momentos vivenciados no universo de análise. Concentrei-as sobre o modo de viver e de trabalhar na fumicultura familiar. Além disso, observei – em especial durante a realização das entrevistas – as reações dos indivíduos frente ao tema da morte e do suicídio.

Ressalto ainda, em virtude da delicadeza do tema, a conformidade da coleta de dados com as considerações éticas referentes ao estudo com seres humanos, encontradas na Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Dessa maneira, a coleta de dados somente foi iniciada com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria, estando este estudo inscrito na Plataforma Brasil com o número CAAE: 66561617.1.0000.5346.

PLANO DA OBRA

O estudo encontra-se estruturado em sete seções, sendo elas Introdução, Capítulo 1, Capítulo 2, Capítulo 3, Capítulo 4, Capítulo 5 e Considerações Finais. Conforme os assinalados objetivos desta pesquisa, cada capítulo concentra-se em perscrutar como os suicídios dos fumicultores familiares são socialmente construídos através da ótica de membros de determinadas instituições de relevância nas áreas rurais de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo, estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Não obstante, é relevante ressaltar a ocorrência de sombreamentos de sentidos mobilizados no entendimento dos suicídios dos fumicultores familiares entre membros de certas instituições. Contudo, didaticamente, estudei estes sentidos com mais afinco somente na análise da instituição onde o mesmo foi acionado com mais recorrência. Por exemplo, embora a categoria agrotóxicos tenha sido utilizada na construção social dos suicídios dos fumicultores familiares do Vale do Rio Pardo no âmbito da comunidade, da extensão rural, da saúde pública, da igreja cristã e da organização não-governamental especializada na prevenção de suicídios, a mesma foi devidamente analisada neste estudo no contexto referente à ótica dos membros da instituição saúde pública.

O Capítulo 1, denominado *Suicídio como problema da Sociologia e da Sociologia Rural* refere-se às interferências oriundas dos referenciais científicos sobre o entendimento dos suicídios dos fumicultores familiares, concebendo-os como fenômenos sociais. Dessa maneira, tem como objetivo analisar como o suicídio foi socialmente construído como problema sociológico no âmbito da Sociologia, ponderando particularidades do seu estudo na área da Sociologia Rural.

O Capítulo 2, intitulado *Socialização familiar e comunitária dos fumicultores: implicações sobre os suicídios* refere-se às contribuições da família e da comunidade sobre o entendimento das mortes de fumicultores, sendo estas instituições consideradas relevantes no ordenamento da vida em sociedade, muito em virtude de seu papel no processo de socialização primária dos indivíduos. Assim sendo, este capítulo tem como objetivo analisar como os membros das famílias e das comunidades de fumicultores vivenciam e atribuem sentidos aos suicídios.

O Capítulo 3, por sua vez, chamado *Agroindústria fumageira e dominação dos fumicultores: sobre sofrimento e suicídio no trabalho* concerne à subordinação dos agricultores às agroindústrias e entidades associadas, sendo estas últimas

interferentes sobre as condições de trabalho na fumicultura através de contratos de integração. Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar as ingerências do complexo agroindustrial fumageiro na organização do trabalho dos fumicultores familiares e sua reverberação sobre a ocorrência de suicídios.

Já o Capítulo 4, *Agentes de extensão rural e saúde pública: perspectivas de enfrentamento do suicídio de fumicultores* concentra-se sobre a atuação das entidades estatais responsáveis pela extensão rural e pela saúde nas áreas de fumicultura visadas. De maneira semelhante aos precedentes, este capítulo tem como objetivo analisar como os agentes sociais dos serviços de extensão rural e de saúde pública intervêm sobre a realidade dos fumicultores familiares e os casos de suicídio.

Por fim, o Capítulo 5 intitulado *Instituições religiosas, de comunicação e de prevenção do suicídio: sobre pecado, notícia e tabu* refere-se às contribuições oriundas de outras instituições circunvizinhas ao contexto estudado de fumicultura familiar sobre os contornos sociais do suicídio. Assim, o capítulo tem como objetivo analisar como práticas e representações provenientes de agentes sociais das igrejas católica e luterana, da imprensa regional e da organização não-governamental especializada na prevenção repercutem no entendimento do suicídio de fumicultores familiares.

Para encerrar, as Considerações Finais retomam as principais apurações do estudo, interconectando os resultados discutidos nos distintos capítulos, com o intuito de sintetizar uma resposta para o problema apresentado.

1 SUICÍDIO COMO PROBLEMA DA SOCIOLOGIA E DA SOCIOLOGIA RURAL

Embora as mais variadas cátedras científicas interfiram na assimilação do fenômeno, neste estudo meu intuito consiste em entender o suicídio não como um fenômeno pessoal, mas sim como um fenômeno social. Desta maneira, este primeiro capítulo visa analisar como o suicídio foi socialmente construído como problema sociológico no âmbito da Sociologia, ponderando particularidades do seu estudo na área da Sociologia Rural.

Para isso, dividi o capítulo em duas partes: na primeira, trato das contribuições da Sociologia e como a mesma permitiu a compreensão do suicídio como um acontecimento de causas sociais; e na segunda enfoco as contribuições da Sociologia Rural na análise do fenômeno do suicídio em grupos sociais que vivem e trabalham em espaços agrários.

1.1 SUICÍDIO COMO TEMÁTICA DOS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS

O interesse científico sobre o suicídio iniciou-se com a Filosofia, ainda na Idade Antiga. Embora continue sendo um assunto relevante no seio desta ciência – o filósofo argelino Albert Camus, em meados da década de 1940, em célebre estudo intitulado *O Mito de Sísifo*, considerou o suicídio como o único problema filosófico realmente sério (CAMUS, 2010) –, atualmente, inúmeras são as áreas de conhecimento científico interessadas no estudo do suicídio e de suas mais variadas facetas, como é o caso da Antropologia, do Direito, da Enfermagem, da Medicina, da Psicologia, da Psiquiatria, da Sociologia, da Teologia, entre outras.

Nos dias atuais, o estudo do suicídio destaca-se no âmbito das ciências sociais e das ciências da saúde. Assim, autores como Barros Neto (2011) defendem a existência de três correntes científicas maiores sobre o suicídio: a doutrina psicológica, a doutrina psiquiátrica e a doutrina sociológica – como denominadas em seu estudo. Embora existam ricas interfaces estabelecidas entre as mesmas, irei me concentrar em entender o suicídio como um assunto de interesse no âmbito do conhecimento sociológico.

Em 1737, o botânico francês René Desfontaines cunhou o termo suicídio, conceituando-o como o assassinato de si mesmo, sendo derivado do latim *sui* (si mesmo) e *caederes* (matar). Ainda no século XVIII, uma série de sucintos estudos

sobre o suicídio, sustentados sobre estatísticas destas mortes, foram realizados na Alemanha, na França e na Itália. Mas foi somente no século XIX que o suicídio ascendeu verdadeiramente como um assunto de interesse da Sociologia, sendo definido com um fenômeno de causas sociais.

Considerando os célebres nomes da Sociologia, o primeiro estudo a retratar o suicídio como um fenômeno social foi de autoria do sociólogo alemão Karl Marx (1818-1883). Isto mesmo, Marx foi o precursor na análise do suicídio, e não Durkheim, com um ensaio denominado *Sobre o suicídio*, publicado em 1846, que até os dias atuais encontra-se entre os escritos menos conhecidos do renomado sociólogo alemão. De fato, o mesmo revelou excentricidades e escassas semelhanças, em termos de teoria e de método, com os outros constituintes da vasta obra de Marx, revelando, talvez, um motivo para seu tímido reconhecimento.

Primeiramente, *Sobre o suicídio* foi um estudo do início da carreira de Marx: uma fase diferenciada, de transição, na qual seu materialismo histórico dialético ainda estava em construção e o estudioso recebia muitas influências de cunho filosófico idealista oriundas de Hegel. Tais influências foram notadas no existencialismo do tema do ensaio – o suicídio –, destoante dos assuntos analisados no âmbito do materialismo histórico dialético durante a maturidade vindoura do sociólogo alemão, como salientaram Aron (2000) e Lukács (2007) em análise da obra do autor.

Ainda assim, como irei mostrar mais adiante, a crítica das esferas microssociais realizadas em *Sobre o suicídio* não estava isolada da crítica das esferas macrossociais posteriormente desenvolvidas por Karl Marx, sublinhando conexões entre vida privada e vida pública em referência às contradições oriundas do sistema capitalista. Nas palavras de Aron (2000, p. 155):

para ele [Karl Marx] a análise da economia capitalista era a análise da alienação dos indivíduos e das coletividades, que perdiam o controle de sua própria existência num sistema sujeito a leis autônomas. A crítica da economia capitalista era também a crítica filosófica e moral da situação imposta ao homem pelo capitalismo.

Sobre o suicídio não foi de elaboração exclusiva de Marx. O ensaio foi fundamentado sobre as memórias de um francês, Diretor dos Arquivos da Polícia durante a Restauração Francesa, chamado Jacques Peuchet, as quais foram publicadas anos depois da sua morte, em 1838, sob a titulação *Memórias pertencentes aos arquivos da polícia de Paris*. Foi, sobretudo, a seção intitulada *Do*

suicídio e de suas causas que conduziu Karl Marx à elaboração de seu ensaio. De acordo com a resenha crítica de Vieira e Araújo (2016), as memórias de Peuchet manifestavam como ninguém seria indiferente às misérias oriundas das contradições advindas do sistema capitalista.

Tais características conduziram Michael Löwy a introduzir o ensaio de Karl Marx, em sua versão brasileira, com o vocábulo insólito, que significa não habitual ou não frequente, fora do comum, ou ainda, contrário às regras ou às tradições (LÖWY, 2006). É válido recordar que, epistemologicamente, o centro do materialismo histórico dialético de Karl Marx foi uma crítica estruturalista do caráter contraditório do sistema capitalista e sua evolução, envolvendo crises econômicas, conflitos entre classes sociais e uma concludente revolução (ARON, 2000). Mas em *Sobre o suicídio* encontra-se uma crítica diferenciada de Karl Marx sobre o sistema capitalista, onde outras crises – não as econômicas – são enfatizadas.

O contexto de análise do suicídio neste estudo de Karl Marx foi a França do século XIX, durante a Restauração Francesa, isto é, o retorno da Dinastia Bourbon ao reinado. Neste momento aconteciam conflitos revolucionários com o intuito de manter os avanços democráticos da Revolução Francesa e de sua Constituição, que defendiam, entre outros princípios, a igualdade entre as classes e combate aos privilégios políticos (e também econômicos e sociais) da nobreza e do clero.

Nesse contexto, Marx deu visibilidade ao suicídio de mulheres, inclusive nas classes sociais dominantes. Embora as memórias de Jacques Peuchet indicassem maior ocorrência de suicídios entre indivíduos do sexo masculino, dos quatro casos analisados no ensaio de Karl Marx, três referiam-se às mulheres. Cada um dos casos retratava a violência contra o sexo feminino envolvendo um motivo diferente: aborto, ciúmes e virgindade. Para Löwy (2006, p. 18), as mulheres analisadas no ensaio de Marx foram “vítimas do patriarcado ou [...] da tirania familiar, uma forma de poder arbitrário que não foi derrubada pela Revolução Francesa”. Nesse mesmo sentido, Marx (2006, p. 29) afirmou:

entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas-irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência. A Revolução não derrubou todas as tiranias; os males que se reprovavam dos poderes despóticos subsistem nas famílias; nelas eles provocam crises análogas àquelas das revoluções.

A menção à Revolução Francesa consiste em uma crítica ao Código Civil da França de 1804, contexto social em que as mulheres foram consideradas civilmente incapazes e destituídas de direitos individuais. Isto desencadeou a consolidação de estruturas familiares a modelo de estruturas trabalhistas, onde a clássica exploração burguesia-proletariado se reconfigurava no formato homem-mulher. Devido ao Código Civil, as mulheres eram entendidas como propriedade privada no seio de suas famílias, à mercê da violência masculina em sentidos variados. Assim, a decisão entre a vida e a morte era uma das raras escolhas ao alcance das mulheres. Nesse sentido, Marx (2006, p. 48) afirmou que “na ausência de algo melhor, o suicídio é o último recurso contra os males da vida privada”.

Outro elemento relevante desta análise de Karl Marx refere-se às classes sociais das mulheres suicidas, normalmente oriundas de famílias ricas. Com isso, visou demonstrar a ocorrência de contradições negativas advindas do sistema capitalista também sobre as classes sociais dominantes. Na visão de Marx, embora de maneira diferente, o sistema capitalista também provocava sofrimento para a burguesia. Como Löwy (2006, p. 17-18) destacou no prefácio do ensaio de Marx:

[...] a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais.

Assim, o sociólogo alemão reconhecido devido à sua análise de elementos macrossociais, enfatizando as contradições econômicas do sistema – vinculadas com a vida pública –, em *Sobre o suicídio* analisou as esferas microssociais, mostrando como o sistema capitalista também resultava em contradições morais – relacionadas com a vida privada. No dado ensaio, as reflexões de Marx sobre as relações sociais de exploração no ambiente de trabalho foram secundarizadas, na medida em que a ênfase recai sobre as relações sociais de exploração encontradas no seio da família.

No entanto, Karl Marx não deixou de indicar as relações de trabalho entre as causas dos suicídios: “a exoneração de funcionários, a recusa de trabalho, a súbita queda dos salários, em consequência de que as famílias não obtinham os meios necessários para viver, tanto mais que a maioria delas ganha apenas para comer” (MARX, 2006, p. 48). Não obstante, destacou também aspectos morais e subjetivos: “as doenças debilitantes [...], as falsas amizades, os amores traídos, os acessos de

desânimo, os sofrimentos familiares, as rivalidades sufocantes, o desgosto de uma vida monótona, um entusiasmo frustrado e reprimido” (MARX, 2006, p. 24).

Segundo Vieira e Araújo (2016, p. 134), *Sobre o suicídio* consistiu em “uma crítica à sociedade burguesa que não se contenta em abordar suas contradições em âmbito econômico, mas expõe a moralidade burguesa, seus costumes e modo de vida”. Nesse mesmo sentido, Rodrigues (2009, p. 706) relacionou o ensaio de Karl Marx “fundamentalmente, ao caráter (ou à falta de caráter) ético e social da sociedade moderna”. Para Löwy (2006, p. 19), *Sobre o suicídio* é:

uma preciosa contribuição à uma compreensão mais rica das injustiças sociais da moderna sociedade burguesa, do sofrimento que suas estruturas familiares e patriarcais infligem às mulheres e do amplo e universal objetivo emancipador do socialismo.

Não obstante, além das relações existentes entre o suicídio e as instituições familiares, Karl Marx também enfatizou influências advindas de outras instituições. Frente ao contexto analisado, os suicídios ainda sofriam sérias condenações de diversas instituições, como o Estado, a igreja e a imprensa.

Referente ao Estado, na França, os suicídios foram considerados crimes até a Revolução Francesa (1789-1799). Os suicidas eram nivelados a assassinos e suas mortes voluntárias desencadeavam uma série de retaliações sobre seus cadáveres, sendo estas retaliações também estendidas sobre suas famílias. Para Marx (2006), isto soava absurdo, pois se o Estado faltava com os cidadãos no oferecimento de condições socioeconômicas mínimas de vida, suas condenações sobre o suicídio não eram válidas. Se o Estado não exercia seu dever de facilitar a vida dos cidadãos, também não tinha o direito de condenar a morte dos mesmos.

Quando se veem a forma leviana com que as instituições, sob cujo domínio a Europa vive, dispõem do sangue e da vida dos povos, a forma como distribuem a justiça civilizada com um rico material de prisões, de castigos e de instrumentos de suplício para a sanção de seus desígnios incertos; quando se vê a quantidade incrível de classes que, por todos os lados, são abandonadas na miséria, e os párias sociais, que são golpeados com um desprezo brutal e preventivo, talvez para dispensar-se do incômodo de ter que arrancá-los de sua sujeira; quando se vê tudo isso, então não se entende com que direito se poderia exigir do indivíduo que ele preserve em si mesmo uma existência que é espezinhada por nossos hábitos mais corriqueiros, nossos preconceitos, nossas leis e nossos costumes em geral (MARX, 2006, p. 27).

Em outro trecho de seu ensaio, Marx (2006, p. 27) escreveu: “acreditou-se que se poderiam conter os suicídios por meio de penalidades injuriosas e por uma forma de infâmia, pela qual a memória do culpado ficaria estigmatizada; o que dizer da indignidade de um estigma lançado a pessoas que não estão mais aqui para advogar suas causas?” Nesse momento, o sociólogo alemão estende sua crítica à igreja e à imprensa. Mesmo com a descriminalização do suicídio advinda com a Revolução Francesa, estas instituições continuaram maltratando os suicidas e suas famílias. Enquanto a igreja disseminava o ideário de suicida-pecador, a imprensa construía a imagem de suicida-covarde.

Na visão de Marx (2006), os suicídios eram evidência de uma crise social na esfera da vida privada, que somada à crise econômica na esfera pública, auxiliaria a criar uma revolta contra o sistema, destruindo-o e reconstruindo-o em outros moldes – isto é, a revolução socialista. Ao cessar o ciclo de dominação burguesia-proletariado – principal causa do suicídio entre os homens pobres, sobretudo no âmbito da agricultura e da indústria – cessaria também a dominação homem-mulher – principal causa do suicídio entre as mulheres ricas. Marx (2006) entendia a dominação patriarcal como uma extensão da dominação burguesa, sendo ambas frutos do sistema capitalista. Destarte, com a extinção deste sistema por meio da revolução socialista, os suicídios de homens e mulheres, fossem ricos ou pobres, cessariam ou, pelo menos, reduziriam.

Atualmente, no entanto, os estudos sobre suicídio motivados nestes escritos de Marx não costumam enfatizar o ciclo de dominação na vida privada. Ao meu ver, desconsideram as excentricidades do ensaio de Marx e raramente fornecem atenção às relações homem-mulher, priorizando as relações burguesia-proletariado, mesmo ambas sendo consideradas resultantes da estrutura do sistema capitalista.

Por fim, outra constatação interessante – ou talvez a mais interessante – resultante do ensaio *Sobre o suicídio*, de Karl Marx, refere-se à existência de motivações sociais nos suicídios da França do século XIX, considerando a derivação dessas causas das contradições do sistema capitalista em nível de vida pública, mas também de vida privada. Nos termos do autor, “o suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta social geral” (MARX, 2006, p. 29) e “a classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos de nossa sociedade” (MARX, 2006, p. 44).

Assim, Marx entendeu o suicídio como um fenômeno de causas sociais ainda meio século antes de Durkheim. Mas, conforme salientou Rodrigues (2009), em estudo comparativo entre Marx e Durkheim, é importante sublinhar que, apesar dos diferentes paradigmas epistemológicos, os resultados de seus trabalhos são mais complementares do que antagônicos, pois ambos buscaram, ao tratar do suicídio, delimitar a Sociologia como disciplina científica.

De fato, como afirmou Nunes (1998), embora o famoso *O suicídio: estudo de Sociologia*, do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), datado de 1897, não tenha sido a estreia da Sociologia no assunto, foi considerado um marco na ascensão da mesma como ciência autônoma, devido à valorização do método sociológico. Por isso, até os dias atuais, o referido estudo de Durkheim é reconhecido como o mais célebre sobre suicídio no âmbito desta ciência.

Especificamente neste estudo, Durkheim foi metódico com o intuito de endossar a autonomia da Sociologia em relação à Psicologia. Logo, assim como os demais escritos do sociólogo francês, *O suicídio: estudo de Sociologia*, “começa por definir o fenômeno; continua com uma refutação das interpretações anteriores; estabelece uma tipologia; e, com base nessa tipologia, desenvolve uma teoria geral do fenômeno considerado” (ARON, 2000, p. 298).

Quando Durkheim realizou este estudo, a Europa começava a acumular séries estatísticas sobre a ocorrência de suicídios, as quais vinham sendo examinadas na área da saúde em termos psicológicos e psiquiátricos, entendendo o suicídio como resultado de uma patologia. Embora Durkheim tenha admitido a existência de uma predisposição psicológica/psiquiátrica ao suicídio – que era mais comum entre indivíduos neurastênicos, isto é, sofrendores dos nervos –, este seria resultado de uma determinação social. Para Durkheim, se o suicídio fosse meramente a manifestação desta predisposição seria um fenômeno individual, e não social.

Ainda sobre a delimitação entre Sociologia e Psicologia, *O suicídio: estudo de Sociologia* foi cenário de debate entre Émile Durkheim e outro sociólogo francês do fim do século XIX: Gabriel Tarde (1843-1904). De acordo com Consolim (2010), em texto dedicado à análise da discussão entre ambos os autores, existia entre Durkheim e Tarde uma desavença sobre a natureza da Sociologia e sua relação com outras ciências. Enquanto Durkheim explicava os fenômenos sociais por meio de causas específicas e sociológicas, considerando as influências do coletivo sobre o indivíduo,

Tarde, ao contrário, confiava em causas gerais e psicológicas, observando as intervenções do indivíduo sobre o coletivo.

Frente a isso, em seu livro chamado *As leis da imitação*, de 1890, Gabriel Tarde defendeu o suicídio como uma ideia criada e assimilada individualmente e disseminada através da imitação (TARDE, 1993). Como melhor desenvolverei no decorrer desta análise da referida obra de Durkheim, este rebateu a ideia de Tarde mostrando a imitação como uma ocorrência restrita, sem condições de sustentar as estatísticas suicidas da França do final do século XIX.

A grande contribuição realizada por Durkheim ao estudo do suicídio foi a construção do mesmo como uma categoria de interesse científico, considerando os suicídios como fatos sociais. Logo nas primeiras páginas da obra analisada, o sociólogo francês realizou um minucioso exercício de conceituação do fenômeno considerando as características que tornavam, e continuam tornando, estas mortes diferentes de todas as outras. Durkheim (2014, p. 16) concluiu que “chama-se suicídio todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima, e que ela sabia que produziria esse resultado”. Esse é o mais remoto conceito sociológico de suicídio do qual se tem conhecimento, amplamente utilizado até os dias atuais, inclusive em outras áreas da ciência.

Sendo a consciência do resultado do ato a característica divisora entre morte e suicídio, o sociólogo francês assinalou ainda a existência de uma categoria científica intermediária: a do suicídio embrionário. Nesse ponto abro parênteses para um breve comentário: até os dias atuais, embora interessante e inovadora, a formulação de suicídio embrionário não recebeu muito relevo em estudos sobre a temática.

De acordo com Durkheim (2014), o suicídio embrionário referia-se a casos onde a consciência do ato não estaria clara, camuflada em intenções corajosas, devotas, imprudentes ou negligentes. Mesmo diferenciados, os suicídios embrionários mostravam semelhanças com os suicídios em si, pois ambos os tipos vinculavam-se com atitudes que apresentam riscos mortais e que não eram ignoradas pelos agentes sociais, embora as chances de morte fossem menores nos últimos. Assim, ao conceituar os suicídios embrionários, sincronicamente, Durkheim os afastou e os aproximou dos suicídios, mostrando como estes últimos “são apenas a forma exagerada de práticas usuais” (DURKHEIM, 2014, p. 17).

Para além da conceituação do fenômeno, a mais relevante e reconhecida contribuição de Durkheim sobre o suicídio foi o seu entendimento do mesmo como um

fenômeno de causas sociais, de maneira sistematizada. Com fortes influências da Sociologia positivista cunhada por Comte, o sociólogo francês entendeu a coletividade como uma realidade de natureza diferente das realidades individuais e, devido a isso, atrelou as causas dos fatos sociais a outros fatos sociais. Durkheim manteve esta ideia durante toda a sua vida e a mesma é facilmente identificada em todos os seus escritos, inclusive em *O suicídio: estudo de Sociologia*. Isso remete à interferência do coletivo sobre o indivíduo.

O estudo do suicídio trata de um aspecto patológico das sociedades modernas, e revela do modo mais marcante a relação entre o indivíduo e a coletividade. Durkheim quer mostrar até que ponto os indivíduos são determinados pela realidade coletiva. Desse ponto de vista, o fenômeno do suicídio tem excepcional interesse, já que, aparentemente, nada pode ser mais individual do que o fato de um indivíduo destruir sua própria vida. [...] Quando o indivíduo se sente só e desesperado, a ponto de se matar, é ainda a sociedade que está presente na consciência do infeliz, e o leva, mais do que sua história individual, a esse ato solitário (ARON, 2000, p. 298).

Durkheim (2014) notou a existência de causas sociais neste fenômeno observando as taxas de suicídio, consistentes na relação entre o número total de suicídios e o número total de habitantes de um contexto determinado no tempo e no espaço, calculada em confronto com cem mil ou um milhão de habitantes. Ao verificar constância e invariabilidade nas taxas de suicídio em inúmeros países da Europa do final do século XIX, Durkheim (2014, p. 24-25) encontrou uma certa unidade no coletivo de suicídios, o que o levou a concluir que não se tratava de ocorrências isoladas umas das outras, pois existia uma:

tendência ao suicídio pela qual cada sociedade é coletivamente afligida. [...] Cada sociedade está disposta a fornecer um contingente determinado de mortes voluntárias. Essa predisposição pode, pois, ser o objeto de um estudo especial e que concerne à Sociologia. [...] O que este último busca [o sociólogo] são as causas por intermédio das quais é possível agir, não sobre os indivíduos isoladamente, mas sobre o grupo. Por conseguinte, entre os fatores dos suicídios, os únicos que lhe concernem são os que fazem sentir sua ação sobre o conjunto da sociedade. A taxa de suicídios é produto desses fatores. Por essa razão, devemos nos ater a eles.

Assim, na visão de Durkheim (2014), fatores intrassociais e fatores extrassociais não deveriam ser considerados como causa do suicídio, pois não promoviam interferência sobre a taxa. Vale frisar que Durkheim não negou a existência de fatores intrassociais motivadores de suicídios, mas os entendeu como excessivamente individuais e, assim, inócuos em intervir sobre as taxas. Desta

maneira, o caráter do indivíduo e os antecedentes de sua família, entre outros fatores intrassociais, não foram entendidos como assunto de interesse da Sociologia, sendo incumbidos ao domínio da Psicologia. Já no que se refere aos fatores extrassociais, Durkheim não encontrou correlação significativa entre eles e o suicídio. Embora até o século XIX, assentados em observações empíricas, filósofos e até mesmo sociólogos tenham estabelecido conexões entre o suicídio e fatores psicopáticos (alcoolismo e doenças mentais, como a esquizofrenia e a depressão), fatores psicológicos normais (hereditariedade, raça e imitação) e fatores cósmicos (clima e temperatura), Durkheim concluiu que nenhum desses causou alterações na taxa.

Dessa maneira, ao excluir os fatores intrassociais e extrassociais das variações das taxas de suicídio, Durkheim (2014, p. 133), concluiu existir “para cada grupo social, uma tendência específica ao suicídio que não se explica nem pela constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem pela natureza do meio físico”. Estes fatores eram somente causas aparentes dos suicídios. Conforme Durkheim (2014, p. 140), as causas aparentes “indicam os pontos fracos do indivíduo, aqueles por onde a corrente [suicidógena] que vem de fora incitá-lo a se destruir insinua-se com mais facilidade; mas essas causas aparentes não fazem parte da corrente e, por conseguinte, não podem ajudar-nos a compreendê-la”.

Assim, eliminando fatores intrassociais e extrassociais, Durkheim (2014, p. 297) concluiu que “a taxa social de suicídios só se explica sociologicamente”. Frente a isso, construiu uma classificação das causas sociais do suicídio por meio da identificação de inclinações sociais ao egoísmo, ao altruísmo e à anomia, sendo estas as correntes de suicídio. Na visão de Teixeira (2002), em sua releitura de *O suicídio: estudo de Sociologia*, as causas sociais atreladas aos diferentes suicídios da classificação durkheimiana – egoísta, altruísta e anômico – eram oriundas do estremecimento de duas forças sociais: integração e regulação.

Resumidamente, o suicídio egoísta – caracterizado psicologicamente pela apatia – e o suicídio altruísta – qualificado psicologicamente pela paixão – eram classificações contrárias, ambas relacionadas com a integração (ou desintegração) social. Se o suicídio egoísta resultava do excesso de individualização e conferia uma sensação de afastamento do indivíduo em relação ao coletivo, o suicídio altruísta, ao contrário, resultava de uma individualização escassa e imprimia uma sensação de encerramento do indivíduo no coletivo. Já o suicídio anômico, considerado o mais relevante na análise de Durkheim, era psicologicamente assinalado pela irritação e se

vinculava com a regulação, ou melhor desregulação social, sendo característico das sociedades modernas. Frente a isso, este suicídio resultava de um estado de caos, de desregramento, onde os costumes sociais e os valores morais eram renunciados, causando sofrimento ao indivíduo devido ao vácuo entre seus sonhos e suas realizações (DURKHEIM, 2014). Nesse sentido, Durkheim (2014, p. 297) concluiu que:

não é metaforicamente que se diz de cada sociedade humana que ela tem uma inclinação mais pronunciada ou menos pronunciada ao suicídio: a expressão tem fundamento na natureza das coisas. Cada grupo social realmente tem, para esse ato, uma propensão coletiva que lhe é própria e da qual derivam as propensões individuais, não sendo ela o resultado dessas últimas. O que a constitui são as correntes de egoísmo, de altruísmo e de anomia que atormentam a sociedade considerada, com suas consequências, que são as tendências à melancolia langorosa ou à renúncia ativa ou à lassidão exasperada. São essas tendências da coletividade que, penetrando os indivíduos, os determinam a se matar.

Tendo em vista as classificações anteriores, uma afirmação durkheimiana mormente relevante à esta tese de doutorado refere-se ao entendimento do suicídio como um fenômeno estritamente urbano. Durkheim (2014, p. 42) afirmou que “as causas sociais de que depende o suicídio estão, elas mesmas, [...] estreitamente ligadas à civilização urbana, e porque é nos grandes centros que elas são mais intensas”.

Considerando o contexto analisado no estudo de Durkheim, entendo, em resumo, que o avanço da industrialização, e a conseqüente urbanização, estavam contribuindo para a transformação das sociedades tradicionais (rurais, fundamentadas na agricultura) – consideradas simples – em sociedades modernas (urbanas, sustentadas na indústria) – visualizadas como mais complexas, devido a ocorrência de uma diferenciação nas funções sociais dos indivíduos necessária ao trabalho nas fábricas, que não era necessária no trabalho na terra. Essa diferenciação também favoreceu à individualização das sociedades e à passagem da solidariedade mecânica, que era característica das sociedades simples, para a solidariedade orgânica, que passou a qualificar as sociedades complexas. Na solidariedade mecânica predominava a consciência coletiva, pois os indivíduos compartilhavam de valores morais e normas sociais semelhantes, constituindo grupos coesos. Já na solidariedade orgânica, as consciências individuais eram mais acentuadas e os valores morais e normas sociais eram, por vezes, divergentes, sendo necessários

mecanismos formalizados de coerção para a mínima manutenção da coesão social do grupo.

Em outras palavras, Durkheim acreditava que os suicídios eram menos comuns nas áreas rurais porque lá as sociedades eram mais simples, pois o trabalho na agricultura não exigia diferenciação social, sem a qual os valores e os interesses dos indivíduos se mantinham semelhantes e a solidariedade mecânica garantia a coesão social do grupo. As áreas urbanas, ao contrário, com conseqüente desintegração social e debilidade da conexão do indivíduo ao coletivo, criavam condições sociais para suicídios, sobretudo egoístas e anômicos.

Frente a tudo isso, Aron (2000) percebeu que o suicídio na obra de Durkheim, assim como outros problemas sociais observados do ponto de vista durkheimiano, seria um resultado de socialização, de fazer do indivíduo um membro da coletividade, de fazê-lo aceitar os imperativos, as obrigações e as proibições essenciais à vida coletiva.

Nesse sentido, assim como Marx, Durkheim acreditava que as causas sociais do suicídio vinculavam-se, sobretudo, com a estrutura da sociedade. Mas diferentemente de Marx e de seu entendimento de socialismo como revolução, Durkheim confiava no socialismo como organização e moralização da sociedade. Defendia a necessidade de reformas de ordem social e moral por meio da reconstituição das chamadas corporações: espécies de grupos profissionais intermediários entre indivíduo e Estado, dotados de autoridade moral e social para disciplinar a vida econômica, organizando-a e moralizando-a, para que o indivíduo se mantivesse integrado ao coletivo como também não se deixasse levar pela infinidade de seus desejos. Assim, fundamentado em uma ideia de socialismo que visava a criação de grupos profissionais, e não a transformação do estatuto de propriedade, Durkheim acreditava no controle da ocorrência de suicídio (ARON, 2000).

No investimento para sintetizar as ideias de Durkheim sobre suicídio, Aron (2000, p. 305) propõe que:

os suicídios são fenômenos individuais, cujas causas são, contudo, essencialmente sociais. Há “correntes suicidógenas” (para usar a terminologia de Durkheim) que atravessam a sociedade, originando-se não no indivíduo mas na coletividade, e que são a causa real e determinante dos suicídios. Indubitavelmente, estas correntes suicidógenas não atingem indiscriminadamente qualquer indivíduo. Quem se suicida provavelmente estava predisposto ao suicídio pela sua constituição psicológica, por fraqueza nervosa, ou distúrbios neuróticos. Da mesma forma, as circunstâncias sociais

que criam correntes suicidógenas criam também estas predisposições psicológicas, porque os indivíduos, vivendo nas condições peculiares da sociedade moderna, são mais sensíveis e, por conseguinte, mais vulneráveis. [...] Uma vez mais, encontra-se aqui o tema fundamental da sociologia de Durkheim, a saber, o fato de que em si as sociedades são de natureza diferente dos indivíduos. Existem fenômenos e forças cujo suporte é a coletividade e não a soma dos indivíduos. Estes, em conjunto, fazem surgir fenômenos ou forças que só podem ser explicados pela sua conjunção. Há fenômenos sociais específicos que comandam os fenômenos individuais; o exemplo mais notável ou mais eloquente é justamente o das correntes sociais que levam os indivíduos à morte, embora cada um deles pense que está obedecendo apenas a si mesmo, quando na realidade é um joguete dessas forças coletivas.

Após Marx e Durkheim, somente em meados do século XX outros célebres estudiosos da Sociologia voltaram a discutir o suicídio. O primeiro deles foi o sociólogo francês Edgar Morin (1921), em um livro intitulado *O homem e a morte*, no ano de 1951. Todavia, neste livro sua análise da morte e do suicídio foi conduzida através da visão da Antropologia. Embora o propósito desta seção consista em entender como a Sociologia moldou o suicídio em um assunto de interesse científico, ainda assim elaborarei um sintético comentário sobre o estudo de Morin, dada a sua relevância: mesmo no campo da Antropologia, ele revelou um viés crítico no entendimento sociológico do suicídio, já constante nos estudos de Marx e Durkheim, mas que ganhou relevo nos estudos vindouros de outros célebres nomes da Sociologia do século XX: a interferência da relação indivíduo-coletivo sobre o entendimento do suicídio como um fenômeno de causas sociais.

Morin (1970) conectou as causas sociais não somente ao coletivo, mas também ao indivíduo – inclusive, o autor colocou ênfase sobre o indivíduo, considerando o caráter antropológico de seu estudo. Na defesa de sua ideia, assinalou o medo da morte como o medo da ruína da individualidade, somente aliviado através da interação entre os indivíduos. Desta maneira, o autor assinalou como a interação em sociedade seria uma maneira de evitar a ocorrência de suicídio. No seu entendimento, o suicídio era resultado da ascensão do indivíduo sobre o coletivo, causando um sentimento de vácuo societário e uma obsessão em relação à morte. A solidão desencadearia sentimentos de desespero e de desonra, conduzindo ao suicídio: uma última tentativa de reconciliação entre indivíduo e sociedade.

Mais tarde, durante a década de 1960, foi a vez do sociólogo britânico Anthony Giddens (1938) dedicar alguns estudos ao suicídio. Em um artigo intitulado *Suicídio, tentativa de suicídio e ameaça suicida*, de 1964, mostrou como os suicídios, as

tentativas e as ameaças eram, muitas vezes, utilizados como mecanismos de controle, com o intuito de sancionar socialmente outros indivíduos. Para isso, descreveu casos onde estes eram vistos com naturalidade: suicídios de acusados de incesto, com o intuito de não incentivar a sociedade a cometer atitudes semelhantes; tentativas de suicídio devido a casamentos contratuais, com o intuito de sensibilizar a sociedade referente à discordância dos noivos; e ameaças suicidas utilizadas em fóruns como invocação da inocência do acusado. Assim, assinalou o suicídio moderno como o resultado de uma vontade do indivíduo de afetar a sociedade circundante, consciente ou inconscientemente (GIDDENS, 1964).

Dessa maneira, entendendo o suicídio como a manifestação das normas sociais através da decisão do indivíduo de morrer, Giddens entrou em discussão com outros estudos onde esta vontade do indivíduo não era contabilizada. Logo, discutiu especialmente com Durkheim.

Em 1965, com o artigo intitulado *O problema do suicídio na Sociologia francesa*, Giddens assinalou a existência de uma dicotomia entre Sociologia e Psicologia na análise do suicídio, muito proveniente do debate travado entre Durkheim e Tarde no século XIX, dedicado a estabelecer o suicídio como, fundamentalmente, um fenômeno social ou um fenômeno individual. Contudo, para o sociólogo britânico este embate entre a tese sociológica e a tese psicológica era um embate sem sentido, já que ambas as ciências eram capazes de contribuir muito no estudo do suicídio, não devendo ser consideradas dicotomicamente, pois aceitar as interferências de fatores individuais não significava a exclusão dos fatores sociais; e vice-versa.

A tese psiquiátrica sustenta que o suicídio é uma questão “individual”, visto que depende principalmente de mecanismos biopsicológicos “internos” e que, portanto, o estudo do suicídio é um problema psicológico, e não sociológico. Tal argumento, no entanto, só adquire algum peso se aceitarmos o realismo ontológico de uma dicotomia entre a sociedade e o indivíduo. Admitir que a psicologia pode oferecer uma contribuição adequada à análise do suicídio não significa que o suicídio em certos aspectos - sobretudo como fenômeno demográfico - não possa ser estudado na esfera da sociologia; inversamente, aceitar que fatores sociais possam ter seu papel na etiologia do suicídio não envolve a exclusão de outros fatores causais (GIDDENS, 1965, p. 09-10, tradução minha¹).

¹ *The psychiatric thesis states that suicide is an 'individual' matter, since it depends mainly upon 'internal' bio-psychological mechanisms, and that consequently the study of suicide is a psychological rather than a sociological matter. But this argument only has any weight if we accept the ontological realism of a dichotomy between society and the individual. To admit that psychology can properly contribute to the analysis of suicide does not mean that suicide, in certain aspects-particularly as a demographic phenomenon - cannot be studied sociologically; conversely, to accept that social factors play a role in the aetiology of suicide does not entail the exclusion of other factors as having causative force.*

Já em 1966, Giddens publicou o estudo *Uma tipologia de suicídio*, no qual, ao acreditar no suicídio como um fenômeno cujas motivações vinham tanto do nível do indivíduo quanto do coletivo, defendeu a ideia de complementaridade entre a Sociologia, fundamentada nos escritos de Durkheim, e a Psicologia, abalizada nos estudos de Freud, na análise desse fenômeno. Referente à Psicologia, ressaltou como vários casos de suicídio encaixavam-se no âmbito da teoria psicanalítica da depressão, de Sigmund Freud, sendo que entre todos os transtornos mentais, o transtorno depressivo maior era o mais comumente associado ao suicídio, como o próprio Durkheim demonstrou ainda no século XIX, embora sem conceder a devida relevância (GIDDENS, 1966).

Além disso, ao defender sua tese de modernidade radicalizada e sua natureza reflexiva, o autor mostrou como as sucessivas autocríticas sociais sustentadas na constante inovação e renovação de informações contribuíram com mudanças nas relações sociais, cada vez menos pautadas pela tradição e mais pela tecnologia. Como consequência, surgiram sistemas sociais desencaixados, isto é, mais dinâmicos e diversos, caracterizados pelo distanciamento espaço-tempo, que descartou a necessidade dos indivíduos coexistirem no mesmo espaço e no mesmo tempo para poderem se relacionar. O autor salientou a relevância da confiança nestas novas relações sociais, considerando as incertezas derivadas das sucessivas contestações da reflexividade, assim como o individualismo e o isolamento decorrentes de tais incertezas. Giddens também assinalou o fim das metanarrativas, inclusive a de um futuro predizível, e, no seio deste arcabouço teórico, colocou o suicídio, cujas causas sociais brotavam tanto do indivíduo quanto do coletivo.

Além destes, também o sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) dedicou um estudo à morte, intitulado *A solidão dos moribundos*. Escrito em 1982, o estudo marcou a velhice do sociólogo alemão e em muitos momentos fez alusão aos seus mais de 80 anos de vida: Elias deu a entender como ele próprio estaria entre os solitários idosos e/ou enfermos de sua análise. Embora *A solidão dos moribundos* não tenha tratado diretamente do suicídio, ainda assim forneceu uma série de elementos interessantes à crítica do mesmo.

Em *A solidão dos moribundos*, Norbert Elias dedicou especial atenção às mudanças nos modelos de condutas sociais estabelecidos entre os indivíduos de um dado contexto geográfico no decorrer da história. Notou a existência de uma inclinação evolutiva ordenada, sustentada em uma contínua sucessão de problemas

característicos de cada configuração social, que denominou processo civilizador. Este último foi considerado um conceito chave no entendimento de suas contribuições sobre as mudanças de atitude do ser humano diante da morte. Enquanto nas sociedades antigas, a atitude era mitificar a morte, nas sociedades avançadas o autor sublinhou o evitar a morte como atitude mais comum: para manter incólume sua ilusão de imortalidade, começaram a afastar de si os velhos e/ou doentes, recordações irrefutáveis do morrer.

Elias (2001) esclareceu como esta evasão em relação à morte nas sociedades modernas – traduzida através de um convívio restrito com os idosos e/ou enfermos – só é notada se confrontada com o modo como, em outros espaços e/ou outros tempos, a morte era encarada. Nesse sentido, destacou o caráter variável da vivência da morte no decorrer do desenvolvimento de uma dada sociedade e também entre diferentes sociedades, sendo resultante de processos de socialização onde participam uma série de instituições sociais, como a família, a igreja, a saúde pública, etc. Nos termos de Elias (2001, p. 11), “não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: [a morte] foi aprendida”. Nesse sentido, o mesmo pode ser aplicado ao suicídio, também resultante de processos de socialização.

Outro viés interessante do estudo de Elias, facilmente associável ao suicídio, refere-se às mudanças ocorridas nas condutas sociais de verbalização das emoções vinculadas com a morte, contribuintes com a criação de interditos acerca da mesma. Se a morte em si é um tabu, o suicídio é mais ainda. Sobre a censura acerca da verbalização de emoções vinculadas com a morte, Elias (2001, p.77) afirmou que “o constrangimento social, o véu de desconforto que frequentemente cerca a esfera da morte em nossos dias é de pouca ajuda; talvez devêssemos falar mais aberta e claramente sobre a morte”. Essa premissa que Elias elaborou sobre a morte é encontrada atualmente no âmbito das intervenções da área da saúde sobre o suicídio. Principalmente em estudos e instituições de cunho voltado à Psicologia, o falar sobre o suicídio é defendido como uma relevante estratégia de enfrentamento e prevenção.

Outro estudioso a mencionar a temática do suicídio foi o francês Michel Foucault (1926-1984). Dentre os demais estudiosos analisados, foi o único a cometer tentativas de suicídio. Sua menção mais conhecida sobre a temática foi realizada em um de seus mais famosos escritos: *A vontade de saber*, volume de início de *História da sexualidade*, datado de 1976, na última seção, denominada *Direito de morte e poder sobre a vida*. Ali o autor sublinhou a contínua conversão da morte e, sobretudo

do suicídio, em um interdito (FOUCAULT, 1988). Embora, nesse sentido, existem semelhanças entre o pensamento de Foucault e o pensamento de Elias, ambos indicadores do recalçamento da morte, Foucault não irá relacionar isso ao processo civilizador.

Analisando a realidade da França, Foucault (1988) sublinhou uma transformação do direito do Estado sobre a vida e a morte dos indivíduos, de uma acentuação sobre a morte rumo à uma ênfase sobre a vida. No Antigo Regime da França, o direito do Estado, retratado através do soberano, sobre a vida e a morte de seus súditos era, na verdade, um direito concentrado em causar a morte. Nos termos de Foucault (1988, p. 128), “o soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir”. O autor acrescentou ainda que “o poder era, antes de tudo, [...] direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida e suprimi-la” (FOUCAULT, 1988, p. 128).

Mas, em meados do século XVIII, ocorreram mudanças na maneira de exercer este direito e o Estado deixou de concentrar-se sobre causar a morte de criminosos, centrando-se em incentivar a vida de todos os indivíduos. Assim, o poder do Estado deslocou-se da esfera jurídica rumo à esfera biológica. Para Foucault (1988), isto significou o surgimento do biopoder e da biopolítica, fundamentados em intervenções e normatizações sobre os corpos e as populações, estando a serviço do sistema capitalista ascendente, constituído por sociedades disciplinares.

As intenções do biopoder e da biopolítica eram conhecer, organizar, aproveitar e maximizar as condições de vida individuais e coletivas, reduzindo riscos, acidentes, deficiências, desvios, enfermidades e mortes. Quanto mais e melhor vivessem os indivíduos, mais úteis seriam ao desenvolvimento do sistema capitalista (FOUCAULT, 1988).

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. [...] O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis [...] (FOUCAULT, 1988, p. 133).

Em virtude disso, a morte foi invisibilizada nas sociedades disciplinares, pois demarcava o momento de libertação do indivíduo do biopoder e da biopolítica. Anteriormente, a morte não significava o encerramento do poder, mas a transição deste das mãos do Estado para as mãos de Deus. Mas, como salientou Quintanas (2010, p. 173, tradução minha²), em seu estudo referente às ideias foucaultianas sobre a morte, “quando a gestão da vida se torna o objetivo principal do poder, a morte se converte em um âmbito incômodo; a morte, como momento de extinção da vida, estaria fora do alcance dos mecanismos do biopoder, representaria o seu limite externo”. Devido a isso, a morte foi sendo cada vez mais evitada, empurrada para o domínio do íntimo e do privado (FOUCAULT, 1988).

É esse o contexto das menções do estudioso francês sobre o suicídio, considerado uma maneira contraditória de vivenciar a morte nas referências estabelecidas nas sociedades em normalização dada a ascensão do biopoder e da biopolítica.

Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação; a morte é o limite, o momento que lhe escapa; ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais “privado”. Não deve surpreender que o suicídio - outrora crime, pois era um modo de usurpar o direito de morte que somente os soberanos, o daqui debaixo ou o do além, tinham o direito de exercer - tenha se tornado, no decorrer do século XIX, uma das primeiras condutas que entraram no campo da análise sociológica; ele fazia aparecer, nas fronteiras e nos interstícios do poder exercido sobre a vida, o direito individual e privado de morrer. Essa obstinação em morrer, tão estranha e contudo, tão regular, tão constante em suas manifestações, portanto tampouco explicável pelas particularidades ou acidentes individuais, foi uma das primeiras surpresas de uma sociedade em que o poder político acabava de assumir a tarefa de gerir a vida (FOUCAULT, 1988, p. 130-131).

Estudiosos de Foucault afirmam que neste trecho o autor não somente assinalou a ascensão do direito de morrer ou matar-se, como também discutiu com Durkheim, indicando a verossimilidade de vínculos entre a ascensão deste controle sobre a vida (através da contenção da morte) e dos estudos sociológicos sobre suicídio, como se estes últimos estivessem à serviço da sociedade disciplinar (ROMERO; GONNET, 2013).

² Cuando la gestión misma de la vida deviene el objetivo principal del poder, la muerte se convierte en un ámbito incómodo. La muerte, como momento de extinción de la vida, quedaría fuera del alcance de los mecanismos del biopoder, representaría su límite externo.

Embora tanto Foucault como Durkheim tenham observado o suicídio como um fenômeno de causas sociais, é relevante destacar que Durkheim analisou o suicídio como resultado de uma sociedade carente de normas, enquanto Foucault, ao contrário, compreendeu o suicídio a partir de sociedades altamente normativas, sobretudo centradas em asseverar a manutenção da vida a todo custo.

Em um texto intitulado *Um prazer tão simples*, de 1979, Foucault intercedeu em favor do suicídio, afirmando-o como um direito. Neste texto, o autor francês demonstrou como nos contextos sociais atuais é vedado ao indivíduo falar com naturalidade sobre a morte, demarcando a lacuna existente entre as solenidades características do nascimento e os silêncios acerca da morte. A defesa de Foucault sobre o suicídio foi realizada no sentido de por que nos submetemos ao acaso da morte mesmo em situações onde a morte é uma certeza? (FOUCAULT, 1999). Nesse sentido, ao entender o suicídio como um direito médico-jurídico, estes estudos de Michel Foucault vêm sendo utilizados sobretudo no âmbito do Direito, mais do que na Sociologia, abordando temáticas como eutanásia, suicídio assistido e outras.

Michel Foucault também mencionou a temática do suicídio em uma entrevista no ano de 1981, na qual relatou como olhar a morte de frente, sem sentir medo, era uma atitude audaciosa em nossas sociedades disciplinares, as mesmas sociedades que rotularam o suicídio como um fenômeno característico de indivíduos considerados “anormais”, como era o caso dos homossexuais, assim como Foucault.

Uma das coisas que me preocupa há um certo tempo, é que me dou conta do quanto é difícil se suicidar. Refletem e enumeram o pequeno número de meios de suicídios que temos à nossa disposição, cada um mais desgostoso que o outro: o gás, que é perigoso para o vizinho, o enforcamento que é tão desagradável para a faxineira que descobre o corpo na manhã seguinte, atirar-se pela janela, isso suja a calçada. Além do mais, o suicídio é, certamente, considerado de maneira mais negativa para a sociedade. Não somente se diz que não é bom se suicidar, mas se considera que se alguém suicida é porque estava muito mal (FOUCAULT, 1981, p. 07).

Nesse sentido, Foucault (1981; 1999) esclareceu que a normalização das sociedades devido à ascensão do biopoder e da biopolítica classificou os indivíduos entre corretos e errados, bons e maus, normais e anormais, visando melhor controlar estes indivíduos à execução de suas funções no coletivo. Esta espécie de patologização do suicídio ocorreu porque este, como já sublinhei anteriormente, não servia aos interesses do sistema capitalista, uma vez que apenas mentes e corpos disciplinados poderiam garantir a produtividade necessária à sobrevivência e à

ascensão do sistema. Assim, neste modelo de pensamento, o suicídio representava uma mente e um corpo não disciplinados, desobedientes ao biopoder e à biopolítica: verdadeiras ameaças não só à reprodução do capital, mas também ao controle político.

Embora nesse ponto existam semelhanças entre o ideário de Foucault e Marx, sublinho que diferentemente do que pensava este último, Foucault não acreditava que o poder – criador e carrasco do suicídio – estivesse concentrado no embate entre burgueses e proletários, mas sim presente em todos os contextos e relações macro ou microssociais. Para encerrar minha leitura de Foucault sobre a morte e o suicídio, friso também que, diferentemente de Marx e Durkheim que estavam preocupados em conter os suicídios, Foucault visava consentir e reconhecer estas mortes como um direito.

Em conclusão, constatei a contribuição dos citados estudos sociológicos de Marx, de Durkheim, de Morin, de Giddens, de Elias e de Foucault na construção do suicídio como um fenômeno de causas sociais e, concomitantemente, na sua desconstrução como um fenômeno de causas naturais. Nesse sentido, o suicídio ascende como um problema sociológico – não como um problema biológico – e valoriza, em conformidade com os preceitos epistemológicos aplicados, variadas condicionantes sociais: microssociais e macrossociais, identitárias e estruturais, subjetivas e objetivas, etc., de maneira isolada e/ou conectada.

Diante desta retomada, utilizando o referencial teórico de Bourdieu (2001b), ousou reiterar a relevância dos estudos sociológicos no exercício científico de superar a ilusão naturalista, oriunda do senso comum, de considerar como fenômenos da natureza certos fenômenos da sociedade. Na visão do autor não existem atributos inerentes à natureza da humanidade, nem mesmo existe natureza da humanidade: esta, na verdade, é resultado da socialização. Portanto, estas considerações não só autenticam, como reiteram o meu entendimento dos suicídios dos fumicultores familiares como fenômenos socialmente construídos: embora possam comportar causas individuais vinculadas à saúde, ainda assim os suicídios estão inseridos em um universo de circunstâncias sociais interferentes sobre os mesmos.

1.2 SUICÍDIO COMO TEMÁTICA DOS ESTUDOS SOCIAIS RURAIS

Embora as primeiras preocupações sociológicas com as sociedades rurais remetam ao século XVII, a Sociologia Rural como ciência desmembrada da Sociologia Geral foi desenvolvida inicialmente nos Estados Unidos, somente na transição do século XIX para o século XX. Nesse momento, esta ciência investiu especificamente no estudo das sociedades rurais, renunciando a sua inserção em sociedades maiores (RIOS, 1979).

Como salientado nos escritos de Martins (1986) e Froehlich (1994), referentes às críticas existentes sobre este ramo científico, a Sociologia Rural de vertente americana interiorizou os fundamentos funcionalistas de Émile Durkheim, sustentando-se em um ideário de contraste entre as características sociais das áreas rurais e urbanas. Carmo (2009), estudando a evolução desta ciência, considerou os raciocínios durkheimianos centrais na constituição dos referenciais analíticos acionados em seus estudos.

Assim, desde a sua institucionalização ainda na década de 1910, a característica mais marcante da Sociologia Rural foi o seu caráter dicotômico, concentrando-se, então, em constatar as antinomias sociais pretensamente primordiais existentes entre sociedades rurais e urbanas, servindo à conformação de uma secessão entre as mesmas, concebendo-as como universos contrários e conceituados inversamente através de características duais, isto é, ausentes em um mas constantes no outro. Nos termos de Marques (2002, p. 97), ponderando sobre estas concepções, “nesta classificação o espaço rural corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características”.

Logo, no âmbito desta Sociologia Rural de vertente americana, se os suicídios eram característicos das sociedades urbanas – como salientado nos escritos durkheimianos mencionados na seção antecedente –, não o eram das sociedades rurais. Nesse ínterim, dentre as inúmeras dualidades acionadas na Sociologia Rural – como as diferenças ocupacionais; diferenças ambientais; diferenças no tamanho das populações, na densidade populacional e na homogeneidade/heterogeneidade das populações; diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social; diferenças na mobilidade social; e diferenças na direção da migração, enfatizadas nos estudos americanos (SOROKIN *et al.*, 1986) –, duas delas contribuíram significativamente com o ideário de imunidade das sociedades rurais ao suicídio:

naturalidade (rural) *versus* artificialidade (urbano) e coletividade (rural) *versus* individualidade (urbano).

Referente ao contraste naturalidade *versus* artificialidade, a Sociologia Rural interiorizou-o das Artes, da História e da Literatura. De acordo com Williams (2011), estas outras referidas ciências incentivaram a construção de uma visão sublime das áreas rurais. Instrumentadas de certo sentimentalismo, criaram uma sólida associação entre sofrimento e meio urbano, sendo as áreas rurais consideradas imunes às coisas mundanas causadoras de sofrimento em virtude de sua intimidade com a natureza, criadora de amor, serenidade, solidariedade, ócio, etc. E este imaginário bucólico e idílico da vida na natureza não combinava com a ocorrência de suicídio.

Assim, considerando o seu caráter dicotômico, a Sociologia Rural, estimulou a bucolização e/ou idilização das áreas rurais em razão de sua intimidade com a natureza. Nos termos de Arias e Blanco (2010, p. 195, tradução minha³), em estudo sobre os suicídios nas áreas rurais da América Latina, o “discurso dominante e idealizado do rural como idílico contribuiu para segregar e excluir grupos considerados como constituídos por uma barreira natural contra as pressões que afetam sua saúde mental, ao contrário de seus pares urbanos”.

Já referente ao contraste coletividade *versus* individualidade constante na Sociologia Rural, o mesmo sobreveio da Sociologia Geral. Concernente à convivência societária, em virtude dos escritos de Émile Durkheim, o suicídio foi classificado como um acontecimento estritamente urbano. Como mencionado na seção anterior, na visão do autor, as causas sociais vinculadas ao suicídio não eram encontradas nas áreas rurais em razão de sua elevada coesão societária retratada como solidariedade mecânica, evitando, assim, circunstâncias de anomia comuns nas áreas urbanas e motivadoras de suicídios (DURKHEIM, 2014).

Para Arias e Blanco (2010), analisando os suicídios na América Latina, esta dualidade suscitou o entendimento dos suicídios nas áreas rurais como acontecimentos extraordinários, isto é, incomuns, visualizados como anomalia ou anedota. Logo:

os estudos sobre suicídio na região enfatizaram principalmente a realidade urbana, ao considerar de maneira estereotipada que nesses espaços a

³ *Discurso dominante e idealizado de lo rural como idílico ha contribuido a segregar y excluir grupos a los que se considera como constituídos por una barrera natural contra las presiones que afectan su salud mental, al contrario de sus pares urbanos.*

pressão social e econômica, o isolamento social e o individualismo são maiores, e que esses fatores se correlacionariam com uma maior ocorrência de suicídios. [...] Isto explicaria que feitos muitas vezes violentos, como o suicídio, sejam vistos como parte do mito e da anedota de comunidades onde se personificam as características do imaginário latino-americano. [...] Nisso, a literatura do suicídio, em geral, tem sido associada a estereótipos, enfatizando que um modo de vida mais harmonioso e solidário faz com que os estudiosos concluam que os moradores rurais (incluindo grupos indígenas) são menos propensos a ter problemas de comportamento suicida, em oposição à realidade urbana (ARIAS; BLANCO, 2010, p. 187 e p. 195, tradução minha⁴).

Devido a estes atributos de naturalidade e de coletividade atrelados às áreas rurais, consolidaram-se mitos de que as sociedades rurais seriam mais felizes e mais saudáveis do que as sociedades urbanas, invisibilizando, assim, a ocorrência de suicídios (BRANGEON; JÉGOUZO, 1977; ARIAS; BLANCO, 2010). Desta maneira, o caráter dicotômico da Sociologia Rural contribuiu significativamente com a omissão do suicídio em seus escritos. Entretanto, esta ausência do suicídio como problema sociológico rural não simbolizava necessariamente a sua inexistência como problema social rural, isto é, mesmo não sendo manifestados nos estudos sobre as sociedades rurais, os suicídios ocorriam.

No Brasil, por exemplo, os estudos clássicos referentes à constituição de nossas sociedades rurais – como *A Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior (PRADO JÚNIOR, 2011), *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (FREYRE, 2006), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA 1995), entre outros –, não versaram sobre este assunto.

Contudo, historiadores ressaltaram a ocorrência de suicídios ainda nas sociedades escravocratas. Esse é o caso da pesquisa de Ferreira (2004) que, analisando documentos históricos referentes à Bahia da segunda metade do século XIX, percebeu que o suicídio era um comum mecanismo de resistência entre os escravos, sendo utilizado como uma medida extrema com vistas à sua alforria. Outra constatação interessante foi a de como os suicídios eram ocultados entre os senhores

⁴ Los estudios sobre suicidio en la región se han enfocado principalmente a la realidad urbana, al considerar de manera estereotipada que en esos espacios la presión social y económica, el aislamiento social y el individualismo son mayores, y que estos factores se correlacionarían con una mayor ocurrencia de suicidios. [...] Esto explicaría que hechos a menudo violentos, como el suicidio, sean vistos como parte del mito y lo anecdótico de comunidades donde se personifican los caracteres del imaginario latinoamericano. [...] En esto, la literatura del suicidio, en general, ha estado ligada a los estereotipos, haciéndose énfasis en que una forma de vida más armoniosa y de apoyo mutuo hace que los estudiosos concluyan que los habitantes rurales (incluyendo grupos indígenas) tienen menos probabilidades de experimentar problemas de comportamiento suicida, contrapuesto a la realidad urbana.

de escravos, com o propósito de evitar as sanções morais e até mesmo cristãs concernentes às mortes. Para ilustrar, o autor narrou o caso do suicídio de um senhor de escravos através de envenenamento, salientando o seu cuidado em mascarar a voluntariedade de sua morte simulando um afogamento, sendo este último facilmente confundível com um acidente (FERREIRA, 2004). Sem dúvidas esta espécie de ocultamento dos suicídios também contribuiu com a sua ausência nos estudos sociais rurais até recentemente.

Sendo assim, a autenticação do suicídio como um assunto de interesse da Sociologia Rural só ocorreu diante da dissolução da dicotomia entre sociedades rurais e urbanas. Esta dissolução começou a ser construída ainda na década de 1960, com a colocação de severas críticas à redução analítica inculcada às áreas rurais através dos contrastes anteriormente mencionados, conduzidas sobretudo no âmbito da Sociologia Rural de vertente francesa. Na visão de Henri Mendras, um dos ícones da vertente francesa, esta orientou-se rumo à “uma definição cada vez mais refinada do objeto da Sociologia Rural”, assim como visou “indagações do tipo teórico” e abordou “os problemas da Sociologia Rural numa perspectiva global, através de uma grande e constante indagação do que é urbano” (MENDRAS, 1969, p. 07).

Com estas inclinações, a vertente francesa contribuiu para a revitalização da Sociologia Rural e para a reconciliação entre sociedades rurais e urbanas, num cenário onde urbanidades começaram a ser visualizadas nas áreas rurais e ruralidades nas áreas urbanas, excedendo os contrastes naturalidade *versus* artificialidade e coletividade *versus* individualidade, assim como outros contrastes mantenedores dos suicídios internos aos contornos das áreas urbanas. Para Mendras (1969, p. 35), “a oposição entre cidade e campo não é, porém, senão uma face da realidade, pois os citadinos e os rurícolas formam, em certos aspectos, uma única sociedade”.

Não somente, a Sociologia Rural de vertente francesa convidou outras ciências a auxiliar no entendimento das sociedades rurais, sobretudo outras ciências sociais. Nos termos de Mendras (1969, p. 41-42), “o meio rural é um campo de investigação para todas as ciências sociais e seu estudo não constitui uma disciplina autônoma”, pois “os homens da cidade e do campo interessam igualmente ao psicólogo, ao demógrafo, etc”. Mais tarde, esta característica da Sociologia Rural de vertente francesa se mostrou relevante na consolidação de estudos sociais rurais sobre

suicídios, envolvendo não só outros ramos das ciências sociais, mas até mesmo as ciências da saúde.

Portanto, somente com a decadência da dicotomia até então existente entre sociedades rurais e urbanas, o suicídio foi autenticado como objeto científico da Sociologia Rural. Tanto no cenário internacional como no nacional, isso aconteceu sobretudo da década de 1990 em diante, com o incremento das estatísticas suicidas nas áreas rurais concomitantemente aos crescentes inconvenientes ambientais, culturais, econômicos e sociais oriundos da modernização das mesmas.

No âmbito da Sociologia Rural de vertente francesa, a modernização das áreas rurais foi uma medida severamente criticada, sendo oriunda do ideário defendido no cerne da Sociologia Rural de vertente americana. Afinal, esta última, devido à dicotomia, contribuiu não somente com a criação de uma noção errônea de ausência de suicídios nas áreas rurais, mas ausência de uma série de condicionantes socioeconômicas necessárias ao desenvolvimento, incitando a modernização. Assim, na visão de Martins (2001, p. 31-32):

nenhum campo da Sociologia ficou mais exposto ao desencantamento do que a Sociologia Rural. Porque nenhum ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da história, supostas ilhas de primitivismo no suposto país da modernidade. [...] Quando assumiu o mundo rural como objeto, a Sociologia Rural o fez mais como adversária do que como ciência isenta e neutra. Mais como ciência da modernização do que como ciência aberta à compreensão dos efeitos destrutivos e perversos que não raro a modernização acarreta. A modernização é um valor dos sociólogos rurais e não necessariamente das populações rurais, porque, de fato, para estas não raro ela tem representado desemprego, desenraizamento, desagregação da família e da comunidade, dor e sofrimento.

Diante disso, no Brasil, por exemplo, na década de 1990, os estudos sociais rurais concentraram-se em reconceituar a ruralidade, excedendo a dicotomia até então reinante, muito em virtude do maior acercamento entre áreas rurais e urbanas oriundo das medidas modernizadoras. Não obstante, também analisaram os inconvenientes da modernização sobre as áreas rurais, enfatizando a subordinação à industrialização ocorrida em certas atividades, como no caso da fumicultura (BRUMER; SANTOS, 2006).

Nesse contexto assomou o interesse sobre os suicídios de agricultores. Como a modernização serviu ao desmonte dos mitos de imunidade incutidos às sociedades rurais em referência ao suicídio mostrou-se, assim, em maior ou menor medida, um

tema relevante na autenticação dos suicídios nas áreas rurais como problemas sociais possíveis e como problemas sociológicos cabíveis, embora não o único. Considerando o volume de escritos sobre a modernização – ostensivamente analisada nos estudos sociais rurais –, não irei esmerar-me sobre as suas minúcias, mas sim esclarecer como estes estudos vincularam-a aos suicídios. Vale ressaltar somente o entendimento da modernização como uma série de intervenções realizadas sobre as áreas rurais com o intuito de industrializá-las, acreditando neste enredo como o mais conveniente com vistas ao desenvolvimento, sendo estatalmente defendido por meio de políticas públicas implementadas pela pesquisa agropecuária e pela extensão rural.

Primeiramente, essa autenticação foi observada ainda no decorrer das décadas de 1970 e 1980, mediante estudos voltados a entender o aumento dos casos de suicídio entre os indígenas. De acordo com o inventário estatístico de Oliveira e Lotufo Neto (2003), entre as sociedades étnicas, os grupos indígenas contavam com as maiores estatísticas suicidas, chamando atenção os casos dos nativos da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos, da Nova Zelândia, etc.

No Brasil, especificamente, as explicações sociológicas para os numerosos suicídios entre os povos Kaiowá, Paresi, Sorowahá, Tikúna, Yanomami, entre outros, manifestaram vínculos com os inconvenientes da modernização das áreas rurais: estes suicídios eram entendidos como um modelo culturalmente aceito de resolução de contradições, principalmente as envolvidas no contato interétnico (DAL POZ, 2000; ERTHAL, 2001; OLIVEIRA; LOTUFO NETO, 2003; FOTI, 2004).

Destarte, de acordo com Foti (2004), sobre os suicídios dos Kaiowá no Mato Grosso do Sul, considerados os casos de maior reverberação nos meios de comunicação, estas mortes vinculavam-se com a aculturação sofrida no contato interétnico violento, onde o seu modo de vida era constantemente ameaçado por meio do avanço dos cultivos e das criações sobre as florestas, onde estavam situadas suas reservas.

Posteriormente, na década de 1990, os estudos sociológicos inclinaram-se sobre os suicídios de grupos de agricultores, verificando o aumento dos índices de mortalidade suicida nas áreas rurais de inúmeras nações. Muitos desses estudos trouxeram à tona vastas discussões científicas referentes aos vínculos entre as mudanças estruturais (objetivas) e identitárias (subjetivas) decorrentes da modernização das áreas rurais e estas mortes.

Arias e Blanco (2010), em estudo sobre os suicídios nas áreas rurais da América Latina, incluindo o Brasil, mostraram como as intervenções associadas ao ideário de modernização, acionadas na metade do século XX, criaram uma ilusão de desenvolvimento nas áreas rurais, até então ditas atrasadas. Contudo, as metas de êxito econômico não foram auferidas e os contrastes socioeconômicos decorrentes destas intervenções acentuaram as vulnerabilidades, conduzindo a situações de frustração e, conseqüentemente, de incremento das taxas suicidas.

Nesse mesmo sentido, Perez (2013), notou as mudanças socioeconômicas advindas da modernização sobre áreas rurais colombianas, afetando até mesmo os estilos de vida dos agricultores, suas relações sociais e os modos como se comportam e se percebem. Na visão da autora, ao analisar os suicídios, um efeito relevante da modernização consiste na redução da autonomia dos agricultores: a ausência da independência sobre os processos produtivos e até mesmo sobre as propriedades rurais gera insegurança, sendo comuns situações de endividamento como tentativa de retomar a autonomia, embora esta raramente resulte em êxito. Diante disso, vale destacar ainda o estudo antropológico de Leal (1992) sobre os suicídios no Rio Grande do Sul, em áreas de criação extensiva de animais. Na análise da autora, o estilo de vida dos gaúchos torna-se um ponto importante a ser considerado no entendimento dos suicídios, enfatizando o ideário de autonomia, por meio de preceitos de masculinidade, honra e liberdade, como interferente sobre as decisões de vida e morte.

Conforme o estudo de Rita Heck⁵, referente aos suicídios de colonos alemães de Santo Cristo, no estado do Rio Grande do Sul, conduzido durante o momento de dissolução da dicotomia entre rural e urbano, a modernização das áreas rurais, considerando as metamorfoses ocorrentes sobre as atividades econômicas, motivou mudanças sobre os costumes culturais, as normas sociais e, até mesmo, sobre os valores morais dos colonos alemães estudados, exteriorizando, assim, sofrimentos convenientes ao suicídio (HECK, 1994).

Na visão da autora, com a modernização “muda-se completamente a dinâmica econômico-social da pequena propriedade, que implica em mudanças nas técnicas de produção do colono e a fixação da monocultura, praticamente inviável num

⁵ Único estudo sobre a temática existente no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria até o desenvolvimento deste meu estudo, estando ambos situados a mais de vinte anos de distância um do outro.

pequeno espaço de terra” (HECK, 1994, p.71). Embora entenda a existência de inúmeras causas relacionadas aos suicídios dos colonos alemães de Santo Cristo, a autora ressalta a relevância de considerar a modernização no estudo destas mortes, dada a extensão das mudanças decorrentes da mesma nas áreas rurais, em termos estruturais e identitários (HECK, 1994).

Segundo Werlang (2013), analisando o caso das atividades agropecuárias altamente integradas às agroindústrias no Rio Grande do Sul, a modernização é considerada causadora de um processo de precariedade social onde a violência econômica e técnica exercida sobre as famílias rurais resulta em sociopatologias. Além disso, os estudos de Mendes e Werlang (2014; 2015), sobre as áreas rurais do Rio Grande do Sul, abordam como a modernização afetou as condições de trabalho encontradas nas atividades agropecuárias, não só excluindo muitas famílias rurais dos processos produtivos agropecuários, como submetendo muitas ao domínio das agroindústrias, sem poder de decisão sobre seus processos produtivos, descortinando a precariedade das condições de trabalho em muitas áreas rurais e a possibilidade destas incitarem a ocorrência de suicídio.

[...] Ser agricultor familiar e viver desse trabalho não é uma tarefa fácil. As relações econômicas e sociais que estão sendo estabelecidas no campo encontram-se, sem sombra de dúvidas, submetidas às exigências do capital, [...] assim como a integração com a indústria, pode ser vista como uma forma de acentuação da exploração capitalista no campo e que flexibiliza e precariza as relações de trabalho visando a reestruturação produtiva: é preciso ampliar a margem de lucro e explorar cada vez mais o trabalho no mais longínquo dos espaços, seja este qual for. [...] Assim, mais do que mortes autoprovocadas, os suicídios nas áreas rurais do Rio Grande do Sul estão a denunciar uma degradação nos modos de vida daquela população. É um indicador importante para que se possa pensar sobre a violência de alguns procedimentos econômicos, do alcance de tais procedimentos. Ademais, permite que se reflita sobre o trabalho ali realizado, as condições de desenvolvimento deste trabalho e que tem gerado sofrimento, afetando, sobremaneira, a saúde mental da população rural e produzindo morbidade (MENDES; WERLANG, 2015, p. 156-157).

Além disso, de acordo com Arias e Blanco (2010), analisando a situação da América Latina, no encerramento do século XX o insucesso da modernização conduziu a uma nova onda de intervenções com vistas à conformação de mercados de insumos e de produtos agropecuários globalizados. Na visão dos autores, estas intervenções novamente serviram ao aumento dos níveis de estresse e de insatisfação dos agricultores diante da necessidade de acomodar-se a essas mudanças.

Em virtude disso, também estudos referentes aos efeitos desta nova onda de modernização sobre as áreas rurais da Índia abordaram o crescente número de suicídios entre os agricultores. Para Assadi (2006), estes suicídios são resultantes de uma crise agrícola maciça advinda do desenvolvimento econômico indiscriminado perseguido pelo Estado indiano. Na visão de Shiva (2004), devido à modernização e à globalização, a agricultura na Índia está sendo desvinculada da biodiversidade, do clima e da terra, sendo vinculada, cada vez mais, às corporações e aos mercados globais, inviabilizando a sobrevivência de inúmeras famílias rurais nestas atividades econômicas. Não obstante, o endividamento oriundo do aumento dos custos de produção – graças à incorporação do pacote tecnológico de agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes melhoradas – e da redução dos preços das *commodities* agropecuárias vêm intensificando a ocorrência de suicídios. Além disso, este cenário contribui com a dissociação da identidade do agricultor, em termos culturais, econômicos e sociais. Contudo, a autora denuncia o esforço de entidades estatais indianas em dissimular a associação entre suicídios e a modernização, colocando ênfase em outras motivações a fim de tirar o foco do endividamento.

De maneira semelhante, vale ressaltar os estudos sobre suicídios de agricultores referentes à Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia, sobretudo no caso da França. Estes mostraram como a modernização, ao ocasionar mudanças estruturais sobre as áreas rurais, ocasionou, também, mudanças identitárias, num intrincado movimento de aculturação e de redução da autonomia diante da crescente industrialização (JACQUES-JOUVENOT, 2013; DROZ *et al.*, 2014).

A PAC e suas reformas levaram a uma reestruturação das áreas rurais, com: o desaparecimento acelerado das pequenas explorações agrícolas; o aumento contínuo do tamanho das restantes; a superprodução e a diminuição dos preços dos produtos agrícolas; a diminuição da renda dos agricultores; os problemas ambientais e sanitários; e a dependência crescente de políticas públicas. Essas transformações tiveram diversos efeitos sobre o âmbito da economia, da saúde e da identidade dos agricultores, assim como do sentido dado à agricultura (DROZ *et al.*, 2014).

Na visão dos autores, a modernização consolidou a necessidade de um severo comando administrativo dos estabelecimentos – mais burocracia, mais controle, mais documentos –, convertendo os males mentais em acontecimentos recorrentes e se mostrando relevante nos itinerários sociais de inúmeros suicidas rurais franceses

diante da desvalorização do saber-fazer das atividades agropecuárias, antes considerado suficiente (JACQUES-JOUVENOT, 2013; DROZ *et al.*, 2014). Destarte, em estudo referente à bovinocultura de leite na França, encontrei a seguinte alegação:

se foi o tempo onde o trabalho com os animais, a proximidade da natureza, a solidariedade da comunidade e da família tornavam o trabalho na agricultura interessante; essa época, nos dias atuais, parece muito distante. Viver no interior não protege nem da doença, nem do estresse e, menos ainda, do suicídio (JACQUES-JOUVENOT; LAPLANTE, 2009, p. 69, tradução minha⁶).

Diante deste cenário, minha intenção consiste em esclarecer o seguinte: se os estudos sociais rurais continuassem insistindo acriticamente na dicotomia entre sociedades rurais e urbanas, sem observar os inconvenientes da modernização e sem considerar as contribuições de outros ramos circunvizinhos das ciências sociais e das ciências da saúde, dificilmente os suicídios de agricultores seriam reconhecidos como um problema social e como um problema sociológico, se seriam.

Assim, cabe a colocação do sociólogo francês Pierre Bourdieu: ao ser socialmente construída, a ciência também vai construindo socialmente. Nos termos do autor, “para saber construir o objeto e conhecer o objeto que é construído, é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é consciente e metodicamente construído” (BOURDIEU *et al.*, 2002, p. 64).

Destarte, esta sucinta retomada da ascensão e da consolidação dos suicídios como objeto científico dos estudos sociais rurais enfatizou como os mesmos consistem em construções sociais, sendo seu entendimento cambiante no espaço e no tempo em razão de mudanças ocorridas, inclusive, nos referenciais científicos. Além disso, embora a ocorrência do suicídio nas áreas rurais não deva ser reduzida à modernização, como mostrarei no decorrer deste estudo, esta chama a atenção sobre a relevância de considerar as minúcias das condições de vida nas áreas rurais e das condições de trabalho nas atividades agropecuárias como circunstâncias relevantes no entendimento da construção social dos suicídios dos agricultores.

⁶ *S'il fut un temps où le travail avec les animaux, la proximité de la nature, la solidarité locale et familiale rendaient le travail agricole spécifique et intéressant, l'époque semble bien aujourd'hui révolue. Vivre au village ne protège ni de la maladie, ni du stress et moins encore du suicide.*

2 SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR E COMUNITÁRIA DOS FUMICULTORES: IMPLICAÇÕES SOBRE OS SUICÍDIOS

Nas áreas rurais de fumicultura do Vale do Rio Pardo, a família e a comunidade são instituições relevantes no ordenamento da vida em sociedade, muito em virtude de seu papel no processo de socialização primária. Diante disso, este capítulo concentra-se em analisar como os membros das famílias e das comunidades de fumicultores vivenciam e atribuem sentidos aos suicídios.

Para isso, o capítulo foi organizado nas seguintes seções: a primeira trata da vinculação dos suicídios com características da identidade étnica teuto-brasileira dos fumicultores, enfatizando a conformação de um *habitus* e, sobretudo, de um *ethos* austero, causador de sofrimento diante de certas contrariedades causadas por condições socioeconômicas, contando, ainda, com uma subseção onde demonstra como os membros das famílias e das comunidades de fumicultores não costumam notar esta vinculação, utilizando outras motivações no entendimento dos suicídios; a segunda abrange as singularidades das relações de gênero encontradas no âmbito da socialização familiar e comunitária dos fumicultores teuto-brasileiros, geradoras de valores indicativos dos elevados índices de suicídio entre os indivíduos do sexo masculino; e a terceira retrata o cenário de crise sucessória na fumicultura, ponderando sobre como a partida das novas gerações ameaça a reprodução social destes grupos sociais e gera sofrimento entre as gerações adultas e idosas, entre as quais os suicídios são mais numerosos.

Ainda, vale ressaltar como priorizei as narrativas dos membros das famílias e das comunidades de fumicultores neste capítulo, mas também acionei relatos de outros entrevistados. Isso deveu-se ao fato dos entrevistados vinculados às demais instituições manterem vínculos com as instituições visadas: representantes da agroindústria fumageira, extensionistas rurais, profissionais da saúde, autoridades religiosas, entre outros, além de compartilharem da identidade étnica teuto-brasileira, eram oriundos de famílias e de comunidades de fumicultores, tendo vivenciado suas infâncias e suas adolescências nas áreas rurais. Essa utilização de relatos de entrevistados vinculados a outras instituições também deveu-se aos inúmeros desafios e dificuldades encontrados na realização das entrevistas sobre suicídio com membros das famílias e das comunidades de fumicultores, como detalhado anteriormente.

2.1 SUICÍDIO E *HABITUS* NA FUMICULTURA FAMILIAR: SOBRE O *ETHOS* DE ECONOMIA E DE TRABALHO

Na análise da influência dos membros das famílias e das comunidades na construção do fenômeno social do suicídio de fumicultores na região do Vale do Rio Pardo, não se pode desconsiderar os aspectos identitários valorados pela colonização alemã desencadeada entre os séculos XIX e XX. Desta maneira, os membros das famílias e das comunidades de fumicultores estudadas enfatizaram a etnicidade – no caso, a germanidade – como atributo individualizante no vasto contexto atualmente constitutivo da fumicultura do Rio Grande do Sul.

O movimento migratório fundamentou a identidade étnica “*teuto-brasileira*”, articulando atributos de ambas as identidades nacionais. Este vocábulo é utilizado ainda atualmente na nomeação dos descendentes da colonização alemã do território brasileiro, anunciando a interdependência entre a cultura da nação de emigração (Alemanha) e a cidadania da nação de imigração (Brasil) e expressando as alteridades estabelecida entre “*nós, os alemães*” e “*eles, os brasileiros*”.

Para as antropólogas brasileiras Ellen Woortmann e Giralda Seyferth – ambas descendentes de alemães –, a identidade étnica teuto-brasileira é sustentada em valores morais conformados, sobretudo, no seio da família e da comunidade, sendo ambas instituições relevantes na reprodução de significados étnicos mediante a socialização de seus membros em concordância com os valores revelados (SEYFERTH, 1994; WOORTMANN, 1995).

Segundo Seyferth (1994), observando historicamente as colônias alemãs no Sul do Brasil, a identidade étnica teuto-brasileira associadas às famílias e às comunidades de descendentes de alemães corresponde à uma consciência coletiva sobre a origem comum manifestada pelo uso cotidiano do idioma alemão, da continuidade dos usos e dos costumes alemães e da intensidade das interações sociais internas, mediante a realização de casamentos entre membros de uma mesma família e da criação de associações entre membros de uma mesma comunidade. De modo semelhante, em estudo realizado na década de 1980 em área de colonização alemã situada no Rio Grande do Sul, Woortmann (1995) caracterizou o universo de análise como fechado, ao notar como os indivíduos estudados circunscreviam suas interações sociais a outros indivíduos de etnicidade alemã, sem muitos relacionamentos externos, até porque eram visualizados com receio.

Em minhas conversas com os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, rotulados no senso comum como “*fechados*”, também encontrei expressões da valorização desta identidade étnica – sustentada na família e na comunidade – constantemente construída, desconstruída e reconstruída desde a colonização. Antes de entrevistar, eu era inicialmente sondada na tentativa de meus entrevistados resolverem se me incluíam no “*nós, os alemães*” ou no “*eles, os brasileiros*”. Inquietava-os minha localização social, isto é, onde eu me situava em relação a ressaltada fronteira identitária.

Embora a valorização concedida a certos elementos étnicos teuto-brasileiros venha sendo reduzida – como ao esporte, à gastronomia, à religião, etc. –, o idioma e o sobrenome ainda são muito valorizados, sobretudo entre os mais idosos. Nesse sentido, meus entrevistados tomavam por referência estes dois elementos, em minha avaliação atualmente considerados os mais relevantes e úteis no reconhecimento da identidade étnica teuto-brasileira. Por isso, fui submetida a interrogações como: “*de que gente você é?*”, “*você também é de origem?*”, “*você é descendente de alemães, não é?*”, “*qual é o seu sobrenome?*”, “*você fala um pouco de alemão?*”, “*você entende alemão?*” e “*podemos fazer a entrevista em alemão?*”. Por também ser descendente de alemães e conservar o sobrenome da família, embora sem fluência no idioma, os entrevistados se mostraram mais abertos ao meu estudo, mesmo versando sobre um assunto tão melindroso como o suicídio. Por partilhar da identidade teuto-brasileira, de certa maneira, eu também era considerada membro de suas famílias e comunidades.

Não obstante, indivíduos de outras identidades étnicas não costumam receber a mesma consideração. “*Eles, os brasileiros*” estão no outro extremo da fronteira identitária: são externos. Este estranhamento é notório no relato de uma extensionista sobre o início de sua atuação com os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo.

Logo que o meu marido veio pra cá, tudo isso para nós era muito diferente. E era muito engraçado que nós íamos em determinados lugares, assim, tipo estabelecimentos menores, e começavam a falar em alemão. A gente ficava pensando, estão falando de nós... A gente dava risada, porque a gente não entendia nada. Daí olhavam para nós: tu é de que família? S-I-L-V-A, me dava vontade de dizer. E ainda tem muito disso no interior: mas de que família tu é? Mas olha, eu sou mistura de cruz-credo com deus-me-livre. Querem saber de que família tu é... É um grupo muito fechado! (Jane, 37 anos, extensionista rural).

Entre os membros das famílias e das comunidades de fumicultores, a valorização da identidade étnica contribuiu na conformação e conservação de um *habitus* austero, dada a relevância conferida aos valores morais teuto-brasileiros. Destarte, as narrativas dos entrevistados conduziram-me a associar o elevado número de suicídios entre estes fumicultores familiares do Vale do Rio Pardo ao *habitus*. Não intenciono retomar a narrativa histórica da colonização alemã, mas sim mostrar como a mesma contribuiu para a consolidação de um *habitus* muitas vezes conveniente ao suicídio, sobretudo no âmbito do *ethos*.

A noção de *habitus* é uma das mais relevantes construções científicas de Pierre Bourdieu. Além de ser um de seus conceitos de maior poder explicativo é, talvez, o conceito mais intrincado de ser manuseado analiticamente, devido sua magnitude teórico-metodológica. Embora existam estudos atrelando a ocorrência de suicídios ao *habitus* de determinados círculos sociais, como é o caso de Davis (2012) e Perez (2015), sendo este último sobre agricultores familiares teuto-brasileiros no município de Sinimbu, também, no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, ambos defrontavam-se com dificuldades no momento de manifestar como o conceito é adotado para a análise do fenômeno social.

Para Bourdieu (2004), o conceito de *habitus* é mediador da compreensão das condições objetivas e subjetivas da vida em sociedade. Permite iluminar como as dimensões materiais influenciam as dimensões simbólicas. Em outros termos, o autor sintetizou os significados atribuídos ao *habitus* como uma coleção inconsciente de estratégias subjetivas, conformadas diante de necessidades objetivas, constituindo, portanto, um senso prático, ou seja, referências que orientam o sentir, pensar e agir mobilizados inconscientemente: não racionais, não estratégicos. Para Bourdieu (2004, p. 23):

[...] sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tomada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de uma determinação mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação.

Desta maneira, Bourdieu (2001b) definiu *habitus* como um sistema de disposições para a prática ou ainda como um esquema de produção de práticas associado a um esquema de percepção e apreciação de práticas. Portanto, o *habitus*

abarca sentimentos, pensamentos e comportamentos, normalmente mobilizados diante de determinadas circunstâncias. Considerando trajetórias sociais situadas e datadas, o *habitus* é resultante de experiências do passado ainda ativas no presente e capazes até mesmo de influenciar o futuro – embora submetidas à constante renovação. Esta conservação do *habitus* deve-se à socialização dos indivíduos, principalmente primária, que ocorre no seio da família e da comunidade. Portanto, “o *habitus* [...] é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, da regularidade das condutas. Se é possível prever as práticas, é porque o *habitus* faz com que os agentes que dele dotado comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias” (BOURDIEU, 2004, p. 98).

Neste momento da análise, irei concentrar-me sobre as características do *habitus* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros vinculadas ao valor da austeridade de sua identidade étnica e, conseqüentemente, de sua moralidade, não sem razão costumeiramente relacionadas à ocorrência de suicídios no contexto estudado. Desta maneira, dentre os constituintes do conceito de *habitus* bourdieusiano – *ethos*, *eidos* e *héxis* –, concentrarei-me no *ethos*, vinculado à ideia de identidade por meio de valores morais interiorizados e mobilizados rotineiramente, semelhante à uma ética, assim, o *ethos* está atrelado aos princípios sustentadores das práticas (BOURDIEU, 2003).

No caso dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, este *ethos* define-se associado à ética da economia e à ética do trabalho, como as intitulei, ambas vinculadas à uma clara aversão à escassez transmitida no processo de socialização primária ocorrente no seio da família e, em menor medida, da comunidade.

No início do século XIX, a Alemanha vivenciava uma séria crise sentida com vultosa intensidade nas áreas rurais devido ao avanço de sua Revolução Industrial. Ao conduzir as transformações do sistema feudalista em favor do sistema capitalista, a industrialização expropriou numerosos indivíduos das atividades agropecuárias, colocando-os em situação de vulnerabilidade e transformando estas famílias rurais nas maiores constituintes da corrente migratória estabelecida entre Alemanha e Brasil (CUNHA, 1988). Conforme descreveram Cunha (1988) e Woortmann (2000), em virtude dos acontecimentos resultantes da Revolução Industrial, muitos alemães foram vítimas de fome em razão da escassez de alimentos atrelada à expropriação dos agricultores. Desta forma, aderir à corrente migratória rumo ao Brasil era uma

estratégia de sobrevivência, dadas as condições de verdadeira miséria encontradas na Alemanha. De acordo com Martins (2006), esse contexto da Revolução Industrial e sua correlata instabilidade socioeconômica, aumentou a ocorrência de suicídios na Europa.

De outro lado, o Brasil – com o intuito de colonizar suas áreas ermas, como era o caso do estado do Rio Grande do Sul, ainda inclinado a tensões territoriais –, incentivou a vinda dos alemães, principalmente oriundos das áreas rurais, visando não somente realizar a manutenção dos limites deste território, mas condicionar o seu abastecimento com alimentos (SEYFERTH, 1986; 2000; WOORTMANN, 2000). Embora tenham aderido ao chamado do Brasil devido aos incentivos inicialmente anunciados – notadamente a oferta de terra –, os alemães encontraram condições socioeconômicas adversas nas colônias. Como salientou Vogt (2003), nas colônias alemãs criadas no Vale do Rio Pardo, por exemplo, não se implementaram políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades mais imediatas, como alimentação e moradia e, nem mesmo, serviços de educação, de religião e de saúde. Logo, nas colônias em território brasileiro, os imigrantes alemães tiveram de construir suas casas e cultivar seus alimentos sem a assistência anunciada, vivenciando novamente situação de vulnerabilidade.

Passaram-se cerca de dois séculos desde o início da colonização alemã, mas as carências materiais vivenciadas entre os fumicultores familiares, devido a situações de instabilidade socioeconômica ainda são rememoradas pelos descendentes no Vale do Rio Pardo. As necessidades não assistidas, tanto na Alemanha como no Brasil, foram internalizadas como carências e até atualmente mobilizam aversão à escassez, como destacaram os entrevistados.

Quando a imigração começou, se veio de uma região que estava na miséria [...], senão não viriam. Aí isso começou a ficar internalizado: a gente tem que poupar pra quando precisar. Tem que acumular, tem que juntar dinheiro, tem que acumular bens, porque vai que a gente precise... E isso é fato, isso é fato! Nenhum produtor vai estar tranquilo se não tiver a sua poupancinha, se não tiver o feijão para o ano, a batata pro ano, sem o gado ali que posso matar para ter carne... Isso é uma necessidade. E a preocupação de deixar alguma coisa pros filhos, pros netos, para que eles tenham um início (Lúcia, 47 anos, extensionista rural e filha de fumicultores familiares).

E não adianta, esse pessoal que veio da Alemanha são pessoas que passaram muita necessidade e isso está entranhado, é cultural. Tem que economizar, a gente tem que economizar, tem que pagar as contas, tem que ter o nome limpo, uma casa boa. Porque se tu vê, no geral eles têm bastante dinheiro porque eles economizam... (Jane, 37 anos, extensionista rural).

Como ilustrado nos relatos, essa aversão suscitou nos fumicultores familiares do Vale do Rio Pardo a ética da economia: uma ânsia de economizar, de contar com uma reserva de recursos em casos de necessidade, de proceder com parcimônia. Quando ocorrem situações de crise e não existe esta reserva econômica, os fumicultores familiares não sabem exatamente como mobilizar-se: seu *habitus* é avesso a estas situações. Como salientaram os entrevistados, o resultado costuma ser um sentimento de frustração: “*O povo germânico se cobra muito, ele é muito exigente consigo mesmo. Não é que ele não gosta do insucesso, ninguém gosta, mas talvez eles não lidem tranquilamente com isso, são muito incisivos, se frustram*” (Rômulo, 33 anos, jornalista); “*Às vezes as pessoas têm um objetivo, me parece que as origens europeias vêm com uma expectativa muito grande de um dia ter uma vida estável [...]. E quando isto não dá certo... Eu acho que o termo certo é frustração*” (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares); “*Eles [os teuto-brasileiros] se frustram com alguma coisa muito facilmente*” (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

Conforme Seyferth (1993, p. 59), é comum indivíduos externos às famílias e às comunidades teuto-brasileiras assimilarem esta característica como mania de grandeza. Assim, nos discursos sobre o modo de vida dos fumicultores do Vale do Rio Pardo eram recorrentemente aventadas menções sobre a concorrência existente entre os teuto-brasileiros. Dada a aversão à escassez, tal como socialmente construída desde a colonização até os dias atuais, entre os teuto-brasileiros é muito relevante publicizar a estabilidade de sua condição socioeconômica.

E no alemão também tem muito aquela questão da concorrência. Eu preciso ter o carro mais bonito, a casa mais bonita, a lavoura mais bonita, e tem pessoas que fazem loucuras por causa disso. Isso é algo que é difícil de explicar... E aí quando elas não conseguem acompanhar ou percebem que outras pessoas estão passando por elas, elas se retraem e perdem o sentido da vida, porque não são mais as primeiras. Tem gente assim, e no alemão tem muito disso (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Talvez tenha um pouco da cultura alemã, do que eu tenho, do que eu vou passar para os outros, o que as pessoas pensam de mim. Se tu for ver aqui, na maioria das casas a frente é sempre muito bonita. Não interessa se os fundos tá horrível, se tá bagunçado, mas a frente tem que estar bonita, porque eu tenho que mostrar pros outros (Raquel, 39 anos, psicóloga).

Considerando o estudo de Woortmann (2000), os primeiros suicídios remetem ainda à travessia de navio entre a Alemanha e o Brasil, em decorrência da carência

de mantimentos devido a eventos climáticos destruidores da água e dos alimentos. Esta descrição reforça a ideia de aversão à escassez e vincula-a aos suicídios: essa característica do *habitus*, de certa maneira, autoriza o suicídio diante de situações de crise.

Além disso, a ética da economia também se manifesta através dos sacrifícios dos fumicultores familiares, no sentido de não contrair dívidas. Como esmiuçou Klein (1984), em seu estudo sobre suicídios de colonos alemães em Teutônia, no Rio Grande do Sul, os teuto-brasileiros negam o enfrentamento de vulnerabilidades econômicas, como é o caso dos endividamentos. Da mesma maneira, Moura (2016), em investigação em Santa Cruz do Sul, também no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, mostrou a coincidência de sentido entre os termos dívida e culpa no dialeto alemão, resumidos em um único termo: *schuld*. Entre os fumicultores familiares estudados, como as dívidas são uma contravenção ao seu *habitus* de economizar, são causadoras de sofrimento. Para um fumicultor familiar, estar endividado é motivo de descrédito e desonra diante de sua família e de sua comunidade: é a ruína de sua retidão.

Outra questão de dívidas também, que é outra coisa que a gente vê assim fortemente, de repente por uma razão ou outra razão se compra coisas, aí depois não se consegue pagar, tem a facilidade de empréstimos, tem o maquinário agrícola, e depois a pessoa não consegue pagar [...] Porque o alemão tem muito essa questão, ele não quer ser apontado como alguém que está devendo, não conseguir pagar suas contas, para o alemão isso é muito duro [...] (Lair, 62 anos, padre católico).

Recentemente, domingo passado, por exemplo, me chamou atenção, a esposa veio no culto porque o marido tá profundamente deprimido e comenta que vai se suicidar, que a única saída é o suicídio. E aí ela disse, não é assim, as dívidas não são tantas como parecem, mas pra ele parece que é uma dívida astronômica da qual ele não vai conseguir sair (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

A negação dos fumicultores familiares teuto-brasileiros ao enfrentar as dívidas é um assunto de relevância no entendimento de como os suicídios são socialmente construídos no Vale do Rio Pardo. De certa maneira, as dívidas trouxeram à tona o suicídio neste contexto, revelando-o e institucionalizando-o como um problema social e uma conduta dignificante.

Na transição dos anos 2000 para os anos 2010, a fumicultura familiar do Vale do Rio Pardo foi cenário de uma fraude financeira: uma associação teria acessado créditos agropecuários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF) em nome dos sócios, sem o conhecimento e a autorização dos mesmos. O resultado disso foi um elevado número de fumicultores familiares endividados e muitos suicídios. Em notícia veiculada no Jornal Zero Hora, a Polícia Federal confirmou o suicídio de dez fumicultores familiares vítimas deste endividamento fraudulento (IRION; TREZZI, 2014). Desta maneira, o Vale do Rio Pardo ficou nacionalmente conhecido como um território suicida.

Veio mais à tona a questão do endividamento dos agricultores, porque teve um ano aqui em que, talvez de 2009 até 2014, se tinha uma certa facilidade dos agricultores de acessarem algumas linhas de políticas públicas, como o PRONAF, aonde algumas pessoas, de algumas entidades, que enfim, não convém a gente dizer, quem vai julgar é a justiça e não a gente, que utilizaram do nome desses agricultores e fizeram altos financiamentos. E ali que começou, de algum modo... quando se deram conta do endividamento e se assustaram, com o banco cobrando, cobrando e eles não tinham, muitos deles nem sabiam, que a gente começou a se dar conta dos índices de suicídio, porque muitos se relacionaram com isso (Simone, 39 anos, extensionista rural).

Não obstante, também a ética do trabalho se constitui e reproduz diante da aversão à escassez, intimamente vinculada com a ética da economia. Para evitar situações de vulnerabilidade socioeconômica, a estratégia dos teuto-brasileiros, desde o início da colonização, foi a intensificação do trabalho. Segundo Seyferth (1993; 2000), durante o século XIX e início do século XX, considerando a ausência de uma assistência efetiva nas áreas de colonização alemã no território brasileiro, os colonos – variação da identidade teuto-brasileira nas áreas rurais, internalizando o ideário de ruralidade –, derrubaram as matas e construíram as colônias: não só suas moradas e seus roçados, mas até mesmo seus comércios, escolas, associações, santuários, etc. No estudo de Seyferth (1993, p. 47), os colonos alemães destacaram como uma entre as suas características mais relevantes “a capacidade de trabalho, concebida geneticamente, e traduzida na transformação da floresta em colônia”.

Desta maneira, Seyferth (1993) interpretou a construção da identidade de colono através do contraste entre a capacidade de trabalho dos alemães e dos intitulados caboclos, isto é, os não-colonos: indivíduos dedicados ao trabalho nas áreas rurais, mas sem descendência étnica e reconhecidos ou identificados como brasileiros. Enquanto os primeiros, devido ao processo histórico de colonização referenciado pela ideia do progresso, se autodenominavam como trabalhadores e caprichosos, imputavam aos últimos uma reputação pejorativa de preguiçosos e relaxados, entre outras distinções desabonadoras. Esta capacidade de trabalho dos

teuto-brasileiros foi inclusive institucionalizada: o Dia do Colono – comemorado em 25 de julho e estabelecido no início do século XX –, resultou da mobilização dos teuto-brasileiros com o intuito de reafirmar sua identidade de trabalhadores árdus (SEYFERTH, 2000).

Por conseguinte, no Vale do Rio Pardo, os fumicultores familiares teuto-brasileiros se reconhecem como seres sociais através do trabalho, uma das esferas mais relevantes, senão a mais relevante, de suas vidas. Assim, se intitulam como “*muito trabalhadores*” ou ainda “*muito caprichosos*”. Porém, às vezes, esta ética do trabalho assume dimensões desmedidas, como ressaltaram os entrevistados, interferindo no comportamento dos fumicultores: “*Eles [fumicultores teuto-brasileiros] são acostumados só a trabalhar, trabalhar, trabalhar: eles não saem de casa, eles não tiram um dia ou dois pra sair, pra passear, eles só trabalham!*” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); “*Eles [fumicultores teuto-brasileiros] não usufruem quase nada da vida: a vida deles é: baixa a cabeça e trabalha, acumula!*” (Jane, 37 anos, extensionista rural).

Nesse mesmo sentido, de minha infância e adolescência em áreas rurais teuto-brasileiras, embora não de fumiicultura, recorro-me de vivências relacionadas a este referencial do trabalho. Por exemplo, na família do meu avô materno, onde existiram inúmeros casos de suicídio, a expressão *faulenzler*, que significa preguiçoso, era utilizada como insulto, uma verdadeira ofensa.

Para os membros destas famílias e comunidades, o viver se confunde com o trabalhar: se não trabalham, suas vidas não têm sentido. Assim, em muitos casos de suicídio de fumicultores, encontrei relatos da ruína da capacidade de trabalho dos suicidas – tanto do sexo masculino, como do sexo feminino –, em razão de adoecimento ou até mesmo de envelhecimento. Além disso, em virtude da ética do trabalho, o adoecimento, sobretudo o mental – como é o caso da depressão –, ao minar a capacidade de trabalho dos fumicultores familiares teuto-brasileiros, por vezes, é representado socialmente pelos próprios como “*coisa de preguiçoso*”.

Porque às vezes a pessoa não quer ficar ali sofrendo mais tempo, e tem a família, começam a achar que estão atrapalhando... Ou acham que não tem muito mais serventia, que não podem ser úteis para a família, porque não conseguem ajudar, não conseguem trabalhar, porque estão doentes ou coisa assim (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

A maioria das pessoas que você pergunta com que idade começou a trabalhar, dizem, “desde que eu me conheço por gente!” Então, a gente tem

relatos de pessoas que começaram a trabalhar com 5, 6, 7, e a gente até brinca que se começou a trabalhar com 10, começou a trabalhar tarde. Porque é essa a realidade que a gente atende aqui. A maioria começou a trabalhar de forma muito precoce. Então, também tem um sofrimento de as pessoas só se reconhecerem através do trabalho e agora não podem mais. E, às vezes, são pessoas que são jovens, que tem 40, 45 anos, que ainda tem toda uma capacidade de trabalho, mas que já não conseguem mais, então vem o sofrimento em decorrência disso, de querer trabalhar mas não ter condições. [...] Então isso da valorização do trabalho, de que quem não trabalha é vagabundo - as pessoas inclusive adoecem mentalmente, estão deprimido e não vou conseguir trabalhar como eu trabalhava antes, então me torno uma pessoa fracassada, eu não tenho mais valor -, isso são valores muito presentes aqui (Raquel, 39 anos, psicóloga).

Assim como a ética da economia pode desencadear suicídio, especialmente em situações de endividamento ou de escassez de recursos materiais, a ética do trabalho o valida diante de circunstâncias extenuantes das habilidades físicas e mentais necessárias às atividades laborais. Nesse sentido, a transgressão do seu *habitus* de trabalhar de maneira árdua também é motivo de sofrimento.

Inobstante, a ética do trabalho na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo também assume o viés de ausência de afetividade nas interações sociais, mesmo entre membros das famílias e das comunidades. Neste contexto de hegemonia da agricultura familiar, a vida pessoal e a vida profissional se mesclam – pois a propriedade rural é lugar de moradia e de trabalho, os membros da família são também os trabalhadores e o pai é também o chefe –, e a afetividade acaba sendo relegada ao segundo plano. Isso significa que os fumicultores teuto-brasileiros são socializados para controlar suas emoções, o que acaba por produzir sofrimentos silenciosos. Heck (1994), no estudo sobre os suicídios de colonos alemães em Santo Cristo, Rio Grande do Sul, utilizou a metáfora “grito sem eco” para representar os sofrimentos silenciosos que levam ao suicídio de agricultores. Entre meus entrevistados, este comportamento também foi enfatizado.

O alemão ele é, por natureza, uma pessoa mais fechada. A própria questão assim que tu tá falando agora, a questão da afetividade, olha, eu não lembro de na minha juventude de a gente ter essa liberdade, essa tradição, esse costume de dar um abraço no pai e na mãe... Aquilo parecia tudo tão frio [...], e o alemão nesse ponto ele é frio, ele é frio! [...] E aí como ele é frio, ele não é aberto ao diálogo. Então, muita coisa se guarda, se guarda e se começa a remoer, remoer, remoer, fica fermentando, até que um dia... (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida).

Não, elas [as pessoas de origem alemã] são teimosas. Essas são as ditas teimosas. Então, muito a gente vê que as pessoas querem fazer tudo, mas elas viram suas próprias escravas, então isso prejudica a mente. Essas pessoas não estão mais felizes entre a família, porque o trabalho sempre é

visto como a coisa mais importante, mas às vezes, assim, sentar e um bom diálogo é mais importante que o trabalho (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Diante destas circunstâncias, notei a dificuldade dos membros das famílias e das comunidades de fumicultores em conversar sobre assuntos de ordem pessoal, conduzindo até mesmo o suicídio para a ordem profissional. O retrato mais autêntico da chamada “*frieza*” atribuída a esta identidade étnica, encontrei na entrevista do sogro de um fumicultor familiar suicida que, ao narrar a morte do genro, refletiu sobre como ela tinha afetado as atividades na fumicultura. Logo, o suicídio de seu genro não era apenas a perda de um familiar, mas a perda de um trabalhador, como revelou o relato. “*Quem vai dizer que não foi mal, que não foi ruim pra nós? É a mesma coisa quando morre um boi pra trabalhar, fica faltando. Um boi ainda pode comprar outro...*” (Adão, 75 anos, sogro de fumicultor familiar suicida).

Possivelmente esta introversão constitua a característica mais conveniente à distinção do *habitus* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros, não sendo encontrada, por exemplo, entre os fumicultores familiares ítalo-brasileiros, considerados mais extrovertidos. Não obstante, conforme Seyferth (1993), entre os colonos alemães e os colonos italianos as outras características étnicas são semelhantes, sobretudo se referentes à relevância do economizar e do trabalhar, embora entre os italianos sobressaia-se o economizar e entre os alemães o trabalhar, conforme os estereótipos socialmente construídos no território brasileiro.

Assim, diante de um *ethos* sustentado na ética da economia e na ética do trabalho – incluindo também o evitar as dívidas e o controlar as emoções –, o *habitus* dos fumicultores é, em elevada medida, decorrente das necessidades materiais sentidas desde o início da colonização, isto é, economizar e trabalhar foram internalizadas como as práticas sociais mais eficazes em situações de escassez. Assim, o economizar e o trabalhar foram internalizados como símbolos da identidade étnica teuto-brasileira e constituem, até os dias atuais, o seu senso prático. Estes valores morais são referências no processo de socialização dos indivíduos ocorrente no seio da família e da comunidade, sendo constantemente transmitidos de geração em geração.

Diante deste intrincado universo de valores morais, por vezes, o *habitus* estimula a ocorrência de suicídios. O que quero dizer com isso é que o suicídio não é necessariamente uma prática constituinte do *habitus* dos fumicultores familiares teuto-

brasileiros, mas que as práticas do economizar e do trabalhar, estas sim constituintes de seu *habitus*, se exageradas ou ainda se violadas, causam sofrimentos sociais convenientes ao suicídio.

2.1.1 Sangue alemão, sangue suicida: a metáfora do sangue e a biologização do *habitus*

Como dito na seção anterior, certas características do *habitus* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros relacionam-se ao suicídio no Vale do Rio Pardo. Ainda assim, muitas vezes, os valores morais teuto-brasileiros são naturalizados, não são entendidos pelos membros das famílias e das comunidades de fumicultores como um código identitário, mas sim como um código genético: diante de diversos casos de suicídio em uma mesma família, o sangue alemão é comumente rotulado como sangue suicida. Nesta metáfora – a metáfora do sangue, como denominada em estudos antropológicos –, onde uma matéria (sangue) é utilizada como um símbolo (etnia), os suicídios não são percebidos como fenômenos de causas sociais, mas como fenômenos de causas naturais.

No âmbito da Antropologia do Parentesco, o sangue é uma substância relevante, contudo, são escassos os estudos sistemáticos sobre o mesmo. Embora o antropólogo estadunidense David Schneider não tenha desenvolvido uma análise sobre esta substância, é em seu estudo *American Kinship: a cultural account*, da década de 1960, que se encontram os mais remotos e consistentes escritos sobre os significados metafóricos do sangue.

Na visão de Schneider (1980), nos Estados Unidos da década de 1960, existiam duas maneiras de ser parente: por meio do sangue ou por meio do casamento. Dentre estas, o parentesco de sangue é considerado a maneira mais autêntica de ser parente por ser o resultado das relações sexuais entre um genitor e uma genitora, desencadeando nascimentos. Logo, no contexto estudado pelo autor, o parentesco por meio do sangue é entendido como um vínculo da natureza, fundamentado em intercâmbio genético, onde cada filho resultante de uma dada relação sexual é constituído por 50% do material genético do pai e 50% do material genético da mãe. Dessa maneira, a mulher – enquanto genitora – e a criança são parentes de sangue, assim como o homem – enquanto genitor – e a criança também são. Mas a mulher e o homem, mesmo se casados, não são parentes de sangue, pois

não são constituídos por parte do material genético um do outro. Portanto, ser parente de sangue é compartilhar, em certa medida, um mesmo material genético transmitido hereditariamente: é ter um ascendente em comum de onde provém o sangue responsável pelo vínculo e que permite mensurar a distância e/ou o grau de parentesco.

O sangue é uma questão de nascimento, o nascimento é uma questão de procriação, e a procriação é uma questão de relações sexuais. A relação sexual é um ato que é realizado e não acontece apenas. No entanto, como um ato, é natural. Seu resultado é a concepção, que é seguida pelo nascimento, e isso também é natural. A relação sexual como um ato de procriação cria a relação de sangue entre os pais e a criança, gera genitor e genitora, para além de marido e mulher (SCHNEIDER, 1980, p. 38, tradução minha⁷).

Diferentemente do parentesco por meio do casamento, o parentesco por meio do sangue é involuntário e inalterável, criando sólidos vínculos de solidariedade. Embora seja possível ter um ex-marido, uma-ex-mulher, assim como ex-cunhados e ex-sogros, não é possível ter um ex-pai, uma ex-mãe, nem mesmo ex-filho, ex-filha, ex-irmão, ex-irmã, nem ex-tios, ex-primos, ex-avós etc. Isso significa que o vínculo de parentesco por meio do casamento pode ser extinto, mas o mesmo não é válido para o parentesco por meio do sangue, que é um vínculo permanente, por não ser entendido como um laço socialmente construído, mas sim naturalmente criado (SCHNEIDER, 1980).

É importante frisar que a dimensão genética do parentesco por meio do sangue implica na atualização de seu conceito à medida em que a ciência realiza novas descobertas ao seu respeito. Se a ciência descobre novos fatos sobre a hereditariedade genética, então é isso que o parentesco é e foi, embora não se soubesse até então. Esta circunstância auxilia a demonstrar como o parentesco, inclusive por meio do sangue, também é um sistema cultural, constituído de símbolos e significados construídos e variáveis no tempo e no espaço, onde o sangue, mesmo sendo uma substância, pode ser utilizado como metáfora (SCHNEIDER, 1980).

⁷ *Blood is a matter of birth, birth a matter of procreation, and procreation a matter of sexual intercourse. Sexual intercourse is an act which is undertaken and does not just happen. Yet as an act, it is natural. Its outcome is conception, which is followed by birth, and these are natural, too. Sexual intercourse as an act of procreation creates the blood relationship of parent and child and makes genitor and genetrix out of husband and wife.*

Embora David Schneider reconheça a metáfora do sangue, os seus escritos não avançam nesse sentido. Partindo de seus primeiros pensamentos, outros antropólogos irão, mais tarde, investir sobre o assunto, em especial a antropóloga britânica Janet Carsten, no século XXI, sistematizando certas convenções sobre a metáfora do sangue e seus usos na Antropologia do Parentesco.

Para Carsten (2013; 2014), o sangue merece a atenção da Antropologia do Parentesco devido à sua incomum inclinação à simbolização, à constituição de camadas de ressonância simbólica. Assim, os vínculos naturais atribuídos ao sangue não são substanciais, e sim metafóricos. Como metáfora, é utilizado com o intuito de simbolizar não somente o parentesco, mas numerosas dimensões até então não visualizadas do mesmo, sendo esse simbolismo, construído diferenciadamente em conformidade com a espacialidade e a temporalidade dos contextos sociais em questão.

Conforme Carsten (2013), são inúmeras as elaborações simbólicas atreladas ao sangue, envolvendo certas contradições. Ao mesmo tempo em que o sangue é símbolo de vida, também é símbolo de morte, de essência e de transformação, de verdade e de mentira, de saúde e de doença, de harmonia e de violência. São significados variados e, por vezes, contraditórios.

Na visão de Carsten (2011; 2014), o simbolismo do sangue para a Antropologia do Parentesco relaciona-se com as suas características naturais, sobretudo atreladas à noção de corrente sanguínea. O sangue circula dentro do indivíduo, como de um indivíduo à outro – em determinadas circunstâncias –, às vezes, em contextos emocionalmente carregados. Devido à noção de corrente sanguínea e a sua característica de movimento, o sangue é utilizado metaforicamente, principalmente como símbolo de vida e de morte.

Mas não somente, segundo Carsten (2014), devido às suas características naturais, o sangue também costuma simbolizar continuidade, dada a sua competência em carregar diferentes historicidades simultaneamente, convertendo memórias em entendimentos de sangue. Essa metáfora é muito usada no contexto de parentesco. Nos termos de Carsten (2014, p. 112): “tendo em mente as vívidas qualidades de liquidez, fluxo, coagulação e paralisação do sangue, nós podemos, também, entender a associação do sangue com noções de descendência em muitas culturas”. Dotado de agência, o sangue é considerado por Carsten (2014; 2017) como a matéria do

parentesco, pois existe a ideia de que o sangue é o fio de continuidade entre os pais (ou pelo menos um deles) e os seus filhos.

Além disso, Carsten (2013) afirmou que o sangue não só é a matéria do parentesco como também é a substância da verdade. Embora atualmente a sua capacidade de revelar venha sendo mais explorada medicamente, através dos exames de sangue que, no âmbito do parentesco, por exemplo, podem confirmar ou não os vínculos de paternidade e de filiação, também é metaforicamente utilizado como revelador da verdade em termos morais: o estado interno do indivíduo e suas inclinações éticas, esclarecendo suas escolhas.

Nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo, dado o enaltecimento da identidade étnica no seio das famílias e comunidades, o sangue é considerado pelos próprios fumicultores como uma substância valiosa, símbolo da etnicidade, isto é, da germanidade. Destarte, nas entrevistas realizadas, inúmeros entrevistados das mais variadas instituições afirmaram sua descendência alemã, atestando com orgulho: “*sou totalmente alemão*” (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares), “*sou da quinta geração de imigrantes alemães*” (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares) e “*eu sou de etnia alemã, meus tataravós vieram da Alemanha, de ambos os lados, tanto do pai, quanto da mãe*” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

De maneira semelhante, Seyferth (1986; 2000), em estudos sobre a colonização alemã no Sul do Brasil, demonstrou a relevância do simbolismo étnico do sangue entre os teuto-brasileiros através da valorização do *jus sanguinis* relacionado à nacionalidade alemã, em detrimento do *jus solis*⁸ vinculado à nacionalidade brasileira. Não obstante, destacou também a endogamia, isto é, os casamentos realizados exclusivamente entre teuto-brasileiros como estratégia de manutenção da pureza genética do sangue e, conseqüentemente, da pureza identitária da etnia.

Todavia, no universo de análise por mim considerado, destacou-se entre os membros das famílias e das comunidades de fumicultores a crença do sangue alemão como sangue suicida: através da mediação do simbolismo étnico criou-se uma relação de causa-efeito entre sangue e suicídio, argumento por vezes utilizado no contexto

⁸ Em resumo, *jus sanguinis* e *jus solis* são sistemas distintos de determinação da nacionalidade de um indivíduo. Através do *jus sanguinis*, isto é, do direito de sangue, a nacionalidade do indivíduo é definida com base em sua ascendência, com base na nacionalidade de seus pais e outros antepassados. Já através do *jus solis*, ou seja, do direito de solo, a nacionalidade é determinada tendo como fundamento o território no qual o indivíduo nasceu.

estudado para justificar o número elevado de mortes voluntárias. Desse ponto de vista, o *habitus* da etnia nada teria a ver com os suicídios: o causador destas mortes seria o sangue da etnia, como indicaram os relatos selecionados.

Eu, particularmente, às vezes, acho que o fator que leva a isso é um pouco a questão da etnia, da genética, essa descendência da raça oriunda da Europa. Me parece que quando a gente vai ver, os de descendência alemã ou dessas origens europeias, me parecem que são mais acentuados o número de suicídios, que são pessoas que têm mais facilidade de praticar esses atos (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Existe também uma teoria da linhagem alemã. Eu não tenho certeza, mas me parece que têm regiões na Alemanha que apresentam altos índices de suicídio, então poderia ser algo nesse sentido. Inclusive na Europa, fazendo um parênteses, existem altos índices de suicídio. E aqui teve épocas de índices semelhantes aos de lá (Douglas, 31 anos, voluntário de organização de prevenção).

Nesse sentido, estamos diante de uma naturalização das causas sociais do suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, onde os significados atribuídos à substância sangue fazem como que o mesmo seja considerado como vetor dos suicídios. Estas referências sobre uma relação de causa-efeito entre sangue e suicídio, sustentadas na etnicidade, se convertem em assertivas incisivas entre muitos membros das famílias e das comunidades, como mostrou a entrevista realizada com um padre da igreja católica. Descendente de colonos alemães, quando questionado se na sua família existiam casos de suicídio, a sua reação foi a seguinte:

na família de sangue, diretamente não. Tem um tio emprestado sim, casado com uma tia minha, que se suicidou. Depois tem outro casado com uma prima minha. Mas, diretamente do sangue nosso, não tenho ninguém. E pessoas ligadas, próximas, sim. [...]. Mas, agora, de família de sangue mesmo, eu não tenho ninguém (Lair, 62 anos, padre católico).

A ênfase implícita à afirmação de não existirem suicídios em sua “*família de sangue*” chamou atenção. Além de fazer uma clara distinção entre os vínculos naturais (parentesco de sangue – “*família de sangue*”) e os vínculos culturais (parentesco de casamento – “*tio emprestado, casado com uma tia*”, “*outro casado com uma prima*”) do parentesco, a colocação do padre revelou que, de alguma maneira, o parentesco de sangue era acionado no contexto de estudo no entendimento dos suicídios.

Nas entrevistas seguintes, as narrativas também ressaltaram as vinculações entre sangue e suicídio, destacando casos de famílias de fumicultores teuto-brasileiros em que existiam várias mortes voluntárias, sempre relacionadas com os termos “*hereditário*”, “*genético*” e “*tendência*”. Vale frisar a recorrência de famílias teuto-brasileiras com inúmeros casos de suicídio registrados no decorrer de suas gerações, como salientado no estudo de Klein (1984), em Teutônia, Rio Grande do Sul.

No Vale do Rio Pardo, em relato sobre a situação de família fumicultora vizinha, onde ocorreu o suicídio de tio e sobrinho, um fumicultor sintetizou a causa dessas mortes voluntárias através do enforcamento com a expressão “*é o próprio sangue deles*” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida). Dessa maneira, estaria no sangue o motivo do suicídio e o seu compartilhamento através das relações de consanguinidade provocaria a transmissão entre indivíduos com vínculos naturais de parentesco, tornando o suicídio hereditário, semelhante a uma carga genética. Esta carga genética se manifestaria somente em certos indivíduos, assim nem todos os membros de uma família cometeriam necessariamente suicídio, embora continuariam a transmiti-la. Para ilustrar esse raciocínio, selecionei um excerto de entrevista realizada com um ex-fumicultor e ex-funcionário de instituição vinculada com a agroindústria fumageira, em que relatou – utilizando esta metáfora do sangue –, a história de um vizinho.

O pai dele se enforcou, a irmã dele, o irmão dele e ele. Quatro na família cometeram suicídio. O pai, eu era pequeno, ele era da localidade, eu tinha os meus 8 pra 9 anos, e foi a primeira vez que eu vi uma pessoa morta: o cara enforcado, dentro de uma estufa de fumo. [...] Eu acho que isso [suicídio] tem muito a ver com a descendência de europeu. Isso vem, quero crer que isso possa vir de uma genética. [...] Eu acho que ainda está no gene. Por exemplo, aquela família ali são quatro [suicidas]. O bisavô deles era alemão, era estrangeiro (Arnildo, 60 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

O depoimento do entrevistado aborda o suicídio de um fumicultor familiar teuto-brasileiro, de sua irmã, de seu irmão e de seu pai. Neste caso, o possível gene suicida viria da linhagem paterna: também o avô ou a avó por parte de pai (ou ambos), seriam portadores do gene. Mas, conforme o relato, a origem deste estaria no bisavô paterno, o imigrante que veio da Alemanha para o Brasil.

De maneira semelhante ao ocorrido com o suicídio no Vale do Rio Pardo, em estudo sobre os colonos teuto-brasileiros em Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul,

Woortmann (1995) também averiguou a autoridade atribuída ao sangue na transmissão de características imorais, concentradas sobre a ideia de *keim*. Os colonos alemães entendiam o *keim* como uma carga genética vinculada com a moralidade dos indivíduos, contida no sangue e comunicada de uma geração à outra, sendo, portanto, transmitida hereditariamente, podendo ser herdada tanto da linhagem paterna como da linhagem materna. O *keim* era utilizado na classificação dos indivíduos, através de suas famílias, como casáveis, se dotados de *keim* bom, ou não casáveis, se dotados de *keim* ruim. Basicamente, se existisse na família um indivíduo com características de um *keim* ruim, o sangue dessa família era contaminado e era, então, elevada a probabilidade de existir *keim* ruim entre outros membros. Normalmente, o *keim* só era ativado como classificador no sentido negativo, não sendo comuns menções a *keim* bom.

Em alemão, *keim* se refere a micróbio, reforçando o seu simbolismo negativo de doença. Desta maneira, por meio da ideia de *keim* naturalizava-se a moralidade dos indivíduos e de suas famílias, pois a autoridade de definir quem apresentaria comportamentos morais e quem apresentaria comportamentos imorais relacionava-se ao sangue, isto é, era geneticamente pré-definido. Entre os fumicultores teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, o raciocínio de vinculação entre sangue e suicídio é semelhante: acredita-se numa tendência ao suicídio, geneticamente sustentada e hereditariamente transmitida. Essa crença induz a naturalização dos atributos austeros do *habitus* dos fumicultores (sustentado na ética da economia e na ética do trabalho), como se este não tivesse a mínima influência sobre o modo de vida – e, inclusive, sobre a forma de morte – destes indivíduos. Metáforas biológicas como estas são utilizadas no sentido não só de naturalizar, mas também de autenticar a alteridade.

Destarte, o fato de o enforcamento ser o método mais utilizado de suicídio entre os fumicultores teuto-brasileiros no Vale do Rio Pardo merece ser analisado. De acordo com Mishara e Tousignant (2004), em um estudo sobre as teorias sobre o suicídio, uma das dimensões envolvidas na escolha do método é o acesso aos meios, como é o caso da corda no enforcamento. Todavia, em meu universo de análise é necessário relativizar a relevância deste acesso na escolha do método, pois entre os fumicultores, por exemplo, existe contato irrestrito com agrotóxicos e o envenenamento não é tão comumente utilizado como método suicida.

Em um dos raros estudos a referir-se ao simbolismo do método utilizado no suicídio, Leal (1982) discorreu sobre os sentidos do enforcamento na cultura gaúcha, ao analisar os suicídios masculinos ocorrentes nas áreas rurais de produção pecuária do Rio Grande do Sul. Na visão da autora, a escolha do enforcamento como método é resultado dos valores morais de insubmissão destes homens. Para o gaúcho, o laço é um instrumento de trabalho e de controle, utilizado na doma dos animais. Aspirante de uma vida autônoma, costuma evitar vínculos pessoais e profissionais: não intenciona se manter vinculado a nada nem a ninguém, valorizando sua individualidade. Estas características culturais do modo de vida autônomo do gaúcho seriam refletidas também no modo de morte: o mais evidente em um enforcamento é a distância entre o indivíduo e o solo, não concretizando um vínculo.

Mas como os valores culturais dos fomicultores do Vale do Rio Pardo envolvem não somente as características da identidade gaúcha, mas, sobretudo, as características da identidade teuto-brasileira, o enforcamento assume outro sentido. Diante da valorização do sangue entre os fomicultores, o enforcamento, visivelmente uma morte sem derramamento de sangue, corrobora o valor simbólico desta substância: morrer sem sangrar simboliza uma morte não violenta e é uma maneira de enaltecer a etnia, a comunidade e a família, resguardando o sangue. Pode-se dizer que esta técnica de suicídio salienta o seu aspecto propriamente sociológico, pois não se trata de cometer suicídio de qualquer maneira, mas de fazê-lo com distinção, de maneira minimamente honrada.

Mas os inúmeros casos de enforcamento em uma mesma família de fomicultores teuto-brasileiros seriam mesmo resultantes do código genético hereditariamente transmitido através do sangue? Na Antropologia do Parentesco, desde o início do século XX o sangue é utilizado através de um olhar genético. Embora saliva e urina sejam outras substâncias úteis, o sangue é considerado a substância universal. Assim, através dos exames de sangue, a genética hematológica vem maximizando o horizonte de atuação da Antropologia do Parentesco (MOURANT, 1962). Entre os principais usos do exame de sangue está a determinação da paternidade, pois nesse sentido o sangue não mente (BERTHO, 2016).

Todavia, outra utilidade do exame de sangue vem sendo estudada: a possibilidade de identificar a predisposição genética dos indivíduos de uma mesma família a cometer suicídio. Recentemente cientistas dos Estados Unidos descobriram que alterações no gene SKA2 geram maior risco de suicídio. Contudo, mensurar esse

risco e a sua hereditariedade genética ainda é um desafio, principalmente em razão da multicausalidade do suicídio, requerendo a utilização de algoritmos complexos e pouco precisos na interpretação do exame de sangue (GUINTIVANO *et al.*, 2014; CARBONARI; SZKLARZ, 2017). Isso nos mostra que, embora possa ter um fundo científico como os autores suprarreferenciados pretendem comprovar, no contexto estudado, defendo que o argumento que vincula sangue e suicídio é uma construção social, ao modelo do *keim*, na tentativa de dar alguma explicação para tantas mortes voluntárias, por vezes, sequenciais em algumas famílias de fumicultores teuto-brasileiros.

O fato é que, embora conscientes da existência de uma influência das dimensões biológicas sobre o aumento do risco do suicídio, a maioria dos cientistas não acredita em indicador genético capaz de determinar se o indivíduo irá ou não se matar, não confiando, por consequência, em sua hereditariedade transmitida e verificável através do sangue. Assim, o aumento do risco de suicídio nas gerações seguintes de uma família onde ocorreu um caso é resultado de um processo de legitimação social do suicídio (MISHARA; TOUSIGNANT, 2004).

O que está em causa nos vários suicídios em uma mesma família na fumicultura de descendência alemã no contexto visado, não é o código genético, mas o código identitário. Nos termos de Mishara e Tousignant (2004), em revisão das teorias do suicídio, o acontecimento de suicídios no entorno, sobretudo de familiares, é um ponto muito importante do processo de legitimação social do suicídio, pois provoca uma aproximação com o mesmo. E é devido a isso que entre os membros de uma família onde ocorreu um suicídio o risco de outros suicídios é maior: estima-se que entre 15 e 20% das pessoas que cometem suicídio conheciam alguém – normalmente um familiar – que também tentou ou cometeu suicídio efetivamente no ano anterior.

Ainda segundo Mishara e Tousignant (2004), outro ponto importante do processo de legitimação social do suicídio é a sua banalização. E uma das formas mais comuns de banalizar o suicídio é visualizá-lo como uma mera fatalidade. No contexto da fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo os suicídios são encarados com naturalidade: devido ao número elevado de ocorrências, se tornaram um acontecimento rotineiro e não causam mais alarde, contribuindo com a banalização e, por consequência, legitimação dessas mortes, como indica o relato abaixo.

Às vezes, eu paro pra pensar, porque muito tempo atrás, nossa, quando acontecia um suicídio, aquilo era notícia, sabe. Mas é uma coisa que tá acontecendo tanto que já é como uma morte normal. Hoje de manhã mesmo a gente estava falando que em um mês a gente teve aqui no município cinco suicídios. E, não sei, tem horas que tu acha que isso é uma morte qualquer, como se fosse por uma doença ou algo assim. Às vezes passa despercebido, e isso é chocante. Isso é grave! Porque não deveria ser assim (Nilse, 35 anos, enfermeira e filha de fumicultores familiares).

Não obstante, parece existir um interesse dos representantes da agroindústria fumageira nesta naturalização das causas sociais dos suicídios dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, utilizando o sangue e seus atributos genéticos e hereditários para responsabilizar os próprios membros das famílias e das comunidades de fumicultores pelos suicídios, afastando de si mesmo qualquer responsabilidade, como deixou claro o relato abaixo selecionado.

É, hoje eu vejo assim que me parece uma coisa, pra mim, muito natural, sem saber o que fazer. Porque se até hoje as autoridades não conseguiram saber bem o motivo de tudo isso. Eu acho que não tem como uma sociedade, ou uma entidade ou uma igreja se culpar em não estar fazendo nada, porque não se sabe exatamente o que fazer: porque se não se sabe o porquê ocorre, não se sabe o que fazer pra se precaver. Então, me parece que é uma naturalidade e, com certeza, é uma naturalidade porque são fatos que provém de gerações em gerações, não é uma coisa em algum momento, a gente sabe que ocorria historicamente nas gerações desde a Europa também já em outros momentos, suicídios sempre ocorreram e vão ocorrer. Então, vamos dizer assim que a sociedade está um pouco, vamos dizer assim, sem tomar uma atitude, sem fazer alguma coisa e se preocupar mais com esse assunto, que até muitas vezes não é tão fácil resolver do que uma outra enfermidade, digamos né (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Este conjunto de teorizações não significa que o sangue não seja importante na explicação dos suicídios de fumicultores do Vale do Rio Pardo, mas significa que não é o sangue enquanto substância que importa, mas sim o sangue enquanto símbolo. Ainda Durkheim (2014), em sua obra sobre o suicídio, constatou os elevados índices entre os alemães e os conectou não ao “sangue alemão”, mas à “civilização alemã”.

Contudo, da forma como é utilizada pelos membros das famílias e das comunidades, e até mesmo de outras instituições, a metáfora do sangue enaltece o código genético e menospreza o código identitário, obscurecendo os valores morais austeros da identidade étnica e, conseqüentemente, de seu *habitus*, pautado em um *ethos* de economia e de trabalho, que, como demonstrei na seção anterior, por vezes promove a ocorrência de suicídios. Isso quer dizer que a metáfora do sangue contribui

com a transformação das causas sociais dos suicídios em causas naturais, pois ela mascara o *habitus*, naturalizando-o, biologizando-o. Isto também demonstra as dificuldades dos membros das famílias e das comunidades fumicultoras em vivenciar e atribuir sentidos a estas mortes. Diante disso, reitero meu entendimento dos suicídios dos fumicultores familiares teuto-brasileiros como uma construção social, que embora possa ter influência genética, não se resume a isso.

2.2 MASCULINIDADES VIOLADAS E O SUICÍDIO COMO QUESTÃO DE HONRA

Entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, os casos de suicídios são mais recorrentes no sexo masculino, normalmente executados através do método do enforcamento, como mencionei anteriormente. Considerando a existência de uma série de discriminações socioeconômicas colocadas às mulheres – vastamente discutidas nos estudos rurais –, os elevados índices de suicídio no sexo masculino merecem uma análise mais atenta. Frente a esta situação, acredito existir no cerne do suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros vinculação com o modelo de masculinidade dominante no universo de análise, conectado, por sua vez, com a austera moralidade de seu *habitus*, principalmente de seu *ethos* de economia e de trabalho.

O interesse científico sobre as masculinidades ascendeu no âmbito dos estudos feministas em meados do século XX, devido ao reconhecimento de suas interferências sobre as feminilidades. Tomando os estudos de Connel (1998) e Connel *et al.* (2013), as masculinidades – construções sociais variáveis, situadas e datadas – consistem em padrões de ações e de reflexões, isto é, modelos de agir e de pensar, que simbolizam a influência da sociedade sobre a sexualidade masculina, criando ideários normativos sobre ser homem, os quais costumam possibilitar, em maior ou menor medida, a dominação dos homens sobre as mulheres e são elaborados relacionalmente às feminilidades e, até mesmo, às outras masculinidades, já que cada masculinidade pressupõe uma maneira mais adequada de ser homem.

Por exemplo, para Heilman *et al.* (2017), entre os homens jovens com idades entre 18 e 30 anos nos Estados Unidos, Reino Unido e México, a masculinidade consiste em um conjunto de crenças sociais intimidadoras, por meio das quais os indivíduos do sexo masculino são incitados a se virar sozinhos, sem solicitar auxílio, a atuar como machos, a ser fisicamente atrativos, a assumir rígidos papéis de gênero,

a ser heterossexuais, a realizar proezas sexuais e a resolver conflitos através da violência. De maneira semelhante, Nolasco (1993), em estudo sobre homens de 25 a 35 anos, do estado do Rio de Janeiro, no Brasil, retratou a ideia de masculinidade relacionada com o estereótipo de macho, sendo a mesma reproduzida tanto no ambiente da família, quanto da escola. Para serem considerados verdadeiramente homens, os indivíduos do sexo masculino deveriam seguir normas de masculinidade pautadas pela heterossexualidade e pelo trabalho, assim como deveriam ser bem-sucedidos tanto na vida pessoal, quanto na vida profissional, pois perdas, em qualquer um desses âmbitos, eram percebidas, praticamente, como uma negação da masculinidade.

Mesmo fora do círculo de estudos feministas, o sociólogo francês Pierre Bourdieu também contribuiu para o avanço do entendimento de masculinidades por meio do conceito de dominação masculina. Para Bourdieu (2012a), a dominação masculina seria uma maneira específica de exercício da violência simbólica, sustentada em um *habitus* de entender o mundo através de uma ótica androcêntrica. Este *habitus* existiria não somente entre os dominantes, mas também entre as dominadas, sendo resultante de socializações variáveis conforme o sexo do indivíduo e as suas características naturais arbitrariamente simbolizadas como positivas para os homens e negativas para as mulheres, mas socialmente naturalizadas como se fossem atributos da biologia de fêmeas e machos. Através destas socializações, as próprias mulheres concordariam com a dominação masculina, tendo em vista a internalização da visão androcêntrica. Logo, a dominação masculina seria complexamente fundamentada em uma dinâmica de dissimulação das relações de poder que sustentam o próprio poder.

O interessante do estudo de Bourdieu (2012a), ao se referir à dominação masculina como uma construção social reflexiva entre feminino e masculino, é que destacou que não somente as mulheres, mas também os homens são vítimas de sua violência simbólica. A dominação masculina incute aos indivíduos do sexo masculino o dever de afirmar sua virilidade nas mais variadas circunstâncias, como se fosse um atributo de sua natureza, violentando-os em inúmeras situações. Nesse sentido, cabe destacar o estudo de Medrado e Lyra (2008, p. 819-820), no qual afirmam a “necessidade de reflexões sobre a construção de masculinidades e feminilidades que vão além da vitimização de alguns (mulheres) e da culpabilização de outros (homens)”.

Segundo Bourdieu (2012a), a virilidade é uma noção extensa, que compreende a capacidade reprodutiva, sexual e social dos homens, assim como sua inclinação ao exercício da violência. Bourdieu (2012a, p. 67) acrescentou ainda que “a virilidade [...] é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo”.

Não sendo constituinte da natureza masculina, mas produto da socialização dos homens, muitas vezes a virilidade resulta em ônus. A dominação masculina estabelece um modelo de virilidade ilusório, onde os homens deveriam ser insensíveis ao seu sofrimento e ao sofrimento alheio: não há como executar esse modelo. Contudo, essas diferenças entre virilidade idealizada e realizada geram vulnerabilidade entre os homens, que em situações adversas às suas normativas de masculinidade, afirmam sua virilidade mediante violência contra mulheres, outros homens e, até mesmo, contra si próprios. Esta violência é resultante do receio de ser excluído da sua posição de dominante devido aos desvios de masculinidade vivenciados. Os homens têm medo de serem confrontados às mulheres, de serem colocados na posição de dominados, como elas. Nesse sentido, muitas vezes ações violentas comumente entendidas como coragem masculina são oriundas da covardia, do medo que os homens sentem que outros homens e, até mesmo, as mulheres, notem que os mesmos não conseguiriam manter o padrão de virilidade requerido, notem que o seu ideal de masculinidade foi maculado (BOURDIEU, 2012a).

Nesse ponto, ênfase como a masculinidade, ou melhor, como a inexecutabilidade do modelo de masculinidade idealizado, pode relacionar-se com a ocorrência de suicídios. No estudo anteriormente citado sobre homens jovens, urbanos e rurais, com idades entre 18 e 30 anos nos Estados Unidos, Reino Unido e México, Heilman *et al.* (2017) mostraram como as normativas de masculinidade têm uma forte conexão com a ocorrência de problemas de saúde mental. Nos três países estudados, os homens que eram mais apegados às normativas de masculinidade mostraram índices mais altos dos indicadores de transtornos depressivos e de ideações suicidas.

Nesse mesmo sentido, em estudo sobre os suicídios nas áreas rurais da América Latina, entre as várias causalidades encontradas, Arias e Blanco (2010) relacionaram os suicídios masculinos com mudanças nas normativas de masculinidade: uma espécie de “desmasculinização” criadora de comportamentos

disfuncionais e antissociais diante da falta de alternativas significativas aos papéis tradicionais dos homens.

Para Bryant e Garnham (2015), analisando as conexões entre masculinidade e suicídio nas áreas rurais australianas, as normativas de masculinidade encontradas vinculavam a ideia de bom homem à de bom agricultor, não só provedor de sua família, mas também provedor de sua nação, pois suas atividades econômicas eram responsáveis pela produção de alimentos. Todavia, o avanço do neoliberalismo sobre as áreas rurais causou crises ambientais, culturais e econômicas, ameaçando as normativas de masculinidade vinculadas a este ideário de provedor. Diante disso, os autores engendraram uma analogia de “herói caído” no entendimento dos suicídios nas áreas rurais, mostrando como as mudanças estruturais na agricultura causaram mudanças identitárias nos agricultores, violando as suas normativas de masculinidade e, assim, corroendo o sentimento de honra e criando um sentimento de desonra.

De acordo com Teixeira (1999), o ideário de honra/desonra consiste em um mecanismo de aprovação e de reprovação social, geograficamente situado e historicamente datado. Desta maneira, o mecanismo viabiliza uma avaliação dos indivíduos diante das normas estabelecidas em seus círculos sociais, classificando-os em modelo de conduta honrada ou em modelo de conduta desonrada, através da observação de suas atitudes diante das referidas normas. Devido a esta classificação, o mecanismo também serve como um instrumento de dominação por meio do controle do acesso a recursos materiais e simbólicos. Ainda, La Taille (2002) sublinhou este mecanismo como uma maneira de manifestação dos valores morais das sociedades.

Nesse sentido, em estudo sobre os suicídios masculinos de idosos no território brasileiro, Minayo *et al.* (2012) notaram como este ideário de honra/desonra constou nas narrativas referentes a inúmeros casos de suicídio, sobretudo nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul e, mais ainda, nas zonas de fumiicultura familiar. De acordo com as autoras, nesse contexto os mecanismos de honra/desonra são diretamente vinculados com o ideário de provedor. Desta maneira:

embora o suicídio seja um fenômeno reconhecidamente de múltiplas causas, observa-se que as fragilidades ligadas a gênero são fator explicativo importante. [...] Considera-se que o padrão de masculinidade vigente e no qual os homens são socializados contribui para que eles sejam, ao mesmo tempo, vítimas e principais autores das diferentes expressões de violência social e, principalmente, de autoviolência letal. [...] Assim, o estudo sobre suicídio de homens é importante, por ser a morte autoinfligida um ato que

implica o sujeito e desta forma coloca em xeque os valores e os problemas culturais por ele internalizados (MINAYO *et al.*, 2012, p. 2666).

Assim, no modelo de masculinidade dominante entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, notei como o ideário honra/desonra estava intimamente atrelado à austeridade dos valores morais de sua identidade étnica e até mesmo a características anteriormente destacadas de seu *habitus* – sobretudo o *ethos* de economia e de trabalho –, criando um ideário de provedor. Por isso, entre meus entrevistados, a noção de desonra foi enfatizada durante o deslindamento das motivações dos suicídios, sobretudo do sexo masculino, tornando-o uma “*questão de honra*” diante de situações de violação do modelo de masculinidade, isto é, de contravenções à sua virilidade, como claramente notado nestes relatos sobre a vinculação entre suicídio e endividamento, por exemplo: “*Na nossa cultura tem muito isso de honra. Eu ficar devendo é uma desonra, isto fica ruim, fica feio pra mim eu ser um devedor, então eu tenho que pagar, tenho que arcar com as dívidas, e se eu não conseguir eu me tiro a vida*” (Lair, 62 anos, padre católico); “*Tem uma coisa muito nossa que é de honrar os compromissos; no geral os agricultores querem ter o nome limpo, querem pagar suas contas, mas às vezes chega aquela hora do desespero que eles não veem uma luz no final do túnel*” (Lúcia, 47 anos, extensionista rural e filha de fumicultores familiares).

Na fumicultura teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, embora muito associado ao *ethos* de economia e de trabalho, o modelo de masculinidade encontrado envolve ainda outros elementos característicos da socialização masculina. Em estudo sobre os colonos alemães de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul, Brasil, Woortmann (1995) encontrou um modelo de masculinidade onde o sexo masculino era associado à diligência, capacidade de organização da propriedade rural, força física, prudência e iniciativa, cumprimento da palavra empenhada, senso de justiça, honestidade, ausência de vícios (bebidas, jogos e mulheres), obediência às regras de reciprocidade e ainda conformidade a princípios de hierarquia, como respeito e obediência ao pai e solidariedade para com os membros da família e da comunidade. Em meu universo de análise, observei um modelo de masculinidade muito semelhante, sendo inúmeros casos de suicídio encadeados com violações às normativas constantes na socialização familiar e comunitária dos fumicultores do sexo masculino.

Por exemplo, cinco anos atrás, o marido de Martina se enforcou dentro da construção destinada a secar o tabaco, encontrada ao lado da casa da família,

deixando a esposa e os dois filhos. Em uma sala escura, com os olhos tristes e a fala arrastada, Martina me contou que foi ela quem encontrou o corpo do marido na manhã seguinte ao suicídio. O marido era um homem muito trabalhador no início do casamento, mas nos anos anteriores a sua morte, não era mais o mesmo: havia se rendido ao alcoolismo e passava o dia todo dormindo, enquanto ela, sozinha, cuidava do cultivo do tabaco, realizando todas as atividades. A família não tinha dívidas, mas também não dispunha de muitos recursos financeiros: como não tinham terras próprias, o cultivo do tabaco era realizado em terras arrendadas, diminuindo significativamente o rendimento econômico. Embora o marido tenha sido internado em uma clínica de reabilitação, retornou ao alcoolismo, rompeu relações com o pai e com o filho, tornou-se violento e adoeceu mentalmente.

Diante disso, não é difícil notar a existência de diversos elementos divergentes das normativas de masculinidade válidas no contexto estudado e, portanto, considerados desonrosos. Alcoolismo, abandono do trabalho, esposa desempenhando o suposto papel do marido de prover o sustento da família, inexistência de autonomia frente a ausência de posse de terras, dificuldades para formação de poupança, desrespeito da relação de hierarquia entre pai e filho, insucesso econômico na fumicultura, etc.

Outro caso ilustrativo foi de um fumicultor que vivia com a esposa e com uma filha e, devido a sérios problemas de saúde de ambas, teve de assumir o papel social feminino em sua propriedade rural. A filha apresentava deficiência mental e exigia cuidados especiais, que eram realizados pela esposa. Contudo, em determinado momento, a esposa deste fumicultor também teve um problema de saúde que afetou os movimentos de seus membros inferiores, impedindo-a de andar. Com isso, ele teve de deixar de lado o trabalho da lavoura e assumir o trabalho da casa, o que incluía não apenas as atividades domésticas, mas o cuidado da filha com deficiência mental e da própria esposa, momentaneamente, com doença física.

Na divisão sexual do trabalho familiar, entre os fumicultores, os homens – situados na esfera pública –, são responsáveis pelo trabalho de produção e suas atividades econômicas, que são remuneradas. Já as mulheres – situadas na esfera privada –, são responsáveis pelo trabalho de reprodução e suas atividades domésticas, normalmente não-remuneradas. Assim, na divisão sexual do trabalho, as mulheres ocupam um lugar desvalorizado, porque o trabalho de reprodução – por ser gratuito – não é considerado verdadeiramente como um trabalho. Desta maneira, esta

divisão é a base de uma série de desigualdades de gênero, pois ao dividir o trabalho divide também o poder, concentrando-o na esfera masculina. De acordo com Bourdieu (2012a), a divisão sexual do trabalho é a forma mais recorrente de manifestação da dominação masculina.

Mas entre os agricultores familiares teuto-brasileiros existe uma especificidade na divisão sexual do trabalho, como salientaram Cunha (1988) e Seyferth (1993), as mulheres realizam tanto o trabalho reprodutivo como o trabalho produtivo, consolidando a sua identidade de mulher rural trabalhadora. Todavia, o contrário não é verdadeiro, isto é, os homens rurais restringem suas atividades ao âmbito produtivo. Nesse sentido, para o fumicultor em questão ter que assumir o trabalho reprodutivo era uma agressão à sua masculinidade, uma transgressão a toda aquelas normativas na qual foi socializado, embora outras condicionantes socioeconômicas eventualmente também tenham estimulado o seu suicídio.

Vale destacar ainda um caso noticiado nos meios de comunicação do Vale do Rio Pardo, referente a um fumicultor que assassinou o vizinho e, em seguida, se enforcou. Os motivos que levaram a isso não estavam bem claros, mas todas as suspeitas envolviam alguma situação de violação da masculinidade do assassino/suicida, como, por exemplo, a possibilidade de existência de um relacionamento extraconjugal entre a esposa do fumicultor que assassinou e se suicidou com o fumicultor que foi assassinado. Nesta situação, a violação da masculinidade não seria solucionada somente com o morrer (suicídio), exigindo também o matar (assassinato): assassinar o vizinho resolveu a desonra de ter sido traído, se suicidar resolveu a desonra de ter matado o vizinho. Isto porque, como destacaram Minayo *et al.* (2012, p. 2672), em pesquisa sobre suicídios masculinos no Brasil, para muitos homens “o fato de perderem o controle sobre suas esposas ou companheiras, o que na cultura patriarcal significa uma falha no cumprimento dos mandados da masculinidade, pode ser mais insuportável que a morte ou o ato suicida”.

Assim, os casos de suicídio narrados indicam, de maneiras variadas, a violação do modelo de masculinidade hegemônica na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, sendo esta criadora de um intenso sentimento de vergonha e desonra. Para La Taille (2002, p. 23), a vergonha está intimamente associada aos mecanismos de honra/desonra, pois “mostra-se sensível à honra quando, uma vez

cometido uma ação que contraria a moral, sente-se vergonha; é nesse sentido que honra pode ser sinônimo preciso de vergonha moral”.

De acordo com Bryant e Garnham (2015), em estudo sobre as áreas rurais da Austrália, o sentimento de vergonha relacionado à masculinidade violada é relevante, devendo assumir centralidade no entendimento da ocorrência de suicídio entre os agricultores do sexo masculino, corroendo o ideário de bom homem e, por extensão, de bom agricultor. O mesmo sentimento de vergonha torna estes indivíduos relutantes em solicitar assistência de saúde diante de ideações suicidas.

É importante frisar que na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, nos casos onde aconteceu intervenção de instituições de saúde sobre a situação de indivíduos do sexo masculino com ideações de suicídio, existiu mediação de uma mulher da família: mãe, irmã, filha e, na maioria dos casos, esposa. Devido ao modelo de masculinidade, os fumicultores são desincentivados a conversar com outros indivíduos do sexo masculino sobre seus problemas pessoais ou profissionais, mesmo sendo membros da família ou da comunidade verdadeiramente próximos. Nesse sentido, em muitas situações, as mulheres se tornam as confidentes. Na concepção de feminilidade é possível falar abertamente sobre os sentimentos, assim os homens não se sentem julgados ao expor os seus problemas para o sexo oposto. Dessa maneira, são as mulheres das famílias fumicultoras que, ao representarem um pilar de apoio emocional para os homens, fazem a mediação e o encaminhamento para as instituições de saúde, evitando que o homem tenha que pôr à prova sua masculinidade.

Como colocado por Nolasco (1993, p. 25-26), em um estudo com homens brasileiros com idades entre 25 e 35 anos, “para um homem, falar de seus medos e inseguranças para um outro homem é como ‘entregar de bandeja a própria cabeça para o inimigo’”. Também Roy e Rivières-Pigeon (2011), em estudo realizado no Quebec, visualizaram as dificuldades dos indivíduos do sexo masculino em solicitarem auxílio, mesmo em crises suicidas. No Vale do Rio Pardo, os homens afirmaram que pedir ajuda para resolver problemas pessoais e profissionais é uma atitude aceitável no caso das mulheres, mas vergonhosa entre os homens: a estigmatização e o julgamento dos outros representam as maiores dificuldades. Essa estigmatização está vinculada com as normas de masculinidade, pois aos olhos dos outros homens, aqueles que são emocionalmente afetados por problemas pessoais ou profissionais

não são homens de verdade, afinal, “*homem não chora*”, como disseram meus entrevistados.

Nesse sentido, para os próprios suicidas, como destacou Leal (1992) em seu estudo sobre suicídios masculinos ocorrentes nas áreas rurais de produção pecuária no Rio Grande do Sul, a ideia da escolha frente à morte é entendida como um ato de coragem, um último ato de autoestima, a maneira encontrada para dar fim à violação da masculinidade, isto é, uma saída honrosa diante de situações desonrosas. Mesmo assim, na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo coexistem representações sociais contraditórias acerca do suicídio masculino, pois embora visualizado como uma alternativa de conservação da masculinidade diante de situações consideradas vergonhosas, muitos também entendem o suicídio como “*covardia*” ao considerar o sofrimento causado aos entes sobreviventes: “*Eu acho que é uma covardia que a pessoa faz com a própria vida, eu tenho pra mim assim que o ruim é pra quem fica*” (Antônio, 37 anos, extensionista rural).

Paralelamente, em referência às mulheres rurais, esse modelo de masculinidade existente na fumicultura familiar do Vale do Rio Pardo é criador de uma série de assimetrias socioeconômicas, muitas vezes colocando-as em situações de extrema vulnerabilidade. Diante disso, um assunto recorrente nas entrevistas conduzidas referiu-se à violência doméstica, como mostram os relatos abaixo, embora, ainda como o suicídio, considerado um tema tabu.

Existe cada história terrível aí pelo interior que não dá pra acreditar simplesmente. Um caso que recentemente chegou a público, inclusive de mutilação, o cara que mantinha a mulher praticamente como uma escrava dentro de casa, amarrava ela, mutilou ela. [...] É simplesmente de tirar o fôlego, de tão cruel, de tão cruel que é (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Só xingando, minha nossa. Ele veio na roça onde eu tava capinando com um facão na cintura assim, levantou a camisa e mostrou que esse facão era pra ele me matar mesmo, cortar a cabeça, ele sempre falava. Isso só sabe quem tava junto o que nós passamos lá. [...] Eu já via, se ele olhava pra mim os olhos tudo brilhando assim, já podia dizer que ele olhava pra mim umas quantas vez e ele achava um motivo pra começar a xingar. Meu Deus. Não era uma vez por dia. Era sempre. Todo dia e noite. Não tinha mais solução. [...] Eu fui lá fora, como se diz ainda, a lei Maria da Penha, entregar ele, porque ele sempre me ameaça de matar, daí eu fui lá, e lá pegaram ele (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida).

Contudo, mesmo considerando as circunstâncias de vida das mulheres rurais em razão do modelo de masculinidade dominante na fumicultura familiar teuto-

brasileira do Vale do Rio Pardo, como os casos de violência doméstica mencionados, e até mesmo a reduzida autonomia socioeconômica, ainda assim, o índice de suicídios é maior no âmbito do sexo masculino. Entre as mulheres rurais a realidade suicida é distinta, sendo as mesmas reconhecidas não por seus suicídios, mas por suas numerosas tentativas: “*A maioria de tentativas é mulheres, os homens já são mais ‘faca na bota’, assim*” (Nilse, 35 anos, enfermeira e filha de fumicultores familiares).

Os estudos sobre suicídio confirmam essa constatação: na maior parte das nações as mulheres revelam índices elevados de tentativas, mas índices reduzidos de suicídios (CANETTO, 2008). Nas teorias sobre o fenômeno este maior número de suicídios entre os homens e maior número de tentativas entre as mulheres é esclarecido através das diferenças dos métodos preferidos pelos sexos. De acordo com Mishara e Tousignant (2004), as mulheres costumam utilizar a overdose medicamentosa como método suicida e os homens outros métodos mais mortíferos, principalmente o suicídio por arma e o suicídio por enforcamento.

Contudo, na visão de Minayo e Cavalcante (2013, p. 2406), analisando os suicídios femininos de idosas brasileiras, incluindo mulheres rurais de áreas de fumiicultura no Rio Grande do Sul, como é o caso de Candelária, São Lourenço do Sul e Venâncio Aires, raciocínios como o anterior, que vinculam a escolha do método a menor vulnerabilidade feminina ao suicídio, são considerados machistas e discriminatórios, como se “a pouca força física da mulher a impediria de utilizar uma arma de fogo ou qualquer outro meio mais agressivo para se matar”. Dessa maneira, estas autoras, recorrendo à Antropologia Feminina, destacaram outras motivações explicativas dos menores índices de suicídio das mulheres.

Elas [mulheres], em geral, são mais resistentes e vivem mais que os homens (no Brasil, a diferença é de oito anos); envolvem-se menos que eles em estilos de vida destrutivos como abuso de drogas lícitas e ilícitas, direção perigosa, brigas e homicídios; agem menos por impulso; constroem laços afetivos e redes sociais mais facilmente; tem um pensamento mais inclusivo e complexo; aliam razão e emoção; cultivam várias prioridades na vida e não são movidas apenas por objetivos profissionais; são mais envolvidas com a família e a comunidade. Essas vantagens comparativas do modo feminino de estar no mundo produziram [...] uma ética de cuidado, de interação, de convívio e de afeto, baseada num pensamento concreto que passa pelo corpo, é complexo e holístico. Obviamente, tal diferencial não seria fruto da natureza feminina e, sim, da socialização (MINAYO; CAVALCANTE, 2013, p. 2407).

Como mencionado anteriormente, a socialização, sobretudo a ocorrente no seio da família e da comunidade, é responsável pela incorporação de atitudes e pela reprodução de valores que norteiam as relações de gênero, expressas principalmente na divisão sexual do trabalho, regulando espaços, ocupações e comportamentos: de homens, encarregados do trabalho produtivo (a fumicultura); e de mulheres, encarregadas pelos trabalhos domésticos e “auxílio” na fumicultura.

Através de uma perspectiva sociológica, é possível explicar a diferença nos índices suicidas entre homens e mulheres na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, tomando em conta a socialização recebida pelos indivíduos de cada sexo no seio da família e da comunidade. Vale salientar que o *ethos* referenciador de práticas de economia e de trabalho, embora incidente sobre ambos os sexos, é mais coercitivo sobre os indivíduos do sexo masculino, como demonstram as normativas de masculinidade anteriormente discutidas, criando concepções que situam o suicídio como saída honrosa em situações qualificadas como desonrosas. Dessa maneira, não se encontra participação masculina no trabalho reprodutivo, mas encontra-se participação feminina no trabalho produtivo.

No quadro social de explicitação das relações de gênero, temos a seguinte situação: se os homens se matam, as mulheres assumem o trabalho produtivo porque também foram socializadas para isso; mas se as mulheres se matam, os homens dificilmente assumem o trabalho reprodutivo, porque só as mulheres foram socializadas para isso. Orientadas para comportamentos mais flexíveis, as mulheres rurais resistem a incontáveis situações de sofrimento, tanto que o suicídio dificilmente é projetado, em virtude da preocupação e da responsabilidade com o trabalho reprodutivo, envolvendo principalmente o cuidado da família, sobretudo dos filhos e das filhas. Esse viés de cuidado foi enfatizado em entrevistas realizadas: “*Mesmo em situações de violência doméstica, elas raramente cometem suicídio, porque a mulher é muito mais de batalhar, de pensar nos filhos. A mulher sempre vai se colocar em último lugar. Isso é fato*” (Lúcia, 47 anos, extensionista rural e filha de fumicultores familiares); “*As mulheres são mais resilientes pela própria formação cultural, de como a sociedade molda a nossa identidade como mulheres no sentido de conseguir sempre de novo respirar e permanecer, mesmo que seja encolhidinha, mas permanecer. É uma ideologia de autossacrifício*” (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Diante disso, apesar das poucas pesquisas sobre os suicídios femininos, é possível perceber que as mulheres rurais da fumicultura teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo utilizam as tentativas de suicídio como uma maneira de externalizar situações de extrema vulnerabilidade, isto é, como uma solicitação de auxílio de intervenção externa à família e à comunidade em referência ao seu sofrimento. Como colocou uma entrevistada: “*Com essas tentativas, eu acredito que as mulheres tentam chamar atenção, dizer, ‘olha, eu tô aqui’ diante dessa coisa toda do machismo*” (Nilse, 35 anos, enfermeira e filha de fumicultores familiares).

Para Minayo e Cavalcante (2013), analisando as idosas brasileiras em confronto à realidade masculina, embora as mulheres dificilmente cometam suicídio, quando cometem suas mortes são motivadas por depressão, por violência, por perda de familiares ou por perda de seu papel social de mãe e de mulher. Os dados coletados no universo de análise considerado, mostraram-se concordantes com as motivações anteriormente mencionadas, como relatado abaixo.

Para a mulher, eu tenho poucos casos de mulheres agricultoras, mas é mais assim, quando o marido bebe, quando tem estresse de família, quando a família tá desorganizada, desestruturada, aquilo para o qual a mulher servia, não serve mais. Eu vejo que o suicídio da mulher tem mais a ver com essa perda do ninho dela. Ou quando tem uma doença grave [...]. Acho que são esses tipos de coisas que fazem elas procurarem o suicídio (Rosane, 55 anos, psicóloga).

Assim, no Vale do Rio Pardo, mesmo os suicídios femininos não sendo numerosos como os masculinos, as tentativas cometidas são advertências sobre a existência de sofrimento também na esfera das mulheres rurais, embora este sofrimento demonstre diferenças em referência ao vivido na esfera dos homens rurais.

2.3 SUCESSÃO E SUICÍDIO NA FUMICULTURA FAMILIAR: DE MORTES SIMBÓLICAS A MORTES MATERIAIS

Na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo a não concretização da sucessão nas áreas rurais chama atenção desde meados do século XX, acentuando-se nos últimos anos e desencadeando receios sobre o futuro desta atividade. Assim, famílias fumicultoras sem sucessores são uma realidade crítica no contexto estudado.

A intensidade desta situação tem preocupado não somente os membros das famílias e das comunidades, mas também representantes de instituições vinculadas com as áreas rurais e com o cultivo do tabaco. Em estudo anterior, retratei como o receio da agroindústria fumageira com o futuro da fumicultura no Vale do Rio Pardo converteu-se na criação e na manutenção do atualmente extinto Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). Seu intuito era incentivar a sucessão na fumicultura familiar, condicionando a continuidade dos filhos nas propriedades rurais dos pais, assegurando, assim, a reprodução social destas famílias (DREBES, 2014).

No universo de análise, a reprodução social das famílias fumicultoras está intimamente vinculada com a sucessão. Em resumo, a sucessão consiste no ato de as gerações mais novas (filhos) assumirem as responsabilidades das gerações mais velhas (pais) nas propriedades rurais familiares dedicadas ao cultivo do tabaco. Contudo, o desinteresse dos jovens rurais em tornarem-se fumicultores familiares, traduzido nos índices de êxodo, tem dificultado a sucessão e a reprodução social.

Troian e Becker (2017), analisando as percepções dos jovens rurais inseridos na fumicultura familiar a respeito das condicionantes socioeconômicas e o futuro desta atividade nos municípios de Arroio do Tigre e São Lourenço do Sul, notaram que, apesar da renda proporcionada pelo cultivo do tabaco, grande parte dos jovens rurais nutre percepções negativas sobre o mesmo, vinculadas com o uso excessivo de agrotóxicos no decorrer do cultivo, com as condições de trabalho extenuantes durante a safra, com a falta de autonomia imposta pelas agroindústrias fumageiras aos fumicultores no momento da comercialização e até mesmo com os elevados custos de produção desta cultura. Todas estas percepções negativas criam obstáculos para a continuidade dos processos de sucessão e reprodução social no âmbito da fumicultura familiar.

Resumidamente, de acordo com Bourdieu (2011a), a reprodução social consiste em uma série de estratégias utilizadas com o intuito de conservar a estrutura – objetiva e subjetiva – de uma dada sociedade. Nas famílias, estas estratégias são sistematicamente relacionadas e utilizadas em momentos variados, sendo associadas em estratégias biológicas, educativas, de investimento social, de investimento econômico, de investimento simbólico e de sucessão. Estas últimas intencionam transmitir o patrimônio – não somente em termos materiais (capital econômico), mas também em termos simbólicos (capital cultural) – entre as sucessivas gerações

recorrendo a diversificados artifícios para enfrentar os constrangimentos sociais e aproveitar as oportunidades disponíveis. Vale ressaltar que a transmissão do capital cultural consiste em uma maneira de perpetuação do *habitus*.

De maneira semelhante, em estudo sobre realidades rurais francesas, a antropóloga francesa Dominique Jacques-Jouvenot destacou a relevância das estratégias de sucessão para a reprodução social das famílias vinculadas às atividades agropecuárias, destacando a transmissão do patrimônio material (a propriedade rural) e do patrimônio imaterial (os saberes necessários à utilização desta propriedade rural) para a efetiva concretização da sucessão. Ao estudar as famílias rurais dedicadas à bovinocultura leiteira, concluiu, então, a necessidade não somente de contar com os meios de produção, mas saber utilizar devidamente estes meios.

O patrimônio é como uma herança, tanto material como imaterial, onde existe conhecimento. O conhecimento faz parte deste bem geral representado pela propriedade rural. É nesse sentido que ele circula com ela, no momento da herança, mas certamente, e ainda mais, ao longo de todo o processo de socialização. De fato, se a propriedade rural é feita de patrimônio econômico ela é ao mesmo tempo um lugar de socialização de representações sociais e profissionais. Papéis sexuais, independência, autoridade, são algumas representações de onde herdamos maneiras de fazer, práticas profissionais como alimentar os animais ou monitorar um parto. O termo patrimônio é usado aqui como bem econômico e cultural (JACQUES-JOUVENOT, 2015, p. 30, tradução minha⁹).

Destas reflexões infere-se a complexidade da sucessão nas realidades rurais, que envolve dois momentos de transmissão de patrimônio dos pais para os filhos. Primeiro, a transmissão do patrimônio imaterial, isto é, do saber-fazer da agricultura, dos conhecimentos necessários para assumir a ocupação de agricultor. Esta transmissão do patrimônio cultural realizada no seio das famílias agricultoras inicia-se ainda na infância dos filhos pelo processo de socialização, nas maneiras de viver nas áreas rurais e de trabalhar na agricultura, envolvendo não só conhecimentos técnicos, mas também valores morais. Segundo, a transmissão do patrimônio material, isto é,

⁹ *Le patrimoine s'apparente à un héritage, tant matériel qu'immatériel, dans lequel le savoir prend place. Le savoir fait partie de ce bien global que représente l'exploitation agricole. C'est en ce sens qu'il circule avec elle, au moment de l'héritage, mais bien sûr, et plus encore, tout au long du processus de socialisation. En effet, si l'exploitation est faite de patrimoine économique elle est en même temps un lieu de socialisation à des représentations sociales et professionnelles. Rôles sexuels, indépendance, autorité, sont quelques représentations dont héritent de manières de faire, de pratiques professionnelles telles que nourrir les animaux ou surveiller un vêlage. Le terme de patrimoine est donc utilisé ici en tant que bien économique et culturel.*

o afastamento dos pais para que os filhos assumam a propriedade rural, se tornem donos dos meios de produção e passem a explorá-los e gerenciá-los.

O que se percebe é que se o primeiro momento da transmissão da herança não acontecer, dificilmente são criadas as condições para a efetivação da segunda. Isto significa que se os filhos dos pais agricultores não aprenderem a trabalhar na agricultura, dificilmente irão querer ser agricultores, migrando para outros meios e atividades e não querendo dar continuidade ao trabalho e à vida na propriedade rural. Ou então receberão a propriedade rural, mas não irão dispor do saber-fazer necessário ao seu usufruto. Essa ideia auxilia a entender a crise sucessória que se passa no contexto da fomicultura familiar de descendência alemã do Vale do Rio Pardo, e mais adiante, como a mesma tem sido atrelada a ocorrência de suicídios.

Para Jacques-Jouvenot (2015), a socialização das crianças rurais se dá através do trabalho, conhecendo cada um dos processos produtivos da propriedade rural. Esta aprendizagem resulta, então, da socialização profissional das crianças, realizando atividades em conformidade com suas capacidades físicas, sua força, sua idade e, mais tarde, de acordo com as necessidades e demandas de suas famílias. Assim, nos termos de Jacques-Jouvenot (2015, p. 31, tradução minha¹⁰), “a apropriação de situações de trabalho é obtida através de uma participação cotidiana, passiva ou ativa, do aprendiz no processo de produção”.

Nesse mesmo sentido, Droz e Forney (2007), em estudo sobre as áreas rurais da Suíça francesa, afirmaram a vinculação da sucessão com a criação de conexões afetivas entre os sucessores e o modo de viver e de trabalhar em estabelecimentos rurais familiares. Na visão dos autores, estas conexões afetivas são construídas desde a infância, com o estímulo a realização das atividades agropecuárias.

No Brasil, os estudos rurais também valorizaram a infância como um momento de constituição de sucessores. Em estudo sobre a fomicultura no estado de Santa Catarina, Brasil, Paulilo (1990) destacou a necessidade de mão de obra no cultivo do tabaco e a inserção das crianças e dos adolescentes nas atividades de acordo com a sua condição física, principalmente no período de colheita, momento de maior necessidade de mão de obra. Como a colheita do tabaco no Sul do Brasil ocorre nos meses de férias escolares, as crianças e os adolescentes podiam participar de todo o processo. Também Marin *et al.* (2012, p. 767), em estudo sobre o trabalho das

¹⁰ *L'appropriation de situations de travail se fait par le biais d'une participation quotidienne, passive ou active, de l'apprenti au processus de production.*

crianças na fumicultura familiar teuto-brasileira de Agudo, no Rio Grande do Sul, afirmou que:

a formação profissional e a construção do herdeiro exigiam que as crianças fossem iniciadas no trabalho, sob a orientação dos pais ou dos trabalhadores adultos, como parte do processo de socialização profissional e ritualização da passagem para a idade adulta. Conforme a idade, o sexo e a força física, as crianças incorporavam-se às atividades produtivas e reprodutivas das famílias, na condição de ajudante. As gerações mais velhas atribuíam ao trabalho das crianças um significado primordial em sua socialização, uma vez que elas se preparavam para tornar-se os futuros agricultores ou donas de casa, assim como seus pais. Nessa perspectiva, o trabalho das crianças assumia um caráter fundamental no ciclo da formação intergeracional dos camponeses.

Todavia, na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, a socialização das crianças nas atividades rurais vem sendo interdita desde o início dos anos de 2010, criando entraves ainda maiores à sucessão. Primeiramente, em âmbito nacional, autoridades concluíram a periculosidade do envolvimento das crianças na fumicultura, incluída em 2008 na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, considerando o contato crônico com a nicotina característico da atividade. Posteriormente, em âmbito estadual, o Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul, o Sinditabaco e a Associação de Fumicultores do Brasil (Afubra) assinaram em 2009 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde acordaram a interdição do trabalho de crianças e de adolescentes na fumicultura até os 18 anos de idade, assim como a obrigatoriedade escolar dos mesmos.

O não cumprimento dessas restrições por parte do fumicultor implica em multa para a agroindústria fumageira filiada ao Sinditabaco com a qual o mesmo comercializa sua produção. Dessa maneira, as agroindústrias fumageiras fiscalizam os fumicultores e os coagem a manterem os filhos na escola e afastados do trabalho na fumicultura sob ameaça de não comprar a sua produção. Não obstante, em 2015, foi criada até mesmo uma entidade associada à agroindústria fumageira voltada ao combate do trabalho infantil na fumicultura, o Instituto Crescer Legal, que, concomitante e contraditoriamente, é a entidade responsável por fomentar a permanência dos jovens nas propriedades rurais de fumicultura familiar.

De acordo com Marin *et al.* (2012), ao analisar os efeitos do TAC sobre a fumicultura familiar em Agudo, no Rio Grande do Sul, os fumicultores familiares não concordaram com o rótulo de trabalho infantil vinculado ao cultivo do tabaco, muito menos com as retaliações cabíveis às famílias onde crianças e adolescentes

auxiliavam nas atividades, sem prejuízo à sua escolarização e ao seu desenvolvimento. No contexto da fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo encontrei visões semelhantes a esta, como demonstram os relatos abaixo.

Difícilmente um pai bota um filho pra trabalhar em uma coisa insalubre. A medida que vai tendo idade, vai colocando pra fazer outras atividades, por exemplo, tal idade tu vai botar pra secar uma lousinha, pra arrumar a sua cama, pra pegar uns gravetos, pra recolher ovos, coisa e tal. É assim no interior. Tirar leite de uma vaca se só tem uma vaquinha, dar água pro porco, alguma coisa assim. Mas não vai dar pra uma criança carregar um fardo de 15 kg, tu não vai dar pro teu filho passar defensivo, isso não existe! Então, acho que ela foi muito penalizada essa atividade, comparando com o sisal lá no nordeste, com os quebradores de coco, sapecador de castanha que não tem mais digital (Lúcia, 47 anos, extensionista rural e filha de fumicultores familiares).

[...] Mas eu percebo que também existe um pouco da questão de o jovem não poder trabalhar. Isso eles relatam muito. Ah, eu não quero que o meu filho fique aqui porque, bom, agora o jovem não pode nem trabalhar mais, se ele trabalhar eu tô [palavrão]... e a fumicultura é muito visada nesse sentido do Ministério do Trabalho e aquela coisa toda né. E a gente sabe que se a criança não aprender a trabalhar naquele período, depois dos 18 ela não vai nem ficar no interior, porque ela não vai saber desenvolver aquela atividade. E existe uma preocupação das famílias com a sucessão né, tem muitos que querem que o jovem fique, mas pra ele ficar ele tem que saber se é realmente aquilo que ele quer, não vai ser com 18 anos que ele vai escolher o que vai fazer né, vai ser lá com 14 anos. E o jovem, ele não tem mais aquela interação com a atividade da propriedade [...] (Antônio, 37 anos, extensionista rural).

Ao proibir o trabalho das crianças e adolescentes no cultivo do tabaco, o Estado interferiu diretamente sobre a reprodução social das famílias fumicultoras, afetando suas estratégias de sucessão. Para que a sucessão aconteça é estritamente necessário que ocorra a transmissão do saber-fazer da fumicultura entre as gerações. Sem contato com o trabalho da família, com a realidade do cultivo do tabaco, sem experienciar as atividades do processo de produção, as crianças e os adolescentes não internalizam o saber-fazer da fumicultura. Assim, o TAC interfere nos processos de transmissão do patrimônio imaterial da fumicultura familiar, interrompendo também a transmissão do patrimônio material, afetando seriamente os fumicultores familiares em atuação no momento, considerando a iminente inatividade da terra.

Conforme Jacques-Jouvenot (2015), nas áreas rurais o ideário de patrimônio é uma reunião de temporalidades: passado e futuro se encontram no presente. O patrimônio, sobretudo no formato da terra, refere-se, concomitantemente, aos antecessores e aos sucessores. Dessa maneira, a terra simboliza memória: o início e a manutenção da memória de uma família rural e de sua atividade agropecuária.

Como a transmissão da terra ocorre, na maioria das vezes, entre os indivíduos do sexo masculino, estes são os maiores mantenedores da memória. A contínua transmissão da terra concebe a perpetuação da cultura da família rural e da atividade agropecuária através do trabalho. Uma terra não trabalhada não tem valor, pois perdeu o atributo da memória, no momento em que o trabalho dos antecessores não teve sucessores. “Herdar e suceder andam de mãos dadas: suceder ao pai e suceder a história da família também andam de mãos dadas. Cada vez que há uma herança, na agricultura, o herdeiro sucede não só a seus pais, ele sucede uma ocupação, uma história, uma família” (JACQUES-JOUVENOT, 2015, p. 60, tradução minha¹¹).

Também Goody (1976) reforçou a relevância simbólica da sucessão ao relacionar a mesma com o ideário de seguridade. Com a transmissão da propriedade rural para os filhos, os pais esperam, em contrapartida, segurança no fim da vida, auxílio frente às diferentes dificuldades oriundas da velhice. Seria o dom e o contra-dom. Mas, além disso, esperam também segurança para além da vida: a preservação da sua memória, a continuidade do seu nome, a perpetuação da sua atividade, a perenidade de sua posição social.

Já Bourdieu (2012b), ao estudar as contradições da sucessão em contexto do sul da França, destacou a inexistência de um sucessor, devido às migrações dos jovens rurais ao meio urbano, como um acontecimento particularmente doloroso para o pai, causador de sofrimento.

A partida do herdeiro sinaliza a parada mortal da empresa agrícola – tendo-se mostrado que ela deve suas particularidades mais marcantes ao fato que a reprodução biológica, portanto, de sua força de trabalho, faz parte das condições de sua reprodução [...]. O filho que se recusa a se fazer herdeiro da herança paterna consuma um ‘assassinato do pai’ bem mais terrível do que aquele que consiste em tomar o seu lugar, sucedê-lo [...]. Ele anula não somente a aceitação paterna, sua submissão à tradição da herança, mas, tratando-se de uma herança que é quase inteiramente o produto de quem a transmite, ele anula também sobretudo a obra paterna, essa obra de toda uma vida. Ele coloca seu pai diante de um dilema tão insuportável que este não pode lembrá-lo senão num discurso que, por seus silêncios, suas circunlocuções, suas atenuações, suas dissimulações e suas contradições, visa tanto encobri-lo quanto descobri-lo [...] (BOURDIEU, 2012b, p. 440).

Entre os fumicultores familiares estudados, a inexistência de um sucessor assinala o encerramento do ciclo de vida de utilidade da terra, esmaecendo o seu

¹¹ *Hériter e succéder vont de pair: succéder au père et succéder à l'histoire familiale vont aussi de pair. Chaque fois qu'il y a héritage, en agriculture, l'héritier ne succède pas seulement à ses parents, il succède à un métier, une histoire, une famille.*

ontem e arruinando o seu amanhã. Em muitos casos, a família utilizou a terra para o cultivo do tabaco desde a colonização alemã no século XIX. A inexistência de um sucessor é uma situação árdua para os fumicultores em atuação, considerando o seu sentido simbólico. A responsabilidade do encerramento do ciclo de vida de utilidade da terra recai sobre os consortes em atuação, sobretudo no âmbito masculino, considerando a preferência pela patrilinearidade na sucessão na fumiicultura familiar de descendência alemã. Logo, a inexistência de um filho para dar continuidade à fumiicultura é um fardo bastante pesado para ser carregado pelo pai, pois ela é a razão de não reconhecimento de um costume e da morte de um coletivo. Contudo, também devo mencionar a existência de situações onde os próprios pais incentivam os filhos a não continuar nas áreas rurais, dadas as restrições materiais e simbólicas encontradas na fumiicultura familiar. Todavia, mesmo nestas situações, o fardo mencionado ainda assim é sentido.

Diante disso, Droz *et al.* (2014), ao considerarem a não concretização da sucessão familiar nas áreas rurais da França, do Québec e da Suíça, vincularam este sofrimento à ocorrência de suicídios. No Vale do Rio Pardo, a crise sucessória também deve ser levada em conta frente à ocorrência dos suicídios de fumicultores, sobretudo, de homens de idade adulta, sendo este o principal perfil suicida encontrado nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo: *“Eu avalio mais no meio rural pessoas de meia idade, de uns 30 até 50 e poucos anos, não tenho dados para te dizer certo [...]. Os homens até se sobressaem um pouquinho mais que as mulheres na questão do suicídio”* (Simone, 39 anos, extensionista rural); *“Chega uma pessoa com esse perfil, homem, trabalhador rural, 40, 45 anos, com alguma ideia suicida, com algum pensamento de morte, a saúde já tem um olhar diferenciado nesse sentido, porque é uma pessoa que tem um potencial aumentado para suicídio”* (Raquel, 39 anos, psicóloga).

Embora a mesma não tenha sido acionada como motivação de suicídios, notei a inexistência de sucessores na maior parte dos casos relatados pelos entrevistados. Desta maneira, em estudos vindouros sobre os suicídios de fumicultores é interessante atentar a este viés da sucessão, pois a inexistência de um sucessor indica a morte simbólica da fumiicultura e pode guardar relação com a morte material do fumicultor.

Não obstante, este cenário de crise sucessória conduz ainda a outra intrincada reflexão referente aos suicídios de fumicultores, merecedora de maiores estudos. Como mostrei no início deste capítulo, no âmbito da fumiicultura familiar do Vale do

Rio Pardo, os suicídios vinculam-se com certos atributos morais de seu *ethos*, sobretudo com a valorização da economia e do trabalho, característicos da identidade étnica teuto-brasileira. Todavia, as interferências de instituições externas sobre a socialização ocorrente no ambiente de convivência da família e da comunidade estão cada vez mais afetando a interiorização do *habitus*, desencadeando não só a crise sucessória, mas a redução da relevância atribuída a certos costumes étnicos até então existentes entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros, como questões vinculadas a esporte, gastronomia, idioma, religião, etc., como revelado no relato abaixo selecionado de um fumicultor familiar sem sucessor.

Aqui ainda tem bastante da cultura alemã presente, mas isto está se perdendo cada vez mais, as sociedades, a gastronomia, o dialeto. Aqui ainda fala-se muito alemão. Tem pessoas que vem pra cá da Alemanha e ficam admirados... [...] Aqui tem uns até que nem entendem direito o português, nem sabem falar direito. Mas são mais velhos. [...] Aqui no interior a língua alemã ainda é muito forte, só que vai se perder no tempo também, porque aqui em casa, por exemplo, a nossa filha entende muita coisa, mas falar, até fala alguma coisa, mas muito pouco. Então isso são coisas que... meu sobrinho de cinco anos, ele entende uma ou outra coisa, mas ele não quer mais falar. Isso é por causa da creche e das escolas. E aí se perde (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Considerando a vinculação dos suicídios com o *ethos* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, transmitido através do processo de socialização primária no interior das famílias e das comunidades, diante deste contexto de descontinuidade de interiorização do *habitus*, observado, entre outros, através da crise sucessória, ascende a dúvida: os suicídios não tenderão a reduzir futuramente? Como comentei inicialmente, este é um conteúdo intrincado e não tenho a intenção de solucioná-lo neste estudo. Contudo, essa questão merece melhor atenção pelos estudos vindouros.

3 AGROINDÚSTRIA FUMAGEIRA E DOMINAÇÃO DOS FUMICULTORES: SOBRE SOFRIMENTO E SUICÍDIO NO TRABALHO

Nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo, a fumicultura é a atividade de maior relevância socioeconômica. Devido a isso, as agroindústrias – e outras organizações agregadas – estão entre as instituições mais poderosas, senão a mais poderosa, encontradas no universo de análise, interferindo na rotina do trabalho e da vida familiar e comunitária dos agricultores, devido aos contratos de integração. Dessa maneira, o capítulo pretende analisar as ingerências do complexo agroindustrial fumageiro na organização do trabalho dos fumicultores familiares e sua reverberação sobre a ocorrência de suicídios.

Assim, estruturei o capítulo em três partes. A primeira retrata como ocorreu a criação e a consolidação da sede do complexo agroindustrial fumageiro no Vale do Rio Pardo, considerando a organização do sistema integrado como um ponto importante para a análise do suicídio. A segunda demonstra a estruturação de um campo fumícola sustentado no sistema integrado, contando com mecanismos de dominação empregados pelas agroindústrias para controlar os agricultores. E a terceira trata da precarização das relações de trabalho no campo fumícola e do sofrimento dos fumicultores como um ponto importante no entendimento dos suicídios.

3.1 VALE DO FUMO: O ITINERÁRIO SOCIOECONÔMICO DE TRANSFORMAÇÃO DO VALE DO RIO PARDO EM SEDE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRO

No Vale do Rio Pardo, o tabaco é respeitado como um produto agropecuário de centralidade socioeconômica para as áreas rurais e para as áreas urbanas por concentrar sua produção (parte da agricultura) e seu processamento (parte da indústria), estruturando, assim, o “*setor fumageiro*”, como é denominado este complexo agroindustrial em meu universo de análise.

Em virtude deste cenário, a produção e o processamento do tabaco são socialmente percebidas como atividades imprescindíveis para o desenvolvimento, como ressaltaram inúmeros dos meus entrevistados, vinculados às mais variadas instituições sociais: “*É muito forte na região a fumicultura, não só no rural, mas no urbano, por causa das indústrias*” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor

de tabaco); *“A maioria dos agricultores depende só do fumo, a renda deles é a fumicultura”* (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares); *“A fumicultura é muito presente aqui, digamos que uns 90%. Hoje dependemos da fumicultura. Vamos dizer assim, que se cortar a fumicultura, eu acho que toda a cidade teria uma grande dificuldade de se sustentar”* (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Considerando a importância do complexo agroindustrial fumageiro, como provaram as narrativas anteriores, certamente a análise desta instituição é necessária ao entendimento da ocorrência dos suicídios dos fumicultores. Mas antes é interessante retomar, resumidamente, como ocorreu a criação e a consolidação deste complexo agroindustrial no Vale do Rio Pardo. Não obstante, nesta retomada irei priorizar aspectos importantes à consecutiva análise do suicídio, como é o caso do intitulado sistema integrado.

De acordo com Biolchi (2003), embora originário da América e existente no Brasil desde o período colonial, nos estados do Sul o fumo foi efetivamente visualizado como um produto agropecuário de interesse econômico com a colonização alemã no século XIX. Diante disso, no investimento de reconstruir a consolidação da fumicultura nos arredores de Santa Cruz do Sul, Cunha (1988) e Vogt (1994) afirmam sua introdução desde o estabelecimento das colônias alemãs do Vale do Rio Pardo, no fim da década 1840, pois os colonos não só receberam sementes no Brasil como também trouxeram sementes da Alemanha, cultivando-as sem muitos recursos ainda nos primórdios do processo de colonização.

Inicialmente, considerando o isolamento das colônias alemãs e a inexistência de roteiros comerciais, o fumo em folha (característico entre os teuto-brasileiros, sendo o fumo em corda comum aos ítalo-brasileiros), assim como os demais cultivos e criações, era voltado à subsistência: os colonos produziam os produtos agropecuários necessários para a sua sobrevivência, apresentando, neste momento, uma elevada diversificação produtiva (CUNHA, 1988; VOGT, 1994).

Entretanto, conforme a análise de Cunha (1988) e Vogt (1994) sobre o caso de Santa Cruz do Sul, sem demora o tabaco foi introduzido no mercado, sendo velozmente convertido em item de interesse do comércio, ainda no século XIX, em virtude da especialização produtiva derivada não somente da necessidade de auferir renda, com vistas a saldar as dívidas coloniais e de melhorar as condições da

existência nas colônias – viabilizando a vida e o trabalho nas áreas rurais –, mas de um intrincado cenário de motivações, como esmiuçado abaixo.

Como se vê, a cultura do fumo ou do tabaco se enquadra perfeitamente nas próprias possibilidades dos colonos. Obrigados a pagar a dívida colonial, desprovidos, em sua absoluta maioria de capital e, conseqüentemente, impossibilitados de investir em qualquer produção que o exija; impossibilitados, também, de dispor de mão-de-obra escrava por lei e de mão-de-obra assalariada por sua própria condição de pequenos proprietários, os colonos tratam de investir na produção do fumo: onde podem aplicar toda a mão-de-obra da família, inclusive a dos velhos, das mulheres e das crianças, com a vantagem de poderem utilizar apenas uma pequena parcela de terra disponível para a agricultura em seus lotes. Outro atrativo do fumo é o seu preço. Ele alcança excelentes índices junto ao produtor, especialmente se comparado com os preços do milho e do feijão, e melhores ainda ao comerciante, intermediário e exportador (CUNHA, 1988, p. 181-82).

Somado a isso, na visão de Vogt (1994), ainda em referência à Santa Cruz do Sul, o tabaco simbolizou uma interessante alternativa de inserção das colônias alemãs do Vale do Rio Pardo nas rotas comerciais do Rio Grande do Sul, oferecendo um item exclusivo, uma vez que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre não se dedicavam à fumicultura. Diante deste contexto, a produção de tabaco prosperou progressivamente e, na década de 1860, o valor pago pelo fumo excedeu o valor pago pelo feijão, até então considerado o produto agropecuário de maior importância econômica das colônias alemãs.

Para Vogt (1994), do mesmo modo como os demais produtos agropecuários, o tabaco passou a ser comercializado nos armazéns coloniais, servindo, inicialmente, como moeda de escambo, isto é, um produto de permuta. Contudo, sem demora este sistema de comercialização foi sofisticado, pois os armazéns coloniais concentraram informações sobre o preço do produto, concederam empréstimos para os produtores, coordenaram o escoamento da produção, forneceram orientações técnicas para os produtores, etc. Com o decorrer dos anos, ainda desenvolveram um mecanismo intitulado conta corrente: uma caderneta onde eram anotados os créditos e os débitos de cada colono.

Através deste mecanismo, os fumicultores ficaram fortemente atrelados a estes estabelecimentos, praticamente subordinados aos mesmos, pois “além de compradores da produção do colono, forneciam-lhe adiantadamente as mercadorias das quais carecia durante o ano inteiro” (VOGT, 1994, p. 64) e “em troca dessa confiança do comerciante que lhes permitia comprar sem dinheiro, os fregueses lhe

entregavam toda a sua produção destinada à venda e se estabelecia uma conta corrente constantemente atualizada” (PAULILO, 1990, p. 48).

Obviamente, este cenário começou a delinear uma situação de dependência das famílias e das comunidades fumicultoras em relação aos armazéns, onde concentrava-se a vida econômica da atividade. Contudo, não se tratava somente de uma dominação econômica, como sublinha o excerto abaixo destacado.

A relação com o comerciante ultrapassava os limites de uma relação puramente mercantil. Havia uma dependência do produtor frente ao dono da venda, pois caso este não quisesse lhe fornecer os bens necessários até uma nova safra, havia poucas alternativas de sobrevivência. Por isso, ele se submetia a comprar e a vender pelo preço estabelecido pelo comerciante. Por outro lado, ao vendeiro interessava receber produtos agrícolas em pagamento das dívidas, pois disso dependia a continuidade de seus negócios. Estabelecia-se, então, um compromisso entre as duas partes. Não havia um contrato formal, mas dificilmente um agricultor entregava seus produtos em outro estabelecimento que não aquele onde era freguês, onde comprava fiado o ano todo. O dono do estabelecimento por sua vez desde que o freguês fosse “bom”, isto é, cumprisse o compromisso estabelecido, perdoava atrasos no pagamento se houvesse justificativas (PAULILO, 1990, p. 49).

Assim, na visão de Paulilo (1990), em estudo sobre a fumicultura familiar em Criciúma, Santa Catarina, esta conta corrente dos armazéns coloniais é considerada o embrião do sistema integrado criado mais adiante, com o avanço da industrialização. Nesse sentido, também Begnis *et al.* (2007), em estudo sobre este sistema elaborado no Sul do Brasil, notaram como as iniciativas dos estabelecimentos comerciais constituíram um elemento relevante à conformação vindoura do complexo agroindustrial fumageiro.

Diante deste cenário, a crescente mercantilização do tabaco do Vale do Rio Pardo exerceu um estímulo à industrialização principiada nos proêmios do século XX. Nesse momento, o tabaco ainda era um produto agropecuário de exíguo nível tecnológico, sustentado nos chamados “fumos de galpão”, curados artesanalmente (CUNHA, 1988; VOGT, 1994).

De acordo com Vogt (1994), no início do século XX, embora a região concentrasse a produção do tabaco, ainda não realizava o seu processamento. Este cenário começou a mudar efetivamente no ano de 1917, com a instalação da *Brasilian Tobacco Corporation* em Santa Cruz do Sul, sendo patrocinada pela corporação internacional *British American Tobacco*, associada à Souza Cruz, sendo, portanto, a primeira agroindústria de processamento de tabaco instalada na região.

Para Vogt (1994), com o intuito de melhor controlar a qualidade e a quantidade de seus cigarros, visando, assim, os seus próprios interesses econômicos, no ano de 1918 a Souza Cruz introduziu uma série de melhorias na produção e, conseqüentemente, no processamento do tabaco. Primeiramente, introduziu os “fumos de estufa”, curados artificialmente, como é o caso das variedades Virgínia. Posteriormente, introduziu o sistema integrado de produção de tabaco, propiciando uma reciprocidade entre a produção e o processamento. Na visão de Begnis *et al.* (2007), a organização do complexo agroindustrial fumageiro, como é conhecido atualmente, deve-se, em elevada medida, a estas ações pioneiras desenvolvidas pela Souza Cruz.

Referente ao sistema integrado, conforme Paulilo (1990, p. 19), em estudo desenvolvido em Santa Catarina, este é definido como “uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível deste modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital”. Para Melz (2017), com base na experiência do Vale do Rio Pardo, o sistema integrado consiste em um intrincado sistema de compromissos estipulados contratualmente entre os responsáveis pela produção (parte dos agricultores) e os responsáveis pelo processamento (parte das agroindústrias), visando – supostamente – proventos para ambas as partes.

O sistema integrado de produção de tabaco consiste em contratos entre indústria e fumicultores: as empresas fornecem um pacote tecnológico composto de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, entre outros) e prestação de assistência técnica aos agricultores. O fumicultor, por sua vez, produz o fumo de acordo com as instruções técnicas e entrega o tabaco produzido à empresa contratante, que adquire a produção contratada naquela safra. A empresa desconta o valor dos materiais fornecidos e repassa o saldo correspondente aos produtores (MELZ, 2017, p. 21).

Conforme Paulilo (1990), apesar dos proventos, o sistema integrado focalizou e formalizou restrições à autonomia dos fumicultores. Contudo, mesmo assim, na visão de Melz (2017), como o sistema integrado garantiu regularidade na qualidade e na quantidade da produção e do processamento do tabaco, sendo conveniente aos requisitos dos mercados interno e externo, o mesmo propiciou um estímulo a este produto agropecuário no Vale do Rio Pardo, servindo à conformação do complexo agroindustrial fumageiro.

De acordo com Vargas *et al.* (1998), também com base em estudo realizado na região, o sucesso do sistema integrado decorreu diretamente das condicionantes materiais e simbólicas encontradas em suas áreas rurais, principalmente: a realidade fundiária das colônias alemãs, sustentada em pequenas propriedades rurais; o conhecimento dos colonos alemães sobre a fumicultura; e a inconsistência da estrutura de industrialização e de comercialização do fumo em folha até o momento.

Ainda conforme Vargas *et al.* (1998), a existência do sistema integrado no Vale do Rio Pardo, prescindindo a necessidade de investir em terras e em trabalhadores voltados para a produção, atuou como um relevante atrativo às corporações internacionais, sobretudo a partir da década de 1960. Não obstante, como explicado por Melz (2017), outras agroindústrias que se instalaram no território foram aderindo ao sistema integrado, mais tarde utilizado, também, na industrialização de outras atividades agropecuárias, como a avicultura e a suinocultura.

Além disso, de acordo com Lima (2007), analisando a região de Santa Cruz do Sul, os entraves econômicos colocados às nações africanas, até então detentoras dos mercados externos, também estimularam a industrialização do Vale do Rio Pardo, inclusive, a sua internacionalização. Estes entraves incentivaram o deslocamento das corporações internacionais, até então concentradas no continente africano, rumo às nações americanas, principalmente para o Brasil e, mais especificamente, para o Vale do Rio Pardo.

Vogt (1994) destacou o crédito rural altamente subsidiado concedido à instalação de agroindústrias à montante e à jusante das atividades agropecuárias no Brasil, que conquistou corporações internacionais. De acordo com Melz (2017) e Vendrusculo (2017), o crédito era constituinte da Política Nacional de Modernização da Agricultura, conveniente, entre outros, à criação e à consolidação de complexos agroindustriais.

Sendo assim, principalmente no decorrer da década de 1990, muitas corporações internacionais instalaram-se no Vale do Rio Pardo com vistas à produção e ao processamento do tabaco, colocando o Brasil no domínio dos mercados interno e externo, sendo que, contemporaneamente, a maioria das agroindústrias é de capital estrangeiro (VOGT; 1994; MELZ, 2017; VENDRUSCULO, 2017).

Em virtude deste itinerário socioeconômico, resumidamente narrado, envolvendo elementos materiais e simbólicos, o Vale do Rio Pardo tornou-se vastamente reconhecido como sede do complexo agroindustrial fumageiro.

Atualmente, este conta com um pequeno número de agroindústrias processadoras de tabaco – em contraponto ao elevado número de agricultores produtores de tabaco –, em sua maioria, vinculadas a poderosas corporações internacionais, como *British American Tobacco*, *China Tobacco*, *Imperial Brands*, *Japan Tobacco International*, *Philip Morris International*, entre outras. De acordo com Peres e Neto (2018), no mundo todo, as cinco corporações citadas dominam a compra de tabaco e a venda de cigarro, sendo responsáveis por cerca de 80% da atividade.

Contudo, cabe ressaltar como neste estudo, além das agroindústrias, considerei como entidades constituintes do complexo agroindustrial fumageiro o Sinditabaco, criado em 1947, e a Afubra, criada em 1955, ambas derivadas do avanço da industrialização. Embora o Sinditabaco represente as processadoras e a Afubra represente os produtores – sendo, inclusive, a criação da última uma reação à criação da antecedente, na tentativa de dar estabilidade para as flutuações do preço pago pelo fumo em folha –, ambas as entidades cooperam, principalmente em prol da manutenção do sistema integrado (MELZ, 2017).

Para encerrar esta retomada, considero necessário reiterar, mais uma vez, a relevância do sistema integrado para a consolidação do complexo agroindustrial fumageiro. Nesse sentido, a centralidade deste último neste estudo sobre suicídios deve-se não só à sua relevância socioeconômica, mas também à sua elevada influência sobre os fumicultores teuto-brasileiros, que se constrói pelas relações tecidas pelos contratos de integração, que se transformam em poderosos mecanismos de intervenção e dominação sobre as famílias e as comunidades fumicultoras, como analisarei com mais cuidado nas seções abaixo.

3.2 SISTEMA INTEGRADO E CONFORMAÇÃO DO CAMPO FUMÍCOLA: “OS FUMICULTORES ESTÃO NAS MÃOS DAS FUMAGEIRAS”

Como mencionado anteriormente, o sistema integrado é uma característica da fumicultura familiar no Sul do Brasil. Esse sistema centenário, embora muito defendido entre as agroindústrias - denominadas pelos meus interlocutores de “*firmas*” ou ainda de “*fumageiras*” - e entre outras entidades, como a Afubra e o Sinditabaco, é cercado de inúmeras contradições: muitas vezes ocasiona contrariedades socioeconômicas aos agricultores, sobretudo, referente à sua autonomia.

O sistema integrado recebeu este nome em virtude de seu ideário de “*integração*” entre os fumicultores e as fumageiras, visando o inteiro desenvolvimento da fumicultura através do estabelecimento de uma proximidade e de uma complementaridade entre a “*parte da agricultura*” e a “*parte da indústria*”, gerando supostos ganhos para ambas as partes, isto é, aos integrados e às integradoras. Não à toa, o sentido do vocábulo “*integração*” remete à inclusão de uma dada unidade em um todo, à uma ideia de coletivismo, sendo até informalmente chamado como “*sistema de parceria*”, em razão das supostas conveniências aos implicados em relações contratuais.

Como mencionei anteriormente, este sistema é concretizado por meio de contratos assinados entre os fumicultores e as fumageiras, que estabelecem compromissos mútuos para o sucesso de sua atividade econômica. Como sintetizado no estudo de Biolchi (2003), aos fumicultores cabem: produzir a quantidade de fumo acertada com a fumageira; utilizar os insumos recomendados pela fumageira na produção; e comercializar a produção com a fumageira contratada; em contrapartida, às fumageiras cabem: fornecer assistência técnica aos fumicultores; repassar insumos certificados para a produção; avaliar os insumos e outros investimentos voltados à produção; custear o transporte da produção; e comprar a produção dos fumicultores contratados.

Portanto, na visão do Sinditabaco (2019), o sistema integrado se mostrou conveniente aos agricultores e às agroindústrias, pois, para os primeiros, representou garantia de venda da produção, assistência técnica, assistência financeira e transporte para o produto, e para as segundas, significou planejamento de safra, qualidade de produto, integridade de produto e garantia de entrega.

Diante disso, considerando o itinerário socioeconômico de estruturação do complexo agroindustrial fumageiro no Vale do Rio Pardo, o sistema integrado, em virtude de suas conveniências, atuou como o coroamento das condicionantes materiais interiorizadas na constituição de um *habitus*, que, de certa forma, contribuiu para a estruturação das atividades de produção de tabaco. Como apresentei no capítulo precedente, para Bourdieu (2004), o *habitus* é uma dimensão simbólica resultante de dimensões materiais, isto é, um conjunto de estratégias subjetivas conformadas diante de exigências objetivas, constituindo, sem consciência nem racionalidade, um senso prático. Dessa maneira, devido ao acúmulo de uma estrutura agrária, de uma estrutura comercial e, por último, de uma estrutura industrial propícias

à fumicultura, como demonstrado na seção anterior – condicionantes materiais, estas, construídas desde o início da colonização alemã até atualmente – ocorreu a internalização da fumicultura como uma atividade constantemente acionada entre os teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, sem muita reflexão sobre seu acionamento.

Nas entrevistas realizadas com os fumicultores familiares teuto-brasileiros, este ideário foi salientado: “*A minha família planta fumo desde sempre, desde que me conheço por gente*” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); “*Nós começemo a produzir fumo em 1941. E produzimo sempre fumo até agora*” (Hilde, 66 anos, viúva de fumicultor familiar suicida); “*Eu trabalho na roça desde sempre, desde pequena, ajudando o pai e a mãe. Eles plantavam fumo. Depois que casei continuei trabalhando no fumo com meu marido*” (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida).

Atualmente, uma das condicionantes materiais mais relevantes à manutenção deste *habitus* favorável à organização das atividades da fumicultura é o sistema integrado, prezado pelos fumicultores familiares teuto-brasileiros pela sua praticidade, principalmente pelo mercado previamente acertado através dos contratos. Isto se mostra coerente com o *ethos* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros, pois a garantia de compra responde à preocupação de seguridade inscrita no *ethos* dos fumicultores familiares descendentes de alemães.

Como mostrei no capítulo precedente, estes últimos são dotados de um *ethos* característico e consideram-se introvertidos, sendo esta particularidade um obstáculo às interações sociais e, inclusive, econômicas. Devido à sua aversão à escassez socialmente construída no decorrer da colonização do território do Vale do Rio Pardo e, conseqüentemente, à sua ética da economia e do trabalho, os fumicultores valorizam a estabilidade socioeconômica. Diante disso, a garantia de comercialização do fumo em folha proporcionada pelo sistema integrado é importante e acaba compensando a rentabilidade da atividade, nem sempre muito proveitosa, como ressaltou um fumicultor familiar entrevistado:

[...] o nosso carro-chefe é o fumo, de diversificação não tem muita coisa, já tentamos, mas, infelizmente, a questão é o mercado, fazer esse produto chegar no comércio. Eu sempre digo que a diversificação pro produtor, pra ele plantar, não é difícil: isso o produtor aprende fácil. O problema é a outra parte, é a comercialização. Então, isso fica um pouco difícil, porque nem todos são pro comércio, e aí o gringo [italo-brasileiros] leva uma pequena vantagem, ele é mais negociador, e o alemão é muito reservado. O alemão tem essa coisa de que ele é reservado, ele é fechado e é difícil. Claro, têm

exceções, né, mas essa é uma parte não muito fácil, tu pegar o teu produto e vender. E, na fumicultura, é um pouco diferente, mesmo às vezes tu não ganhando o que valeria o teu produto, mas tu tem uma garantia de que ele é comprado, como este ano já está acontecendo: não é tão valorizado, mas tu não precisa ir atrás para vender teu produto, tu leva na empresa e lá tu sabe que vai ser comercializado. O que te pagam é outra história, mas tu não precisa ir lá oferecer o teu produto, querer vender, isso tu não precisa (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Além de salientar a fumicultura como parte do senso prático do grupo de agricultores estudados, o excerto acima ainda retrata as controvérsias acerca do rendimento econômico da fumicultura no âmbito do sistema integrado, motivo de contestação dos fumicultores. Apesar das suas outras conveniências, não existe meio da rentabilidade do sistema integrado ocorrer na mesma medida para os fumicultores e para as fumageiras: o sistema pode até parecer uma parceria, mas não o é, pois os interesses econômicos dos fumicultores e das fumageiras são concorrenciais. Em outros termos, os ganhos econômicos dos fumicultores representam perdas para as fumageiras, e vice-versa.

Em virtude disso, a rentabilidade nesta atividade é permeada por instabilidade, pois agricultores e agroindústrias estão constantemente concorrendo entre si, visando maiores rendimentos econômicos. Nos últimos anos, essa concorrência vem sendo cada vez mais visualizada no âmbito da fumicultura teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, e, muito em virtude disso, um instrutor de tabaco entrevistado afirmou: “*não é mais uma integração de verdade*” (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

Diante disso, em minha ótica, o sistema integrado também pode ser entendido como um campo, no sentido bourdieusiano do termo. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu o campo é um “microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”, onde estão contidas “um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular”, o que significa que “um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social” (BOURDIEU, 2011b, p. 195).

Desta maneira, Bourdieu (2011b) utiliza a noção de campo com o intuito de nomear um espaço social diferenciado onde determinados agentes relacionam-se socialmente de modo distinto. Para inserir-se no campo, os agentes precisam preencher certas condicionantes materiais e simbólicas e respeitar normas sociais

particulares, não encontradas em outros campos e nas relações sociais com outros agentes: caso não apresentem estas condicionantes, não poderão acessar o campo e caso não respeitem as normas, serão excluídos do campo.

Bourdieu (2011b, p. 201) afirma que um campo é “um campo de forças e um campo de luta para transformar as relações de força” no qual “as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado”. Isso significa que o campo é um cenário de poder e, conseqüentemente, de dominação. Não obstante, Bourdieu (2003) acrescenta que o campo é também um ambiente simbólico socialmente estruturado, onde diferentes agentes ocupam diferentes posições sociais e mantêm relações concorrenciais entre si. Tais posições sociais são estruturantes deste campo e, também, relacionais, isto é, não são definíveis por si só, sendo estabelecidas somente umas em relação às outras.

Segundo Bourdieu (2003), tendo em vista esta relacionalidade, os principais agentes em confronto assumem posições sociais situadas em extremos contrários do campo: a polaridade positiva, dos dominantes, e a polaridade negativa, dos dominados. Na polaridade positiva serão encontrados os agentes que detêm os capitais específicos desse campo em maiores proporções e que lutam para conservar o campo, enquanto que na polaridade negativa são encontrados os agentes cuja detenção dos capitais específicos do campo ocorre em menores proporções e, por isso, lutam para subvertê-lo. Assim sendo, os capitais são os eixos estruturantes das posições sociais assumidas no campo. Ressalta-se, ainda, que todo campo se caracteriza através de um conflito, onde os agentes visam qualificar suas posições sociais através da expansão de seus capitais. Nos termos de Bourdieu (2011b, p. 203), “cada espécie particular de capital está ligada a um campo e tem os mesmos limites de validade e de eficácia que o campo no interior do qual tem curso”.

Pierre Bourdieu aplicou este conceito de campo em situações distintas, mostrando a existência de um campo artístico, um campo científico, um campo literário, um campo político, um campo religioso, entre inúmeros outros campos. Nesse sentido, alguns estudiosos das realidades rurais notaram a proficuidade do conceito de campo, inclusive, no entendimento das particularidades da fomicultura familiar no Sul do Brasil, considerando as relações contratuais estabelecidas entre integrados e integradoras.

Por exemplo, em pesquisa referente à diversificação produtiva em áreas rurais de cultivo de tabaco em Monte Castelo, Santa Catarina, Uba (2012) acionou o conceito de campo, cunhado por Bourdieu, para a compreensão do espaço social circundante à cadeia produtiva do tabaco, entendido como um espaço com atuação de diversas instituições sociais – como os agricultores, as agroindústrias, o Estado, etc. – nas quais se estabelecem disputas a respeito da produção de tabaco e das estratégias de diversificação produtiva. Já em estudo sobre a fumicultura familiar do município de Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul, Redin (2015) utilizou o conceito com o intuito de enfatizar os conflitos socioeconômicos daquele que intitulou “campo fumageiro”, não somente entre os fumicultores e as fumageiras, mas envolvendo interferências estatais vinculadas às pautas do ambiente e da saúde. Também Mengel e Aquino (2017), em sua revisão referente à fumicultura, utilizaram o anunciado conceito como instrumento analítico, entendendo a estruturação de um “campo tabagista” envolvendo os fumicultores e as fumageiras e sublinhando que, embora existam conflitos referentes às questões de ambiente e de saúde, o conflito central refere-se à apropriação desigual dos recursos econômicos resultantes da produção, que tende a se acumular nas mãos das poderosas agroindústrias.

Frente a isso, no contexto da fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, o sistema integrado pode ser considerado um campo fumícola, envolvendo, assim, os fumicultores e as fumageiras em uma íntima e característica vinculação socialmente convencionada através dos contratos. No campo fumícola, embora os fumicultores concentrem o capital agrícola, as fumageiras concentram o capital comercial e industrial, bem como mobilizam recursos financeiros, que, por fim, posicionam os fumicultores como dominados e as fumageiras como dominantes.

Diante deste cenário, como mencionado anteriormente, a principal disputa presente no campo fumícola ocorre em torno do rendimento econômico, isto é, da distribuição deste rendimento entre agricultores e agroindústrias. Redin (2015, p. 153), em estudo sobre Arroio do Tigre, situado no Vale do Rio Pardo, também notou esta luta no seu campo fumageiro:

o campo de disputa entre agricultores e agroindústria, historicamente, direcionou-se na ordem econômica, no preço da comercialização. Trata-se de um campo de poder conflituoso, pois interfere diretamente na lucratividade de ambos, uma justaposição de interesses: enquanto a agroindústria busca aumentar a margem de lucro, os agricultores defendem uma remuneração justa pelo trabalho na produção do tabaco.

Nesse sentido, em inúmeros relatos encontrei referências ao sistema integrado, principalmente devido à disputa pela rentabilidade, como um verdadeiro campo de poder, corroborando a posição de dominados assumida pelos fumicultores e de dominantes assumida pelas fumageiras: “*Eles [fumageiras] tratam o produtor de fumo como se fosse o escravo deles*” (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); “*A parte ruim é que nós somos o lado mais fraco [do sistema integrado]. E a corda onde arrebenta? No produtor, no lado mais fraco. Infelizmente é assim*” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); “*Eles pagam o que querem, porque o que o produtor vai querer com aquela folha de tabaco em casa? Vai deixar ali?*” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Dessa maneira, não é incomum encontrar certos rótulos atrelados ao sistema integrado, como “*amarracão*”, “*enganação*”, “*escravidão*”, “*exploração*”, “*servidão*”, ou ainda, “*sujeição*”, entre outros vocábulos desabonadores. Críticas como estas não são exclusividade de meu universo de análise, existindo inúmeros estudos neste mesmo sentido, retratando um vínculo de dominação estruturado nas relações tecidas pelo referido sistema (PAULILO, 1990; ETGES, 1991; PRIEB; RAMOS, 2004; ALMEIDA, 2005; RIQUELMO; HENNINGTON, 2014; CASTRO; MONTEIRO, 2015). Todavia, como isso acontece? Quais são os mecanismos de dominação envolvidos nesta disputa pela rentabilidade capazes de submeter os fumicultores às fumageiras? Estas questões reivindicam uma análise mais atenta de como funciona o sistema integrado.

No Vale do Rio Pardo, o sistema integrado inicia com uma visita de um instrutor. Em nome da fumageira, este se dirige até o fumicultor e apresenta um contrato de compra e venda do fumo em folha, que sela o compromisso entre ambas as partes. Este comprometimento com a compra não só é a parte principal do contrato, como a parte mais prezada pelos fumicultores. Neste documento, é especificado o tipo de fumo que será produzido, a área que será produzida e a estimativa de produção, assim como são especificadas outras cláusulas referentes aos compromissos do fumicultor, da fumageira e de ambos. Além deste contrato, o instrutor também orienta o fumicultor a assinar documentos acessórios, como aqueles que autorizam o pedido dos insumos produtivos necessários para a safra e que contraem um empréstimo em uma instituição bancária para pagar estes insumos, sendo o mesmo avalizado pela fumageira, entre outros. Dessa maneira, é firmado um acordo entre fumicultor e fumageira: esta última se compromete em conceder os insumos, em viabilizar a

assistência técnica e em comprar a produção; o fumicultor se compromete em entregar a sua produção. Destarte, no decorrer do cultivo, o fumicultor recebe visitas do instrutor, que fiscaliza se as cláusulas do contrato estão sendo cumpridas, visando à qualidade e à quantidade do fumo em folha, entre outras questões. Realizada a colheita, a secagem e uma primeira classificação das folhas de fumo na propriedade do fumicultor, a fumageira irá transportar o tabaco até a sua sede, onde este será classificado e, só então, será realizada uma oferta de preço a ser pago pelo produto.

Observando atentamente o funcionamento do sistema, pode-se inferir que o próprio contrato é um mecanismo de dominação. Mas no seio deste encontra-se um emaranhado de outros mecanismos, intimamente conectados uns aos outros e fomentados através da atuação da assistência técnica, isto é, dos instrutores. Tais mecanismos de dominação reduzem severamente a autonomia dos fumicultores familiares no âmbito do campo fumícola.

De acordo com Etges (1991), em estudo sobre a fumicultura de Santa Cruz do Sul, a dominação inicia quando o instrutor orienta o agricultor a realizar uma solicitação de custeio da safra em uma instituição bancária, sendo esta avalizada pela figura da agroindústria. Em meu universo de análise, como o tabaco não conta com o apoio de políticas públicas de financiamento – entrarei neste mérito no próximo capítulo –, as fumageiras agem como intermediárias nas transações financeiras com as instituições bancárias, sendo avalistas dos fumicultores nestes empréstimos voltados ao custeio do cultivo, iniciando pelos insumos agropecuários, como agrotóxicos, fertilizantes, sementes, etc.

Nesse sentido, o fumo ainda nem foi semeado e o fumicultor já se encontra endividado. Este financiamento torna-se, portanto, o primeiro mecanismo de dominação visualizado, como dão a entender os relatos: *“Quando eles iniciam, se financia tudo, os fornos, se financia a produção, se financia até parte da terra. Só que depois vêm os juros, juros sobre juros, e aí começam a rolar as dívidas”* (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana); *“A família que consegue plantar sem precisar pegar financiamento da firma, ela fica muito mais livre. Agora, aquela família que tem que plantar com financiamento da firma, fica mais amarrada, ainda mais quando tem que pegar muito financiamento”* (Lair, 62 anos, padre católico).

Não obstante, referente aos insumos, Begnis *et al.* (2007) notaram como o fumicultor fica coibido a utilizar somente os insumos agropecuários fornecidos ou fixados pela fumageira, sob a justificativa de garantir a qualidade e a quantidade de

fumo em folha contratado. Já estudos como o de Almeida (2005) e de Vendrusculo (2017), afirmaram que muitas fumageiras comercializam estes insumos com valores acima dos preços praticados pelo mercado, estratégia que maximiza a sua rentabilidade em detrimento da renda familiar do fumicultor.

Contudo, vale ressaltar que, muito em virtude das críticas sobre esta “*venda casada*” dos insumos no sistema integrado, atualmente, os contratos estão eximindo os agricultores de comprar os insumos agropecuários com as agroindústrias, como relatou um fumicultor entrevistado, atenuando este que seria outro mecanismo de dominação: “*Hoje já tem muitas pessoas que compram todos os insumos por conta em agropecuárias ou em qualquer lugar, e plantam fumo, e vendem fumo. Hoje essa coisa tá bem mais light*” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Destarte, desde a assinatura do contrato até o encerramento da safra, os fumicultores são, eventualmente, visitados pelos instrutores, representando as fumageiras. Estas visitas de assistência técnica também funcionam como um mecanismo de dominação. De acordo com Begnis *et al.* (2007), as visitas técnicas são uma maneira das fumageiras realizarem uma projeção da produção, em termos de qualidade e quantidade de fumo em folha, e de pressionarem os fumicultores a comercializarem toda esta produção sem realizar desvios, isto é, sem comportamentos oportunistas de quebra de contrato e de comercialização com outra fumageira, pois os relatórios de orientação técnica servem para a revisão do volume de fumo previamente contratado. Além disso, Begnis *et al.* (2007) também relataram como estas informações de qualidade e de quantidade dos relatórios de orientação técnica servem, ao final da safra, para que as fumageiras determinem os preços ofertados pelas diferentes classes de fumo em folha.

Rudnicki (2012), em estudo sobre as relações de confiança no sistema integrado na fumicultura do Rio Grande do Sul, notou que, para além das relações formais contratualizadas entre fumicultores e fumageiras, as relações informais, estabelecidas pela proximidade com os instrutores de tabaco, são relevantes à manutenção dos mecanismos de dominação e à manutenção dos fumicultores na atividade. Nesse mesmo sentido, Almeida (2005), observando a fumicultura dos estados sulinos, constatou como a assistência técnica é muito mais um instrumento de persuasão do que de orientação, propriamente.

Se não bastasse tudo isso, o complexo agroindustrial fumageiro também controla o preço pago pelo fumo em folha para o fumicultor. O que acontece é que no momento de assinatura dos contratos de integração, embora exista garantia de venda, não existe garantia de preço, sendo este um cenário gerador de insegurança entre os fumicultores. Como sublinhou Vendrusculo (2017, p. 116), em seu estudo sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul, “a segurança do mercado garantido para a produção de tabaco é acompanhada da insegurança do valor recebido na sua venda”. Assim, nos termos de um entrevistado: “*O pessoal está colhendo fumo e ainda não tem preço definido [...] Sem uma luz no fim do túnel, sempre no escuro, o fumicultor não sabe o preço que vai ter pelo produto*” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Segundo Almeida (2005), estudando a fumicultura no Sul do Brasil, o preço a ser pago pelo fumo em folha só é definido no início de cada safra, em uma reunião de uma comissão técnica, na qual participam as fumageiras e outras entidades reconhecidas pelas fumageiras, como a Afubra e o Sinditabaco. Ou seja, quem decide o preço que as fumageiras irão pagar para os fumicultores é o próprio complexo agroindustrial.

Assim, o preço pago pelo fumo em folha costuma variar amplamente entre safras, entre fumageiras e até mesmo entre fumicultores, vinculados a uma mesma fumageira em uma mesma safra, sob argumento da conformidade com a lei da oferta e da demanda. Esta variabilidade foi ressaltada nos relatos dos entrevistados: “*O fumo é como qualquer outra cultura: oferta e procura. Então não tem: quanto tem muito fumo não tem preço, e quando não tem fumo, tem preço*” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Para Redin (2015), a lei da oferta e da demanda é considerada muito útil à dominação efetuada pelas fumageiras, pois valorizar o produto em uma safra e rebaixar na outra mantém o fumicultor confiante em uma remuneração satisfatória no futuro. Este viés foi claramente relatado por meus entrevistados nestes excertos destacados.

Tinha anos que era bom, depois era ruim, como agora. Se a colheita dá bastante fumo, aí é ruim. Uma vez eu sei que nós tinha muito fumo, muito fumo, e não deu muito dinheiro. Depois um ano, pouquinho fumo e deu a mesma quantia de dinheiro. A firma controla isso: se tem muito eles compram ruim, se tem pouco eles compram melhor (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida).

Ano passado eles [fumicultores] recebiam até por aqueles cisquinhos lá que estavam em cima da lona, eles recebiam um valor bem alto. Já esse ano, eles receberam quase o valor pela melhor qualidade o que eles recebiam pelos cisquinhos no ano passado (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Além disso, o preço pago pelo fumo em folha também é derivado de um sistema de classificação. Na referida reunião da comissão técnica responsável por precisar o preço do produto agropecuário, a precificação é formulada através de uma “*tabela de preços*”. Tal sistema foi estabelecido através da Instrução Normativa n. 10 de 16 de abril de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), direcionada a “definir as características de identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do tabaco em folha curado que se destina à comercialização interna” (MAPA, 2007, p. 01).

No caso dos fumos de estufa, preponderantes no universo de análise, a tabela conta com 41 classificações do fumo conforme distinções de classe, subclasse, tipo e subtipo, inerentes a aspectos de posição, cor e qualidade das folhas: cada classificação resulta em um valor diferenciado pago pela fumageira para o fumicultor. Segundo Vendrusculo (2017), em estudo sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul, embora existam variações no preço pago pelo fumo em folha conforme a sua classificação, os fumicultores reclamam do modo como esta classificação é realizada, a qual, assim, como o preço, também é subordinada à lei da oferta e da demanda.

Dessa maneira, como mencionei anteriormente, realizada a colheita, a secagem e a classificação prévia do fumo em folha na propriedade, o mesmo é transportado até a sede da fumageira. Neste espaço, funcionários especializados da empresa fazem uma nova classificação, sob a supervisão de entidades de representação dos fumicultores. Procede-se, então, uma previsão de pagamento. Entretanto, muitas vezes ocorre rebaixamento do fumo na classificação, resultando em redução do valor do produto dos fumicultores. Considerando a complexidade e a subjetividade deste sistema de classificação, muitos conflitos e disputas ocorrem entre agricultores e agroindústrias nesse momento.

Na visão de Almeida (2005), esse domínio das fumageiras na classificação do tabaco é capaz de reduzir a média paga para os fumicultores ao rebaixarem a classificação das folhas e de definir, assim, a divisão dos lucros, privilegiando, obviamente, as fumageiras em detrimento dos fumicultores. A classificação acaba sendo uma margem de manobra para promoção da distribuição de renda na atividade,

determinando o próprio lucro da fumageira ao estipular o preço do produto do fumicultor. As fumageiras equilibram suas finanças sem baixar diretamente o preço previamente acertado para cada classe, e sim baixando as classes, como deu a entender o depoimento destacado.

Olha, cada ano é uma história diferente. Há alguns anos atrás tinham uma tabela das classes, da posição na planta, da cor, dos defeitos, então eram 48 classes diferentes, agora me parece que baixou para 41. E aí tem a questão do preço de cada classe. O top, digamos, é o TO1, esse numa empresa é um valor, em outra é outro diferente, então, no caso, umas valorizam um pouco mais. Nesta safra, umas baixaram o preço de algumas posições, de algumas classes, que tem, alegam elas, menos mercado. Antigamente não tinha isso, se dava variação no preço era para todas as classes. E agora não (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Todavia, de acordo com Begnis *et al.* (2007), se o fumicultor se mostrar insatisfeito com a classificação de seu produto agropecuário pela fumageira, o mesmo pode procurar outra fumageira para comercializar, sem sofrer penalidades. Mas, na prática, isso não é tão fácil como parece. Se o fumicultor não concordar com o pagamento oferecido pela fumageira, ele será responsável por bancar o transporte de seu produto de volta para a propriedade ou para outra fumageira, aumentando consideravelmente seu custo de produção, como indicou o relato:

aí a empresa contrata um caminhão, vem o caminhão e carrega. Mas se ele não for de acordo com o que a empresa quer pagar, é ele que tem que pagar o frete de volta. Não vai ganhar nada e ainda tem que pagar o frete de volta. Por isso que eu digo, eles têm os agricultores na mão. Vai pagar um horror pra trazer de volta pra depois nem saber quanto vai ganhar? Por isso o certo seria classificar no galpão (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Cabe destacar ainda como este cenário conduziu à elaboração do Projeto de Lei 204/2015, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, com a proposta de realização da classificação do tabaco nas propriedades dos fumicultores, sendo este processo supervisionado por entidades representativas de ambas as partes. O intuito desta mudança seria a maior transparência na classificação do fumo em folha e, conseqüentemente, do preço pago pelo produto agropecuário (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Além de tudo isso, como explicado por Begnis *et al.* (2007), em sua análise sobre os contratos de integração na fumicultura do Sul do Brasil, se optar por outra fumageira, o fumicultor terá de pagar à vista o valor correspondente ao custeio

recebido no momento de assinatura do contrato. Não obstante, existe, até mesmo, a possibilidade de ser compelido a pagar pela assistência técnica.

Ele pode levar o tabaco para vender em outra empresa, mesmo que ele tenha um compromisso, ele não é condenado a entregar em qualquer condição e em qualquer preço para a empresa que eles está integrado. [...] Mas ele tem o compromisso de honrar aquilo que ele deve, por exemplo, o financiamento que a empresa repassa para os insumos que costumeiramente são pagos na época de entrega da safra (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Em situações como esta, caso o fumicultor não realize o acerto de suas dívidas com a agroindústria fumageira, ele será colocado em situação de inadimplência financeira e perderá o direito ao crédito na próxima safra. Nos termos utilizados pelos entrevistados, o fumicultor ficará com o “*nome sujo*”. Não só isso, também é possível que a inadimplência financeira decorra em um arresto, isto é, na apreensão dos bens do devedor como uma maneira de cobrança da dívida. No cenário do campo fumícola, normalmente o arresto se dá sobre o próprio fumo em folha ainda encontrado com os fumicultores. Estas situações encontram-se retratadas abaixo.

Eu ouvi agora o relato do meu vizinho. Ele teve um contrato com uma fumageira, aprontou o fumo dele, um fumo bonito. Esse ano a compra não é boa, porque houve excesso de produção, o que eu acredito que é uma injustiça, porque ano passado foi o inverso: fumo ruim, pagaram tudo acima da tabela. E daí ele queria mandar o fumo pra essa fumageira e também tinha 10.400 reais de despesa dos insumos. Ele ia vender o fumo, mas fizeram um preço tão baixo pra ele, que ele teve que levar o fumo pra casa. Aí veio uma pessoa da área financeira, visitou ele e ele disse: “ó, por enquanto eu não vou te pagar, porque vocês não queriam meu fumo, me fizeram um preço tão baixo que eu não ia nem conseguir sair da despesa. Eu vendi pra uma outra fumageira, ganhei bem mais e me sobrou dinheiro.” Mas ele teve que pagar, porque o cara ameaçou colocar ele no SERASA, trancar o CPF e deixar sem crédito nenhum (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Agora nós estamos chegando em fim de safra, aí agora é o seguinte, o contrato dele prescreve. Se ele não te entregou fumo, desviou o fumo e não te pagou o débito, ele vai pro SERASA, pro SPC. Eu faço assim: se ele vender o tabaco pra mim e me pagar o dinheiro, beleza. E se ele vender o tabaco e não me pagar, vai pro SERASA. Aí, particularmente a empresa em que eu trabalho funciona assim: tem duas pessoas encarregadas da cobrança e eles vão lá cobrar ele. Pode, ou na maioria das vezes, dependendo do valor, ocorre o arresto. E ele é muito... às vezes ele é muito... como é que eu vou dizer? Ele não é amigável. Vai lá com oficial de justiça, polícia, com o contrato, eles fazem uma confissão de dívida. Vai, pega o caminhão e pega o fumo. Aí o juiz diz quanto de fumo pode pegar. Eu já participei várias vezes de arresto. É bem chato (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

Assim, na visão de Almeida (2005) e de Vendrusculo (2017), estes vários mecanismos convergem para um endividamento programado do fumicultor em relação à agroindústria fumageira, mantendo-o no sistema integrado. Nos termos de Almeida (2005, p. 150), o sistema integrado configura “uma literal cadeia produtiva, que mantém o fumicultor, em geral, endividado e subjugado”. Diante deste cenário, ouvi inúmeros relatos sobre como os endividamentos são comuns, pois como simplificou a viúva de um fumicultor familiar suicida: “*Às vezes dava um bom lucro, mas às vezes não. Aí tinha um monte de dívidas para pagar*” (Hilde, 66 anos, viúva de fumicultor familiar suicida). A recorrência dos endividamentos foi salientada até mesmo em relatos de agentes sociais externos ao campo fumícola.

Tem bastante casos de endividamento. [...] Se tu for ver no interior aqui, a gente não tem acesso né, mas muitas famílias tão no SERASA, muitas, não são poucas! Esses, muitos, talvez mais de 50%, não tem mais crédito. Aí o que acontece? A fumageira que banca pra ele. Ou então ele arruma alguém lá que tenha o CPF limpo, o filho talvez que tá lá no colégio, nem tá exercendo a atividade, mas tá usando o CPF do filho para poder custear a safra (Antônio, 37 anos, extensionista rural).

Assim, através desse emaranhado de mecanismos de dominação encontrados no sistema integrado, as fumageiras controlam a rentabilidade da atividade e, por consequência, controlam os fumicultores, reduzindo sua autonomia. Não à toa, durante a coleta de dados ouvi sobre como “*os fumicultores estão nas mãos das fumageiras*”.

Mesmo insatisfeitos com os mecanismos de dominação redutores de sua autonomia, os fumicultores coadunaram-se às entidades do complexo agroindustrial fumageiro em defesa do sistema integrado, sendo esta uma interessante contradição. Vendrusculo (2017) também notou a manutenção dos fumicultores nesta atividade econômica e como os mesmos aliaram-se ao complexo agroindustrial em defesa do produto agropecuário, de sua produção e de seu processamento. Esta constatação me conduziu a refletir sobre a *illusio* do campo fumícola. Não obstante, cada campo possui a sua *illusio*, e o campo fumícola não poderia deixar de apresentar a sua própria.

De acordo com Bourdieu (2008, p. 139-140), “a *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena ou, para dizê-lo de maneira mais simples, que vale a pena jogar”, não somente, “a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as

estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social”. Bourdieu (2001b, p. 124) acrescenta ainda que “a *illusio* faz parte da ação, da rotina, das coisas que se faz e que se faz porque se fazem e na verdade sempre se fez assim” (BOURDIEU, 2001b, p.123-124).

No estudo de Redin (2015), referente à fumicultura de Arroio do Tigre, no Vale do Rio Pardo, o autor defendeu que a *illusio* seria a comodidade que as agroindústrias oferecem aos agricultores através do sistema de integração. Mas ousou ir mais além, pois a *illusio* do campo fumícola apareceu em discursos defendidos tanto pelas fumageiras, quanto pelos fumicultores, apesar de seus interesses distintos: que nas atuais condições materiais e simbólicas das áreas rurais teuto-brasileiras do Vale do Rio Pardo, dado todo o itinerário socioeconômico anteriormente mencionado, a fumicultura é a atividade mais lucrativa neste contexto.

Eu vejo que a fumicultura é a maior fonte de renda. Se não fosse a fumicultura e os homens e as mulheres de 55 e 60 anos, aposentados, o interior seria mais pobre ainda. Nós não tinha mais atividade aqui há muito tempo. Porque nas outras culturas ainda não é possível se manter, a não ser bem diversificado. [...] Mas eu ainda vejo a fumicultura como uma fonte de renda que as pessoas precisam, necessitam. Porque é uma área pequena de terra, onde você consegue desenvolver um trabalho que gera uma boa renda, que em uma outra cultura, fazendo a equivalência, você nunca conseguiria, teria que triplicar, ou mais, de terra, para acompanhar o tabaco (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Contudo, curiosamente, Valmir, o líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida, acima mencionado, não é nem nunca foi fumicultor: residente das áreas rurais, anteriormente era oleiro e mais recentemente tornou-se piscicultor, apresentando uma propriedade rural muito diversificada. Este caso mostra o potencial poder de dominação desta *illusio* no campo fumícola até externamente a ele.

Sustentando-se nas características da estrutura agrária – mas também das estruturas comercial e industrial – encontrada nas áreas rurais teuto-brasileiras do Vale do Rio Pardo, atualmente constituídas por propriedades rurais pequenas e pouco mecanizáveis, os fumicultores familiares acreditam na fumicultura como a atividade mais conveniente, economicamente, a esta estrutura e, devido a isso, coadunaram-se ao complexo agroindustrial fumageiro em defesa do sistema integrado. O complexo agroindustrial é o principal responsável pela retroalimentação desta *illusio*, acionada, sobretudo, através de paralelos estabelecidos com outros produtos agropecuários, colocando o tabaco como produto agropecuário mais rentável nas condições

observadas, sendo este um ideário universalizado no campo fumícola, como enunciaram os relatos coletados: “*E infelizmente o tabaco é a único que dá maior renda. Porque tu vai plantar o quê de outra coisa? Uma dúzia de ovo e vender a dez reais? Quantas dúzias de ovo tu tem que ter pra ganhar mil reais livre?*” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares); “*O estado financeiro da maioria das família fumicultoras é muito estável ou melhor do que outras que têm outras atividades, até porque em outras atividades, muitas vezes, não é fácil ter uma renda tal qual o fumo lhe dá*” (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Todavia, inúmeros estudos contestam esta *illusio*. Para Vargas e Oliveira (2012), em análise sobre a fumiicultura familiar no Vale do Rio Pardo, em uma comparação realizada entre fumicultores e não-fumicultores, embora a receita bruta anual dos fumicultores mostre-se, em média, 30% maior que a dos não-fumicultores, o custo de produção dos fumicultores é o dobro do que o dos não-fumicultores. Dessa maneira, a rentabilidade anual dos não-fumicultores (R\$ 20.064,39) acabou se mostrando 14% maior do que a rentabilidade dos fumicultores (R\$ 17.571,71). Adicionalmente, os autores também verificaram como a maioria dos municípios fumicultores do Vale do Rio Pardo apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao IDH do estado do Rio Grande do Sul.

Diante de tudo isso, a *illusio* evoca os investimentos socioeconômicos realizados tanto pelas agroindústrias quanto pelos agricultores na realização desta atividade. Isto coloca o campo fumícola a salvo de uma subversão generalizada, tornando impensável a destruição do campo, apesar de seus processos de dominação. A *illusio* é a responsável pelos fumicultores se manterem como dominados, pois faz com que eles encontrem alguma vantagem na posição que ocupam no campo, mesmo diante da redução de sua autonomia. A sociedade não funcionaria se os dominados nos mais variados campos considerassem suas posições sociais insuportáveis. Assim, através da perspectiva de acúmulo de capital e de ganhos de pequeno porte, a *illusio* torna a dominação aceitável e confere estabilidade ao campo fumícola. Destarte, além de ser entendida como a “*única fonte de renda viável*” no contexto estudado, a fumiicultura também evoca outras conotações simbólicas, sendo associada ao itinerário dos teuto-brasileiros no território e à sobrevivência de seus saberes e de seus valores étnicos. Este simbolismo também contribui com a *illusio* e, por extensão, com a preservação do campo fumícola.

3.3 SUICÍDIO E TRABALHO: RELAÇÕES SOCIAIS PRECÁRIAS E SOFRIMENTO NO CAMPO FUMÍCOLA

Referente ao século XIX, na obra de Émile Durkheim, intitulada *O suicídio: estudo de Sociologia*, são encontradas sucintas referências às vinculações entre casos de suicídio e relações sociais no trabalho nos setores da indústria e do comércio (DURKHEIM, 2014). Mas até recentemente os estudos se concentraram em analisar a interferência do sofrimento oriundo da ausência de trabalho sobre o suicídio, evitando a possível influência do sofrimento proveniente propriamente do trabalho. Em revisão sobre as teorias de suicídio, Mishara e Tousignant (2004) mostraram a existência de um consenso entre os estudiosos do assunto sobre como os índices suicidas aumentam diante da inatividade profissional. Nesse sentido:

que a morbidade psiquiátrica e os gestos suicidas sejam frequentes nas populações afetadas pelo desemprego nós podemos entender. Mas que o suicídio seja uma solução aos problemas de trabalho entre os trabalhadores e técnicos assim como entre os enfermeiros, os médicos, os professores ou entre os gerentes causa uma inquietude (DEJOURS; BÈGUE, 2009, p. 10, tradução minha¹²).

Conforme as reflexões referentes à realidade francesa elaboradas por Dejours e Bègue (2009), o interesse sobre prováveis correspondências entre suicídio e atividade profissional começou a ser desenvolvido somente no curso da década de 1990, em razão do crescimento de casos de suicídio nas indústrias e nos serviços. Recentemente, na segunda metade da década de 2000, este assunto recebeu ênfase pela ocorrência de inúmeros suicídios de trabalhadores em seus ambientes de trabalho, envolvendo renomadas companhias, como *Carrefour*, *Électricité de France*, *France Telecom*, *Peugeot* e *Renault*. Estes casos suscitaram intensas reações da imprensa e da população, solicitando auxílio do poder público e das próprias companhias em seu enfrentamento.

Contudo, segundo Dejours (2005), na França, muito antes disso, sabia-se da elevada ocorrência de suicídios nas áreas rurais, envolvendo as ocupações

¹² *Que la morbidité psychiatrique et les gestes suicidaires soient fréquents dans les populations touchées par le chômage, on peut le comprendre. Mais que le suicide soit une issue à des problèmes de travail chez des ouvriers et des techniciens aussi bien que chez des infirmiers, des médecins, des enseignants ou chez des cadres supérieurs, voilà de quoi jeter le trouble dans la pensée et semer une inquiétude.*

vinculadas com o setor agropecuário. Na visão de Dejours e Bègue (2009), os suicídios no ambiente de trabalho acontecem nos mais variados meios sociais e envolvem os mais variados trabalhadores, inclusive os agricultores.

Entretanto, conforme Deffontaines (2014), no âmbito científico, esta temática só ascendeu efetivamente em 2009 com as mortes de incontáveis bovinocultores de leite no contexto europeu, sendo vinculadas ao sofrimento derivado das contrariedades socioeconômicas cada vez mais encontradas nesta atividade. Diante disso, nos últimos anos cresceram as matérias nos meios comunicativos sobre os suicídios nas ocupações agropecuárias, como mostra, por exemplo, a notícia do *The New York Times* alertando que “uma epidemia de suicídios corrói o mundo agrícola francês” (ROUGERIE, 2017, tradução minha¹³). Outra notícia recente veiculada no *Le Figaro*, salientou o alarmante índice de suicídios nas ocupações agropecuárias, afirmando que “um agricultor se suicida a cada dois dias na França”, sendo este índice 20 a 30% maior em confronto com os encontrados em outras ocupações (CAMPION, 2018, tradução minha¹⁴). Assim sendo, segundo Jacques-Jouvenot e Laplante (2009, p. 61, tradução minha¹⁵), considerando o caso francês, “a literatura científica e as mídias evocam seguidamente o mundo agrícola como um dos grupos sociais mais marcados pelo suicídio”.

Já no Brasil, referente à relação entre suicídio e trabalho, as pesquisas estão concentradas nos casos dos bancários, dos médicos e dos policiais, enfatizando os sofrimentos vivenciados no cerne destas ocupações (SANTOS *et al.*, 2010; MINAYO *et al.*, 2011; BARBOSA *et al.*, 2012). Destarte os escassos e raros estudos sobre os suicídios nas ocupações agropecuárias, certos autores vêm mostrando o incremento do índice suicida entre os fumicultores familiares (FALK *et al.*, 1996; ALMEIDA, 2005; FARIA *et al.*, 2014a; MENEGHEL *et al.*, 2012; CASTRO; MONTEIRO, 2015; RIBEIRO; IKUTA, 2015).

Dessa maneira, Meneghel *et al.* (2012), ao estudarem os casos de Candelária, São Lourenço do Sul e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, municípios de colonização alemã e de agricultura familiar predominantemente dedicada à fumicultura, encontraram numerosas ocorrências de suicídios efetuados pelo método

¹³ *Une épidémie de suicides ronge le monde agricole français.*

¹⁴ *Un agriculteur se suicide tous les deux jours en France.*

¹⁵ *La littérature scientifique et les médias évoquent souvent le monde agricole comme un des groupes sociaux les plus marqués par le suicide.*

de enforcamento nos entornos das residências, normalmente no interior das rústicas construções reservadas a secar e a estocar o tabaco, denominadas de “galpões de fumo”.

Ao ouvir as histórias, constatamos que muitos haviam se enforcado nos galpões de fumo e os familiares fizeram questão de mostrar as traves ou tesouras que serviram para amarrar a corda e onde acharam o corpo. [...] Esse padrão que se repetiu nos levou a pensar que percorremos “a rota dos suicídios nos galpões de fumo”, mortes que denunciam o sofrimento e a impotência vividos por esses homens e mulheres presos em um modelo de trabalho que, a cada safra, elimina os que não conseguiram alcançar a produtividade ou a qualidade estipulada (MENEGHEL *et al.*, 2012, p. 01).

De maneira semelhante, também encontrei relatos de enforcamentos de fumicultores nos “galpões de fumo”, isto é, de suicídios de trabalhadores transcorridos em seu ambiente de trabalho. No contexto estudado, onde a fumicultura concentra-se no cultivo de variedades de fumos de estufa, estas construções também eram denominadas de “paióis de fumo” ou ainda “fornos de fumo”. A recorrência do enforcamento neste ambiente de trabalho foi resumida no relato de um fumicultor familiar entrevistado: “O método é a corda. Corda e galpão. No galpão, ou no forno de fumo, que fica dentro do galpão” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida). Não obstante, os relatos das mortes do marido de Martina e do genro de Adão corroboraram esta recorrência.

Ele entrou em casa de noite, lá tinha uma cortina, da cozinha e da sala, ele abriu assim: amanhã eu vou pra cidade e não volto mais. Tá, ele sempre falava umas bobagens assim. Ele foi pra fora tomar uma cachaça e ele não voltou mais, nem pra xingar, nem pra dormir. Ficou lá fora a noite toda. Daí no outro dia de manhã eu levantei e me arrepiou os braços. Aí eu pensei, era tempo de secar fumo ainda, eu fui lá olhar, tinha que passar por baixo, porque no segundo piso que ele fez essa coisa dele, eu senti uns arrepios. Eu fui lá olhar e um cachorrinho pequeno já correu na frente de mim e olhou lá pra cima e voltou de novo, botou o nariz na minha perna como se queria dizer já que ele tava lá. Eu fiz a volta pelo lado do forno e daí eu vi ele: tava sentado no chão, as pernas reto pra frente, a cabeça encostada naquela coisa que a gente colocava o fumo antes de botar no forno assim, a cabeça encostada, como se ele tava dormindo. Só que amarrado lá em cima, naqueles sacos pra fazer feixe de fumo na lavoura. De certo ele se amarrou pra sentar mesmo, mas se amarrou muito curto pra sentar, disseram que arrebentou logo a cabeça ali atrás, a nuca. Ele tava sentado, tranquilo, com os chinelos ainda nos pé. Uma mão assim atrás, a outra assim. Eles falaram que ele tinha as mãos assim pra fazer força pra levantar, mas não consegui mais levantar. [Suspiro]. Pois é, não sei, eu nunca vou esquecer isso. Essa coisa. Achar uma pessoa assim. [Lágrimas] (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida).

Sempre trabalhamos com fumo tudo junto, eu tinha forno, ele tinha forno, mas a colheita sempre junto. E, no fim, ele fez uma coisa assim. Nós tava trabalhando, arrumando a máquina pra costurar que tinha dado defeito. Ele disse que tinha um parafuso que tava errado. Eu disse: precisa de ajuda? Ele falou que não e foi pra casa pra pegar uma outra ferramenta. Ele arrumou e nós já tava quebrando fumo de novo. Nós tava quase pronto num pedaço. Ele quebrou duas carreiras e sumiu. A carteira de cigarro tava vazia, não tinha mais cigarro, tinha botado num montinho de fumo. Ele foi embora e nós ficou olhando... Parecia que ele não tava bom, que tinha ido pra casa. Quando a gente chegou lá já tava feito. Tava num canto do galpão de fumo. Eu ainda cortei a corda, mas não adiantava mais. Nunca tinha problema... Nunca tinha... Deus que sabe porquê... (Adão, 75 anos, sogro de fumicultor familiar suicida).

Para melhor entender os suicídios de trabalhadores em seus ambientes de trabalho – como os casos relatados acima –, os autores franceses Dejours e Bègue (2009) elaboraram uma análise sociogenética. Por este recurso analítico, os autores conceberam o trabalho e as suas restrições, normalmente sociais – e não somente naturais (biológicas, físicas e químicas) – como condicionantes decisivas na ocorrência dos suicídios. Nessa visão, as relações sociais no trabalho, isto é, os meios como o trabalho é estruturado e executado, reverberam severamente sobre o trabalhador e necessitam ser cuidadosamente consideradas nos casos de suicídio. Acrescentaram, ainda, como o trabalho é relevante na construção e na estabilização da identidade do indivíduo e até mesmo na conservação da sua saúde. Nesse sentido, as contrariedades socioeconômicas vivenciadas no ambiente de trabalho costumam atuar como riscos de “descompensação psicopatológica”, envolvendo alcoolismo, drogadição, violência e, é claro, suicídio.

Nesse sentido, ainda conforme Dejours e Bègue (2009), suicídios de trabalhadores transcorridos em seus ambientes de trabalho – como os encontrados em meu universo de análise – são um método adotado com o intuito de exteriorizar o sofrimento vivenciado no trabalho. Dessa maneira, o suicídio consiste em um recado violento às comunidades de inserção dos trabalhadores, manifestando como o trabalho esteve em causa nesta morte.

Em razão desta constatação, Dejours (2005) reiterou a necessidade de considerar as relações sociais no trabalho diante da ocorrência de suicídios de trabalhadores. Conforme o autor, “estes suicídios certamente indicam uma desestruturação das relações sociais no trabalho. [...] eles assinalam, por sua mera aparição, uma evolução deletéria que afeta todos aqueles que trabalham, e não

apenas os mortos” (DEJOURS, 2005, p. 55, tradução minha¹⁶). O autor ressaltou ainda que “os suicídios no local de trabalho, é necessário reconhecer, relatam uma profunda degradação da convivência e da solidariedade que não pode ser banalizada” (DEJOURS, 2005, p. 56, tradução minha¹⁷).

Utilizando estas considerações com o intuito de raciocinar sobre a realidade dos suicídios na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, notei a necessidade de atentar às relações sociais no trabalho encontradas no campo fumícola, principalmente pelas contrariedades socioeconômicas existentes entre agricultores e agroindústrias no seio do sistema integrado. Por meio dos inúmeros mecanismos de dominação indicados na seção anterior, o campo fumícola é um cenário de precárias relações sociais do trabalho, devido, principalmente, à restrição de autonomia imputada aos fumicultores pelo complexo agroindustrial fumageiro.

Não obstante, como reiteraram Dejours e Bègue (2009), as precárias relações sociais no trabalho se vinculam aos suicídios nos ambientes de trabalho em virtude do sofrimento causado. Castro e Monteiro (2015, p. 87), em estudo realizado na fumicultura de Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul, associaram as precárias relações sociais no trabalho características do sistema integrado ao sofrimento dos fumicultores familiares, afirmando: “fumicultores advertem: a causa do seu sofrimento é a exploração no trabalho”.

Nesse mesmo sentido, é interessante destacar os estudos de Werlang (2013) e Mendes e Werlang (2015) sobre suicídios nas áreas rurais no Rio Grande do Sul. Para estes, a intensa atuação das agroindústrias sobre determinadas atividades agropecuárias – como acontece na fumicultura – por meio de mecanismos de violência econômica, é responsável pela precarização das relações de trabalho, produzindo processos de sofrimento social que, entre outros resultados, podem desencadear suicídios de agricultores.

Para Pierre Bourdieu, o sofrimento social – como o encontrado no campo fumícola – é resultado das contradições existentes no mundo coletivo vivenciadas como drama individual, sendo estas oriundas de conflitos de interesses, materiais e simbólicos, estabelecidos entre dominantes e dominados. Dessa maneira, o

¹⁶ *Ces suicides indiquent certainement une déstructuration des liens sociaux dans le travail. [...] ils signaleraient pourtant, par leur seule apparition, une évolution délétère affectant tous ceux qui travaillent et non les morts seulement.*

¹⁷ *Les suicides sur les lieux de travail, il faut bien le reconnaître, disent une dégradation en profondeur du vivre ensemble et de la solidarité qui ne peut pas être banalisée.*

sofrimento social traz à tona sutis misérias cotidianas dos dominados, reduzidos à uma mera sobrevivência devido às dificuldades e às desilusões oriundas do sistema de dominação, envolvendo-os em um mal-estar não evidente ao cercear a sua liberdade, inclusive no plano profissional (BOURDIEU, 1998; 2012b). Nos termos do autor:

[...] é preciso evidentemente remontar aos verdadeiros determinantes econômicos e sociais dos inumeráveis atentados contra a liberdade das pessoas, contra sua legítima aspiração à felicidade e à autorrealização, que hoje exercem não somente as leis impiedosas do mercado de trabalho ou de moradia, mas também os veredictos do mercado escolar, ou as sanções abertas ou as agressões insidiosas da vida profissional. Para isso é preciso atravessar a tela das projeções geralmente absurdas, às vezes odiosas, atrás das quais o mal-estar ou o sofrimento se escondem tanto quanto se expressam (BOURDIEU, 2012b, p. 735).

Deffontaines (2014) utilizou o conceito de sofrimento social bourdieusiano com o intuito de entender os elevados índices de suicídio entre os agricultores franceses. Em sua concepção, os suicídios seriam o resultado de um intenso acúmulo de sofrimento social, sendo necessário então, assimilar as suas condições objetivas originárias, assim como os seus efeitos subjetivos derivados. Dessa maneira, o autor chamou atenção sobre a singularidade do sofrimento social dos agricultores em virtude dos atentados à sua autonomia, considerada uma de suas características diferenciais.

Segundo Stock e Forney (2014), estudando a realidade rural da Suíça e da Nova Zelândia, a autonomia é constituinte relevante da identidade dos agricultores, sendo considerada, inclusive, um indicador de felicidade ao propiciar poder de decisão sobre suas vidas e seus trabalhos. Assim, observando o caso da bovinocultura de leite nas nações visadas, destacaram a sua vinculação com as agroindústrias como um atentado à autonomia. De modo semelhante, Droz e Forney (2007), analisando as mudanças ocorridas nas áreas rurais da Suíça francesa, indicaram a constituição de um *ethos* específico entre os agricultores, onde destacava-se o “princípio da independência”, diretamente vinculado com o ideário de autonomia. Todavia, os autores notaram como este *ethos*, embora relevante na constituição identitária dos agricultores suíços, vinha perdendo espaço em virtude de pressões socioeconômicas vindas do comércio e da indústria.

Como postulei no capítulo precedente, notei a existência de um *ethos* fundamentado na ética da economia e do trabalho. Não obstante, a ética da autonomia

também esteve inserida neste *ethos* e se mostrou coerente com os princípios progressos, pois na visão dos fumicultores familiares, “*ser seu próprio patrão*” seria uma maneira de viabilizar a economia e o trabalho. Contudo, através dos mecanismos de dominação, o complexo agroindustrial fumageiro tensiona este *ethos* e estas éticas, afetando a autonomia, a economia e o trabalho. O sistema integrado enquanto um campo fumícola, principalmente ao concorrer para o endividamento programado, se mostrou avesso ao *ethos* dos fumicultores teuto-brasileiros, causando sofrimento ao contrariar suas identidades. Vale assinalar como Peres e Neto (2018), em estudo referente à indústria do tabaco no Vale do Rio Pardo, encontraram esta relação entre endividamento e suicídio nos discursos de seus entrevistados.

Assim, é prontamente perceptível como o campo fumícola causa sofrimento social entre os fumicultores familiares, principalmente em virtude do endividamento, contrário a todas as suas éticas, estimulando a ocorrência de suicídio. Nesse sentido, talvez o caso mais ilustrativo do sofrimento social dos fumicultores no seio do campo fumícola seja o enforcamento realizado durante um arresto no Vale do Rio Pardo. Ocorrido no ano de 2007, através deste caso iniciaram-se as ponderações sobre possíveis correspondências entre suicídio e trabalho no campo fumícola.

Basicamente, consistiu no enforcamento de uma fumicultora familiar de 61 anos durante a consumação de um arresto, isto é, a agricultora teve o seu fumo confiscado devido ao endividamento com a agroindústria e cometeu suicídio no momento deste confisco. De acordo com as notícias, a agricultora teria comunicado os oficiais sobre seu suicídio caso o arresto fosse efetuado, mas não foi ouvida. Assim, vendo todo o produto de seu trabalho ser confiscado, ela enforcou-se. Diante disso, este suicídio tornou-se um violento recado dessa mulher à fumageira e aos demais sobre a violação dos princípios da independência, da economia e do trabalho e, conseqüentemente, sobre o seu sofrimento na fumicultura. No universo de análise, considerando como o endividamento viola o *ethos* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros, encontrei relatos vinculando este sofrimento social com os suicídios.

Arresto é quanto o agricultor está devendo algo para a empresa fumageira e esta recebe algum tipo de ordem judicial que ela pode ir lá na propriedade e recolher tudo o que tem de fumo para ser entregue, a título de quitar esta dívida ou parte dela. Eu soube, ouvi falar já, que houve suicídios após estes atos (Douglas, 31 anos, voluntário de organização de prevenção).

Não somente, também em um documentário referente à realidade do sistema integrado nos estados do Sul do Brasil, ressaltou-se relatos de avicultores e de fumicultores com ideações suicidas em virtude das contrariedades socioeconômicas enfrentadas, sobretudo o constante endividamento, causador de sofrimento. Chama a atenção, nesse documentário, a narrativa de um avicultor diante das dívidas acumuladas: “Eu já pensei em me jogar dentro da caixa d’água. A caixa d’água tem 20 mil litros e eu não sei nadar. Então, se eu entrar ali, eu vou morrer. Não tem como sair” (REPÓRTER BRASIL, 2015).

Não obstante, no citado estudo de Dejourn e Bègue (2009), referente a suicídios em ambientes empresariais, os autores comprovaram ser comum a atitude dos coordenadores administrativos atrelarem o suicídio de seus trabalhadores à esfera de problemas patológicos ou ainda à esfera de problemas privados. No campo fumícola minha constatação foi muito semelhante. Em uma entrevista com um representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares, o mesmo associou os suicídios a problemas de ordem patológica e de ordem privada, não só invisibilizando os suicídios, mas reprimindo suas possíveis vinculações com a precarização das relações sociais no trabalho no campo fumícola, como mostra o relato abaixo destacado.

Eu não tenho nenhuma explicação técnica. A gente até hoje não conseguiu que ninguém explicasse isso, embora a gente até lesse várias matérias sobre o caso. Mas, todas elas são muito divergentes, são opiniões muito próprias de estudiosos que a gente leu. Então, eu também não consigo entender o fator, o porquê. Mas, são, me parece, mais vulneráveis a enfrentar a algumas dificuldades da vida. Então, a pessoa não consegue superar, passa por fator de estresse muito forte, depressivos, porque são todos normalmente atos sucessivos à uma depressão, a um problema muito grande que a pessoa passa na vida dela (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Não obstante, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro também tentaram amenizar a precarização das condições sociais do trabalho na fumicultura argumentando sobre o número restrito de suicídios de fumicultores. Em minha tentativa infrutífera de entrevistar um representante de uma outra importante entidade vinculada às agroindústrias fumageiras, este representante afirmou que não faria sentido participar do estudo, pois embora a entidade atuasse com inúmeros assuntos socioambientais do interesse comum do complexo agroindustrial fumageiro, o suicídio não estava entre estes assuntos, pois, em suas palavras, “*nunca houve uma demanda*

que justificasse tal preocupação". Já em outra entidade, o entrevistado também utilizou a estratégia de menosprezar os suicídios dos fumicultores familiares porque estes não apresentavam números significativos. Se não é um problema generalizado, então, não é um verdadeiro problema, como bem demonstra o relato abaixo.

Na verdade, pra mim, particularmente, não chamam atenção [os casos de suicídio de fumicultores], porque é um número que não é tão expressivo, ocorre esporadicamente, e quando são produtores de tabaco, a grande maioria a gente toma conhecimento [...]. Muitos casos a gente até olha muito de perto e verifica as circunstâncias, mas nada que assuste [...] Eu não vejo nenhuma perspectiva nisso [ações de prevenção do suicídio de fumicultores familiares], porque depois de 60 anos a entidade nunca viu essa necessidade, até pelo número, relativamente assim, que a gente encara como quase normal né, dentro do cenário da sociedade. Então, nós não nos vimos nessa obrigação, com nenhum compromisso, porque isso não nos traz preocupação praticamente como entidade, é um número relativamente pequeno. Não vejo assim nenhuma mudança de iniciativa que possa levar a entidade a trabalhar mais com isso. Mas, agora, claro, nós sempre somos parceiros muito fortes em todas as iniciativas que se tem no âmbito da saúde e social também. Também não se omitiria se houvesse uma iniciativa de contribuir, até porque é uma entidade muito grande e tem capacidade de influenciar também e conduzir alguma coisa. Que a gente possa apoiar isso, evidente né. Mas não vejo muita necessidade (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Os relatos anteriores demonstram como representantes vinculados ao complexo agroindustrial fumageiro visualizam as estatísticas de suicídio do Vale do Rio Pardo como “*normais*”, ponderando sobre a existência de índices elevados também em outras situações. Todavia, como ressaltado no estudo de Werlang (2013), não se tratam de números: a morte de um único agricultor devido a causas vinculadas com a precariedade das relações de trabalho é um indício do estado de sofrimento encontrado na agricultura como um todo.

Dessa mesma maneira, na visão de Dejours e Bègue (2009), o número de suicídios de trabalhadores no ambiente de trabalho não é relevante na sua determinação enquanto problema social, sendo um único suicídio suficiente para delatar sérios problemas nas relações sociais no trabalho, afetando toda a comunidade trabalhadora e não somente os que apresentam ideações, tentativas ou suicídios efetivos.

Quando um trabalhador se suicida por razões que se vinculam ao trabalho, é de fato toda a comunidade de trabalho que já está em sofrimento. É porque o número de suicídios aqui não é tão importante. Um só gesto deste gênero é, em si, um sinal grave indicativo de um estado de degradação muito

avançado do tecido humano e social ao seio do qual o evento se produz (DEJOURS; BÉGUE, 2009, p. 20, tradução minha¹⁸).

Nesse sentido, podemos entender estes discursos de agentes sociais do complexo agroindustrial fumageiro como estratégias de desvincular o suicídio de fumicultores familiares da realidade do trabalho na fumicultura familiar, desvinculando também a si mesma da responsabilidade de interferir sobre o sofrimento oriundo das precárias relações sociais no trabalho, no sentido de resolver o problema da falta de autonomia dos fumicultores familiares, graças ao sistema integrado.

Em um vídeo, reportagem veiculado na televisão no ano de 2015, outro representante de entidade vinculada ao complexo agroindustrial fumageiro afirmou o seguinte sobre os suicídios dos fumicultores familiares: *“Ainda não nos apresentaram nenhum estudo científico que mostre que haja realmente relação da cultura [do tabaco] com os suicídios. Se por outros motivos os suicídios acontecem, não há uma fundamentação científica dita porque razões exatamente que isso acontece”* (PROFISSÃO REPÓRTER, 2015). Este discurso, associado aos demais apresentados, demonstra a inexistência de reação dos representantes desta instituição sobre os suicídios ocorrentes no campo fumícola. Além disso, este relato também chama a atenção sobre as características do discurso de integrantes do complexo agroindustrial fumageiro sobre os suicídios, no sentido de causar constrangimento aos agentes críticos.

Nos relatos de meus entrevistados confirmei a inexistência de envolvimento de representantes do complexo agroindustrial fumageiro com ações voltadas à prevenção do suicídio. Na realidade, existe um silêncio sobre o tema no âmbito desta instituição, como demonstrou um fumicultor familiar: *“Mesmo depois desse levantamento que deu na mídia da cidade vizinha, assim, a gente recebe a visita do instrutor, duas, três, quatro vez por ano, até mais, mas não se cogitou nada sobre isso [suicídio]. Pelo pra nós ninguém deles [complexo agroindustrial fumageiro] falou alguma coisa sobre essa questão”* (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida). Este não envolvimento faz parte da estratégia de invisibilização do sofrimento encontrado no campo fumícola, de defesa da atividade

¹⁸ *Quand un salarié se suicide pour des raisons qui sont en rapport avec le travail, c'est en fait toute la communauté de travail qui est déjà en souffrance. C'est pourquoi le nombre de suicides ici n'a guère d'importance. Un seul geste de ce genre est, en soi, un signe de gravité indiquant un état de dégradation très avancé du tissu humain et social du travail au sein duquel l'événement se produit.*

econômica e de manutenção do campo e do complexo agroindustrial fumageiro na posição de dominado neste campo.

Se a representação das empresas, por exemplo, chegar a trabalhar na prevenção [do suicídios de fumicultores], está admitindo que existe o problema. Normalmente, quando o dirigente dá uma palavra na imprensa sobre o assunto é para minimizar a situação: que não é aqui que ocorre, que é em outras áreas (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Olha, sinceramente, tirando raras exceções de algumas empresas, elas não estão nem aí pro produtor. [...] Eu acho que não vão se preocupar com isso [suicídio]. Elas querem lucro, elas querem dinheiro, o resto? Dane-se. É uma triste realidade, mas é (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

Os relatos acima são ilustrativos das tentativas dos representantes do complexo agroindustrial fumageiro de desassociar das características socioeconômicas da fumiicultura, principalmente das precárias condições de trabalho, os casos de suicídio, eximindo-se, assim, de possíveis culpa e responsabilidade, sem avariar a sua rentabilidade com esta atividade econômica.

Para Dejours e Bègue (2009), esta falta de reação diante dos suicídios, este silêncio, é maléfico para a prevenção de novos suicídios. Porque quando não há resposta a estas mortes significa que não será tomada atitude no sentido de melhorar a estruturação e a execução do trabalho, recuperar a sua dimensão humana, de convivência e de solidariedade, de que as relações sociais no trabalho continuarão precárias e que o trabalho continuará sendo motivo de sofrimento, por vezes fatal, e que a comunidade de trabalhadores corre contínuo risco de vida. Na visão dos autores, o silêncio pode ser um gatilho para novos suicídios.

Nesse sentido, é interessante a colocação de Bourdieu (2012b), que a maioria dos mecanismos econômicos e sociais desencadeadores dos sofrimentos mais cruéis não são facilmente descontinuados ou transformados. Mas, ainda assim, o sociólogo defende a necessidade de os agentes serem cientes desses mecanismos, com o intuito de amenizar os sofrimentos através da revolta.

Levar à consciência os mecanismos que tornam a vida dolorosa, inviável até, não é neutralizá-las; explicar as contradições não é resolvê-las. Mas, por mais cético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento a causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social,

coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas (BOURDIEU, 2012b, p. 735).

Considerando as informações analisadas até este momento, notei como a estruturação do campo fumícola conforma sofrimento social aos fumicultores familiares do Vale do Rio Pardo, criando situações de subordinação socioeconômica ao complexo agroindustrial fumageiro. Sendo discordante das normativas sociais do *ethos* dos teuto-brasileiros, a dominação característica do campo fumícola pode atuar como um estímulo ao suicídio. Assim, seria importante que os representantes do complexo agroindustrial fumageiro reconhecessem a associação entre a precariedade das condições de trabalho na fumiicultura e o suicídio dos fumicultores e investissem em ações de prevenção de novas mortes.

4 AGENTES DE EXTENSÃO RURAL E SAÚDE PÚBLICA: PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO DO SUICÍDIO DE FUMICULTORES

Recentemente, a promulgação da CQCT desencadeou espaços de debates e incentivo para ampliação de acessos para os serviços de extensão rural e de saúde pública problematizarem a especialização produtiva do Vale do Rio Pardo na fumicultura, assim como as contrariedades ambientais, econômicas, sanitárias e sociais desta atividade. Dessa maneira, estes serviços estatais também vêm interferindo sobre como o fenômeno do suicídio dos fumicultores é entendido. Assim, o capítulo concentra-se em analisar como agentes sociais da extensão rural e da saúde pública intervêm sobre a realidade dos fumicultores familiares e os casos de suicídio.

Para isso, organizei o capítulo em duas grandes seções: a primeira referente ao serviço de extensão rural e a segunda ao serviço de saúde pública. Na primeira seção, estudo a atuação da extensão rural no incentivo à transição dos fumicultores rumo a outras atividades econômicas e sua reverberação sobre os suicídios. Já na segunda, analiso as práticas e representações oriundas da saúde pública sobre a ocorrência dos suicídios dos fumicultores, problematizando, em duas subseções, a naturalização dos riscos ocupacionais na fumicultura e, inclusive, a naturalização dos suicídios.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR E EXTENSÃO RURAL: SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DA FUMICULTURA

Considerando as informações veiculadas na análise realizada anteriormente sobre as interferências do complexo agroindustrial fumageiro sobre os suicídios dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, notei a intensificação das relações entre fumicultores e fumageiras por meio de assistência técnica e creditícia. Com esta informação, notei o conseqüente afastamento da extensão rural desta atividade, mesmo no Brasil, a agricultura familiar sendo uma responsabilidade atrelada a este serviço público.

De acordo com Neves (2007), nos Estados Unidos, na década de 1980, já encontravam-se estudos utilizando o conceito *family farm* ou ainda *family farmer*. Este conceito servia à caracterização da industrialização das atividades agropecuárias,

designando os agricultores adeptos à modernização da agricultura, isto é, vinculados com as indústrias de insumos necessários à produção agropecuária à montante e com as indústrias de comercialização dos produtos agropecuários à jusante. No Brasil, a correspondente da *family farm* era a “agricultura integrada” ou também a “agricultura tecnificada”, isto é, os agricultores intitulados modernos.

Desta maneira, no Brasil, até o final do século XX, o conceito de agricultura familiar raramente era encontrado em estudos rurais e mesmo no contexto da ação extensionista voltada ao desenvolvimento das áreas rurais. Mas, no momento de sua ascensão, a construção do conceito de agricultura familiar foi resultado da combinação de uma série de eventos transcorridos nos campos político e científico brasileiros.

De acordo com Schneider (2006), o primeiro evento a ser considerado aconteceu no âmbito dos movimentos sociais e sindicais rurais. Em meados da década de 1990, desencadeou-se uma verdadeira efervescência desses movimentos, que reivindicavam o reconhecimento das necessidades dos excluídos da modernização da agricultura. Esta atuação dos movimentos sociais e sindicais consolidou-se com a realização de eventos reivindicatórios anuais chamados Grito da Terra, existentes até os dias atuais.

O segundo evento a ser salientado, intimamente relacionado com o primeiro, foi a criação de uma política pública como resposta às pressões dos movimentos sociais e sindicais rurais. Destarte, em 1996, foi instituído o PRONAF, com a finalidade de conceder crédito ao desenvolvimento das atividades agropecuárias dos excluídos da modernização, os quais encontravam-se em sérias dificuldades de manterem-se nas atividades. Com o PRONAF, os movimentos sociais e sindicais rurais reforçaram ainda mais as reivindicações de um engajamento sólido do Estado com este estrato rural que necessitava de políticas públicas diferenciadas, com juros menores, por exemplo (SCHNEIDER, 2006).

O terceiro evento foi a reorientação dos debates científicos sobre as áreas rurais. Na segunda metade da década de 1990 assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos rurais no Brasil, até então reduzidamente visados entre os cientistas. Diante dos dois eventos anteriores, os estudiosos incrementaram as discussões: novas temáticas começaram a ser analisadas, indo além das consequências da modernização da agricultura já ostensivamente examinadas (SCHNEIDER, 2006). Como ressaltado no estudo de Picolotto (2011), oportunamente intitulado “as mãos

que alimentam a nação”, entre estas temáticas estava a relevância socioeconômica das atividades dos excluídos da modernização em favor do cultivo de alimentos.

Conjuntamente, estes eventos autorizaram a consolidação do conceito de agricultura familiar com o intuito de reunir, reconhecer e valorizar os mais variados estratos excluídos da modernização da agricultura, considerados atrasados e denominados até então de “pequenos produtores”, “pequenos proprietários”, “camponeses”, “agricultores de subsistência”, “agricultores de baixa renda”, “colonos”, “meeiros”, “parceiros”, “arrendatários”, “posseiros”, entre outros. Nesse sentido, no Brasil, a construção social da categoria socioprofissional da agricultura familiar resultou de um processo de positivação ideológica destes estratos rurais até então socialmente menosprezados (NEVES, 2007).

Devido a isso, analisando a elaboração do conceito no Brasil, Neves (2007) entendeu a agricultura familiar como uma categoria socioprofissional construída por meio de valorativas elaborações institucionais indicadoras de novas maneiras de intervenção sustentadas sobre a modalidade de assistência técnica e creditícia. Em síntese, esta categoria socioprofissional foi construída com o intuito de favorecer o acesso dos agricultores familiares a recursos materiais e simbólicos aos quais não tinham acesso anteriormente.

Não obstante, os estudiosos do assunto concordam com certas características úteis à elaboração do conceito de agricultura familiar. Estas características confluem sobre a interdependência existente entre terra, trabalho e família, recobrando situações extremamente variáveis. Na visão de Schneider (2006), são os vínculos familiares estabelecidos entre os membros, assim como as suas normas de transmissão do patrimônio – envolvendo acervos materiais e simbólicos –, os elementos mais relevantes na conceituação de agricultura familiar, devido a sua interferência sobre a continuidade ou não destes estabelecimentos. Assim, conforme Neves (2007), devido à vasta extensão do conceito, são necessárias normativas nos âmbitos institucionais, ainda mais no Brasil, dada a diversidade da categoria.

Desta maneira, desde a ascensão do conceito de agricultura familiar, o Estado vem utilizando normas institucionais com a intenção de “enquadrar” os agricultores como “familiares” ou, antagonicamente, como “patronais”. De início, este enquadramento foi realizado através do estatuto de acesso ao PRONAF. Depois, pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

(BRASIL, 2006). Atualmente, ocorre por meio do Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei 11.326 anteriormente mencionada (BRASIL, 2017).

Assim, de acordo com o Decreto 9.064/2017, entende-se como agricultura familiar aquela que: 1) possui, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; 2) utiliza, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; 3) auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 4) possui a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar (BRASIL, 2017).

Mas, além disso, embora não decretado, existe também um reconhecimento de ordem simbólica: a incumbência do cultivo de alimentos. Presente desde o início da elaboração do conceito de agricultura familiar, como mencionei anteriormente, este reconhecimento simbólico tornou-se mais contundente no decorrer dos anos 2000, sendo reforçado através da elaboração de uma série de políticas públicas em favor do cultivo de alimentos no âmbito da agricultura familiar, como a versão Mais Alimentos do PRONAF e, também, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. Estas políticas públicas encontraram sustentação nos dados disponíveis do último Censo Agropecuário, que indica que a agricultura familiar envolveu 85% dos estabelecimentos, ocupando somente 24,3% das áreas, mas ainda assim produz uma série de produtos alimentícios de origem vegetal e animal: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 16% da soja, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2006). Mas, e a fomicultura familiar?

Ao demonstrar, ainda que sinteticamente, os processos de construção social da agricultura familiar, meu intuito foi estabelecer relações com a constituição de um estigma em relação à fomicultura. Mesmo ressaltando as íntimas relações existentes entre terra, trabalho e família (pequenas propriedades rurais, inexistência de mecanização, elevada demanda de mão-de-obra), a atividade contradiz o valor simbólico atribuído à agricultura familiar, pois seu processo produtivo é altamente tecnificado, o que torna a produção do tabaco um ramo da indústria devido ao especializado sistema de integração. Ademais, o seu produto final não é alimento, nem mesmo saudável. Como bem sintetizou um extensionista: “o *tabaco não é*

alimento, é um vício, uma droga legalizada” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco). Como destacado no estudo de Gazolla e Schneider (2013), este ideário conduziu à interdição do acesso dos fumicultores familiares ao PRONAF, a partir do ano de 2003. Atualmente, o acesso à essa política pública submete-se à comprovação de 30% da renda vinda de outras atividades agropecuárias.

Em virtude disso, embora não deixe de ser constituinte desta categoria, dada a relevância dos vínculos familiares em sua conformação, a fumicultura não desfruta das conveniências materiais e simbólicas consagradas em outras atividades produtivas entendidas como próprias da agricultura familiar, existindo restrições no acesso às políticas públicas e até mesmo ao serviço público responsável pela implementação das mesmas, ou seja, da extensão rural, como relataram os próprios extensionistas rurais entrevistados.

O foco é o agricultor, no caso, o meio rural. É um atendimento bastante grande destinado ao agricultor familiar. [...] Nossas funções principais são na produção de grãos, milho, soja, arroz, que são os principais; as frutas, hortaliças, a parte ambiental também [...]. Aqui também trabalhamos a parte de agroindústrias, desde o início até a regularização da parte fiscal. E depois tem uma gama de outras atividades, a piscicultura também... [...]. A fumicultura diretamente não, não na cultura em si. Fica mais com as empresas fumageiras mesmo. Na fumicultura, a gente trabalha mais com a conservação de solo, com a parte ambiental, não com a condução da cultura em si, porque daí, como é uma atividade integrada, com contrato, no caso a responsável é a empresa (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

[...] Não quer dizer que o fumicultor não vai ser assistido. Porque ele trabalha com solo, trabalha com ambiente, então sempre vai ter uma inserção dentro daquela propriedade. Embora a gente não dê assistência para a fumicultura, damos assistência para o fumicultor, porque ele trabalha com solo, com milho, com alimento, muitos que são fumicultores também produzem hortaliças para venda em feiras, então a gente tem também uma inserção dentro dessas propriedades (Antônio, 37 anos, extensionista rural).

Estes relatos incitam a reflexão: os extensionistas rurais não atendem a fumicultura, mas atendem os fumicultores no exercício de outras atividades. Portanto, somente se isolado da fumicultura – em virtude da existência de outras atividades de cultivos e/ou criações alimentares –, o fumicultor é visualizado como integrante da categoria socioprofissional de agricultura familiar no âmbito do serviço de extensão rural no Brasil.

De acordo com Deponti e Schneider (2013), em estudo sobre a ação extensionista na fumicultura familiar em Dom Feliciano, no Rio Grande do Sul, os

agentes das instituições de extensão rural realizam intervenções somente nos estabelecimentos rurais de fumicultores com interesse na diversificação das atividades agropecuárias, deixando os demais vulneráveis e a mercê de uma assistência meramente técnica, proporcionada pelos instrutores contratados pelas agroindústrias fumageiras.

No Vale do Rio Pardo, estas ressalvas da extensão rural em relação à fumicultura familiar contribuíram com um entendimento de condenação da atividade e uma necessidade de defesa da mesma, como deixou claro o relato de um membro da comunidade entrevistado: “*Olha, eu ainda vejo muito a fumicultura condenada, mas eu observando, analisando [...] a fumicultura não é aquele bicho-de-sete-cabeças que muitos acham que é*” (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida). Como demonstrei no capítulo precedente, justifica-se, assim, a aversão dos representantes das agroindústrias e de suas entidades agregadas em admitir vinculações de suicídios entre os agricultores com problemas decorrentes da fumicultura, com receio de aprofundar ainda mais as ações de combate à produção, processamento, comércio e consumo de tabaco, desencadeadas em escala internacional.

No Brasil, a problematização do cultivo do tabaco - que na Região Sul é marcadamente realizado por agricultores familiares - foi acentuada em 2005, com a adesão à CQCT, elaborada no âmbito da OMS, ainda em 2003. A CQCT foi um tratado selado internacionalmente em favor da saúde, com o intuito de reduzir o consumo de tabaco. Embora o foco da CQCT seja a redução do consumo, são encontradas certas menções ao cultivo do tabaco.

Artigo 4 - Princípios norteadores. Parágrafo 6 - Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição (BRASIL, 2011, p. 33-34).

Não obstante, também os Artigos 17 e 18 da CQCT tratam da redução do cultivo do mesmo como condição *sine qua non* ao controle do consumo. Tais cláusulas versam sobre como a fumicultura é maléfica ao ambiente e à saúde. Dessa maneira, no Artigo 17 são recomendadas atividades alternativas economicamente viáveis e no Artigo 18 é sentenciado o cuidado com o ambiente e a saúde:

Artigo 17 - Apoio a atividades alternativas economicamente viáveis: as Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte (BRASIL, 2011, p. 45).

Artigo 18 - Proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas: em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente (BRASIL, 2011, p. 45).

Como leva a crer o mencionado no Artigo 4 – a relevância da assistência técnica na transição dos fumicultores rumo a outras atividades econômicas – outra vez os extensionistas rurais, ao executarem ações e difundirem ideários do Estado, contribuíram com o estigma referente à fumiicultura familiar. Assim, ainda em 2005, com o intuito de viabilizar os artigos anteriormente mencionados, o Brasil elaborou o Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e realizado por meio de ações extensionistas. Em síntese, o PNDACT visa incentivar a realização de outras atividades nas áreas rurais de fumiicultura, contribuindo com a contenção do consumo, mas sem criar vulnerabilidades socioeconômicas aos fumicultores familiares (BRASIL, 2010).

Na Região do Vale do Rio Pardo, devido aos riscos ambientais, econômicos, sanitários e sociais oriundos da concentração na fumiicultura, os agentes de extensão rural, muito antes da CQCT e do PNDACT, vinham incentivando a diversificação e até mesmo a substituição da fumiicultura, como relatou um extensionista.

Na verdade, esse é um trabalho meio que permanente. Não em função da Convenção Quadro em si, mas para diversificar a produção da propriedade mesmo. [...] Com o produtor em si, a gente trabalha bastante com a questão da diversificação da propriedade. E até tem muitos que param com o tabaco, quem tá no ramo leiteiro principalmente, têm muitos que pararam e estão só na produção de leite. Então, têm. Mas é um trabalho a longo prazo isso. E convencer ele também a sair do tabaco e ir para outra atividade, quebrar essa tradição dele, é difícil. É demorado e é difícil. E esses que saíram, no caso, dizem: se eu soubesse, tinha parado antes (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Na visão de técnicos da extensão rural, o incentivo à diversificação através da CQCT resultou em reduções nas áreas de cultivo de tabaco e nos investimentos sobre estas áreas. Como sintetizou um dos extensionistas rurais entrevistados: “ela [CQCT]

teve um efeito negativo para a lavoura do tabaco” (Antônio, 37 anos, extensionista rural). Contudo, notei uma resistência dos membros das famílias e das comunidades fumicultoras teuto-brasileiras (sem mencionar os representantes das agroindústrias fumageiras, é claro) em relação à diversificação intentada pelos agentes de extensão rural, resistência essa fundamentada nas estruturas materiais e simbólicas da fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo.

Referente às estruturas simbólicas, considerando as características do *habitus* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, a resistência à diversificação sustenta-se em seus embaraços nas interações sociais, incluindo as comerciais: dada a “*frieza*” dos teuto-brasileiros, eles não são vendedores eficientes. Nos termos de um extensionista entrevistado: “*ele [fumicultor familiar teuto-brasileiro] não sabe vender o produto dele, então se ele vai se dedicar a uma outra atividade que não é de integração, ele não sabe vender, ele perde produção em casa e não sai para vender*” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco). Isso auxilia a arrazoar a resistência às iniciativas de diversificação produtiva, posto que, na fumicultura, devido ao sistema integrado, o fumicultor preocupar-se-ia somente com o cultivo, sendo o comércio incumbência da fumageira, respeitando o seu *habitus*.

Referente às estruturas materiais, a resistência sustenta-se na constituição ordenada da indústria e do mercado necessários à viabilização da comercialização do tabaco. Um dos fumicultores familiares entrevistados narrou suas tentativas anteriores empreendidas em conjunto com o pai e o irmão de cultivar cereais e os embaraços encontrados na comercialização, em função da inexistência de uma indústria e de um mercado organizado.

Na visão de Vargas e Oliveira (2012), em estudo sobre a diversificação produtiva no Vale do Rio Pardo, em territórios em que a fumicultura é a atividade de maior relevância econômica, as estratégias de diversificação dificilmente são concretizadas. Uba (2012), em análise de Monte Castelo, Santa Catarina, e Redin (2015), em estudo de Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul, enfatizaram a centralidade da fumicultura na reprodução social das famílias rurais, corroborando a dificuldade de avanço das ações de diversificação.

Assim, associadas, estas características construíram um ideário de inconveniência da diversificação produtiva. Dado o sucesso econômico da especialização, os fumicultores familiares começaram a entender a diversificação como desnecessária: seria mais cômodo comprar – ao invés de cultivar – os alimentos

de subsistência com o retorno financeiro do tabaco. Como visualizado no relato do extensionista, atualmente, cabe à extensão rural desconstruir esta resistência à diversificação:

[...] muitas propriedades estão investindo só em uma cultura e dali tirando para comprar os mantimentos para subsistência familiar. Há 20 anos atrás se dizia: "oh, planta 1.000 pés de fumo a mais e tu compra todo o resto, né." E realmente, naquela época, a valorização era grande mesmo. E o pessoal internalizou isso e faz isso. Então, agora, a gente precisa desfazer essa mística. Ele tem que produzir em casa tudo para o consumo familiar e que seja uma sobra aquilo ali, não tirar dali para comprar alimentação (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Diante de tudo isso, a atuação do Estado, pelo serviço de extensão rural, contribuiu com a desvalorização da fumicultura, acentuada no âmbito da CQCT. Graças ao PNDACT, a ação extensionista colaborou com a construção de uma crise identitária dos fumicultores familiares: sua atividade não somente não é inteiramente reconhecida no âmbito da agricultura familiar, como ainda é omitida e/ou combatida nas políticas públicas executadas pelo Estado por meio do serviço de extensão rural.

Neste sentido, considero interessante ressaltar resultados encontrados em contextos internacionais correlatos. Em estudo realizado no Kentucky, Estado Unidos, referente aos anos de 1979 a 1985, Stallones (1990) sublinhou como as campanhas contra o cigarro causaram sensações de exclusão sobre os fumicultores: eles sentiam-se dispensáveis na sociedade frente aos esforços realizados contra o seu trabalho, aumentando, assim, o risco de suicídio.

Não obstante, também Jacques-Jouvenot (2013), Droz *et al.* (2014) e Bossard *et al.* (2016), em estudos sobre a realidade da França, mostraram a existência de vínculos entre a ocorrência de suicídio nas áreas rurais e a evolução da PAC da União Europeia. Ao modificar as condições materiais de condução das atividades agropecuárias – em virtude de uma série de medidas protecionistas –, a PAC afetou as suas condições simbólicas, acentuando a necessidade de conhecimentos administrativos em detrimento dos conhecimentos agropecuários, resultando em uma crise de identidade destes agricultores, sendo esta relevante nas trajetórias sociais de inúmeros suicidas rurais na França, entre os quais identificou-se um sentimento de incompetência profissional.

Assim, estes estudos de Stallones (1990), nos Estados Unidos, e de Jacques-Jouvenot (2013), Droz *et al.* (2014) e Bossard *et al.* (2016), na França, comprovaram

a capacidade do Estado em interferir sobre a vida e a morte dos agricultores por meio de mecanismos coercitivos de controle da conduta humana, como são as políticas públicas. Também Drebes *et al.* (2018), em um estudo comparativo dos casos do Brasil, da China e da França, em referência à ocorrência de suicídios de agricultores, notaram as intervenções estatais – diretas ou indiretas – sobre as condições de vida e de morte dos agricultores familiares por meio dos planos jurídico e político.

No contexto do Vale do Rio Pardo é difícil delinear a existência de conexões entre a desvalorização da fumicultura e a ocorrência de suicídio entre os fumicultores. Contudo, considerando a relevância do trabalho no *habitus* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros, a sua exclusão da agricultura familiar, desencadeadas por programas estatais, ações objetivas e descréditos simbólicos executados que se manifestam na ação extensionista, consiste em uma condicionante conivente ao desencadeamento de uma crise identitária e, conseqüentemente, uma crise suicida entre os fumicultores familiares, embora eu não tenha dados suficientes à ratificação desta assertiva.

Esta situação de afastamento dos extensionistas rurais em referência à fumicultura familiar faz crescer a relevância dos instrutores técnicos das agroindústrias fumageiras no território. Na visão dos agricultores, embora atentem contra a sua autonomia, as agroindústrias fumageiras ainda reconhecem a sua identidade. Devido a este intrincado cenário, mesmo sendo a fumicultura a atividade econômica de maior relevância no Vale do Rio Pardo, os extensionistas rurais estão deveras distante. Entre os fumicultores entrevistados, nenhum mencionou a atuação da extensão rural em seus estabelecimentos. Neste sentido, as ações e as reflexões de agentes de extensão rural, em referência ao suicídio no contexto de cultivo do tabaco, são, no cotidiano dos agricultores, praticamente inexistentes: embora funcione como um instrumento de assistência à resolução dos mais variados embaraços encontrados nas áreas rurais – ambientais, culturais, econômicos e sociais –, a extensão rural não é visualizada como um instrumento de enfrentamento do suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros.

Frente aos relatos dos extensionistas entrevistados, além do contexto normativo anteriormente descrito, duas outras motivações devem ser mencionadas. A primeira refere-se à conexão entre complexo agroindustrial fumageiro e extensão rural no território do Vale do Rio Pardo, constituindo um sistema extensionista pluralista, isto é, de atuação colaborativa, onde cada um tem suas próprias prioridades e

responsabilidades. Dada a delicadeza da temática do suicídio de fumicultores e a série de construções sociais vinculativas entre estas mortes e as características da atividade, a atuação dos extensionistas rurais sobre os suicídios seria entendida como uma crítica ao complexo agroindustrial fumageiro, afetando sua atuação em associação.

A segunda refere-se à formação acadêmica dos extensionistas rurais. Este foi o recurso mais utilizado entre os mesmos no esclarecimento da inexistência de ações dedicadas diretamente ao enfrentamento do suicídio dos fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, como ressalta o relato abaixo.

Uma das nossas dificuldades, no caso, é a nossa formação, que não é essa. Conhecimento específico da área, de que forma poderíamos ajudar... Então, a questão da formação já dificulta um pouco isso. Em âmbito geral, a gente tem noções básicas, mas especificamente, foge dos nossos conhecimentos. [...] Não temos trabalho direto. O que a gente faz é orientação e encaminhamento para o serviço de saúde. Sempre esse encaminhamento. Até porque não temos competência profissional para isso e não queremos ser questionados depois (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

O relato demonstra como o discurso dos extensionistas rurais do Vale do Rio Pardo sobre o suicídio dos fumicultores vai ao encontro da ilusão naturalista acerca destas mortes. Como venho demonstrando no decorrer do estudo, existe uma tendência, sob diversificadas maneiras, de naturalização deste fenômeno. A exclusão dos extensionistas rurais nas frentes de ação sobre o suicídio dos fumicultores, por entendê-los como fenômenos relativos à área de saúde, reforça o viés biológico, dificultando a compreensão deste fenômeno como um problema relacionado às condições de trabalho na fumiicultura.

Ocorre então uma delegação de responsabilidades entre dois braços do Estado: o serviço de extensão rural repassa para o serviço de saúde a responsabilidade de enfrentamento do suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros estudados. Isto demonstra como nem mesmo os extensionistas rurais – apesar de suas ações de desenvolvimento rural – têm uma clara consciência delineada sobre o viés social do suicídio nas áreas de cultivo de tabaco.

4.2 SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA OU PROBLEMA SOCIAL?

Até o momento, os dados analisados conduziram ao entendimento de concentração das reflexões e das ações de enfrentamento do suicídio no setor da saúde, incluindo os suicídios dos fumicultores familiares teuto-brasileiros ocorrentes no Vale do Rio Pardo. Especificamente, no universo de análise, as “pequenas” reflexões e ações executadas no plano municipal decorreram de “grandes” reflexões e ações conduzidas nos planos mundial, nacional e estadual, nesta ordem.

Na transição entre os séculos XX e XXI, em razão do aumento de 60,0% dos casos de suicídio no mundo – sem a existência de intervenções efetivas em seu controle –, a OMS conduziu a disseminação de uma iniciativa intitulada *Suicide Prevention Program* (SUPRE), isto é, Programa de Prevenção do Suicídio. Internacionalmente, através desta iniciativa a OMS visou: reduzir o crescente índice de mortalidade suicida; rescindir os interditos acerca do suicídio; e conscientizar os Estados nacionais sobre a necessidade de intervir nas ocorrências. Desta maneira, o suicídio tornou-se tema de interesse da saúde, ou melhor, um “problema de saúde pública”, utilizando a sentença encontrada nos documentos da instituição (OMS, 2019). Não obstante, no ano de 2003, a OMS instituiu o décimo dia do mês de setembro como o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, resultando no célebre Setembro Amarelo (OMS, 2014).

Passados mais de dez anos da elaboração da SUPRE, as estatísticas ainda mantiveram-se elevadas. Conforme dados referentes ao ano de 2012: a cada 40 segundos um indivíduo cometeu suicídio; cada suicídio concretizado evocou outras 20 tentativas; cada morte afetou outros 60 indivíduos em seu entorno; e, ainda, somente no referido ano ocorreram 804.000 suicídios no mundo. Diante destes números alarmantes, durante a 66ª Assembleia Mundial de Saúde, em 2013, a OMS elaborou um Plano de Ação de Saúde Mental estabelecendo a meta de reduzir em 10% os índices de suicídio em cada nação membro até 2020 (OMS, 2014).

Entendendo-o como mortes evitáveis, a OMS elaborou um relatório que aponta o suicídio como um “imperativo global”: uma atribuição dos mais variados setores – não só da saúde –, sendo necessárias intervenções elaboradas de maneira coletiva. Através deste relatório, visou construir uma referência de conhecimentos sobre suicídio com a intenção de orientar estratégias de intervenção (OMS, 2014).

No Brasil, as orientações da OMS motivaram a evolução das reflexões e das ações do MS sobre o suicídio, sendo uma reverberação dos elevados índices encontrados em nosso território. Em números absolutos, de acordo com a OMS (2014), no ano de 2012, o Brasil situava-se na oitava colocação do *ranking* mundial de suicídios, atrás somente da Índia, da China, dos Estados Unidos, da Rússia, do Japão, da República da Coreia e do Paquistão. Dados mais recentes do MS, referentes ao ano de 2015, mostraram a manutenção do número de mortes voluntárias, totalizando – em números absolutos – 11.736 suicídios e – em números relativos – 5,7 suicídios a cada 100.000 indivíduos (MS, 2017).

Devido a este cenário, ainda em 2006, o Brasil começou a construir propostas de intervenção sobre o suicídio no âmbito da saúde pública. Inicialmente, através da Portaria n. 1876, de 14 de agosto de 2006, o MS elaborou a Estratégia Nacional de Prevenção do Suicídio e instituiu as Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, com o intuito de desenvolver mecanismos dedicados a observar, evitar e controlar estas ocorrências (MS, 2006). Mais tarde, em 2011, foi instituída a necessidade de notificação destes óbitos com a intenção de controlar numericamente os índices, evitando as subnotificações. Já em 2013, o Brasil assinou o Plano de Ação de Saúde Mental da OMS e, mais recentemente, em 2017, vinculado ao mesmo, o MS construiu uma Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio (MS, 2017).

Não obstante, estas orientações institucionais advindas da área de saúde, em termos internacionais (através da OMS) e nacionais (através do MS), resultam em uma maneira característica de entender este fenômeno, sustentando a motivação dos suicídios em “*fatores estressores*” e assentando a prevenção em “*fatores protetivos*”. Embora condicionantes ambientais, culturais, econômicas e sociais encontrem-se entre os atributos mencionados, a ênfase recai sobre condicionantes naturais, comumente de cunho fisiológico e/ou psicológico, estudadas sob uma ótica epidemiológica ou suicidológica.

Assim, através deste modelo, a saúde concentrou-se sobre a causalidade e a naturalidade dos suicídios, visando à identificação dos riscos como sustento de suas reflexões e ações de enfrentamento. Não obstante, este modelo contribuiu com a conscientização da ocorrência de casos de suicídio nas áreas rurais, conectando-os, entre outros riscos, aos agrotóxicos.

Em nível internacional, a OMS, na série de manuais de enfrentamento do suicídio resultantes da SUPRE, mencionou a ocorrência de suicídio nas áreas rurais

no documento destinado às instituições de saúde pública, sublinhando o risco de intoxicação não-intencional com agrotóxicos nas atividades agropecuárias e o seu efeito deletério sobre as condições de saúde humana, causando enfermidades físicas e mentais (OMS, 2000). Em outro relatório os agrotóxicos foram destacados como um relevante método suicida através da intoxicação intencional, também chamando atenção a necessidade de cuidado com os indivíduos residentes em áreas rurais (OMS, 2014).

Em nível nacional, o MS, nas Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, caracterizou os “trabalhadores rurais expostos a determinados agentes tóxicos e/ou a precárias condições de vida” como “população vulnerável” ao suicídio (MS, 2006). Mais tarde, este ideário foi reforçado na Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio, onde o MS destacou os agrotóxicos como o mais relevante risco associado ao suicídio nas atividades agropecuárias (MS, 2017).

Dessa maneira, o estado do Rio Grande do Sul e, nomeadamente, o Vale do Rio Pardo – reconhecido devido à soberania da fumicultura –, converteram-se em áreas de risco de suicídio. Historicamente, confrontadas às taxas de suicídio nacionais, o Rio Grande do Sul conta com taxas duas vezes maiores e certas cidades do Vale do Rio Pardo mostram taxas quatro vezes maiores (SESRS, 2013).

Devido a estes números, sustentando-se nas referências internacionais da OMS e nacionais do MS, medidas de intervenção foram concebidas no âmbito da SESRS. Assim, ainda no ano de 2009, a SES, por meio da Divisão de Vigilância Epidemiológica e do Núcleo de Vigilância de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis desenvolveu um projeto piloto intitulado Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio destinado à realidade do Rio Grande do Sul (SESRS, 2011).

O projeto piloto foi instituído em certas cidades do estado com elevados índices de suicídio. Em comum, além destes índices, estas mostravam a predominância socioeconômica da fumicultura em suas realidades. Das quatro cidades selecionadas à realização desta intervenção, três estavam situadas no Vale do Rio Pardo.

Assim, devido a estes atributos do projeto piloto Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio, o setor da saúde construiu no Rio Grande do Sul uma contundente associação entre suicídio e ruralidade, sobretudo nas áreas de fumicultura familiar, atribuindo às mesmas um rótulo de zonas de risco de suicídio. Este viés foi mencionado nas entrevistas realizadas com duas profissionais da rede de atenção básica de saúde pública do universo de análise.

Se eu não me engano, em 2009, teve um levantamento de alguns municípios do Vale do Rio Pardo pelo Ministério da Saúde. Esses municípios teriam que estar pensando em estratégias de prevenção, e o próprio pessoal que trabalha na rede de saúde fala que ali foi meio que dado um ultimato para os municípios: “óh, vocês tem que se preocupar, os números estão altos, o que está acontecendo?” (Gisela, 31 anos, psicóloga).

Há muitos anos atrás nós já fomos chamadas pelo Ministério da Saúde. [...] Aí, houve todo um trabalho em Porto Alegre na PUC, nós fizemos toda uma capacitação, palestras, acho que a gente ficou três dias lá, trabalhando tudo que podia ser influência, questão dos agrotóxicos, questão das drogas, o que gera. Várias pesquisas nós começamos a discutir porque o Ministério alertou que éramos uma região de risco (Rosane, 55 anos, psicóloga).

Nestes relatos, as psicólogas demonstraram como os elevados índices de suicídio encontrados no universo de análise, atrelados, sobretudo, à realidade da fumicultura, causaram receio e criaram a necessidade de atentar às características desta atividade capazes de desencadear disfunções fisiológicas e/ou psicológicas causadoras de suicídio.

No relato de uma destas psicólogas, que participou do projeto piloto mencionado, afirmou: *“quando a gente começou a fazer o levantamento de quem se matou e onde, a gente começou a ver que de dez casos, sete aconteciam no interior, começou assim: a gente se preocupou e foi ver que eram agricultores e agricultoras”* (Rosane, 55 anos, psicóloga). Diante desta constatação, a psicóloga afirmou que começaram as indagações sobre os porquês destes índices, pois *“é uma região de risco, mas o que gera esse risco? É o isolamento? É a agricultura que oscila porque perde safra com temporal? É o veneno, o fumo? O que é a causa?”* (Rosane, 55 anos, psicóloga).

Não obstante, como mencionado na introdução deste estudo, os dados coletados na Vigilância Epidemiológica do universo de análise reforçaram a ocorrência de suicídios nas áreas rurais. Entre os anos de 2007 e 2015, a instituição registrou a ocorrência de 172 suicídios, sendo que destes 69,2% eram em áreas urbanas e 30,8% em áreas rurais. Contudo, analisando isoladamente os bairros urbanos e os distritos rurais, notei a concentração dos maiores índices de suicídios em áreas rurais.

Assim, considerando este viés rural no âmbito de realização do projeto piloto, o mesmo teve como intuito a elaboração de um documento de orientações para a prevenção do suicídio – observando, evitando e controlando-o –, sendo este destinado não somente à saúde, mas aos demais setores envolvidos com este “problema de saúde pública”. Desta maneira, o projeto piloto Promoção da Vida e Prevenção do

Suicídio visava a constituição de redes intersetoriais de enfrentamento do suicídio, envolvendo inclusive a extensão rural (SESRS, 2011).

Em conformidade com as orientações internacionais e nacionais advindas da área da saúde, neste documento referente às áreas de cultivo de tabaco também constam sinalizações sobre as interconexões entre agrotóxicos e suicídio, de maneira direta (intoxicação intencional) e/ou indireta (intoxicação não-intencional), como demonstra o excerto abaixo, salientando a relevância da inclusão dos extensionistas rurais nas ações de enfrentamento.

Nos últimos anos, vem crescendo muito o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira. Alguns autores chamam a atenção para o fato de que muitos produtos químicos em uso não foram submetidos à avaliação completa de riscos. [...] as pesquisas sobre o tema no Brasil ainda são insuficientes para se conhecer a extensão da carga química e possíveis danos à saúde relacionados com esses produtos. Outros estudos, entretanto, relacionam principalmente os organofosforados e carbamatos como os principais causadores das intoxicações humanas no meio rural, em grande parte dos casos, o uso desses produtos é feito sem os cuidados adequados [...]. Alguns agrotóxicos têm sido relacionados com a ocorrência de depressão entre trabalhadores rurais, havendo inclusive a ingestão voluntária desses produtos, o que configura tentativa de suicídio (SESRS, 2011, p. 75-76).

Neste contexto, os gestores da saúde pública entendem como atribuição do serviço de extensão rural a orientação dos fumicultores sobre o acesso e o uso dos agrotóxicos, no sentido de evitar intoxicações intencionais e/ou não intencionais e, conseqüentemente, suicídios. Além disso, também atribuem à extensão rural a identificação de sinais indicadores de ideações suicidas.

Mesmo que os estudos sobre a possível associação entre o uso de agrotóxicos e a ocorrência de suicídio ainda não seja conclusiva, é papel do técnico de extensão rural orientar os trabalhadores para os riscos e a necessidade de observar os cuidados necessários para o uso e manipulação desses produtos. Além disso, esse profissional deve estar alerta aos sinais característicos do comportamento suicida, como a depressão, desesperança, desamparo, desespero, assim como estar articulado com profissionais de saúde dos municípios onde atuam, conhecendo a rede de vigilância, prevenção e controle do suicídio (SESRS, 2011, p. 76).

Assim, mesmo os extensionistas rurais atribuindo aos agentes de saúde pública a responsabilidade pelo enfrentamento dos suicídios de fumicultores nessas áreas de cultivo de tabaco – como retratado na seção anterior –, os gestores da saúde destacaram a relevância da atuação coletiva com profissionais da extensão rural e ainda outros setores visando a eficiência destas intervenções. Como sublinhado pela

SESRS no referido projeto piloto, “a parceria entre os técnicos de extensão rural e os profissionais [de saúde] da atenção primária é chave para a prevenção e o controle do suicídio no meio rural” (SESRS, 2011, p. 76).

Recentemente, um dos desdobramentos deste projeto piloto no Vale do Rio Pardo foi a consolidação de um Comitê Municipal de Prevenção do Suicídio, criado no ano de 2015. No momento de coleta de dados deste estudo, o Comitê estava em vias de elaboração do seu estatuto, mas sua intenção era o desenvolvimento de uma estratégia intersetorial de prevenção do suicídio, envolvendo instituições governamentais e não-governamentais.

Embora tenha sido uma iniciativa de agentes sociais que atuam na área saúde, o Comitê Municipal envolve também outros setores, inclusive a extensão rural, considerando a recorrência dos suicídios de fumicultores familiares. Contudo, a atuação destes outros setores estava se mostrando restrita. Até o momento de realização do estudo, as atividades concentravam-se na sensibilização e conscientização, ocorrendo principalmente no Setembro Amarelo e enfatizando a disseminação de informações sobre os “*fatores estressores*” e os “*fatores protetivos*”, discutidos mensalmente nas reuniões deste Comitê.

Diante destas considerações, nota-se como as reflexões e as ações dos agentes sociais vinculados à saúde pública sobre o suicídio mostram uma inclinação ao isolamento de riscos considerados intrínsecos à fumiicultura e indicativos dos elevados índices suicidas encontrados no universo de análise, como é o caso dos agrotóxicos. Contudo, considerando a série de informações veiculadas até o momento, envolvendo características da fumiicultura e dos fumicultores, circunscrever esses suicídios aos riscos sanitários isolados, como os agrotóxicos, sem considerar como foram socialmente construídos e sem vinculá-los a outros riscos de natureza cultural, econômica e social, é uma ilusão naturalista, na visão bourdieusiana, embora exista este risco sanitário. Nesse sentido, seria interessante entender os riscos à saúde como construções sociais, excedendo assim a ideia de problema de saúde pública e auxiliando na consolidação do conceito de problema social.

No ensaio teórico de Spink (1992), a adoção do ideário construtivista favorece o entendimento da doença como um fenômeno que, embora tenha um fundo biológico, também tem um fundo social. Isso significa que o adoecer não é uma ocorrência do indivíduo, mas sim do coletivo, onde coexistem sentidos sociais e sentidos pessoais atribuídos a este adoecer, sendo ambos relevantes no entendimento das

enfermidades, possibilitando um confronto entre o significado social e o sentido pessoal que é dado à doença.

De modo complementar, Walters e Denton (1997), em estudo sobre a construção social do estresse, da depressão e do cansaço entre mulheres canadenses, mostraram que os problemas de saúde não deixam de ser problemas sociais, pois têm vinculações com as condições da vida em sociedade, que não devem ser olvidados. Ainda Lorient (2010), ao refletir sobre o estresse no trabalho, acrescentou como essa visão construtivista das doenças é relevante no âmbito da saúde emocional e mental vinculada ao trabalho, auxiliando no melhor entendimento dos riscos e dos sofrimentos, normalmente envolvidos nas relações de poder previamente estabelecidas.

Considerando estas colocações, irei então dedicar-me a entender como certos riscos ocupacionais atribuídos à fumicultura são socialmente construídos no contexto teuto-brasileiro do Vale do Rio Pardo e, ainda, em certos casos, atrelados à ocorrência de suicídios, atentando às intoxicações diretas e indiretas com agrotóxicos, entre outros.

4.2.1 O suicídio dos fumicultores familiares em contexto de naturalização dos riscos de saúde: sobre agrotóxicos, depressão e culpa

Atualmente, a fumicultura é uma atividade amplamente criticada em virtude dos riscos colocados não somente à saúde dos fumantes, mas dos fumicultores, pois no decorrer de seu processo produtivo estes últimos são submetidos a diversas situações de insalubridade para sua saúde física e para sua saúde mental, situações estas denominadas de riscos ocupacionais.

Para Drebes *et al.* (2014), em estudo sobre a ocorrência de acidentes de trabalho nas áreas rurais de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, as atividades agropecuárias – como a fumicultura – acarretam vulnerabilidades à saúde em virtude da qualidade e da quantidade de riscos ocupacionais envolvidos, principalmente biológicos, ergonômicos, físicos, mecânicos, psicossociais e químicos.

Os riscos psicossociais vinculados à fumicultura no contexto teuto-brasileiro do Vale do Rio Pardo foram devidamente esmiuçados no capítulo precedente, onde abordei o sofrimento social vinculado à atividade, considerando os mecanismos de dominação das fumageiras sobre os fumicultores, reduzindo a autonomia destes

últimos de inúmeras maneiras. Sem dúvidas, estes riscos psicossociais podem predispor os fumicultores à depressão e, conseqüentemente, ao suicídio. Todavia, estas ocorrências são atribuídas, também, aos riscos químicos encontrados na fumicultura, especialmente aos vinculados com a aplicação de agrotóxicos.

De acordo com a OMS, os resíduos de agrotóxicos são encontrados no solo, no ar, na água, nos sedimentos, nos alimentos (vegetais e animais), etc. (OMS, 1990). Esse meio ambiente contaminado com resíduos consiste em uma séria ameaça à saúde humana e também aos animais. Contudo, ainda mais nociva é a situação dos agricultores. No caso destes, a saúde não é afetada somente com contato indireto, mas com o contato direto.

Sendo assim, sintomas de intoxicações agudas e crônicas devido aos agrotóxicos tornaram-se comuns entre os cidadãos, sobretudo, entre agricultores. Esses variam desde náuseas, vômitos, dores de cabeça, contrações musculares involuntárias, tonturas, convulsões, sangramentos nasais, conjuntivites, desmaios, entre outros sintomas mais suaves, até dermatites, alterações cromossômicas, efeitos neurotóxicos retardados, arritmias cardíacas, lesões hepáticas, lesões renais, teratogêneses, cânceres, entre outros ainda mais sérios (OMS, 1990).

Não obstante, também o suicídio entre agricultores vem sendo vinculado com os agrotóxicos, mas em razão das controvérsias das investigações científicas, essa causalidade ainda se mostra tênue. Os receios referentes aos efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde dos seres humanos remetem ainda à década de 1940, com o início da utilização dos mesmos na agricultura. Em razão da Revolução Verde, um conjunto de tecnologias consistentes em sementes melhoradas, fertilizantes químicos, mecanização, irrigação e, obviamente, agrotóxicos, foram introduzidos com o intuito de modernizar a agricultura. A utilização dos agrotóxicos na agricultura contribuiu com o aumento da produtividade dos cultivos agrícolas e com a diminuição da penosidade do trabalho dos agricultores, proporcionando, em algumas situações, vultosas receitas socioeconômicas. Contudo, embora tenham sido velozmente reconhecidos e estimados na agricultura, ainda na década de 1940 surgiram estudos mostrando outra visão sobre os mesmos: os custos socioambientais. Esses se mostraram, principalmente, pelos efeitos perversos dos agrotóxicos sobre o meio ambiente, incluindo a saúde humana, como indicam os estudos relacionados a seguir.

No ano de 1950, o chefe do Laboratório de Saúde Industrial do Canadá veiculou um estudo mostrando os efeitos deletérios à saúde humana advindos dos novos

agrotóxicos existentes no mercado no cenário de Pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo os novos inseticidas (KAY, 1950). Já em 1953, o estudo de um consultor de medicina da OMS condenou a veloz disseminação dos agrotóxicos utilizados na agricultura, indicando a necessidade de rigorosos estudos de avaliação dos mesmos, com o intuito de analisar a ocorrência ou não de resultados deletérios no futuro. No seu estudo, foi descrito, inclusive, um caso ocorrido no Brasil, em que trabalhadores rurais foram encontrados mortos em uma lavoura de algodão, devido ao contato com *paration*, um inseticida e acaricida organofosforado (BARNES, 1953). Também o chefe da Seção de Toxicologia do Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, em 1954, destacou não somente os benefícios, mas os malefícios oriundos dos agrotóxicos. Embora muitas ocorrências deletérias à saúde humana tenham sido oriundas de negligência, outras ocorriam mesmo seguindo as instruções e cuidados de utilização dos agrotóxicos (HAYES JR., 1954).

Na década de 1990, cresceram as manifestações científicas contra a inocuidade dos agrotóxicos, inclusive vinculando-os a casos de suicídio. Nesse sentido, é necessário esclarecer a existência de vinculações diretas e indiretas entre agrotóxicos e suicídio. Os suicídios causados diretamente pelos agrotóxicos consistem na intoxicação intencional através da ingestão e/ou da inalação dos mesmos. Em casos como estes, os agrotóxicos são o método de suicídio, existindo uma clara intenção de morte. Também ocorrem, contudo, suicídios causados indiretamente pelos agrotóxicos. Nesta relação indireta ocorre a intoxicação não-intencional com agrotóxicos – em virtude do uso indevido dos mesmos, sem a utilização do equipamento de proteção individual (EPI), principalmente –, desencadeando depressão, a qual, por sua vez, pode ou não pode desencadear suicídio.

A propósito dos suicídios relacionados indiretamente aos agrotóxicos, em estudos realizados na África do Sul e na França, respectivamente, London *et al.* (2012) e Weisskopf *et al.* (2013), notaram os efeitos neurotóxicos dos agrotóxicos sobre a saúde mental dos seres humanos. O indevido contato dos agricultores com esses produtos acomete o sistema nervoso, contribuindo com transtornos como a depressão, a impulsividade ou outras alterações de humor. Tais transtornos aumentam significativamente os riscos de suicídio. Dessa maneira, como descoberto em estudo realizado na Índia, a utilização incorreta dos agrotóxicos afeta fatores

socioemocionais e favorece o surgimento de ideações suicidas entre os agricultores (BANERJEE *et al.*, 2013).

No Vale do Rio Pardo, as preocupações concentram-se sobre os suicídios de fumicultores familiares indiretamente relacionados aos agrotóxicos, sendo esta uma temática controversa, dividindo as convicções institucionais. Durante a coleta de dados, notei o enforcamento como o método de suicídio mais utilizado entre os fumicultores familiares, sendo raras as ocorrências da ingestão intencional de agrotóxicos como método. Todavia, diante de diversos estudos internacionais e nacionais das ciências da saúde sobre o potencial patológico das intoxicações não-intencionais com os agrotóxicos, é necessária a observância da associação indireta entre os agrotóxicos e os suicídios dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo.

Em virtude disto, anteriormente ao meu estudo, outros cientistas, oriundos das ciências da saúde e das ciências sociais, interessados nos suicídios no âmbito da fumicultura familiar haviam visitado o Vale do Rio Pardo: muitos destes dedicaram-se a entender as correlações existentes entre os agrotóxicos utilizados na fumicultura e os altos índices suicidas dos fumicultores.

Ainda na década de 1990 foi conduzido um estudo dedicado a analisar a ocorrência de enfermidades mentais e suicídios em Venâncio Aires, no Vale do Rio Pardo, no qual foi apresentada a hipótese de os agrotóxicos, sobretudo os inseticidas carbamatos e os organofosforados, serem um elemento de risco ao suicídio. Conforme este estudo, no ano de 1995, em Venâncio Aires, mais de 80,0% dos suicídios aconteceram em áreas rurais. Não somente, o índice suicida aumentou duas vezes em relação aos anos anteriores, acompanhando a intensificação do uso de agrotóxicos no cultivo do tabaco, que passou dos habituais 50 a 60 kg/ha para cerca de 100 kg/ha, uma vez que em 1995 houve um excessivo número de pragas em consequência da seca e de outros fatores. Assim, no referido ano, o índice suicida em Venâncio Aires atingiu números alarmantes, ficando atrás somente dos índices encontrados na Hungria (FALK *et al.*, 1996).

No estudo de Almeida (2005), realizado em área de cultivo de tabaco na Região Sul do Brasil, chamou atenção a coincidência dos maiores números de mortes por suicídio nos meses de utilização mais intensiva de agrotóxicos no cultivo, isto é, outubro, novembro e dezembro. Mais recentemente, Faria *et al.* (2014b) analisaram as 558 microrregiões brasileiras e concluíram o seguinte: nas microrregiões com maior

uso de agrotóxicos e maior incidência de casos de intoxicação, ocorreram taxas de suicídio mais elevadas. As preocupações estão centradas sobre os distúrbios mentais desencadeados pela exposição a certos agrotóxicos, aumentando a ocorrência de suicídios. Em outro estudo, Faria *et al.* (2014a) mostraram como o contato com agrotóxicos tem sido associado com transtornos mentais de ordem menor entre os agricultores, embora ainda existam controvérsias em relação ao tipo, a intensidade, a forma de contato, etc. Na visão dos autores, existe elevado risco associado ao cultivo do tabaco, levando em consideração o volume, a recorrência e a toxicidade dos agrotóxicos utilizados.

Paulatinamente essas construções científicas foram disseminadas e avivaram o interesse dos meios de comunicação, sendo reveladas à sociedade. No ano de 2015, em âmbito nacional, a emissora de televisão Rede Globo trouxe à tona os casos de depressão e de suicídio na fumicultura familiar do Vale do Rio Pardo em uma matéria dedicada a analisar os vários vieses do uso dos agrotóxicos sobre a saúde no Profissão Repórter (PROFISSÃO REPÓRTER, 2015). Já em 2016, em âmbito internacional, a emissora de rádio e televisão BBC, do Reino Unido, concedeu visibilidade aos casos de suicídio ocorrentes na fumicultura familiar do Vale do Rio Pardo, ao veicular uma reportagem ilustrada pela metáfora de “*bomba-relógio de suicídios*”, correlacionada aos efeitos dos agrotóxicos, que afetam o sistema nervoso dos fumicultores familiares e os tornam mais suscetíveis à depressão e, conseqüentemente, ao suicídio (SPERB, 2016).

Essas diferentes facetas de interconexão entre agrotóxicos e suicídios apareceram nos relatos coletados com os membros das famílias e das comunidades rurais próximas a casos de suicídio de fumicultores. Vale destacar o relato de Dona Hilde, viúva de um fumicultor familiar suicida.

Ele tava doente acho que há mais de 15 anos, ele tava doente, todo mês ele baixava hospital, três, quatro dias, as vezes sete dias no hospital. Ele tava com depressão, sempre teve que tomar remédio, sempre, sempre. Ele tinha muita intoxicação também anos atrás, dava muita intoxicação quando ele aplicava veneno. Ele não cuidava como eu. Às vezes, ele ia com chinelo fazer as coisas. Eu não. Eu vou de bota e sempre com uma manga comprida, com uma calça comprida. Ele não. [...] Só uma vez ele foi no médico, acho que 2008, 2007, ele tava de manhã em casa, e eu fui na roça, passei veneno, peão também me ajudou a passar veneno na lavoura e ele ficou em casa secando fumo. E eu quase chegando em casa, a mãe me encontrou na estrada: “ô Hilde, vem ligeiro em casa.” “O que aconteceu?” - eu disse pra mãe. “O seu marido tomou veneno!” E eu correndo em casa, olhei na cama, ele não tava na cama, tava no forno de fumo. Eu disse: “o que tu fez?” “Eu tomei veneno” - ele disse pra mim. E eu perguntei: “por quê?” “Não sei, sem

querer” - ele disse pra mim. “Tomou veneno?” Eu chamei o peão e disse: “larga a carroça, deixa onde tava, vai na tua casa trocar a tua roupa e leva ele no médico.” E daí acho que ele ficou sete dias no médico. Depois eu perguntei de novo pra ele. Não me fala mais nessa coisa, disse ele. Então, eu não falo nada. E ficou assim. Acho que em 2007 foi isso (Hilde, 66 anos, viúva de fumicultor familiar).

No relato da viúva são encontradas as duas facetas da relação dos agrotóxicos com o suicídio. Na primeira parte do relato, a viúva enfatizou o descuido do marido durante a pulverização dos agrotóxicos no tabaco e a ocorrência de intoxicação não-intencional, relacionando estes episódios ao desenvolvimento de sintomas de distúrbios depressivos. Já na segunda parte do relato, a viúva narrou o incidente de tentativa de suicídio do marido, usando agrotóxicos como método. Embora os vieses tenham sido relatados isoladamente, não há como refutar a chance de serem acontecimentos articulados: eventualmente, se não fosse a intoxicação não-intencional e sua neurotoxicidade, a intoxicação intencional não teria sucedido.

Além disso, mencionei anteriormente a prevalência do enforcamento entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, mas o relato acima retrata um caso de tentativa de suicídio por envenenamento. Esta situação mostra a consciência dos fumicultores sobre a periculosidade dos produtos – utilizados propositalmente como métodos de suicídio – e indica a necessidade de ponderar a respeito de restrições em seu armazenamento, comercialização e utilização, além de um melhor treinamento dos técnicos envolvidos na recomendação dos mesmos. Em nações como China, Sri Lanka e Taiwan, onde são elevados os números de suicídios por envenenamento, o poder público conduziu mudanças nas normativas referentes ao acesso aos agrotóxicos desde a década de 1990. Assim, com maior controle da comercialização e da utilização dos produtos mais venenosos foi possível reduzir os níveis de mortalidade, embora os agrotóxicos ainda sejam empregados como método suicida sobretudo nas áreas rurais (SUN *et al.*, 2013; KNIPE *et al.*, 2014; PESHIN *et al.*, 2014).

Retomando o relato anterior, é necessário salientar ainda os numerosos casos de depressão entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, ressaltados por meio da crescente medicalização dos mesmos, como esclareceram os relatos coletados com as mais diversas instituições: *“Mas depressão tem muito, tem muito. Tanto mulheres, quanto homens. Tem bastante”* (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares); *“A depressão é uma coisa que a gente vê aumentando muito no próprio interior também”* (Lair, 62 anos, padre católico);

“Olha, quando eu comecei a trabalhar há 13 anos atrás, nem eu sabia o que era um antidepressivo, nem as pessoas. Hoje de cada dez famílias, uma ou duas que não usam. Alguém da família usa, se não todos” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Embora ainda não se tenha meio de determinar efetivamente as causas desta enfermidade (podendo a mesma vincular-se com riscos ocupacionais da fumicultura, como os psicossociais e os químicos, entre outras motivações, como o *ethos* austero dos teuto-brasileiros), a constatação da sua ocorrência é um elemento relevante no entendimento dos suicídios entre os fumicultores e é necessário refletir sobre suas causas no sentido de não contribuir com a naturalização dos riscos ocupacionais envolvidos na fumicultura, nem mesmo com a naturalização dos suicídios.

Para Gomez e Costa (1997), analisando a construção do campo da saúde do trabalhador, existe uma propensão de isolar os riscos ocupacionais – inclusive nas atividades agropecuárias –, medicalizando-os em razão de seus sintomas e sinais ou ainda associando-os a enfermidades conhecidas. Dessa maneira, encobrem-se os processos produtivos causadores destes riscos, mascarando seus nexos causais.

Para melhor compreender as intoxicações não-intencionais, possivelmente vinculadas à depressão e ao suicídio, é relevante analisar o descaso com a utilização do EPI na aplicação dos agrotóxicos na fumicultura. E esta incúria não é rara no contexto do Vale do Rio Pardo: relatos de fumicultores realizando aplicação de agrotóxicos sem o EPI foram comuns durante a coleta de dados, assim como de fumicultores utilizando chinelos e bermudas durante esta atividade, totalmente vulneráveis.

A dificuldade de adesão dos fumicultores ao EPI foi salientada em diversos relatos, não somente vindos dos agentes de saúde, mas dos membros das famílias e das comunidades rurais e até mesmo de representantes do complexo agroindustrial fumageiro: *“A gente usa [EPI] dependendo do serviço. Quando é com pulverização a gente usa. Mas quando for pra usar um agrotóxico mais em calda, aí sim, a gente é sincero, a gente não usa EPI. Mas se protege com luva, com manga comprida, com bota”* (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); *“EPI completo, certinho, nem a metade usa. Tem gente que não usa nada: que fuma e vai de pé descalço. Tem gente que só usa a luva, a bota e a calça, deu né. Nem a máscara não usa”* (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

O fato dos efeitos dos efeitos neurotóxicos concentrarem-se na utilização dos agrotóxicos na fumicultura se deve à combinação de duas características desta utilização – a pulverização costal e os grupos químicos e classificações toxicológicas dos produtos pulverizados –, as quais maximizam os riscos de intoxicações no cultivo do tabaco, se confrontado a outros cultivos agrícolas.

Os pulverizadores costais, ou ainda pulverizadores *back-pack*, são um equipamento constituído basicamente por um tanque conectado a uma bomba. O tanque é carregado nas costas do fumicultor através de suspensórios e a bomba é carregada nas mãos do fumicultor, viabilizando o acionamento do equipamento e a pulverização dos agrotóxicos. Assim, carregando a calda de agrotóxicos nas suas costas, o fumicultor se desloca entre os canteiros de tabaco, acionando e direcionando a bomba manualmente, continuando a mover-se entre os canteiros, atravessando a nuvem de agrotóxicos. A impossibilidade de utilizar pulverizadores acoplados ou ainda pulverizadores autopropelidos na fumicultura – através dos quais o fumicultor estaria mais distante da calda e da nuvem de agrotóxicos – se deve às condições topográficas das áreas de cultivo, normalmente reduzidas e acidentadas, sendo pouco propícias à mecanização.

Não obstante, é preciso enfatizar também as características referentes aos grupos químicos e às classes toxicológicas dos agrotóxicos utilizados no tabaco. Como mencionado anteriormente, entre os grupos químicos, os inseticidas carbamatos e organofosforados apresentam o maior potencial de intoxicação. No Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários do MAPA, são encontrados 108 agrotóxicos registrados para o cultivo do tabaco, somente um deles é classificado como carbamato e nenhum deles como organofosforado (MAPA, 2019). Ainda assim, diversos estudos indicam a elevada utilização destes na fumicultura.

Por exemplo, de acordo com Goethel *et al.* (2013), em estudo sobre a exposição dos fumicultores familiares aos agrotóxicos em Venâncio Aires, no Vale do Rio Pardo, os carbamatos e os organofosforados são os inseticidas mais utilizados na fumicultura e possuem a capacidade de ocasionar enfermidades mentais por meio da degeneração do sistema nervoso graças ao seu mecanismo de ação sustentado na inibição da enzima acetilcolinesterase.

Quando um desses compostos [carbamatos ou organofosforados] está presente, a enzima acetilcolinesterase fica inibida, por esse motivo são conhecidos como anticolinesterásicos. Um indivíduo que se expõe a

agrotóxicos pertencentes a essas classes tem sua atividade colinesterásica diminuída em proporção à intensidade da exposição. Se a acetilcolinaesterase estiver inibida, ocorre um acúmulo de neurotransmissor acetilcolina, levando à indução de três tipos de sinais clínicos: muscarínicos, caracterizados por sudorese, sialorreia, hipermotilidade gastrointestinal, diarreia e bradicardia; efeitos nicotínicos, que são resultantes da ação da acetilcolina sobre as placas motoras, causando rigidez muscular, tremores, parestesia e paralisia; e também no sistema nervoso central, levando à inquietação, ataxia, convulsão, depressão e coma. De acordo com o tempo de recuperação da colinesterase, essa inibição é considerada irreversível, formando um complexo mais estável, no caso dos organofosforados, e reversível no caso dos carbamatos, já que o complexo é menos estável, permitindo a recuperação da colinesterase mais rapidamente (GOETHEL *et al.*, 2013, p.106).

No que se refere às classes toxicológicas, os agrotóxicos são divididos em quatro classes, por nível de toxidez, sendo esses níveis evidenciados por diferentes faixas de cores nos rótulos destes produtos: classe 1 - extremamente tóxico, faixa vermelha; classe 2 - altamente tóxico, faixa amarela; classe 3 - medianamente tóxico, faixa azul; e classe 4 - pouco tóxico, faixa verde. Diante disto, dos 108 agrotóxicos aprovados para uso no cultivo do tabaco, 43 pertencem à classe 1 (39,8%), 13 à classe 2 (12,0%), 33 à classe 3 (30,6%) e 19 à classe 4 (17,6%), o que evidencia que a maior parte deles são considerados extremamente tóxicos (MAPA, 2019).

Diante desta realidade, a não utilização do EPI (boné árabe, viseira, respirador, jaleco, avental e calças impermeáveis, luvas e botas de borracha) na pulverização dos agrotóxicos na fumicultura apresenta risco de intoxicação maximizado em comparação com outras culturas, dadas as características da pulverização e dos produtos pulverizados. De acordo com os entrevistados, os fumicultores não costumam utilizar os EPI's, sobretudo devido ao desconforto térmico. Além da inadaptação ao trabalho na fumicultura, os EPI's também não estão correspondem ao *ethos* de trabalho dos fumicultores. Outros estudos sobre a fumicultura familiar também encontraram esta realidade, como o de Corrêa (2017), sobre a utilização dos EPI's entre fumicultores da região Centro Sul do Rio Grande do Sul. Para os fumicultores entrevistados, além do desconforto térmico, a redução da destreza e os custos dos EPI's também motivaram a não utilização.

Certos entrevistados ilustraram sua aversão aos EPI's: *“Isso não foi muito bom [aplicar agrotóxicos com EPI]. Foi ruim, sempre trancado. Eu achava mais ruim o calor, não entra vento nada, tudo fechado. Quando tu tá livre é muito mais melhor, com o cheiro do veneno tu pode cuidar um pouco como vai o vento”*. (Adão, 75 anos, sogro de fumicultor familiar suicida); *“Que nem eu tava falando agora, já é muito quente, e*

pra usar tudo é muito calor. É tipo um plástico e aí tudo fechado, cruzeis. Eu já não gosto muito de calor, daí ainda usar essa roupa, não entra nenhum arzinho no corpo” (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida); *“Porque o EPI, olha, no sol, é um problema. É um problema... Eles ainda não conseguiram inventar uma roupa adequada para... Porque justamente isso, sempre coincide a safra com o calor. No verão é complicado, olha, com 25, 30 graus”* (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

Nesse sentido, Silva *et al.* (2005), em seu estudo sobre as relações entre os efeitos dos agrotóxicos sobre a saúde do trabalhador rural, notaram a necessidade de se considerar o caráter socioeconômico dos riscos à saúde, derivados do modo de organização do processo produtivo, não sendo inerentes, mas construídos.

Os riscos, fatores de risco e danos à saúde dos trabalhadores devem ser compreendidos como expressão das tecnologias utilizadas, da organização e da divisão do trabalho, da intervenção dos trabalhadores nos locais de trabalho, da ação de técnicos e instituições relacionados à questão do arcabouço jurídico vigente. [...] Os paradigmas teóricos e científicos que têm norteado a maioria dos estudos e pesquisas sobre a relação saúde, doença e trabalho em geral, e sobre os danos à saúde causados pelos agrotóxicos no trabalho em particular, não trazem para o seu cerne a concepção dialética do trabalho. [...] A partir desse olhar, os danos à saúde causados pelo trabalho são compreendidos como simples expressões sobre os corpos dos trabalhadores de determinados riscos presentes nos ambientes de trabalho. Ou seja, há uma redução naturalista e biológica da ideia de risco e dano, na medida em que não se considera seu caráter histórico e social (SILVA *et al.*, 2005, p. 893 e 896).

No caso da fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, o cenário é semelhante, considerando que os riscos químicos advindos dos agrotóxicos não são meramente naturais, sendo derivados das características do processo produtivo, envolvendo o uso de agrotóxicos, assim como o modo de aplicação e o tipo de produto aplicado.

Diante deste cenário é importante ressaltar que uma série de ações vindas do complexo agroindustrial fumageiro e do setor da saúde pública são realizadas com o intuito de fornecer o EPI para os fumicultores e de conscientizar sobre a importância de utilizá-lo. De acordo com o Sinditabaco, são realizadas campanhas anuais de divulgação sobre a necessidade de usar EPI's no manuseio e aplicação de agrotóxicos, sendo feita a distribuição de materiais impressos e a veiculação de campanhas de mídia, assim como a contínua capacitação dos profissionais de campo que prestam assistência técnica aos produtores (SINDITABACO, 2016; 2017).

Em um documento chamado Tabaco no Sul do Brasil, referente ao ano de 2017, no que tange à questão dos agrotóxicos na fumicultura, especialmente da utilização dos EPI's, encontrei a seguinte passagem: “mas a decisão final é o do produtor. Pesquisa demonstra que a promoção da saúde e da segurança está ao alcance da maioria deles: 99,7% dos produtores possuem o EPI para aplicação de agrotóxicos” (SINDITABACO, 2017, p. 27).

Todavia, Gomez e Costa (1997), em estudo sobre a construção da saúde do trabalhador, afirmaram que por meio da utilização de EPI's normatizam-se maneiras de trabalhar consideradas seguras, conformando uma representação de prevenção simbólica que, muitas vezes, ocorre em detrimento da proteção social. Devido a isso, nos termos dos autores, “são imputados aos trabalhadores os ônus por acidentes e doenças, concebidos como decorrentes da ignorância e da negligência” (GOMEZ; COSTA, 1997, p. 23).

No documento anteriormente citado, o ônus pela intoxicação não-intencional com agrotóxicos é imputado aos fumicultores. Através de visitas inesperadas nas propriedades rurais dos fumicultores no Sul do Brasil, os instrutores de tabaco realizam a supervisão da atividade. Por meio de um formulário com uma série de regras, os mesmos acompanham a atividade dos fumicultores, a fim de verificar se os mesmos estão cumprindo com todas as exigências da fumageira. Referente aos agrotóxicos, a supervisão se concentra sobre o uso e o armazenamento dos mesmos. O fumicultor é obrigado a utilizar o EPI fornecido pela fumageira e precisa ter uma benfeitoria especial para guardar os produtos, cuja estrutura varia conforme as orientações de cada fumageira. Irregularidades referentes a qualquer um desses quesitos, são assinaladas pelo instrutor de tabaco. O fumicultor é obrigado a assinar um documento afirmando que está ciente da irregularidade e que irá tomar as providências cabíveis, sob a ameaça de ter o seu contrato de integração anulado, impedindo a comercialização do seu produto com a fumageira, ou até mesmo de sofrer um processo judicial, dependendo do tipo e da gravidade da infração.

Ele tem que ter armário de agrotóxico, ele tem que ter EPI em condições, menores, gestantes e maiores de 60 anos não podem aplicar veneno. [...] Faz anos que é cobrado isso. A gente dá toda a orientação pra eles, a gente entrega material pra eles, a orientação existe né. E eles assinam pra nós que eles fazem tudo certo. Tem empresas, a Phillip Morris é uma, JTI nem tanto. Eles até, eles fazem, eles tipo, lenha do mato essas coisas, eles entregam pro Ministério Público. Se eles vem, se o orientador chega na casa e vê, ali na hora, tu me assina aqui uma advertência que tu tá derrubando mato. A

lenha é pra ser de reflorestamento. Ou tu tá sem EPI, me assina aqui que tu não tá usando EPI. Tu não tem armário de agrotóxico, tu nem é produtor deles, se tu não tem armário de agrotóxicos. Aliás, todas tem que ter. Agora eles tão cobrando de todo mundo. Pra nós ainda pode ser um armário de tábuas lá, bem sinalizado, com cadeado, serve. Mas que nem a Phillip Morris tem que ser um bem padrão. Souza Cruz tem que ser aquele 30 metros longe de tudo (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

Isto seria uma espécie de formularização da fumicultura, que serve de salvaguardas para as agroindústrias, de transferência de responsabilidades e de critérios técnicos para enquadramento dos agricultores familiares. Jacques-Jouvenot (2013) e Droz *et al.* (2014), no contexto da produção de leite na França, visualizaram que o agricultor é gradativamente transformado em um administrador de um modelo industrial de produção agrícola e suas competências agrozootécnicas, o seu saber-fazer, vai sendo desvalorizado. No Vale do Rio Pardo ocorre um descolamento entre o fumicultor ideal e o fumicultor real devido aos controles e coerções ditados pelas fumageiras, personificadas através dos instrutores. Neste cenário, os fumicultores acabam sendo culpabilizados pelo seu próprio adoecimento.

Não obstante, vale ressaltar ainda como a própria indústria de agrotóxicos também contribui para esta culpabilização dos agricultores pelo seu adoecimento. De acordo com Guivant (1992) e Boeira e Guivant (2003), em estudos referentes aos riscos associados aos agrotóxicos, diante das críticas vindas de outros setores, os seus fabricantes veiculam um discurso de conflito onde colocam-se do lado da ciência – e acusam os críticos de serem contagiados ideologicamente. De acordo com o discurso da indústria de agrotóxicos, se os agricultores seguirem as recomendações de uso, estes produtos não são tão perigosos e os riscos são insignificantes.

De maneira semelhante, a associação dos agrotóxicos aos casos de suicídio também é controversa, criando animosidades acerca do assunto e das ações e reflexões institucionais, em virtude de uma série de conflitos de interesse marcadamente construídos no confronto entre o complexo agroindustrial fumageiro e a saúde pública.

Analisando ambas as notícias mencionadas anteriormente, da Rede Globo e da BBC, encontrei similaridades neste sentido. Referente aos agrotóxicos, ambas salientam um crítico conflito de entendimento sobre a ocorrência de suicídios na fumicultura familiar: se, de um lado, os agentes de saúde pública alertam para os efeitos diretos e indiretos dos agrotóxicos sobre os suicídios dos fumicultores familiares, de outro lado, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro

refutam a existência desta relação causa e efeito. Sobre isso, em ambas as notícias foram coletados relatos de representantes das indústrias fumageiras e as colocações foram: “ainda não nos apresentaram nenhum estudo científico que mostre que haja realmente relação da cultura com o suicídio [...]; não há uma fundamentação científica propriamente dita de porquê razões isso acontece” (PROFISSÃO REPÓRTER, 2015) e “atrelar casos de suicídio ao uso de agrotóxicos na cultura do tabaco é inconsistente” (SPERB, 2016).

Assim, esta associação sobre a maximização do risco de suicídio diante da utilização dos agrotóxicos no cultivo do tabaco causa incômodo no contexto da fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo. Isto ficou claro durante a condução da coleta de dados, onde frases como “*não acredito que seja o agrotóxico*”, “*a fumicultura usa pouco agrotóxico*” e “*os agrotóxicos da fumicultura não são tão maléficos*” foram recorrentes e costumeiramente associadas à manifestação da ideia de “*querem acabar com a fumicultura*”. Muitos ainda, conscientes das associações, mas em dúvida, me sondavam antes mesmo de eu introduzir este assunto no roteiro de entrevista: “*e o que você acha sobre a teoria que afirma que os agrotóxicos causam suicídio?*”.

Talvez o evento mais ilustrativo do incômodo e até mesmo da revolta decorrente desta associação entre os agrotóxicos utilizados na fumicultura e o suicídio de fumicultores consista na minha tentativa de entrevistar uma entidade vinculada às agroindústrias fumageiras, já mencionada em outros momentos deste estudo. Sem conceder entrevista, durante a curta conversa com um dos representantes da entidade, o mesmo me deu uma série de documentos institucionais informativos sobre a fumicultura no Vale do Rio Pardo. Em sua visão, existem muitas pesquisas insustentáveis sobre o suicídio e pesquisadores que distorcem os fatos para “*tornar inverdades em verdades*”, mas nos documentos concedidos eu encontraria “*dados estatísticos vindos de pesquisas confiáveis*”, sobretudo, os referentes à utilização de agrotóxicos. Neste momento, abriu um dos documentos em uma página específica chamando minha atenção para uma tabela que apresentava e comparava o percentual de uso de agrotóxicos em vários cultivos agropecuários, destacando como o tabaco constava nas últimas colocações, atrás da maçã, da batata inglesa, do tomate, do algodão, do citros, da uva, do amendoim, da cebola, da soja, do café, do alho, da banana, da cana-de-açúcar, do milho safra, do milho safrinha, do trigo, da aveia e do arroz.

Todavia, agentes vinculados à área de saúde pública são incisivos na defesa de possíveis correlações entre as intoxicações não-intencionais de agrotóxicos com os casos de depressão e de suicídio, independente da quantidade de agrotóxicos utilizados na fumicultura. Assim, nota-se uma disputa entre agentes sociais do complexo agroindustrial fumageiro e da saúde pública no que tange à relevância atribuída aos riscos ocupacionais de tipo químico encontrados na fumicultura nos casos de suicídio de fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo.

Que a cultura do tabaco é a que menos usa agrotóxicos, isso a gente sempre ouve. Mas tem regiões aqui do estado que também utilizam, a questão ali da Serra, região da uva e da maçã, também tem uns estudos que mostram que tem uma relação com o suicídio. [...] No sentido de que certamente os produtos químicos, isso já está comprovado, que eles têm uma ação sobre o sistema nervoso central, que eles causam sintomas neurocomportamentais, sintomas depressivos. [...] E talvez existam outros fatores que façam com que o produtor de morangos não se suicide, mas aquele da fumicultura, talvez até pelas questões socioeconômicas, faça com que isso seja diferente (Raquel, 39 anos, psicóloga).

Diante desta análise, é evidente o conflito travado entre os representantes do complexo agroindustrial fumageiro e os agentes e gestores da saúde pública referente ao suicídio, sendo um conflito relevante no sentido de publicizar o suicídio não somente como um problema de saúde pública, mas principalmente como um problema social, pois os riscos ocupacionais – tanto os psicossociais como químicos – encontrados no processo produtivo não são inerentes, mas socialmente construídos em virtude das precárias condições de trabalho na fumicultura familiar.

4.2.2 Doença da folha verde do tabaco e enfermidades de fumicultores familiares: outros riscos naturalizados

Não obstante, as tentativas de naturalização dos riscos ocupacionais na fumicultura familiar, descontextualizando os problemas de saúde físicos e mentais dos fumicultores das razões situadas em seu cerne, muitas vezes de caráter socioeconômico, vinculadas às características do exercício do processo produtivo da fumicultura, dificultam a atuação dos agentes de saúde pública com os fumicultores, como ressaltou uma psicóloga entrevistada em seu relato:

o que acaba acontecendo, o trabalhador rural, justamente porque está tão naturalizado alguns riscos, em geral, ele busca o serviço de saúde quando

ele já não tem mais condições de trabalhar. Então, isso dificulta. Porque enfim, ele tá com dor, mas tá conseguindo trabalhar, quando a dor não permite mais trabalhar, aí sim, em geral, ele vai buscar um atendimento de saúde (Raquel, 39 anos, psicóloga).

Assim sendo, entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, cujo *ethos* é fundamentado na ética da economia e na ética do trabalho, a saúde não parece ser uma preocupação prioritária, pois a maior importância é atribuída ao processo produtivo da fumicultura em detrimento da saúde dos produtores. Esse viés foi enfatizado nos relatos vindos dos agentes da saúde pública, como abaixo colocado.

A saúde dos fumicultores é bem precária. Eles não focam na promoção e na prevenção. Eles focam no hoje. Hoje tá me doendo as costas, hoje eu vou fazer isso. Não tem cuidado, por exemplo, uma fisioterapia. Eu tenho agricultor que tá fazendo fisioterapia há anos, mas ele não pensa em fazer alongamento em casa, em talvez praticar uma atividade física, isso é muito cultura, assim, né. Eles acham que isso é bobagem. [...] Fumicultor é assim, ó: agora eles estão na época de fazer as mudas né, as mudas do tabaco; julho começa a época do transplante, julho, agosto, alguns ainda em setembro fazem; aí em novembro começa a época da colheita; então entre agosto e outubro é a época do cuidado da planta; e aí novembro, final de novembro, dezembro é a colheita, janeiro também um pouco e depois é o trabalho dentro do galpão, que é o cuidado com a folha, né. Então, pra nós, a partir do mês que vem, agosto, diminui muito a demanda na unidade. Só vem quem realmente está muito mal. E aí vai até janeiro. Aí fevereiro começa o movimento, que é só então que eles lembram de se cuidar, de fazer exames. É impressionante! É muito difícil isso, porque eles tem um foco em cima daquela produção deles assim, é incrível (Nilse, 35 anos, enfermeira e filha de fumicultores familiares).

Rodrigues *et al.* (2016), em estudo sobre as percepções dos fumicultores familiares sobre a saúde, em Irati, no Paraná, notaram como a relevância econômica da fumicultura nestas realidades rurais pareceu superar a preocupação com a saúde, mesmo muitos fumicultores estando cientes dos efeitos deletérios do processo produtivo sobre sua vitalidade. Diante deste cenário, o adoecimento é comum entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, merecendo ênfase a intoxicação com agrotóxicos – analisada anteriormente –, a doença da folha verde do tabaco e outras enfermidades físicas.

Começarei analisando as enfermidades físicas derivadas, principalmente, das características ergonômicas do processo produtivo da fumicultura. Embora os fumicultores familiares se mostrem resistentes em aceitar os resultados nocivos das atividades, os mesmos são prontamente percebidos principalmente pelos agentes da

saúde pública. Nesse sentido, termos como “*braçal*”, “*penoso*” e “*pesado*” são recorrentemente utilizados na caracterização desta atividade agropecuária.

Para os fumicultores familiares, esse reconhecimento é intrincado devido à constante acareação entre as condições de trabalho do passado com as do presente. Na visão de entrevistados, a fumicultura modernizou-se e, atualmente, conta com recursos facilitadores da condução da atividade, como destacaram os relatos coletados: “*Era pesado, pra quem trabalha na roça é muito pesado. Assim como hoje tem trator, até para puxar o fumo pra fora, antigamente tinha que fazer força, era tudo na mão*” (Hilde, 66 anos, viúva de fumicultor familiar suicida). Profissionais dos serviços de extensão rural também atestam consideráveis mudanças técnicas: “*Agora, por exemplo, já planta com a máquina, mas antigamente que plantava com a mão e tinha que plantar tudo agachado. Não tem, não tem como*” (Lúcia, 47 anos, extensionista rural e filha de fumicultores familiares).

Mesmo assim, se confrontada a outros produtos agropecuários de importância econômica, as enfermidades físicas ainda são uma constante na fumicultura, pois esta mecanizou-se somente parcialmente, como sintetizou um extensionista rural entrevistado: “*O trabalho ainda é bastante manual, e por isso a penosidade é um pouco maior neste cultivo do que em outros*” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco).

Nesse sentido, a mecanização parcial da fumicultura, isto é, a presença de atividades que ainda são realizadas de modo manual – ou com máquinas manuais –, é responsável por uma série de problemas ergonômicos nos fumicultores familiares, afetando com intensidade o seu corpo físico e, por consequência, suas próprias condições de trabalho.

Diante desse cenário, problemas de saúde física são comumente encontrados entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, como artrites, artroses, dorsalgias, lombalgias, etc., em virtude, principalmente, do esforço físico das atividades manuais. Assim, foram comuns os relatos que consideraram os fumicultores familiares teuto-brasileiros como “*judiados*”, termo utilizado no sentido de maltratados, sofridos: “*Olha, claro, a gente percebe que pessoas que trabalham na roça hoje são bastante judiadas, então a gente percebe*” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); “*Os fumicultores são muito judiados: não tem um que não tenha alguma dor*” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Além disso, os entrevistados também ressaltaram a insalubridade das atividades da colheita e da secagem: a colheita devido à constante exposição ao clima; e a secagem devido à necessidade de acompanhar os fornos de fumo dia e noite, avariando o descanso dos fumicultores familiares.

Era muito judiado. Se chovia tinha que colher fumo, se era quente também. Às vezes, a gente ia pra lavoura depois da chuva, se saía o sol, mas quando via tava chovendo de novo e nós ali na lavoura. Era ruim. Não tinha muita escolha, se o fumo tava pra colher, tinha que colher, pra não perder as folhas, que era a produção que a gente tinha (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida).

O tabaco não tem dia nem hora para colher. Seja Natal, Ano Novo, se está maduro você tem que ir. São agricultores que em plena safra, na época de colheita, estão extremamente esgotados. Porque eles, além de exercer todo dia a colheita, costurar, muitos têm duas ou três estufas que de noite eles tem que levantar, ir lá fazer fogo. Acabam dormindo muito pouco. O esgotamento deles é alto (Simone, 39 anos, extensionista rural).

Nesse mesmo sentido, chamaram atenção os comentários sobre a aparência e a saúde física dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo. Devido à exposição climática e aos esforços físicos extenuantes característicos da fumicultura, os teuto-brasileiros costumam aparentar ser muito mais velhos do que realmente são: *“E quando eles chegam na unidade, eu vou te dizer assim, o agricultor ele vai ter o quê, uns 45, 50 anos, mas tu vai olhar pra ele e ver uns 65, 70 anos, fisicamente. Judiado, judiado”* (Nilse, 31 anos, enfermeira e filha de fumicultores familiares); *“Normalmente os fumicultores eles têm a cara muito sofrida, isso não diz nada em termos científicos, mas é impressionante como as pessoas são envelhecidas, uma cara de sofrida demais”* (Jane, 37 anos, extensionista rural); *“Muitos deles vão chegar lá na idade da sua aposentadoria e já vão estar com as suas condições físicas extremamente esgotadas, pelo fato do trabalho excessivo. É um trabalho duro, árduo”* (Simone, 39 anos, extensionista rural).

Diante destas constatações, é necessário estabelecer um vínculo com certas características do *ethos* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo destacadas anteriormente. Considerando a relevância que os fumicultores familiares atribuem ao trabalho, as características ergonômicas deteriorantes do trabalho na fumicultura, entre outros fatores, acabam se mostrando contraditórias a este *ethos*, pois contribuem para a perda precoce da capacidade de trabalho do fumicultor, que pode funcionar como um estímulo para o suicídio, afinal, como dito

anteriormente, os fumicultores familiares teuto-brasileiros se reconhecem como seres sociais através da fumicultura. Não obstante, Minayo *et al.* (2012), em estudo conduzido no Brasil, mas que incluiu na sua amostragem áreas de fumicultura na Região Sul, notaram vínculos entre problemas físicos de saúde, perda da capacidade de trabalho e suicídios, principalmente no sexo masculino.

Outro assunto de saúde relevante trata-se da doença da folha verde do tabaco. De acordo com o estudo de Riquinho e Hennington (2014), esta foi observada inicialmente na Itália, ainda no século XVIII, sendo vinculada a sintomas de dores de cabeça e de estômago. Dois séculos mais tarde, foi minuciosamente estudada nos Estados Unidos, sendo descrita na Flórida na década de 1970 como uma enfermidade característica dos fumicultores. Segundo Beck (2013), no Brasil, foi detectada em fumicultores através de uma pesquisa epidemiológica realizada entre os anos de 2007 e 2008, sendo desde então compreendida como uma doença ocupacional da fumicultura.

Resumidamente, a doença da folha verde do tabaco é uma intoxicação aguda causada pela absorção cutânea da nicotina dissolvida pela umidade quando se manuseiam folhas ainda verdes que estão molhadas pela chuva ou pelo orvalho. Diante disso, costuma acontecer com mais intensidade na colheita. Nesse momento, as roupas dos fumicultores ficam molhadas pelo contato com as plantas úmidas, favorecendo a impregnação da nicotina na roupa e, posteriormente, absorção pela pele. Isso acontece devido ao fato dos fumicultores, ao destacarem as folhas do caule da planta, as armazenarem sob a axila, constituindo um feixe. Não obstante, as axilas, assim como outras partes do corpo produtoras de suor, apresentam uma maior absorção de nicotina, favorecendo o aparecimento dos sintomas da referida intoxicação.

Entre os sintomas da doença da folha verde do tabaco encontram-se cefaléias, diarreias, dores abdominais, náuseas, pruridos, tonturas, tremores, vômitos, entre muitos outros, concomitante ou posteriormente ao contato com a nicotina. Estes sintomas são passageiros, mas variam a continuidade e a intensidade de acordo com cada indivíduo e com o seu contato com a nicotina, oscilando de 24 a 72 horas de duração. Devido a estes sintomas, a doença da folha verde do tabaco também é conhecida informalmente no universo de análise como “*bebedeira do tabaco*”.

Um dos fumicultores familiares entrevistados sintetizou a ocorrência da doença da folha verde do tabaco em seu relato, salientando o seu cuidado em evitar realizar

a colheita em ambiente com elevado nível de umidade, sendo este o cenário desencadeador da intoxicação com nicotina, comum em meu universo de análise.

A questão ali é de colher o fumo molhado. [...] Então, essas coisas a gente cuida bastante, porque a gente sabe que isso dá problema, muita gente vai parar no hospital com vômito, calafrio, então, a gente evita isso. Porque tem gente que acha que tem que tá de manhã às oito horas, sete horas na lavoura, independente... mas não é assim (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida).

A recorrência da doença da folha verde do tabaco também foi ressaltada no relato de um instrutor de tabaco, o qual afirmou que quando era fumicultor sofreu destes sintomas, considerados altamente extenuantes. O mesmo também destacou a relevância de utilizar EPI como modo de evitar a doença da folha verde do tabaco. Contudo, deu a entender que esta não é uma estratégia adotada inteiramente no Vale do Rio Pardo.

Ah, isso acontece [doença da folha verde do tabaco]. Isso existe e acontece bastante. Também os produtores são alertados de utilizar a vestimenta de colheita, né, mas acontece. E é muito... Eu já passei por isso, é horrível. É que a nicotina líquida, o tabaco tem nicotina, só que quando ele tá molhado, a nicotina fica líquida e ele entra em contato com o sangue, e isso passa e vai pro estômago, vai pra cabeça, tu te sente mal, tu vomita, e isso pode acontecer de duas a três horas após, até dois ou três dias após... é ruim (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores familiares).

Entretanto, com a intenção de evitar a doença da folha verde do tabaco, representantes do complexo agroindustrial fumageiro, sobretudo do Sinditabaco, investiram no desenvolvimento de uma vestimenta destinada à colheita. Este EPI é composto por um conjunto de camisa e calça impermeáveis e de um par de luvas de nitrila. Foi testado em conformidade com critérios científicos internacionais no intuito de confirmar sua eficiência em evitar o contato da nicotina com a área cutânea. Não obstante, no sistema integrado, esta vestimenta é fornecida a custo de fábrica pelas agroindústrias fumageiras para os fumicultores (SINDITABACO, 2016).

Mesmo assim, a doença da folha verde do tabaco ainda acontece com muitos fumicultores. Riquinho e Hennington (2014), em estudo conduzido em área fumicultora não identificada do estado do Rio Grande do Sul, visualizaram como estas vestimentas perdem a camada de impermeabilidade após lavadas, devendo ser descartadas depois do uso. Todavia, muitos fumicultores reutilizam esta vestimenta mais de uma vez, muito em virtude do seu custo. Além disso, os autores visualizaram

também como inúmeros fumicultores nem mesmo utilizam esta vestimenta em virtude do calor. Em meu universo de análise, as reclamações sobre o calor da vestimenta foram semelhantes: *“Porque o EPI, olha, no sol é um problema. É um problema... Eles ainda não conseguiram inventar uma roupa adequada, porque a safra sempre justamente coincide com o calor. No verão é complicado, com 25, 30 graus”* (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida); *“As empresas fornecem o EPI, mas muitos não usam, porque essas roupas são muito grossas e eles suam muito. Isso é muito desconfortável para eles e aí acabam não usando. E aí é a questão da nicotina que entra pelos poros”* (Simone, 39 anos, extensionista rural).

Não obstante, em seu estudo sobre o campo de saúde do trabalhador, Gomez e Costa (1997) criticaram os EPI's, considerados intervenções pontuais que entravam a proteção coletiva ao circunscrever-se somente aos riscos mais evidentes encontrados no trabalho. Assim, os EPI's, embora normatizem maneiras consideradas seguras de realizar certas atividades, somente conformam um quadro de prevenção simbólica, que não costuma ser efetivo por inúmeras razões, como as situações encontradas no universo de análise e elencadas acima.

Ainda referente à doença da folha verde do tabaco, outro elemento interessante a ser destacado refere-se à divergência encontrada entre o discurso dos representantes do complexo agroindustrial fumageiro e o discurso dos agentes de saúde pública. Se os últimos vêm atuando no sentido do reconhecimento desta como uma enfermidade merecedora de cuidado, certas colocações de representantes autorizados do complexo agroindustrial fumageiro atuam no sentido de minimizar a relevância da doença da folha verde do tabaco sobre a saúde dos fumicultores, como se a mesma não fosse verdadeiramente uma enfermidade. Isto foi visível no relato de um representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares.

Ela é uma doença subentendida, na verdade não é uma doença, quer dizer, é uma consequência do ato do contato do fumo. [...] Mas hoje todos os produtores têm recebido das suas empresas um utensílio de proteção, só não usa quem não quer. Então é muito fácil de se precaver desses sintomas da doença do tabaco verde, são apenas sintomas: não é uma doença. São sintomas momentâneos que podem causar tipo náuseas, dor de cabeça, dependendo das pessoas a gente sabe disso, mas nada grave também, porque não é uma coisa continuada, é momentâneo que essa nicotina altera talvez o sistema e que dá essas consequências. Mas existem, quando as pessoas não cuidam, eu mesmo já, sei lá, se isso era consequência eu já sofri disso, mas nada que fica sequelas né (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores familiares).

Todas estas contrariedades no âmbito da saúde desencadeadas devido às precárias condições de trabalho encontradas no âmbito da fumicultura familiar, remetem-me ao conceito bourdieusiano de economia da felicidade. Para Bourdieu (1998, p. 56), esta consiste em uma economia “que levaria em conta todos os lucros individuais e coletivos, materiais e simbólicos, associados à atividade, e também todos os custos materiais e simbólicos associados à inatividade ou à precariedade”. Em outros termos, a economia da felicidade incluiria no cálculo econômico os custos em sofrimento social existentes em uma dada atividade.

Considerando a análise realizada até este momento, nota-se como o sofrimento social vinculado aos riscos ocupacionais socialmente construídos na fumicultura familiar, principalmente os psicossociais e os químicos, contribuem com a desconstrução do ideário de lucratividade da atividade. Pois se os custos sociais dos recorrentes problemas de saúde física e de saúde mental dos fumicultores fossem contabilizados – incluindo os suicídios –, a renda das famílias fumicultoras cairia drasticamente.

5 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS, DE COMUNICAÇÃO E PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: SOBRE PECADO, NOTÍCIA E TABU

Além da família, da comunidade, do complexo agroindustrial fumageiro, da extensão rural e da saúde pública, no Vale do Rio Pardo existem ainda outras instituições que precisam ser consideradas no entendimento dos processos de construção do suicídio de fumicultores, como a igreja cristã, a imprensa regional e uma organização não-governamental especializada na prevenção dos suicídios. Dessa maneira, este capítulo pretende analisar como práticas e representações provenientes de agentes sociais das igrejas católica e luterana, da imprensa regional e da organização não-governamental especializada na prevenção repercutem no entendimento do suicídio de fumicultores familiares.

Diante disso, estruturei o capítulo em três partes. Na primeira, abordo como o cristianismo contribuiu para a compreensão do suicídio como um pecado e, em uma subseção, demonstro a relativização desta compreensão no contexto da fumicultura por meio das ações e representações das autoridades religiosas. Na segunda, analiso o silêncio dos meios de comunicação do universo de análise sobre o suicídio de fumicultores. E, na terceira, discuto a atuação de uma organização não-governamental especializada na prevenção de suicídios, ponderando sobre o alcance de seu atendimento telefônico de escuta solidária nas áreas rurais.

5.1 IGREJAS CRISTÃS E SUICÍDIO DE FUMICULTORES FAMILIARES: UM PECADO IMPERDOÁVEL

A influência da igreja na construção social do suicídio de fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, Brasil, foi incluída neste estudo dada a relevância do cristianismo sobre a vida das famílias e das comunidades, em decorrência do reconhecimento do mérito dos valores morais atrelados à etnicidade teuto-brasileira, entre eles os valores cristãos, manifestados através de vínculos com o catolicismo – igreja católica – ou com o protestantismo – igreja luterana.

De maneira semelhante, em estudo sobre suicídios de habitantes das áreas rurais colombianas, Perez (2013), ao analisar a esfera familiar e comunitária, também atribuiu relevância à moralidade cristã na elaboração dos sentidos relacionados às mortes voluntárias. No Vale do Rio Pardo, notei a concordância dos entrevistados

sobre como a religiosidade auxilia a controlar os suicídios entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros, como foi citado nos relatos de um extensionista rural católico e de uma pastora protestante, respectivamente: *“Acho que eles [padres e pastores] fazem um trabalho mais espiritual um pouco, e isso é muito interessante. Na minha opinião, isso é uma prevenção. [...] Em pessoas que vão mais na igreja parece ser menos frequente [o suicídio], independente de credo”* (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco); *“A gente espera que a mensagem da igreja [...] que é de motivação pra vida, que é de amor à vida – à sua vida e à vida do próximo –, que isso contribua, que o conjunto daquilo que a gente faz como igreja contribua para a valorização da vida”* (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Contudo, isso não significa que as áreas rurais de fumiicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo sejam imunes à secularização. Os valores cristãos dos teuto-brasileiros, assim como o seu dialeto e outros costumes étnicos, estão em constantes mudanças. A religiosidade ainda é muito valorizada entre a população mais velha, mas entre as gerações mais jovens a participação nas atividades cristãs é cada vez menos comum, até pela redução do número de jovens rurais em virtude das migrações, traduzida também pela redução do número de batismos, de crismas e de confirmações e, inclusive, de casamentos, como sublinharam os relatos de indivíduos vinculados de distintas maneiras com a fumiicultura familiar: *“Isso aí [religião] dentro da comunidade é muito forte, mas nas pessoas mais antigas. [...] Acho que a palavra do pastor ou do padre colabora para incentivar as pessoas a querer viver. Mas esse envolvimento se perdeu, tá se perdendo* (Antônio, 37 anos, extensionista rural); *Eu acho que é outra coisa que tá perdendo muito valor no interior. As pessoas não vão mais. [...] Querendo ou não, são coisas que ajudam a trazer paz, trazer tranquilidade. Mas as pessoas pra isso, pra ter um pouco de fé, elas não têm tempo* (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Nesse momento, vale demonstrar os dados do estudo de Stack (1983), sobre os índices de suicídio nos Estados Unidos entre os anos de 1954 e 1978, nos quais ressaltou a secularização, traduzida através do declínio das religiões institucionalizadas, como um acontecimento influente no aumento da ocorrência de suicídios entre os adultos mais novos de ambos os sexos, sendo estes os menos assíduos às igrejas, reforçando, assim, a ideia de relevância da religiosidade no enfrentamento dos suicídios.

Mas, mesmo com este cenário de secularização, os valores cristãos continuam interferindo nas representações sociais dos membros das famílias e das comunidades rurais teuto-brasileiras do Vale do Rio Pardo sobre o suicídio. Quando diversos entrevistados sancionaram moralmente os suicidas denominando-os de “*coitados*”, considerando os sofrimentos vindouros na eternidade consecutiva à morte, isto veio à tona. O rótulo de “*coitado*” demonstra como o ideário de “*condenação*”, de “*inferno*” e de “*pecado*” ainda é presente no contexto da fomicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, principalmente entre os mais idosos.

Na Sociologia, Karl Marx – talvez a referência mais remota sobre os vínculos entre religiosidade e suicídio – criticou estas sanções morais da igreja cristã concernentes aos suicidas, embora, historicamente, estas não tenham sido encontradas somente no cristianismo (MARX, 2006). De acordo com o estudo de Almeida e Lotufo Neto (2004), estas sanções também existiram no islamismo, no judaísmo, no hinduísmo e até mesmo no budismo. Em estudo dedicado às teorias sobre suicídio, Mishara e Tousignant (2004) caracterizaram as sanções morais encontradas no seio destas diferentes crenças religiosas.

Por exemplo, o islamismo sempre deixou muito clara a sua interdição ao suicídio: no seu entendimento, os fiéis deveriam se submeter à vontade de Alláh e cometer suicídio seria um crime contra a vontade desta divindade muçulmana. Para o islamismo, o suicídio é considerado um crime mais perverso que o próprio homicídio. A clareza da interdição islâmica às mortes voluntárias reflete nos índices reduzidos de suicídio entre os seus seguidores. Contudo, atualmente, os atentados terroristas envolvendo homens-bomba contradizem esta condenação, pois muitos imãs entendem estes suicidas como mártires (MISHARA; TOUSIGNANT, 2004).

Já no judaísmo, a condenação do suicídio acontece devido a razões semelhantes às do islamismo: a vida deve ser submissa à vontade de Deus. O suicídio é uma morte arrasadora do ato de criação divina, manifestando-se contra o reconhecimento da imortalidade da alma ao exaurir as chances de misericórdia etérea. Entre os indivíduos vinculados a esta crença religiosa, os suicidas são estigmatizados no momento da morte até a atualidade, sendo enterrados nas extremidades dos cemitérios, afastados dos demais. Ainda assim, os rabinos realizam tentativas de amenizar estas sanções morais não conceituando como suicídio, por exemplo, a morte voluntária de indivíduos com profundos problemas de saúde, física ou mental (MISHARA; TOUSIGNANT, 2004).

Por sua vez, no hinduísmo e no budismo, o suicídio também não é visto como um acontecimento conveniente. Contudo, em certas situações, é entendido como um sacrifício e, visando a celeridade dos ciclos reencarnatórios, é aceito (MISHARA; TOUSIGNANT, 2004).

Além destas, no espiritismo o suicídio é condenado, acreditando-se na penalização do espírito suicida nas encarnações vindouras, encarnações, estas, cerceadas de sofrimento. O espiritismo, em seus escritos, dedica-se com certa intensidade a evitar suicídios, sendo considerado, atualmente, uma das crenças mais severas em referência a este assunto (BTESHE *et al.*, 2010).

Entretanto, na ótica de Mishara e Tousignant (2004), em sua revisão das teorias do suicídio, foi o cristianismo – e no seio deste, sobretudo o catolicismo – a crença religiosa mais intransigente em relação ao suicídio até o século XX. Historicamente, conforme Araújo e Bicalho (2012), esta intransigência veio à tona com a institucionalização do cristianismo, pois antes do nascimento e, principalmente, antes da morte de Jesus Cristo, os suicídios não eram sancionados moralmente, não eram condenados, como é visível nos escritos bíblicos.

Na Bíblia são encontrados 5 relatos de suicídio no Velho Testamento e 1 relato de suicídio no Novo Testamento. No Antigo Testamento, os suicídios narrados relacionavam-se à honra: Abimeleque suicidou-se devido a um ferimento mortal ocasionado por uma pedra arremessada por uma mulher, evitando, assim, a desonra de ter sua vida tirada através de uma ação vinda do sexo feminino (Juízes 9:54); Rei Saul atirou-se contra sua espada depois de ter sido ferido em guerra, por receio de ser torturado e ridicularizado por seus inimigos (1 Samuel 31:3-6); Aitofel, conselheiro do Rei Absalão, enforcou-se ao saber que o Rei havia rejeitado seus conselhos (2 Samuel 17:23); Zinri tomou uma cidade e ao notar como o povo não o reconhecia como soberano, imolou-se em seu castelo (1 Reis 16:18); e Sansão, em conflito, com o intuito de matar os filisteus, ruiu um edifício sobre si mesmo e os invasores (Juízes 16:29-31). Já no Novo Testamento consta o relato do suicídio mais conhecido da Bíblia: o enforcamento de Judas Iscariotes. O suicídio de Judas não deixa de se vincular à honra, considerando seu remorso por ter traído Jesus, contudo, a Bíblia também ressaltou o suicídio de Judas como resultado de uma influência diabólica (Mateus 27:5).

Considerando estes seis casos de suicídio em referência à extensão da Bíblia, os relatos são raros e meramente descritivos. Com exceção do suicídio de Judas,

descrito no Novo Testamento, os demais descritos no Antigo Testamento denotaram o suicídio como um acontecimento recorrente, sendo utilizado até mesmo como caminho de acesso à misericórdia divina. Assim, embora o caso de Judas tenha contribuído com a construção da condenação do suicídio entre os cristãos, as sanções morais não foram fundamentalmente sustentadas neste escrito, e sim em outros trechos bíblicos: os referentes aos Dez Mandamentos.

No cristianismo, os Dez Mandamentos (Êxodo 20:3-17; Deuteronômio 5:7-21) consistem em orientações divinas no sentido de ordenar as vidas cristãs em conformidade com a fé. No Quinto Mandamento, Deus manifestou a orientação “não matarás”. Assim, na ótica do cristianismo, o Quinto Mandamento refere-se ao outro e a si mesmo, envolvendo não só a interdição dos homicídios, mas dos suicídios. Nesse sentido, o suicídio seria uma ação contrária à ordenação divina e, portanto, um pecado imperdoável.

Destarte, no Vale do Rio Pardo, o padre da igreja católica e a pastora da igreja luterana, ambos teuto-brasileiros, ao falarem sobre a relação entre cristianismo e suicídio sustentaram suas falas sobre o Quinto Mandamento, mostrando como este contribuiu com a construção social do ideário de condenação do suicídio em suas crenças religiosas, isto é, no catolicismo e no protestantismo.

Nós temos um mandamento “não matar”. E “não matar” começa por eu não me tirar a própria vida. E aí todo aquele que matava era visto como alguém que não tinha salvação. Matou, não tinha saída. Dentro da concepção daquele tempo, a pessoa que matou alguém ou se tirou a vida, essa pessoa, a expressão que se usava era que, ela ia para o inferno. Então não tinha muita alternativa (Lair, 62 anos, padre católico).

Em primeiro lugar, nós entendemos a vida como um presente, como uma dádiva que vem de Deus e que precisa ser cuidada com todos os recursos que estão ao nosso alcance e que chega no seu fim quando não existem mais recursos humanos possíveis para a preservação e cuidado dessa vida. Então a nenhum ser humano é dada a autoridade de decidir sobre o momento de simplesmente colocar fim na sua vida de acordo com a sua vontade ou com o seu modo de entender a vida (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Não obstante, historicamente, a condenação cristã do suicídio foi consolidada através das releituras do Quinto Mandamento realizadas primeiramente por Santo Agostinho e posteriormente por São Tomás de Aquino. No século V, no Livro I de *A cidade de Deus*, Santo Agostinho (1996) dedicou uma série de seções à reflexão da temática do suicídio, como: *A morte voluntária por medo à dor ou à desonra* (Capítulo XVII); *Lucrécia, que se matou devido à violência nela perpetrada* (Capítulo XIX); *Não*

há autoridade que permita aos cristãos, seja por que razão for, que voluntariamente acabem com a própria vida (Capítulo XX); A morte voluntária jamais pode constituir uma prova de fortaleza de ânimo (Capítulo XXII); Valor do exemplo de Catão, que se suicidou por não poder suportar a vitória de César (Capítulo XXIII); Deve-se desejar a morte voluntária para evitar o pecado? (Capítulo XXVII). Não obstante, a temática do suicídio foi mencionada ainda em outras seções, mesmo não sendo o assunto de maior centralidade.

Desta maneira, Santo Agostinho (1996) deu um novo sentido à teologia cristã em relação ao suicídio, condenando-os, sem exceções. Na sua visão, a vida era uma sacralidade divina: somente Deus podia dá-la, somente Deus podia tirá-la. Assim, no cristianismo, o suicídio foi construído como uma morte inescusável: nenhum sofrimento seria suficiente a seu consentimento.

O que dizemos, o que consideramos seguro, o que de todas as formas pretendemos provar é isto: — ninguém tem o direito de causar a própria morte por sua iniciativa sob o pretexto de se livrar de calamidades, porque cairia nas perpétuas; — ninguém tem esse direito em relação aos pecados alheios, porque começaria por ter um próprio e gravíssimo pecado quem ainda estava limpo de toda a mácula estranha; — ninguém tem esse direito em relação aos seus pecados passados: precisamente por causa deles é que Ihe é mais necessária a vida presente para poder repará-los com a sua penitência; — ninguém o tem sob pretexto de desejar a vida melhor que o espera após a morte: esta vida não acolhe no seu seio os réus da sua própria morte (SANTO AGOSTINHO, 1996, p. 172).

Estas reflexões de Santo Agostinho foram transformadas em ações nos concílios canônicos ocorrentes no decorrer dos séculos VI e VII. O Concílio de Orleans, em 533, interditou os rituais fúnebres aos suicidas e remeteu seus bens a outras instituições: não à família, mas à igreja e ao Estado. O Concílio de Braga, em 562, reforçou tais medidas. E o Concílio de Toledo, em 693, determinou a excomunhão dos indivíduos sobreviventes à uma tentativa de suicídio (BTESHE *et al.*, 2010; CRISPIM, 2012).

Além disso, mais tarde, no século XIII, São Tomás de Aquino (2005) retomou as ideias de Santo Agostinho. Em sua obra intitulada *Suma Teológica*, ao confrontar argumentos favoráveis e desfavoráveis, também acabou condenando o suicídio. Na visão de São Tomás Aquino, o suicida atentava contra três entidades distintas, contra ele mesmo, contra os outros e contra Deus, rompendo a ética individual, a ética social e a ética teológica. Assim, o suicídio ofendia não só a igreja – sendo um pecado – mas também o Estado – sendo um crime –, avariando a comunidade cristã e a

sociedade. Com isso, a condenação do suicídio instaurou-se na cristandade e, devido à influência do cristianismo, começou a ser tratado como crime em muitas nações.

Conforme Mishara e Tousignant (2004), este entendimento do suicídio como um pecado imperdoável foi facilmente encontrado no cristianismo até o século XX, repercutindo em sanções morais sobre os suicidas. No contexto da fomicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, o padre e a pastora entrevistados em meu estudo vivenciaram em suas infâncias e adolescências experiências relacionadas com estas sanções morais. Entre as retaliações, fossem católicos ou luteranos, estavam: a interdição do direito à missa ou ao culto de velório e a realização do enterro do suicida em uma área afastada ou até mesmo no exterior do cemitério, como mostram os relatos abaixo elencados.

Se você vai olhar os cemitérios católicos anos atrás, não sei se os evangélicos eram assim também, mas nos católicos sempre tinha do lado de fora do cemitério, do outro lado do muro, lá tinha o lugar onde iam os suicidas. Nos católicos era assim, não podia ser enterrado dentro dos muros do cemitério, tinha que ser do lado de fora. E a própria questão de missa de corpo presente, que nós católicos temos muito essa questão de missa de corpo presente, aqui nesta região, principalmente no interior, é uma coisa muito comum, a pessoa quer missa também no enterro. E aí para o cara que se tirava a vida não se rezava missa, isso era comum há uns quantos anos atrás (Lair, 62 anos, padre católico).

Antigamente, se sepultava fora da cerca do cemitério, ou num cantinho, eu lembro quando criança que eu era muito impressionada com isso que em um baita cemitério, lá num cantinho tinha a sepultura de alguém, e eu perguntava por quê? E aí a mãe explicou que era alguém que se suicidou, por isso que era assim isolado, separado, visto como algo que pode contaminar, por isso tinha que ficar lá longe (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Neste mesmo sentido, em referência à igreja católica, destacou-se ainda a inviabilidade do indivíduo ser reconhecido e ser ordenado como sacerdote se existisse caso de suicídio em sua família, como narrou o padre ao contar a vivência de um conhecido do seminário, reforçando como esta aversão ao suicídio no âmbito do cristianismo existia até recentemente.

Além disso, o sujeito não podia ser padre se tivesse algum familiar próximo que tivesse se tirado a vida. Se dizia que a pessoa tinha tendência suicida porque tinha alguém da família que tinha tirado a vida. Não faz lá tanto tempo que isso realmente mudou. Tinha um padre que foi ordenado dois, três anos antes de mim, mas ele não foi aceito na mesma diocese que eu porque o irmão dele tinha se tirado a vida. Então, ele não podia ser padre, não adiantava. Depois, felizmente, ele conseguiu em outra diocese e alguns anos depois ele foi pro quartel e conseguiu, então, ser ordenado (Lair, 62 anos, padre católico).

Através desta retomada histórica notei como o suicídio foi socialmente construído como um pecado imperdoável no âmbito do cristianismo e como as sanções morais condecoradas aos suicidas cristãos atuaram no sentido de desestimular novos casos. Contudo, atualmente o cristianismo vem se colocando de maneira diferente diante deste fenômeno: as sanções morais anteriormente mencionadas não são mais executadas no Vale do Rio Pardo, pois o suicídio não é mais considerado imperdoável, embora ainda entendido como pecado, como discutirei na seção abaixo.

5.1.1 Representações e ações cristãs sobre o suicídio de fumicultores familiares teuto-brasileiros: perdoadando o imperdoável

Como salientado anteriormente, o Quinto Mandamento e a sua releitura bíblica por Santo Agostinho e por São Tomás de Aquino foi um elemento relevante na construção de um simbolismo condenatório acerca do suicídio, resultando até mesmo em punições materialmente aplicadas aos suicidas em seus velórios e enterros. Contudo, atualmente o rótulo de pecado imperdoável está sendo relativizado.

Para Mishara e Tousignant (2004), em sua revisão sobre as teorias do suicídio, o cristianismo amenizou seu posicionamento em referência ao suicídio no decorrer do século XX, por causa da influência recebida das ciências sociais e das ciências da saúde. Destarte, Lehmkuhler (2016), ao estudar como o suicídio foi construído no cerne do cristianismo, destacou ainda a relevância da Reforma Protestante nessa mudança de perspectiva do pensamento religioso, principalmente, das ações do reformador Martinho Lutero. Este último recomendou cautela em referência à condenação dos suicidas e analisou o suicídio através de uma ótica existencialista, versando sobre as dificuldades dos cristãos com ideações suicidas em aprovar e perdoar a si próprios. Não obstante, destacou a relevância de acompanhamento dos indivíduos com ideações suicidas, pois para Lutero, mesmo os suicidas receberiam a misericórdia de Deus.

De certa maneira, estas mudanças ocorridas no cerne do protestantismo serviram também para contestar a maneira como o suicídio era percebido no catolicismo. Essa relativização da condenação do suicídio foi sustentada em trechos bíblicos referentes à misericórdia divina, atestando, indistintamente, o perdão dos pecados. Entre estes trechos bíblicos, destaco, por exemplo: “Se confessarmos os

nossos pecados, ele é fiel e justo para perdoar os nossos pecados e nos purificar de toda injustiça” (1 João 1:9); “Pois, se perdoarem as ofensas uns dos outros, o Pai celestial também perdoará vocês. Mas, se não perdoarem uns aos outros, o Pai celestial não perdoará as ofensas de vocês” (Mateus 6:14-15); “Não julguem e vocês não serão julgados. Não condenem e não serão condenados. Perdoem e serão perdoados” (Lucas 6:37).

Para o cristianismo, o sacrifício de Jesus Cristo, isto é, a sua crucificação em nome dos cristãos, foi uma forma de perdão dos pecados presentes, passados e, inclusive, futuros. Nesse sentido, até mesmo o suicídio seria um pecado perdoável, porque Jesus Cristo morreu na cruz em favor dos pecadores, como enfatizaram os escritos bíblicos selecionados: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2:8-9); “Pois ele nos resgatou do domínio das trevas e nos transportou para o Reino do seu Filho amado, em quem temos a redenção, a saber, o perdão dos pecados” (Colossenses 1:13-14).

No Vale do Rio Pardo, conforme os depoimentos orais do padre católico e da pastora luterana, esta relativização do suicídio como um pecado imperdoável é visualizada, principalmente, no enterro e no velório dos fomicultores familiares suicidas: atualmente não existem mais punições, os suicidas recebem o mesmo tratamento dos demais mortos no enterro e no velório. A única diferença está na mensagem passada às famílias e comunidades nesses momentos, uma mensagem com o intuito de redimir o suicida, mas sem autenticar o suicídio: o fato de a igreja cristã ter retirado as sanções morais aos suicidas não significou a aceitação do suicídio, pois ele continua sendo um pecado, embora perdoável, como qualquer outro, como afirmaram ambas as autoridades religiosas entrevistadas.

Normalmente se coloca assim uma mensagem de esperança e de compreender aquela pessoa. Quer dizer, que nós não vamos condenar, que não cabe a nós condenar a atitude da pessoa de maneira alguma, vamos tentar compreender ela dentro daquela situação. Sabemos que não é correto, a princípio nós não podemos querer imitar ela nessa atitude, nesse gesto. [...] Mas, ninguém de nós tem o direito de julgar, condenar. A pessoa fez porque tinha suas motivações, sem motivações ela não ia fazer isso. Ela tinha as suas motivações e a nós cabe acolher [...]. Aconteceu, nesse momento cabe a nós aceitar e seguir adiante (Lair, 62 anos, padre católico).

Temos que dar todo o amparo às famílias, amparar elas na sua dor e também de fazer o sepultamento dessa pessoa da mesma forma digna como se faz de uma outra pessoa. A gente faz da mesma maneira. [...] Hoje, se coloca da

mesma forma junto, lá onde é designado para a família. Só que a gente também assume o papel de denunciar o que nós entendemos com a nossa compreensão atual como causas do suicídio, para evitar e não legitimar. Que não existe nenhuma legitimação, assim no sentido de dizer, pode existir uma tentativa de entender os motivos que levaram a pessoa, mas daí a concordar, ser obrigada a concordar, isso não. [...] Mas nós não assumimos o papel de condenar, no sentido de julgar, isso compete a Deus que conhece profundamente muito mais a vida e o que se passa dentro de cada pessoa. Mas isso não nos isenta da responsabilidade de fazer tudo que tá ao nosso alcance para que nenhuma pessoa chegue a essa conclusão, de que não tem mais outra saída do que dar cabo a sua vida, do que se suicidar. [...] O julgamento tá na mão de Deus, não na nossa. Então, o que acontece depois nós confiamos na misericórdia e na graça de Deus, não compete a nós definir o que será... (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

No Vale do Rio Pardo, a mudança de perspectiva do pensamento religioso em relação ao suicídio é notada também na associação destas mortes às circunstâncias vinculadas com a saúde dos fumicultores e, conseqüentemente, com a precarização das condições de trabalho na fumicultura. Tanto para o padre católico como para a pastora luterana, os agrotóxicos são um elemento relevante para a compreensão do elevado índice de mortes voluntárias entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros. O envolvimento da igreja católica e da igreja luterana, em ações de controle do uso de agrotóxicos nas áreas rurais, foi evidente nos relatos coletados. De certa maneira, isso demonstra como as igrejas – para além de suas explicações teológicas – vêm incorporando os conhecimentos científicos referentes aos suicídios em áreas rurais, tecendo novas retóricas para o entendimento e novas estratégias para o enfrentamento deste fenômeno.

O padre Lair já havia participado anteriormente de uma pesquisa científica sobre suicídio. Realizada no Vale do Rio Pardo na década de 1990, esta pesquisa levantou a hipótese de que os agrotóxicos, dados os seus atributos neurotóxicos, poderiam predispor as pessoas ao suicídio, em especial os agrotóxicos organofosforados. O padre destacou a relevância que o estudo teve na época para colocar esta dúvida e, ainda mais, para auxiliar no reconhecimento do suicídio como um problema social no Vale do Rio Pardo.

Com o que eu mais entrei mais em contato foi naquela época da pesquisa, na década de 1990, e aquela vez se publicava muito esta questão do agrotóxico, esta ligação com o agrotóxico. [...] E aquela vez se colocou muito a questão dos agrotóxicos também né, porque tinha muito a questão do fumo verde, que se falava né, os organofosforados, se colocava muito que isso também ajudava. Agora, no fim de se comprovar realmente, eu acho que não se conseguiu comprovar, mas são tendências que aparecem quando são tendências, a gente deve pelo menos poder colocar alguma dúvida sobre isto (Lair, 62 anos, padre católico).

A pastora Celi também ressaltou a necessidade de considerar os agrotóxicos nesta realidade de suicídios de fumicultores, por motivos semelhantes aos mencionados pelo padre Lair. Não obstante, a pastora destacou a importância do trabalho do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), no âmbito das comunidades religiosas evangélicas luteranas para desencadear processos de transição agroecológica.

A igreja tem um projeto que se chama CAPA. É interessante, tem aqui no município, é um trabalho que a nossa igreja já mantém aqui na região há muitos anos, e eles têm trabalhado com oferecer alternativas. Produção de alimentos orgânicos e meios de sobrevivência que vão além da produção do fumo, então, de encontrar as saídas sempre (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Com base nesta relevância que o padre e a pastora atribuem aos agrotóxicos utilizados na fumicultura como um estímulo ao suicídio, notei a existência de uma reciprocidade entre a igreja e a saúde pública. Pois ao mesmo tempo em que a igreja resalta a importância do cuidado da saúde como uma maneira de evitar suicídios, a própria saúde pública resalta a religiosidade como outra forma de evitar suicídios. Para a própria OMS, entidade à frente das diretrizes internacionais de enfrentamento do suicídio, a religiosidade consiste em um fator protetivo (OMS, 2014).

Embora as instituições religiosas entendam a relevância do desenvolvimento de ações voltadas ao enfrentamento do suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros no Vale do Rio Pardo – como ficou claro com o envolvimento do padre e da pastora entrevistados nas ações vinculadas com as áreas rurais anteriormente descritas –, nem a igreja católica nem a igreja luterana realizam intervenções especificamente voltadas a controlar ou a reduzir a ocorrência de suicídio: “*Não se tem um programa específico sobre isso. Não temos nada pensado diretamente sobre isso. Isso ocorre dentro das atividades normais da igreja*” (Lair, 62 anos, padre católico). Contudo, isso não significa que não trabalhem com o enfrentamento das mortes voluntárias, pois a valorização da vida, como um dom divino, está imbuída no sentido de existência dessas religiões.

Tanto a igreja católica quanto a igreja luterana trabalham com a ideia de valorização da vida dentro de suas atividades normais, não somente nas missas e nos cultos, mas também nas atividades realizadas com certos segmentos da comunidade

religiosa, sejam as crianças, os jovens, as mulheres, os casais, onde são realizados estudos bíblicos, por exemplo.

Não obstante, na igreja católica outro centro de ação interessante de enfrentamento ao suicídio acontece na confissão: se o padre identifica uma ideação suicida durante a confissão, encaminha o indivíduo a um serviço de saúde. De acordo com Champagne (1997), em estudo sobre a construção do suicídio como um problema social no Canadá e no Québec, em elevada medida, elaborou-se a confissão como uma estratégia de evitar suicídios no círculo religioso católico. De acordo com o padre entrevistado, são comuns ideações suicidas durante a confissão: *“Para nós aparecem casos através da confissão. Nós, os católicos, temos um pouco disso, as pessoas dizem eu não vejo mais sentido na vida, já pensei em tirar a minha vida”* (Lair, 62 anos, padre católico).

Já na igreja protestante, existem as visitas domiciliares, que também se mostram uma ação de prevenção ao suicídio, onde o pastor consegue identificar ideações suicidas e fazer o encaminhamento para um serviço de saúde, caso necessário. Na visão de Lehmkuhler (2016), analisando como o suicídio foi historicamente entendido no cristianismo, esta ação é encontrada no protestantismo desde o início do século XX. No Vale do Rio Pardo, este serviço de aconselhamento pastoral domiciliar ainda é muito requerido, principalmente, nas áreas rurais, entre os mais idosos, como retratou um membro comunitário em sua entrevista: *“Na nossa paróquia, nosso pastor faz essas visitas. Ele vai na família, até em questão de doenças, também. Os mais antigos gostam de pedir pro pastor vir na casa fazer uma visita, pra ver se a pessoa melhora...”* (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida). Não obstante, uma variação das visitas domiciliares se refere àquelas que são realizadas sempre após alguma morte, inclusive por suicídio, como narrou a pastora:

a gente oferece ajuda, como possibilidade de diálogo e conversa e a gente também vai até as casas, como igreja, mas nós visitamos também sempre todas as pessoas, quando falece alguém. Depois, pelo menos uma vez, logo assim, não logo logo, mas um tempo depois, dependendo a situação e dependendo do número de famílias que a gente precisa atender, a gente consegue dar um apoio mais ou menos intenso. Mas nesses casos de suicídio, o amparo que nós procuramos dar é maior, no sentido de também oferecer ajuda para o diálogo e encaminhar na busca de auxílio que o município oferece, seja com recursos da medicina química ou psicológica, ou tudo isso né. A gente tenta sempre ajudar no que é possível, através de oferecer as orações e a possibilidade de diálogo e encaminhar pros órgãos de saúde do município (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Na visão de Pena (2012), estudando o acompanhamento pastoral em Brasília, no Brasil, ações eclesiais, como as visitas mencionadas, são de suma relevância às famílias e comunidades enlutadas: estes sobreviventes mostram sérias dificuldades de conviver com a ocorrência de um suicídio, de elaborar o seu enlutamento. Nos termos do padre católico: “*A morte por velhice se supera mais fácil, a morte por algumas doenças também, se a pessoa foi morta já é mais complicado – por acidente e tal –, agora a pior morte para a família é o suicídio*” (Lair, 62 anos, padre católico).

Devido a isso emerge a importância de que a comunidade cristã reconheça, sobretudo, o velório e o enterro, como momentos singulares para demonstrar cuidado, comparecendo e acompanhando as famílias nos momentos iniciais de seu trauma (PENA, 2012). Isto costuma acontecer nos casos de suicídio entre os fumicultores, pois no Vale do Rio Pardo a morte ainda tem um poder de sensibilizar e de mobilizar a sociedade.

Mas, como eu disse, a morte em geral mobiliza as famílias, de estar presente, de ir no velório, de vir no culto de oração memorial. Até pessoas que nem se visitavam mais, nada disso, na hora da morte elas pelo menos se fazem presentes. Até onde vai esse apoio, que grau de intensidade esse apoio chega a exigir? Mas, pelo menos aquele apoio aparente de não deixar as famílias sozinhas naquela hora. Isso eu acho que ainda existe, ainda está presente bem forte, mais forte do que nas cidades, isso no interior ainda prevalece (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Mas, como salientou Champagne (1997), analisando como o suicídio foi construído como um problema social no Canadá e no Québec, foi o próprio cristianismo, ao elencar no início, o suicídio como um pecado imperdoável que criou estas dificuldades para as famílias e comunidades. Assim, nos capítulos anteriores, ao abordar outras instituições sociais, tratei de algumas representações sociais que cerceiam o suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo. Mas neste capítulo, referente a como a igreja contribuiu na construção social deste fenômeno, necessito mencionar o sentimento de culpa incidente sobre as famílias e as comunidades fumicultoras sobreviventes. Em estudo sobre suicídio na população rural colombiana, Perez (2013) também ressaltou o sentimento de culpa como um elemento importante no entendimento dos vínculos entre religiosidade e suicídio.

O sentimento de culpa emerge porque, em primeiro lugar, os valores cristãos ainda são estimados entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio

Pardo; em segundo lugar, o imaginário de impossibilidade de salvação do suicida, a sua condenação ao inferno, a sua falta de acesso ao céu, embora extinto das ações do cristianismo, ainda está internalizado entre os fiéis. Dessa maneira, a associação destas duas circunstâncias desencadeia nas famílias e nas comunidades rurais vinculadas aos suicidas um sentimento de culpa, por vezes mesclado com vergonha: seu ente querido sabia da condenação divina e mesmo assim fez pouco caso dos mandamentos cristãos, atentando contra sua vida; e a família e a comunidade não conseguiram impedir.

Diante disso, é necessária a reflexão sobre como este sentimento de culpa é reflexo da violência simbólica do cristianismo no controle dos suicídios dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo mesmo em um contexto de secularização. A culpa da família e da comunidade, sentida devido à resolução deste ideário do suicídio como uma ação profana, uma heresia, uma blasfêmia, consente à religiosidade um reconhecimento no enfrentamento do suicídio.

Tais processos, Bourdieu (1989) denomina violência simbólica. Esta é o meio de exercício de uma autoridade invisível, o poder simbólico, devido à cumplicidade existente entre aqueles que a exercem e aqueles sobre os quais a mesma é exercida, causando coações morais. Desta maneira, considerada um sistema simbólico, a religiosidade é dotada de certa soberania na intervenção sobre as realidades sociais, sendo, concomitantemente estruturada e estruturante. Assim, mesmo diante da secularização, os valores cristãos continuam norteando as ações e as reflexões de certos fenômenos sociais, como é o caso do suicídio. Utilizando a ótica bourdieusiana, esta insistência dos valores cristãos no condicionamento das representações sociais sobre o suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros no Vale do Rio Pardo seria o resultado da interiorização da exterioridade: a estrutura cristã não necessita existir no mundo objetivo, condicionando os fenômenos sociais devido à sua existência no mundo subjetivo.

No Vale do Rio Pardo, isto explica porque, mesmo as igrejas cristãs já não considerando o suicídio um pecado imperdoável, ele ainda assim é visualizado desta maneira entre muitos das famílias fumicultoras e das comunidades rurais teuto-brasileiras: é a violência simbólica do pecado internalizada nos cristãos, como assinala o relato de uma extensionista rural, filha de fumicultores familiares: “*quando acontece um suicídio eu penso: coitado, o que vai enfrentar ‘do outro lado’ [referência à condenação divina ao inferno] agora; os problemas só começaram*” (Lúcia, 47 anos,

extensionista rural e filha de fumicultores familiares). E esta violência simbólica suscita uma contribuição valorosa na prevenção do suicídio, esclarecendo os motivos de ser reconhecido como um fator protetivo no âmbito da saúde.

Para finalizar, é relevante salientar como através desta visão as conexões entre religiosidade e suicídio se afastam da discussão clássica tecida no seio das teorias de Émile Durkheim e de Max Weber. O primeiro havia observado, entre os cultos cristãos, a maior recorrência de suicídios entre os protestantes. Através da ótica durkheimiana, a Reforma Protestante autonomizou os fiéis na construção de sua fé, incentivando a livre leitura dos mandamentos divinos. Estes atributos incrementaram a individualização entre os fiéis, caracterizando a igreja protestante como menos consolidada socialmente em referência à igreja católica e, assim, incentivando a ocorrência dos denominados suicídios egoístas, dada a sensação de afastamento entre indivíduo e coletivo (DURKHEIM, 2014). Já o segundo, de certa maneira, ao atrelar o espírito capitalista à ética protestante, também veio ao encontro deste ideário de conexão entre suicídio e o culto cristão protestante (WEBER, 2015).

Tais ideias oriundas dos sociólogos clássicos são acionadas até a atualidade e foram, inclusive, utilizadas em estudos semelhantes a este, sobre suicídios entre os colonos alemães no Sul do Brasil. Desta maneira, Klein (1984), em investigação realizada no município de Teutônia, no Rio Grande do Sul, visualizou o suicídio entre os colonos alemães como um acontecimento endêmico, indicador da redução da coesão interna das comunidades rurais. Utilizando a teoria durkheimiana como lente reivindicatória, a autora destacou o protestantismo – culto da maioria dos colonos alemães de seu universo de análise – como uma condicionante vinculada às mortes voluntárias.

Contudo, no Vale do Rio Pardo, a ocorrência de suicídios entre os fumicultores familiares teuto-brasileiros estudados não coincidiu com os escritos clássicos mencionados. Primeiro, como ressaltado no estudo de Seyferth (2000), as colônias alemãs estabelecidas no território brasileiro foram constituídas com indivíduos vinculados a crenças religiosas variadas. Embora exista uma inclinação a associar os colonos alemães ao protestantismo – sobretudo à igreja luterana resultante da ação do reformador Martinho Lutero –, muitos também são vinculados à igreja católica. Inclusive, encontrei nas áreas rurais de fumiicultura familiar mais católicos do que evangélicos luteranos, como destacou a própria pastora da igreja luterana em sua entrevista: *“Os católicos são a maioria da população. Acho que os evangélicos aqui*

não são a metade, devem ser mais ou menos um terço, embora bem fortes as comunidades evangélicas aqui na região” (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana).

Nesse sentido, talvez até mesmo devido a elevada influência da igreja católica nestas áreas rurais de fumicultura familiar, não encontrei indicadores de maior ocorrência de suicídio entre os indivíduos vinculados à igreja luterana: ouvi relatos de suicídios de fumicultores vinculados à ambas as crenças religiosas – católicos e evangélicos luteranos; mas ressalto que as três famílias de fumicultores suicidas entrevistadas eram filiadas à igreja católica. Vale destacar que Heck (1994), em estudo sobre os suicídios dos colonos alemães de Santo Cristo, no Rio Grande do Sul, encontrou mais casos de mortes voluntárias entre católicos.

Além disso, saliento, ainda, como atualmente os estudos teológicos sobre mortes voluntárias consideram as assimetrias nos índices de suicídio de católicos em contraste aos índices de protestantes um assunto controverso e de interesse secundário. Dada as transformações ocorridas desde os estudos clássicos de Sociologia no seio de ambas as correntes cristãs – como é o caso da secularização e da ascensão de outras fés –, os raciocínios durkheimianos e weberianos – acima mencionadas – tiveram seu poder explicativo relativizado.

Não obstante, além da secularização, as áreas rurais de cultivo do tabaco do Vale do Rio Pardo também são cenário de criação e irradiação de novas crenças religiosas, dissidentes das religiões institucionalizadas. Assim, embora os valores cristãos ainda influenciem na construção social destes fenômenos sociais, outras interpretações, para além do cristianismo, também vêm sendo acionadas. Exemplo disso é uma determinada fé onde os elevados índices de suicídio do Vale do Rio Pardo são atribuídos ao acúmulo de energias negativas na superfície de suas coordenadas geográficas. Percepções como esta não são exclusividade do suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Sul do Brasil, tendo sido encontradas também no estudo de Perez (2013) em áreas rurais colombianas.

5.2 PÁGINAS EM BRANCO: IMPRENSA E COBERTURA DOS SUICÍDIOS DE FUMICULTORES

Durante os anos dedicados à elaboração desta tese concernente ao suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo – entendendo este acontecimento como um fenômeno socialmente construído –, menções ao suicídio

começaram a manifestar-se em meios de comunicação variados de um modo como até então eu não havia notado. Embora não vinculados diretamente ao meu recorte de estudo, os relatos – e principalmente as críticas – sobre *A Baleia Azul*¹⁹ e *Os Treze Porquês*²⁰ foram comentados nacionalmente durante a condução deste estudo e me incitaram a refletir sobre como as redes sociais e, sobretudo, os meios de comunicação e as notícias condicionavam a construção social do suicídio nas áreas rurais de cultivo de tabaco.

Várias de minhas visitas de imersão ao universo de análise com intuito de coletar dados coincidiram com a ocorrência de suicídios – embora não necessariamente de fumicultores. Nestes momentos, eu acessava os meios de comunicação *online* e tentava encontrar a notícia referente à morte com o intuito de saber mais sobre o acontecimento, mas nada descobri. Em uma dessas incursões, na entrada de uma instituição de saúde, encontrei um volume de um meio de comunicação escrito da cidade e o examinei atentamente na tentativa de constatar menções sobre o suicídio do dia anterior, mas novamente não obtive sucesso. Estava sentada na antessala desta instituição antes da realização de uma entrevista e, devido à curiosidade e ao estranhamento, acabei conversando informalmente com a secretária sobre isso. Ela riu e disse: “*você não vai encontrar o termo suicídio, tenta ‘morte trágica’: se no rádio dá ‘morte trágica’, certeza, foi suicídio; acho que no jornal é a mesma coisa*”.

No avançar do estudo e com a realização de uma entrevista com o editor de um dos meios de comunicação escrito do universo de análise, comecei a entender melhor a ausência do suicídio nos noticiários. Na verdade, as notícias evitavam comentar os casos reais de suicídio ocorridos: na visão dos meios de comunicação, noticiar os casos reais seria uma maneira de estimular outros. O editor entrevistado

¹⁹ Desenvolvido na Rússia, no ano de 2016, “A Baleia Azul” consiste em uma espécie de missão suicida *online*: ocorrente dentro de redes sociais, é uma sucessão de desafios de crescente periculosidade, onde mentores anônimos conduzem os indivíduos a atentarem contra a sua própria integridade física e mental, sendo o último desafio o suicídio. O nome foi inspirado na crença de que a baleia azul seria capaz de cometer suicídio encalhando-se na areia propositalmente. Entre o final de 2016 e o início de 2017, “A Baleia Azul” chegou ao Brasil e fez vítimas, sobretudo, entre adolescentes, gerando pânico generalizado na sociedade pela sucessão de casos.

²⁰ “Os Treze Porquês” é originalmente o título do romance do escritor estadunidense Jay Asher, publicado no ano de 2007 e transformado, em 2017, em uma série online pela Netflix. O livro e a série narram a história do suicídio de uma adolescente, esmiuçando as causas da sua morte através de mensagens deixadas pela suicida em fitas cassete. A série ganhou bastante repercussão devido às cenas do suicídio da protagonista, dado o receio de que funcionasse como um gatilho para aumento dos casos de suicídio entre os espectadores.

sintetizou a situação nestes termos: “*é que assim, quanto ao suicídio existe algo que não é uma lei, não é uma norma, não é nada, mas seria um entendimento geral da imprensa de que não se deve noticiar suicídios para não estimular*” (Rômulo, 33 anos, jornalista). Ele não soube descrever como isso foi construído no âmbito comunicativo: tinha somente a convicção de que suicídios não deviam ser noticiados. Então, saí em busca de outras fontes e encontrei o livro intitulado *Morreu na contramão: o suicídio como notícia*, do jornalista brasileiro Arthur Dapieve.

Já nas primeiras páginas constatei a conformação da realidade do universo de análise com as noções maiores dos meios de comunicação concernentes ao suicídio. Segundo Dapieve (2007, p. 14), “a imprensa tende a ocultar os suicidas em pés de página, de modo diferente dos mortos pelas mãos alheias ou por causas naturais”. Na visão do autor, o embrião desta atitude dos meios de comunicação reside em uma ideia de “contágio” vinculada aos suicídios, assim as notícias atuavam como “vetores” deste “vírus” altamente mortífero, irradiando-o de indivíduos “doentes” – os mortos – até indivíduos “sadios” – os vivos. Devido a este ideário, o termo suicídio costuma ser evitado ou, então, omitido nos meios de comunicação.

Para Dapieve (2007), assim como na visão de Mishara e Tousignant (2004) – em um livro referente às teorias do suicídio –, estas ideias consolidaram-se com o romance alemão *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, datado de 1774. Em síntese, o romance narra uma desilusão amorosa encerrada com o suicídio do amante recusado através de uma arma. Este romance desencadeou uma onda de suicídios de indivíduos sensibilizados e/ou identificados com a situação: não só utilizavam o mesmo método de Werther, como eram encontrados volumes do romance com os cadáveres. Muitas nações até mesmo censuraram o romance como uma medida de controlar a situação.

No enalce deste assunto, ao final do século XIX, dois renomados sociólogos conduziram uma célebre e severa discussão sobre os vínculos entre os fenômenos sociais e a noção de contágio, traduzida através do termo imitação. O sociólogo francês Gabriel Tarde, ao defender as interferências individuais – de natureza psicológica – sobre os fenômenos sociais, escreveu o livro intitulado *As leis da imitação*, em 1890, onde colocou o suicídio como uma ideia criada e assimilada individualmente e disseminada através da imitação (TARDE, 1993). Mas o também sociólogo francês Émile Durkheim, ao enfatizar as interferências coletivas – de natureza sociológica – sobre os fenômenos sociais, em seu livro *O suicídio: estudo de*

Sociologia, de 1897, criticou a noção de imitação tardeana, afirmando sua inviabilidade em sustentar as estatísticas de suicídios francesas (DURKHEIM, 2014). Como este último era mais estimado na academia, a sua visão reinou e as noções de contágio e de imitação foram rebaixadas na análise dos fenômenos sociais, sobretudo referente ao suicídio.

O interesse sociológico sobre estes assuntos só voltou à tona no século XX, em um estudo do sociólogo norte-americano David Phillips, onde o mesmo discordou de Émile Durkheim demonstrando como a imitação afetava os índices de suicídio, em âmbito nacional e até mesmo internacional. Neste estudo, demonstrou o aumento dos índices de suicídio com o anúncio de casos em meios de comunicação, denominando o fenômeno de “efeito Werther”, considerando o romance de Goethe. Ao analisar as notícias do suicídio da atriz norte-americana Marilyn Monroe, o autor notou um incremento de 12% nos índices de suicídio no mês consecutivo à sua morte, vastamente esmiuçada nos noticiários (PHILLIPS, 1974). Embora o autor não tenha mencionado neste estudo, acontecimento semelhante, incluindo suicídios coletivos, ocorreu entre os alemães nazistas com vistas ao suicídio de Adolf Hitler, em razão da derrota na Segunda Guerra Mundial.

Entre os estudos sociológicos vindouros interessados no efeito Werther, vale destacar o de Stack (2003), que comprovou que os meios de comunicação impressos, como é o caso do jornal, eram dotados de maiores chances de desencadear o contágio e a imitação se confrontados com os meios de comunicação não-impressos, como o rádio e a televisão. Neste mesmo sentido, Mishara e Tousignant (2004), em seu livro referente às teorias do suicídio, afirmaram como os efeitos dos meios de comunicação sobre os suicídios foram relacionados com a relevância dada ao acontecimento nas notícias, sendo maior a reverberação advinda das notícias escritas, dada a característica de uma matéria impressa atrair mais atenção em virtude das minúcias, inviabilizadas em notícias não-impressas com duração média inferior a um minuto.

Sem dúvida, estes estudos sobre a influência dos meios de comunicação sobre o suicídio contribuíram com a consolidação de um interdito acerca destas mortes em razão do receio do contágio e da imitação. Na visão de Dapieve (2007), este interdito seria a internalização nos meios de comunicação do silêncio existente na sociedade sobre o suicídio. Assim, a maneira como os meios de comunicação, sobretudo os escritos, começaram a retratar o suicídio – ou melhor, a não retratar – decorreu da

visão da sociedade sobre esta morte: o silêncio havia sido instaurado, os meios de comunicação somente o mantiveram. Em outros termos, este interdito não foi uma criação dos meios de comunicação, mas estes o autenticaram. Conforme o autor, “o discurso da imprensa ‘em torno’ do suicídio (mais do que ‘sobre’ o suicídio) não se inventou como o ponto focal da ideia de transmissão do suicídio na sociedade; a própria imprensa foi contagiada pela ideia do contágio, que lhe é externa e anterior” (DAPIEVE, 2007, p. 160).

No Brasil, a adoção da técnica norte-americana do *lead* nos meios de comunicação escritos contribuiu ainda mais com a consolidação deste tabu. O *lead* é o primeiro parágrafo de uma notícia onde devem ser sintetizadas as seguintes informações: quem; o quê; quando; onde; por quê; como. Através desta técnica foi sendo internalizada a dimensão ética, coibindo, sobretudo os redatores, a renunciar os excessos até então comuns nas notícias sobre casos de suicídio. Curiosamente, a adoção do *lead* nos meios de comunicação em nossa nação aconteceu concomitantemente ao suicídio de Getúlio Vargas (DAPIEVE, 2007).

Não obstante, diante da observação do efeito Werther, além do *lead*, os meios de comunicação, não só no Brasil, mas no mundo, começaram a considerar uma série de normas sociais não manifestas na elaboração das notícias sobre suicídio. Mishara e Tousignant (2004) destacaram: não mencionar o método de suicídio utilizado; não incluir fotos dos suicidas; e não enfatizar um único motivo. Já Dapieve (2007) acrescentou evitar noticiar suicídios de desconhecidos, a não ser se envolverem circunstâncias extraordinárias.

Os receios do efeito Werther e o decorrente interdito referente à publicação de suicídios foram socialmente autenticados nos meios de comunicação através de recomendações oriundas da OMS. Como mencionado anteriormente, a OMS, no ano de 1999, organizou a iniciativa SUPRE e elaborou manuais institucionais, com o claro intuito de evitar estas mortes. Entre estes manuais, um deles foi direcionado aos meios de comunicação, orientando-os como noticiar suicídios sem estimular novos casos entre indivíduos considerados vulneráveis (OMS, 2000). Dentre estas orientações, a OMS destacou “o que fazer” e “o que não fazer”.

O que fazer: trabalhar em conjunto com autoridades de saúde na apresentação dos fatos; referir-se ao suicídio como suicídio “consumado”, não como suicídio “bem sucedido”; apresentar somente dados relevantes, em páginas internas de veículos impressos; destacar as alternativas ao suicídio; fornecer informações sobre números de telefones e endereços de grupos de

apoio e serviços onde se possa obter ajuda; e mostrar indicadores de risco e sinais de alerta sobre comportamento suicida. O que não fazer: não publicar fotografias do falecido ou cartas suicidas; não informar detalhes específicos do método utilizado; não fornecer explicações simplistas; não glorificar o suicídio ou fazer sensacionalismo sobre o caso; não usar estereótipos religiosos ou culturais; não atribuir culpas (OMS, 2000, s.p.).

Ainda neste mesmo documento, a OMS também ressaltou que os meios de comunicação não deveriam atribuir os suicídios a causas culturais e sociais, enfatizando as dimensões de saúde envolvidas nestas mortes, sobretudo características emocionais e mentais (OMS, 2000).

Destarte, essas normas sociais veladas sobre as notícias de suicídio foram internalizadas na atuação dos meios de comunicação do universo de análise, como mostrou o relato do editor entrevistado, interferindo diretamente sobre como o suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros é noticiado no Vale do Rio Pardo.

Todo dia a gente faz a ronda, que é como a gente chama. Nós nos revezamos entre os colegas do rádio e do jornal para ligar para a Brigada, para a Polícia Civil, para os Bombeiros, para tudo, em toda a região, nesses vinte e poucos municípios aí. Quando é suicídio, muitos já nem comentam conosco, porque eles sabem que a gente não notícia. Alguns até comentam, mas a gente nem pergunta nada a respeito, porque de praxe a gente não notícia. Mas, quando mobiliza as autoridades de segurança - como a gente brinca, entre aspas, no jargão jornalístico, internamente, só para você entender -, quando dá o que a gente chama de “espetáculo”, mobiliza vizinhança, chama bombeiros, chama ambulância, chama brigada, tem que invadir prédios, aí vira notícia. [...] Então nem todos os casos são divulgados. É uma decisão pessoal o que você faz com sua vida. A gente tem que respeitar, assim como respeita a questão da sexualidade, da opção sexual, é algo íntimo. Então, se a pessoa faz isso no ambiente particular, no seu íntimo, a gente precisa respeitar, inclusive, tem toda a questão da família. Agora, vamos imaginar um exemplo, a pessoa sai e aqui na principal rua da cidade se atira em frente a um ônibus... Aí a coisa muda de figura por isso altera a rotina dos demais, afeta o coletivo. Então, a gente precisa noticiar. O que a gente tem procurado fazer nos últimos anos é assim: a gente não trata o suicídio como o homicídio, por exemplo. Se acontece agora, uma pessoa entra ali no bairro vai lá e mata outra, a gente vai noticiar: homem é morto com 5 tiros e blá blá blá blá. Mas a gente não faz isso com suicídio: homem se mata e blá blá blá blá. [...] Em casos factuais ou até em uma matéria especial sobre suicídio, tomamos cuidado para não usar expressões como: “ele tentou e obteve sucesso”. Porque não é um sucesso. Tirar a vida não é um sucesso. Então a gente toma alguns cuidados, assim como toma com outros temas. Hoje nós vamos fazer uma matéria sobre pessoas com deficiência, então existem algumas expressões que devemos evitar. A mesma coisa quando vamos fazer matéria sobre opção sexual, temos que tomar cuidado para não ofender nem um lado, nem o outro. Esses cuidados temos que ter cada vez mais e numa gama cada vez maior de assuntos. Hoje em dia está tudo muito sujeito a questionamento, à dúvida, à crítica, então a gente procura ter um cuidado geral. [...] Salvo aqueles jornalecos sensacionalistas, um jornal comprometido, com ética, com responsabilidade, nunca vai tratar o suicídio como ele trata o homicídio... tratar como um fato puro e simples: “um homem invadiu um prédio ontem à

noite para se matar". Isso tu nunca vai ver. Isso não é útil para a sociedade (Rômulo, 33 anos, jornalista).

Diante da colocação do editor sobre a veiculação de notícias de suicídios somente em casos de “*espetáculo*”, isto é, somente em casos de interferência da morte do indivíduo sobre a rotina de vida do coletivo, ascende uma discussão ética sobre como a dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada determina a noticiabilidade de certos casos de suicídio e a inoticiabilidade de outros. Na visão de Dapieve (2007), diante de um suicídio é difícil determinar se a situação é de direito de conhecimento da sociedade ou não.

No caso dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, considerando as características de seus suicídios, normalmente realizados discretamente no interior de seus estabelecimentos rurais, os mesmos raramente são visualizados como assunto de interesse dos meios de comunicação. São considerados de interesse particular – pertencem à esfera privada da família e da comunidade somente – e devido a este entendimento não costumam ser noticiados, pois não dão “*espetáculo*”, ou são mascarados através da sentença “*morte trágica*”.

Assim, inúmeros fumicultores familiares teuto-brasileiros morreram e continuam morrendo sem virar notícia. Este silêncio dos meios de comunicação sobre estes suicídios me auxiliou a entender as reações de muitos indivíduos encontrados durante as incursões de coleta de dados, contradizendo a extensão dos casos nas áreas rurais: “*aqui não tem tantos suicídios de fumicultores como no município vizinho, lá sim*”; “*se você quer estudar suicídio no tabaco você tem que ir no município aqui do lado, porque lá volta e meia divulgam um caso, aqui não é tanto*”; “*nem tem tantos casos, porque faz tempo que não vejo nenhuma notícia*”.

Refletindo sobre como a oposição entre público e privado interfere na organização dos espaços sociais e na percepção dos fenômenos sociais, Bourdieu (2014) salientou que o que se chama de privado é, na realidade, perpassado pelo público: assim, não existe nenhum fenômeno social inteiramente privado, embora existam pressões institucionais para que esta separação continue reinando. Dessa maneira, é necessário salientar ainda como o vazio concernente aos suicídios nos meios de comunicação estudados vinculou-se com o controle praticado pelo complexo agroindustrial fumageiro sobre a imprensa, com a intenção de manter os suicídios dos fumicultores familiares como um fenômeno social restrito à esfera privada.

Nesse mesmo sentido, Melz (2017) em um estudo sobre os interesses das distintas instituições envolvidas na fumicultura no Vale do Rio Pardo, notou como a imprensa corporativa estimula a fumicultura. Referente à CQCT, por exemplo, a imprensa corporativa se mostrou contrária à sua constituição. Não obstante, muitas vezes a mesma contribuiu com a omissão dos embates existentes entre as agroindústrias e os agricultores. Em minha visão, este posicionamento apresenta sua própria contribuição sobre as representações sociais construídas acerca dos suicídios dos fumicultores familiares, minimizando o “fator social” como “causal” no âmbito deste fenômeno.

Durante minhas visitas ao local de estudo, notei, por exemplo, a existência de meios de comunicação que não somente editavam noticiários, como editavam materiais vinculados ao complexo agroindustrial fumageiro. Então, percebi a capacidade deste último de exercer pressões socioeconômicas sobre a imprensa, controlando os conteúdos veiculados. Nesse mesmo sentido, o editor entrevistado mostrou-se temerário em vincular os suicídios de fumicultores com os sofrimentos derivados das contrariedades socioeconômicas características desta atividade, mostrando uma ótica consonante aos mecanismos de dominação encontrados no campo fumícola.

A gente nota, muitas vezes, que o pessoal da grande imprensa - há pouco tempo atrás a BBC esteve aqui e fez uma matéria sobre isso [suicídio de fumicultores], já veio a Globo - costuma fazer essas relações [entre suicídio e fumicultura]. Mas eu acho que é muito arriscado fazer essa relação, embora hoje o fumo predomine na região: é a principal atividade econômica tanto no meio rural quanto na cidade, já que as indústrias ligadas ao setor do tabaco são as que mais geram emprego e receita. Mas, nos últimos tempos, e eu digo isso sobre os últimos 15 anos, o cenário vem mudando muito, pois tem muita gente do interior largando a fumicultura e produzindo hortigranjeiros [...]. E mesmo assim continuam acontecendo casos de suicídio. Então eu não faria essa relação. Não estou aqui defendendo o setor, não tenho procuração para isso, não sou favorável ao consumo de cigarro. Para nós aqui o tabaco é um produto agrícola, nada além disso. É um produto agrícola que mobiliza e movimenta as famílias rurais, os pequenos agricultores. [...] Então, para a região é uma atividade essencial, é muito importante. Nós enxergamos e apoiamos, inclusive, a cadeia enquanto agronegócio, enquanto produto do agronegócio, assim como a soja, o arroz, etc. (Rômulo, 33 anos, jornalista).

Diante deste cenário, os casos noticiados de suicídios de fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo não foram encontrados nos meios de comunicação de cobertura regional, mas somente nos de cobertura nacional e até mesmo internacional. Por exemplo, a Globo incluiu os suicídios dos fumicultores

familiares do Vale do Rio Pardo em uma exibição do Profissão Repórter referente aos agrotóxicos (PROFISSÃO REPÓRTER, 2015). Já a BBC dedicou uma matéria aos suicídios de fumicultores familiares enfatizando as conexões entre os agrotóxicos e as dívidas das realidades rurais do cultivo de tabaco, desencadeando contrariedades à saúde mental, incluindo transtornos de ansiedade e de depressão (SPERB, 2016).

Percebe-se nestas notícias um interesse centralizado sobre as temáticas dos agrotóxicos e dos endividamentos, sendo ambas vinculadas à precariedade das condições e das relações de trabalho encontradas no campo fumícola. Assim, não há como excluir a possibilidade de existência de pressões socioeconômicas provenientes do complexo agroindustrial fumageiro no sentido de controlar a veiculação de notícias sobre os suicídios dos fumicultores. Destarte, referente aos suicídios dos fumicultores são encontradas somente “*páginas em branco*” na imprensa regional.

É interessante ressaltar ainda que as notícias veiculadas nas imprensas nacional e internacional sobre os suicídios de fumicultores no Vale do Rio Pardo são recordadas constantemente e incomodaram, nomeadamente, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro. Um indivíduo com quem conversei durante as incursões de coleta de dados, o qual participou do programa Profissão Repórter da Globo sobre as possíveis relações entre os agrotóxicos e os suicídios dos fumicultores, relatou-me que, antes mesmo do programa ser exibido, recebeu uma chamada telefônica de um representante do complexo agroindustrial fumageiro, sancionando-o socialmente e acusando-o de “*ser contra a fumicultura*”. Além disso, em tentativa de conversar com um representante desta instituição, minha entrevista foi recusada e o mesmo utilizou como razão os casos da BBC e da Globo, onde as entrevistas concedidas – em sua visão - sofreram distorções, maculando a relevância socioeconômica desta atividade agropecuária no Vale do Rio Pardo ao vincular a certas características do campo fumícola o elevado índice de suicídios do universo de análise.

Assim sendo, no Vale do Rio Pardo, na imprensa regional – salvo a intitulada imprensa sensacionalista –, o suicídio somente é abordado em conformidade com as normas sociais veladas sobre o assunto. Dessa maneira, o suicídio só se mostrou assunto de interesse dos meios de comunicação se abordado pela ótica da prevenção, desencadeando uma infinidade de matérias sobre o Setembro Amarelo, considerado o mês de concentração de atividades voltadas ao enfrentamento destas mortes.

Mas a gente procura fazer de tempos em tempos matérias mais amplas sobre o suicídio... Ouvir especialistas, trazer números, isso a gente procura fazer de tempos em tempos assim, até quando tem atividades do Setembro Amarelo a gente procura tocar no assunto. [...] Mas, sim, em casos e em matérias especiais sobre suicídio, a gente também tem alguns cuidados. Porque o que para nós pode não parecer estímulo ou incentivo, talvez para pessoa que está na iminência, que está nessa situação... A gente procura sempre orientar, fazer matérias que tragam orientação, onde procurar ajuda, como a família pode perceber que a pessoa está dando sinais que precisa de ajuda. A gente procura sempre ajudar, se conseguirmos evitar um caso já é uma grande coisa (Rômulo, 33 anos, jornalista).

Nesse sentido, certos entrevistados destacaram a ótica de saúde mental utilizada nos meios de comunicação com o intuito de enfatizar medidas preventivas: *“ah, eles só focam no mês do suicídio, no Setembro Amarelo; ali que eles falam alguma coisa de que o município tá promovendo encontro, falam da prevenção; isso eles colocam, mais que isso, é muito difícil”* (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Em síntese, a imprensa regional não cobre os casos de suicídio dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo, mas sim os encobre. Ao conduzi-los rumo à esfera privada, os meios de comunicação enfatizaram as características individuais e as suas causas naturais, associadas à saúde, mascarando suas características sociais, principalmente o sofrimento vinculado à problemática socioeconômica do campo fumícola. Dessa maneira, os meios de comunicação contribuíram não só com o isolamento destes suicídios da esfera pública, mas, conseqüentemente, com a sua invalidação como um problema social. Também não se pode deixar de relacionar esta postura dos membros da imprensa ao seu respeito à posição dos representantes do complexo agroindustrial fumageiro, os quais repudiam associações entre a fumicultura e o suicídio de fumicultores. Com estes últimos os jornalistas locais partilham do pretexto de preservação da fonte de crescimento econômico do universo de análise, isto é, da cadeia produtiva do tabaco.

5.3 O CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA E O DESAFIO DA PREVENÇÃO DOS SUICÍDIOS NAS ÁREAS RURAIS: DESCONSTRUINDO O TABU

No Vale do Rio Pardo, encontrei uma instituição atuando nomeadamente no enfrentamento do suicídio. Todavia, além de suas reflexões e suas ações não serem devidamente reconhecidas entre as outras instituições envolvidas no mesmo intento, a instituição não se mostrava efetiva na intervenção sobre o suicídio dos fumicultores

familiares teuto-brasileiros, mesmo sendo eles os motivadores do reconhecimento do universo estudado como um território suicida.

Esta instituição – não vinculada nem ao setor público, nem ao setor privado, mas sim ao terceiro setor –, fundamentada nos princípios do voluntariado social, era o Centro de Valorização da Vida (CVV), também comumente reconhecido apenas pela sua abreviatura. Mundialmente, o desenvolvimento de instituições sociais voluntárias voltadas ao enfrentamento do suicídio – assim como o CVV – iniciou-se no contexto de encerramento da Segunda Guerra, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, onde certos indivíduos realizavam a escuta solidária do sofrimento de outros, com a intenção de reavivar a consciência de valorização da vida (CVV, 2006).

Dentre estas, destaca-se a instituição denominada *The Samaritans*, oriunda da Inglaterra, do início da década de 1950. Vinculada à igreja anglicana, a instituição foi criada devido ao inconformismo de um reverendo diante do suicídio de uma adolescente. Realizado o velório e o enterro desta suicida, o reverendo escreveu para um noticiário pondo-se a serviço de ouvir indivíduos com ideações suicidas: em 1953, em Londres, este foi o embrião da instituição *The Samaritans*. O reverendo criou não somente um centro, mas uma linha telefônica de auxílio em nível emocional, atuante em várias nações europeias até os dias atuais (CVV, 2006; VENTURELA, 2011).

No Brasil, o CVV foi estruturado a modelo do *The Samaritans*. Consiste em uma sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter caridoso, iniciada na década de 1960, no estado de São Paulo. No momento de sua criação, o CVV recebeu incentivo de indivíduos e de instituições vinculadas não ao cristianismo – como o *The Samaritans* – mas ao espiritismo. Embora atualmente mantenha ações assistenciais variadas, iniciou suas atividades com o Programa CVV de Prevenção do Suicídio, sendo esta a sua ação mais reconhecida nacionalmente: a intervenção em crises emocionais através de atendimento telefônico (CVV, 2006; VENTURELA, 2011).

Nos termos de Dockhorn e Werlang (2008), em estudo sobre o CVV no Rio Grande do Sul, estes serviços de intervenção em crises emocionais através de atendimento telefônico são intitulados de *hotlines* e cresceram muito nos últimos anos, assim como os índices de suicídio. Dados recentes do CVV mostraram como no ano de 2015 a instituição contava com 67 núcleos de atendimento em território brasileiro, sendo cinco deles no estado do Rio Grande do Sul, incluindo o Vale do Rio Pardo (CVV, 2015). Neste último, o atendimento começou a funcionar em 2006, muito em

virtude dos elevados índices de suicídios encontrados neste reconhecido campo fumícola, realizando cerca de 200 atendimentos telefônicos mensais.

Resumidamente, no Vale do Rio Pardo, os voluntários do núcleo de atendimento do CVV auxiliam indivíduos em crises emocionais através de chamadas telefônicas e conversam confidencialmente com esses indivíduos, ouvindo-os em seu sofrimento e incentivando-os a raciocinar sobre o mesmo. Também são feitos atendimentos no núcleo, mas este serviço mostra uma menor demanda. Referente aos voluntários do núcleo do Vale do Rio Pardo, os mesmos são oriundos das mais diversas áreas do conhecimento, não existindo refreamento formativo ao voluntariado. Todavia, o voluntário do CVV deve ter idade mínima de 18 anos e realizar um treinamento de 40 horas. O atendimento realizado no âmbito do Programa CVV de Prevenção do Suicídio foi detalhado na entrevista de uma das voluntárias, onde a dimensão da escuta solidária foi enfatizada.

A gente não pode dar conselho e também não pode julgar, nem mentalmente. A gente tem que estar aberto para aquilo ali, ouvido e coração aberto para acolher aquela pessoa. A pessoa precisa se sentir acolhida. Então, sem preconceito, a gente tem que ouvir, ouvir, ouvir e tentar mostrar para aquela pessoa que a gente está com ela naquele momento, que ela não está sozinha e que juntos a gente consegue tentar buscar uma solução, que sempre vai partir do que ela vem trazendo, de dentro dela. E o sigilo, né, o sigilo é também uma das premissas. A gente não pode sair contando o que a gente atendeu, por mais que nem sempre a pessoa se identifique, mas a história a gente também não pode sair contando. Tem gente que se identifica, outros não. E outros perguntam e querem confirmar se tem sigilo mesmo: se não tão gravando, se é sigiloso mesmo, porque desabafam coisas que às vezes nunca falaram para ninguém. [...] A gente vai trabalhar fazendo uma escuta compreensiva e não um aconselhamento, não uma terapia, mas aquela escuta compreensiva, partindo do pressuposto que está na pessoa a possibilidade de solucionar aquele problema. E isso a gente consegue comprovar nos próprios atendimentos, às vezes a gente não fala nada, a gente só escuta e a pessoa diz assim: ah, agora tu me falando isso... Só que a gente não falou, quem falou foi ela. Então, a pessoa, às vezes, está tão desesperada que não se escuta, que não vê que a solução tá ali na sua frente, mas começa a conversar, conversar, e a solução vem, ela fala o que quer fazer e acha que foi a gente que falou (Mara, 47 anos, voluntária de organização de prevenção).

O relato desta voluntária mostra como as ações da instituição em favor do enfrentamento do suicídio são oriundas de reflexões vindas da Psicologia. As ideias centrais da atuação do CVV foram motivadas nos escritos do psicólogo estadunidense Carl Rogers (1902-1987), principalmente em seu livro *Tornar-se Pessoa*, onde construiu uma visão humanista sobre o suicídio.

No âmbito de sua Abordagem Centrada na Pessoa, Carl Rogers cunhou o conceito de tendência atualizante, sendo este o mais relevante concernente à atuação do CVV no enfrentamento do suicídio. De acordo com Rogers (1973), esta é uma tendência inerente ao desenvolvimento, encontrada em todos os indivíduos; seria como uma ânsia à saúde e à vida sustentada em uma inclinação a aceitar a alteridade em si mesmo, isto é, aceitar-se como indivíduo único. Nesse sentido, o referido psicólogo construiu a Abordagem Centrada na Pessoa como não diretiva, assumindo a tendência atualizante como o modo de vencer crises existenciais, incluindo as crises suicidas.

Por isso, sustentado nas ideias de Carl Rogers, o CVV trabalha com a escuta solidária, isto é, com atendimentos telefônicos sem diretividade. Acredita-se na ascensão da tendência atualizante do indivíduo durante a conversa, vencendo as ideias suicidas ou outros embaraços emocionais e mentais. Na entrevista de um voluntário do CVV, o mesmo salientou como o conceito de tendência atualizante é acionado na intervenção telefônica.

Carl Rogers fala na tendência atualizante da pessoa, que ela estando livre ela consegue achar a solução que melhor lhe servirá. Não adianta uma pessoa ligar para o CVV e contar que está com um problema, por exemplo, eu não estou conseguindo ir para o meu trabalho, eu estou perdendo o ônibus todo dia e eu dizer assim pra ela: “Ah, mas por que você não compra um carro?” Eu fui logo para a solução. Essa solução pode não servir para a pessoa. Pode não ser adequada a ela. É muito perigoso eu dar uma solução logo após uma sentença de problema ainda sem conhecer a pessoa. [...] O trabalho do CVV é baseado em dar a liberdade da outra pessoa falar acompanhadamente. Eu vou estar entendendo, vou tentar ajudar a criar entendimento sobre o assunto que ela está expondo por não ter ninguém com quem falar, para a tendência atualizante ser ativada na pessoa (Douglas, 31 anos, voluntário de organização de prevenção).

Considerando o conceito de tendência atualizante, notei como a ação do CVV valoriza a conversa sobre o suicídio como uma maneira de evitá-lo. Esta intervenção confronta o tabu existente acerca deste no contexto da fomicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, sendo estes acontecimentos cerceados de silêncios e de interditos, como mencionei em vários momentos no decorrer deste estudo.

Entre meus entrevistados, o suicídio se mostrou um tabu, evitando-se ao máximo falar sobre “isso”, como os membros da família e da comunidade costumam dizer no intuito de evitar mencionar o termo “suicídio”, como ressaltou a pastora da igreja protestante em seu relato: “Tem um tabu em relação à palavra suicídio, não se

fala tão livremente na palavra” (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana). Werlang (2013), em estudo sobre o suicídio em áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, encontrou situação semelhante, pois, diante deste tipo de morte, seus entrevistados colocaram como interrogação: “pra que mexer nisso?”

Para Munier (2004), em estudo teórico dedicado a entender os motivos de existir silêncios e interditos sociais acerca destas mortes, o tabu do suicídio seria socialmente construído em virtude da existência de um acordo velado nas sociedades sobre a inaceitabilidade do assassinato, sendo o suicídio uma variação do mesmo. Ao contrariar esta relevante norma societária, o suicídio seria um assunto inconveniente.

Entre os fumicultores familiares do Vale do Rio Pardo, este tabu entranhou-se, em primeiro plano, devido às características étnicas dos colonos alemães e de seus descendentes concernente à afetividade. Devido à austeridade de seu *habitus* e de seu *ethos*, como retratei anteriormente, os teuto-brasileiros apresentam dificuldades de diálogo sobre sentimentos, reprimindo suas emoções, devido à existência de sentidos sociais desabonadores em relação a isso, sobretudo no caso do sexo masculino. Esse viés do tabu foi ressaltado na fala de um dos voluntários do CVV, ao mencionar como este torna-se um obstáculo às intervenções de enfrentamento das mortes voluntárias.

Pois é, nossa cidade é tida como uma cidade de pessoas fechadas. As pessoas de fora nos conceituam fechadas. Talvez isso mostre uma tendência de pessoas que não falam sobre seus sentimentos e seus problemas, que guardam tudo muito pra si. Se eu for unir aos conceitos do CVV, isso é algo que pode criar um desejo em mim de acabar com essa coisa que está me corroendo e que eu não encontro com quem compartilhar. Que é um dos motivos de suicídio conhecido a nível científico (Douglas, 31 anos, voluntário de organização de prevenção).

Nesse mesmo sentido, uma agente de saúde, filha de fumicultores familiares diretamente atuante nas áreas rurais de cultivo de tabaco, destacou como a austeridade da identidade étnica teuto-brasileira dificultava o contato dos fumicultores familiares com serviços de auxílio em crises suicida, como era o caso do CVV: “*Eles [CVV] divulgaram isso uma vez num desses encontros de suicídio, que tu liga se tu tá num desses momentos depressivos. Mas isso é muito difícil alguém do interior fazer, falar com uma pessoa estranha, não... Eles assim já têm dificuldade!*” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares).

Inobstante, em segundo plano, para além da família e da comunidade, também, a igreja e a imprensa contribuíram com a consolidação deste tabu, como demonstrei nas seções anteriores. A igreja desencadeou o medo da condenação e a imprensa o medo da imitação, tornando o suicídio um assunto intimidante e, desta maneira, interdito. Diante disso, o próprio padre católico entrevistado neste estudo reconheceu a relevância dos serviços do CVV, valorizando a sua característica de escuta solidária.

Eu sou alguém que valorizo muito, por exemplo, o CVV, que eu penso que é muito importante, porque às vezes a pessoa precisa justamente de alguém que possa escutar ela. E hoje encontrar alguém que escute também já não é mais tão comum. Todo mundo fica só correndo e cada um pra si e vai e vai. Então, realmente pra pessoa poder conversar mais fundo... E aí entra um pouco a questão da igreja, aqui na capela tem, não sei se todas as tardes, sexta feira de tarde tem um padre na catedral, para escutar e atender as pessoas, e não sei quantos dias tem outras pessoas também que estão lá para escutar, acolher, mas em certos horários só. E aí o CVV tem justamente isso de bom, que ele é qualquer hora. Nós sabemos que às vezes a meia noite, a pessoa de noite em casa, surgem coisas que a pessoa quer conversar com alguém e com quais pessoas a gente vai conversar? Com quem? (Lair, 62 anos, padre católico).

Na visão do CVV, a desconstrução do tabu é o primeiro passo rumo ao enfrentamento do suicídio. Nos termos da instituição, “é preciso deixar de ter medo de falar sobre o assunto, derrubar tabus e compartilhar informações ligadas ao tema”, pois “saber quais as principais causas e as formas de ajudar pode ser o primeiro passo para reduzir as taxas de suicídio no Brasil” (CVV, [20__], s.p.). Deste modo, o CVV é categórico ao afirmar que “o tabu piora a situação” (CVV, [20__], s.p.). Entretanto, no contexto da fomicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, desconstruir o tabu envolve tensionar o *habitus*.

Assim, embora o CVV seja a única instituição do universo de análise voltada exclusivamente à prevenção do suicídio – criada exatamente em virtude dos elevados índices encontrados –, nas entrevistas realizadas com os membros das famílias e das comunidades de fomicultores, o CVV não foi mencionado. Nem mesmo entre os extensionistas rurais foi reconhecido. Quando questionados sobre o CVV, a reação dos entrevistados vinculados foi vacilante: “*não conheço*”, “*não sei, funciona aqui?*” e “*é aquela que liga, né?*”.

Mas como esta instituição centrada no enfrentamento do suicídio não é reconhecida no contexto da fomicultura familiar? Por que não é reconhecida? No relato de uma psicóloga entrevistada no âmbito da saúde pública, a mesma, ao

discorrer sobre as ações do CVV no Vale do Rio Pardo, destacou a existência de dificuldades de acesso dos fumicultores ao serviço, sendo este mais urbanizado.

Acho que não chega aos fumicultores, tenho a impressão que não. É uma instituição importante, mas não sei se eles têm acesso. Mas nesse último ano, ano e meio, o CVV tem aparecido mais, a gente vê propaganda na TV que antes a gente não via, tem tido uma ampliação, agora eles têm um número que é gratuito. É bem importante. Mas eu não sei se o trabalhador rural tem acesso, essa é a minha percepção, acho que fica mais para o meio urbano (Raquel, 39 anos, psicóloga).

De fato, o acesso dos fumicultores familiares teuto-brasileiros do Vale do Rio Pardo ao serviço telefônico oferecido no âmbito do CVV é restrito devido às limitadas condições de infraestrutura encontradas nas áreas rurais, como é o caso da telefonia. Em inúmeras comunidades rurais onde estive conhecendo e conversando com fumicultores não existia cobertura telefônica. Esse viés de infraestrutura foi relatado em diversas entrevistas como uma condicionante de contribuição ao isolamento destas famílias e comunidades: *“Ainda tem o problema do telefone no interior”* (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores familiares); *“A energia elétrica e a telefonia que estão fracos”* (Antônio, 37 anos, extensionista rural); *“Telefone eu nunca tinha porque não funciona”* (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor familiar suicida); *“Em questão de telefonia a gente ainda carece um pouco de sinal de celular”* (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor familiar suicida). Portanto, o CVV é um recurso acessível somente em realidades rurais onde existe cobertura telefônica, diferente do encontrado em muitas das áreas visitadas durante a realização do estudo.

Ainda, vale ressaltar indícios científicos da vinculação de casos de suicídios com o isolamento social, como relatado no estudo de Meneghel *et al.* (2004) referente ao estado do Rio Grande do Sul. Destarte, Klein (1984), analisando a realidade dos colonos alemães de Teutônia, no Rio Grande do Sul, notou o elevado isolamento social destes colonos e relacionou-o com a constante ocorrência de suicídios.

Os voluntários entrevistados, cientes da ocorrência de suicídios entre os fumicultores, anteriormente realizaram ações de divulgação do serviço telefônico de escuta solidária nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo, estendendo às famílias e comunidades o conhecimento da existência desta instituição. Entretanto, dadas as características de confidencialidade e de anonimato do atendimento telefônico, torna-se difícil mensurar o alcance do CVV sobre as áreas rurais de cultivo de tabaco: *“Nós*

não temos métrica. Como é sigiloso o atendimento e não é tomado nota de nenhum tipo de detalhe, nada, eu não tenho como medir se surtiu efeito ou não” (Douglas, 31 anos, voluntário de organização de prevenção); *“Eles falam que moram no interior, que são agricultores, mas não falam mais que isso e a gente também não pergunta nada. A gente deixa a pessoa falar. Então, assim, se ele não falar da onde que ele é e o que ele planta, não vai ser perguntado”* (Mara, 47 anos, voluntária de organização de prevenção).

Todavia, é interessante relativizar esta restrita atuação do CVV em relação aos fumicultores considerando a recente criação de uma *hotline* exclusiva às áreas rurais na França. Denominado de *Agri'Écoute*, este serviço de escuta telefônica foi desenvolvido no ano de 2014 através de uma iniciativa da *Mutualité Sociale Agricole* (MSA), sendo direcionado à prevenção de ideações suicidas no âmbito das ocupações agropecuárias. O serviço encontra-se em atendimento constante, sendo a escuta realizada por psicólogos preparados para o gerenciamento de crises suicidas. Entre outubro de 2014 e fevereiro de 2018, o *Agri'Écoute* cuidou de mais de 4.000 chamadas telefônicas (MSA, 2019).

Mesmo assim, não é somente no âmbito da família, da comunidade e da extensão rural onde o CVV é reduzidamente valorizado. O mesmo acontece no âmbito da saúde pública. Em termos nacionais, o CVV foi validado ainda na década de 1970, através do Decreto n. 73.348, de 20 de dezembro de 1973, como uma instituição de “utilidade pública” (BRASIL, 1973). Além disso, também constitui as Diretrizes Nacionais de Prevenção do Suicídio (BRASIL, 2006). Não obstante, recentemente, no ano de 2016, o MS doou ao CVV o número telefônico 188, tornando as chamadas sem custos. Mesmo assim, no Vale do Rio Pardo, o CVV raramente é inserido nas ações interinstitucionais organizadas pelos agentes de saúde pública.

Vale destacar ainda como, de acordo com Venturela (2011), em estudo sobre o CVV em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, embora esta instituição funcione em solo brasileiro desde a década de 1960, ainda são escassos os estudos científicos sobre as estratégias e os resultados do CVV em termos de enfrentamento de suicídio. Frente ao discutido nesta seção, o cenário referente às áreas rurais é ainda mais nebuloso.

Enfim, as representações e as práticas do CVV contribuem para o entendimento do suicídio como resultado de um processo de sofrimento, que pode estar vinculado a questões sanitárias – de saúde emocional e mental –, mas que pode

estar, inclusive, vinculado a questões sociais. Se tivesse um maior alcance nas áreas rurais, seria um serviço interessante no sentido de auxiliar os fumicultores familiares a identificarem suas fontes de sofrimento e, talvez, rever sua inserção na fumiicultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, procurei acentuar que os suicídios não devem ser analisados de maneira desconectada de seu contexto, isto é, de suas características espaciais (geográficas) e temporais (históricas). Em um dado contexto os fenômenos sociais – incluindo até mesmo a morte –, se revestem de sentidos não necessariamente atribuídos a estes mesmos fenômenos em outros contextos, por isso a sua importância.

Dessa maneira, visei analisar como os suicídios dos fumicultores familiares são socialmente construídos no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, Brasil, considerando as suas estatísticas socioeconômicas indicadoras da relevância da fumiicultura e, concomitantemente, os seus números elevados de suicídios. Diante deste recorte, encontrei certas constantes nos casos de suicídio: fumicultores, sobretudo do sexo masculino, de meia idade, mortos através do método de enforcamento ou ainda do envenenamento. Todavia, também foi recorrente o tabu, isto é, o interdito acerca destas mortes: entre os fumicultores familiares, a morte, e, sobretudo, o suicídio, é um assunto evitado e até silenciado.

Para as nossas sociedades, cada vez mais preocupadas em “potencializar” a vida – melhorando a qualidade e maximizando a quantidade –, é árduo conviver com a ocorrência de suicídios: a opção voluntária pela morte é um fato social difícil de ser assimilado por contrariar a mais primitiva das normas sociais: viver! Devido a isso, as pessoas próximas aos suicidas procuram superar o sofrimento desta perda por meio do apontamento de causas: a responsabilização é necessária para a compreensão destas mortes. Assim, a análise de como os suicídios dos fumicultores familiares são socialmente construídos perpassa por um campo de interpretações culpabilizantes destes fenômenos sociais, muitas vezes contraditórias e conflitantes entre si.

Em decorrência, no Vale do Rio Pardo, o suicídio se mostrou um assunto especialmente embaraçoso, inconveniente, incômodo e mesmo provocativo, principalmente, em virtude dos conflitos institucionais circundantes à fumiicultura. Diferente de outras atividades agropecuárias, a fumiicultura não resulta em um alimento, pois da produção e do processamento fabricam-se cigarros e similares, contendo em seu interior não somente nicotina, mas uma série de substâncias tóxicas causadoras de diversos efeitos nocivos à saúde. Assim, da fumiicultura decorre uma droga – lícita, mas ainda assim uma droga –, provocadora de enfermidades e até

mortes entre os fumantes. Devido a este cenário, existe uma divisão da opinião pública a respeito da fumicultura: muitos criticam seus efeitos nocivos sobre a saúde dos fumantes, muitos outros defendem a sua relevância no desenvolvimento regional e na geração de renda dos fumicultores.

Para os interessados no crescimento da atividade, não é sensato trazer à tona a ocorrência de suicídios, pois isso indicaria a ocorrência de mortes também entre os fumicultores – e não só entre os fumantes. Isso auxilia a entender a inconveniência do assunto suicídio no Vale do Rio Pardo, internacionalmente reconhecido pela importância da produção e do processamento do fumo. Sinteticamente, este é o intrincado contexto de meu estudo: um espaço social permeado por disputas entre variadas instituições, direta e indiretamente vinculadas com esta atividade marcada não apenas pela importância econômica, mas, entre outras, pelas preocupantes associações com situações de sofrimento e suicídio entre os fumicultores familiares.

No cerne dessas contradições referentes à fumicultura, os representantes das instituições sociais constituintes deste contexto produzem suas próprias narrativas explicativas a respeito do suicídio dos fumicultores familiares, valorizando a ideia de causa, de motivo. Assim, os suicídios destes agricultores vão sendo socialmente construídos pela relação reflexiva encontrada entre as estruturas simbólicas das representações sociais e as estruturas materiais das práticas sociais, pelas quais certas instituições envolvidas com a atividade agropecuária e interessadas nos casos de suicídio concorrem na criação de diferenciadas estratégias para prevalecer as suas representações e as suas práticas sobre as das demais. Entre as instituições sociais encontradas, com maior ou menor capacidade de construir o problema do suicídio de fumicultores, estão família, comunidade, complexo agroindustrial fumageiro, extensão rural, saúde pública, igreja cristã, imprensa regional e até uma organização não-governamental especializada na prevenção do suicídio.

Inicialmente, é relevante destacar as construções teórico-metodológicas do campo científico como sustentadoras de muitas das práticas e das representações sociais dos membros das instituições mencionadas. Assim, é necessário salientar as ciências da saúde e as ciências sociais – áreas distintas do conhecimento científico – como as mais relevantes na elaboração de ações de enfrentamento e na atribuição de sentidos aos suicídios dos fumicultores familiares. Se as primeiras criaram um aparato científico de entendimento do suicídio como um acontecimento de caráter individual, as últimas criaram um aparato científico de entendimento do suicídio como

um acontecimento de caráter social. Dessa maneira, utilizando a ótica da Sociologia, o entendimento dos suicídios dos fumicultores familiares excede as enfermidades – mas sem deixar de considerá-las – e associa-se às circunstâncias sociais encontradas nas realidades rurais de cultivo de fumo. Ao introduzir as circunstâncias sociais, a Sociologia contesta a naturalidade destas mortes, superando a compreensão fatalista, para reconhecê-lo como um problema sociológico, e não apenas biológico.

Contudo, mesmo após a criação da Sociologia Rural, por dado período, este ramo científico contribuiu com a invisibilidade dos suicídios nas áreas rurais, muito em virtude da dicotomia estabelecida entre estas e as áreas urbanas, sendo as primeiras particularizadas por meio de características como naturalidade e coletividade, contrariamente às últimas. Com a atribuição dos valores de coesão e de idilização, os estudos sociais rurais criaram um ideário de imunidade das áreas rurais aos sofrimentos mundanos causadores de suicídios. E, considerando a dualidade de seus referenciais científicos, se os suicídios eram característicos das áreas urbanas, não o eram, concomitantemente, das áreas rurais. Desta maneira, mesmo se a Sociologia possibilitou a compreensão do suicídio como um fenômeno social, a Sociologia Rural impossibilitou o reconhecimento deste em espaços rurais até recentemente.

Somente com a dissolução das antinomias da Sociologia Rural, possibilitada principalmente pelas críticas oriundas da vertente francesa, os suicídios puderam ser entendidos como problemas sociais possíveis às áreas rurais e como problemas sociológicos cabíveis aos estudos sociais rurais. Inicialmente, vale destacar a relevância das análises realizadas sobre os efeitos deletérios da modernização e de seu intento industrializante sobre as esferas ambientais, culturais, econômicas, sanitárias e sociais da vida nas áreas rurais como descortinadoras da ocorrência de suicídios. Portanto, os estudos sociais rurais embrionários sobre os suicídios, elaborados principalmente a partir da década de 1990, concentraram-se em demonstrar como as mudanças estruturais e simbólicas decorrentes da modernização afetaram as condições de vida nas áreas rurais e engendraram a ocorrência de suicídios entre agricultores.

Embora não se deva circunscrever à modernização o entendimento da ocorrência de suicídios nas áreas rurais, ao analisar ostensivamente este tema, estudos da Sociologia Rural retrataram um cenário de intensas interferências vindas das agroindústrias integradas à agropecuária sobre a existência das famílias e das comunidades rurais, muitas vezes causando sofrimentos sociais em razão de suas

intervenções incisivas sobre os processos produtivos, reduzindo a autonomia dos envolvidos. Com isso, as análises dos estudos sociais rurais sobre os suicídios reiteram-os como construções sociais, indicando a relevância de, no entendimento de sua evolução, atentar-se, entre outras circunstâncias, às condições de vida e de trabalho. Esta é a ótica utilizada neste estudo.

Todavia, no contexto da fumicultura familiar do Vale do Rio Pardo, os membros das instituições sociais vinculadas a esta atividade e, direta ou indiretamente, envolvidas nos casos de suicídio mobilizam entendimentos elaborados, sobretudo, na área das ciências da saúde, muitas vezes, invisibilizando as circunstâncias sociais das mortes. Não obstante, os membros destas instituições sociais, tanto as interessadas em estimular a fumicultura como as destinadas a controlar a atividade, fazem uso de conhecimentos vindos da área da saúde, embora conhecimentos distintos e com fins também distintos.

Os membros das famílias e das comunidades de fumicultores são, sem dúvidas, os mais próximos aos casos de suicídios, pois é no interior da família e da comunidade que se vivencia o drama recorrente. Concomitantemente, os familiares e os vizinhos dos fumicultores suicidas apresentam dificuldades para conferir sentidos a estas mortes. Obviamente, preparam suas próprias internalizações para aceitar e conviver com o drama dos suicídios, mas a dor da morte do familiar ou do vizinho, assim como as perturbações e as pressões oriundas de representantes de outras instituições, tornam tal processo ainda mais penoso.

Nas áreas rurais de fumicultura do Vale do Rio Pardo, as famílias e as comunidades são ainda atualmente consideradas relevantes no ordenamento da vida em sociedade, muito em virtude de seu papel no processo de socialização primária dos indivíduos, onde os mais velhos ensinam aos mais novos costumes culturais, normas sociais e valores morais, assim como os ensinam a continuar os trabalhos da atividade econômica e doméstica. Esta socialização primária é importante na configuração das realidades sociais e na atribuição de sentidos aos casos de suicídios.

As famílias e as comunidades fumicultoras são etnicamente caracterizadas como descendentes de colonos alemães, considerando o passado de povoamento destas áreas rurais. Diante de casos de suicídio, sobretudo de inúmeros casos em variadas gerações de uma mesma família, estas mortes costumam ser internalizadas pelo recurso do argumento genético, utilizando a metáfora do sangue. Assim, na visão

dos familiares e dos vizinhos dos fumicultores mortos, os elevados índices de suicídios seriam resultado do código genético dos germânicos, naturalmente mais suscetíveis ao suicídio. Esta é somente uma das narrativas naturalizantes utilizadas na construção social do suicídio no Vale do Rio Pardo.

Contudo, nem mesmo os estudos oriundos das ciências da saúde atestam este nexos de causalidade. Na verdade, considerando uma série de dificuldades enfrentadas no estabelecimento destes descendentes de colonos alemães nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo, foi sendo conformada uma identidade étnica teuto-brasileira, relevante na criação de um *habitus* e, nomeadamente, de um *ethos*, sustentado em valores morais de economia e de trabalho, sendo este uma reação às situações de escassez vivenciadas entre seus ancestrais desde antes de sua entrada no território brasileiro.

Este *ethos* é facilmente visualizado nos fumicultores familiares estudados e confere aos mesmos um modo único e muito austero de se colocar diante de situações socioeconômicas críticas, nutrindo sofrimentos continuados, convenientes ao suicídio. Um caso ilustrativo deste *ethos* consiste na aversão dos fumicultores familiares ao endividamento e na associação de situações como estas a ocorrência de suicídio no universo de análise. Desta maneira, o que os membros das famílias e das comunidades rurais entendem e mobilizam como um código genético causador de suicídios, na realidade consiste em um código identitário, oriundo dos valores morais característicos de sua socialização. Nesse sentido, o suicídio se mostra como um comportamento apreendido no âmbito familiar e comunitário, reforçando a ideia de construção social.

Além disso, no Vale do Rio Pardo, os suicídios de fumicultores familiares acontecem mais entre indivíduos do sexo masculino. Considerando o *habitus* dos teuto-brasileiros, incluindo as diferenças do processo de socialização primária conferido a homens e a mulheres, nota-se a existência de um estoico modelo de masculinidade dominante na fumiicultura familiar, causador de sofrimento aos homens rurais, auxiliando no entendimento de muitos casos de suicídio como uma saída honrosa diante da violação das normativas de masculinidade, centradas em seu posicionamento como provedor da família. Obviamente, este modelo de masculinidade também é causador de sofrimento às mulheres rurais, mas entre essas, os índices de suicídio são menores, embora cometam numerosas tentativas, muitas vezes visando chamar atenção sobre seu sofrimento. Ainda referente às famílias e

comunidades fumicultoras, observando a crise sucessória existente na fumicultura familiar teuto-brasileira do Vale do Rio Pardo, assim como a importância da sucessão para a reprodução social dos fumicultores familiares, não se pode preterir como a sua não ocorrência representa um acontecimento contraditório ao *habitus* do contexto, podendo, também ser um desencadeador de suicídios, como vem sendo observado em cenários rurais internacionais.

Além dos membros das famílias e das comunidades rurais, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro – isto é, das agroindústrias e de outras entidades relacionadas às agroindústrias e aos agricultores atuantes na produção e no processamento do tabaco – também contribuem com a produção de narrativas interpretativas sobre a ocorrência de suicídios de fumicultores familiares no Vale do Rio Pardo, auxiliando a construir socialmente estes fenômenos. A criação e a consolidação do complexo agroindustrial fumageiro no Vale do Rio Pardo mescla-se com o itinerário da colonização alemã, pois no decorrer dos anos, os agricultores foram especializando-se na produção de tabaco e isto atraiu as agroindústrias de processamento. Atualmente, a fumicultura é a atividade econômica mais relevante no contexto de estudo e, em virtude disso, as críticas destinadas a ela em razão dos problemas ambientais, econômicos, sanitários e sociais, não são aceitas sem um movimento contrário de acusação de interferência sobre o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo oriundo, sobretudo, do complexo agroindustrial fumageiro.

Em relação aos suicídios, representantes do complexo agroindustrial fumageiro também costumam valer-se deste discurso de defesa da fumicultura como uma maneira de amortecer o impacto e a repercussão das mortes. Assim como os membros das famílias e das comunidades fumicultoras, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro usam de narrativas naturalizantes na assimilação dos suicídios, entendendo-os como casos isolados, inerentes a problemas pessoais, como adoecimentos. Assim, na visão dos membros desta instituição, os suicídios de fumicultores não representam um verdadeiro problema social e não causam preocupação a ponto de necessitar de intervenções preventivas. Considerando a existência de incontáveis críticas à fumicultura, esta narrativa naturalizante é uma maneira de controlar os ânimos e evitar a ascensão de mais uma controvérsia acerca da fumicultura.

Todavia, no Vale do Rio Pardo, devido à instauração do sistema integrado, percebe-se a conformação de um campo fumícola, isto é, de um espaço social

específico onde agricultores e agroindústrias disputam a rentabilidade econômica obtida com o produto agropecuário. Neste campo, detendo os capitais comercial e industrial, as agroindústrias cerceiam a autonomia dos agricultores, por meio de uma série intrincada de mecanismos de dominação estabelecidos em cláusulas contratuais. Mesmo assim, muito em virtude da tradição da atividade no Vale do Rio Pardo e dos discursos das agroindústrias, os agricultores continuam no sistema integrado, acreditando que não conseguem obter rentabilidade econômica semelhante fora da fumicultura. Nesse sentido, os fumicultores acabam internalizando os discursos dos representantes das fumageiras.

Contudo, as cláusulas contratuais do sistema integrado desencadeiam uma subordinação dos agricultores às agroindústrias, precarizando as relações sociais do trabalho e reduzindo a autonomia destes trabalhadores, inclusive, endividando-os. Nesse sentido, a organização da fumicultura no Vale do Rio Pardo por meio do sistema integrado é propulsora de sofrimentos sociais, convenientes à ocorrência de suicídio.

Frente a isto, nesta relação dialética estabelecida entre a interioridade (*habitus*) e a exterioridade (campo) se dá a construção social do suicídio. No Vale do Rio Pardo ocorre o encontro de coações estruturais oriundas do campo e de coações simbólicas oriundas do *habitus*. Ao subordinar os fumicultores às fumageiras, as coações estruturais do sistema integrado atentam contra as características do *habitus* e do *ethos* dos fumicultores teuto-brasileiros, acirrando coações simbólicas. Este atrito é causador de sofrimentos e estes são convenientes à ocorrência de suicídios. E talvez o sofrimento mais visível decorrente deste atrito consista no endividamento, que é comum no âmbito do sistema integrado das agroindústrias e que é avesso aos valores morais da identidade étnica dos agricultores. O *ethos* dos fumicultores familiares teuto-brasileiros reforça a relevância da autonomia e da estabilidade econômica, principalmente a importância de pagar as dívidas, o que, quando não é possível, pode conduzir certos fumicultores familiares ao suicídio.

Embora no decorrer do estudo certos sofrimentos tenham sido destacados como nexos causais nas narrativas dos entrevistados – como é o caso do endividamento –, certamente não são os únicos, nem mesmo atuaram isoladamente. Nas inúmeras mortes relatadas, percebi a presença constante de um processo de acúmulo de sofrimentos, vinculados não só com a vida pessoal, mas com a vida profissional dos fumicultores, conformando, assim, um cenário de multicausalidade.

Mas além dos fumicultores e das fumageiras, outras instituições vêm produzindo práticas e representações sobre os suicídios nas áreas rurais do Vale do Rio Pardo, principalmente por causa da proclamação da CQCT. Entre estas merecem atenção instituições vinculadas ao Estado, sobretudo os serviços de extensão rural e saúde.

Recentemente, os serviços de extensão rural foram pontuados como imprescindíveis nos processos de transição dos fumicultores rumo a outras atividades econômicas no contexto da CQCT. Dessa maneira, a atuação dos extensionistas rurais acabou contribuindo com o estigma acerca da fumicultura no sentido de não reconhecê-la e nem valorizá-la como agricultura familiar pela mesma produzir um produto agropecuário prejudicial à saúde. Este cenário desencadeou desvalorização da atividade, contribuindo com certa crise identitária dos fumicultores familiares e, em decorrência, criando condições convenientes ao suicídio. Não obstante, o afastamento dos extensionistas rurais da fumicultura familiar fez crescer a relevância dos instrutores técnicos vinculados ao complexo agroindustrial fumageiro no território. Além disso, a extensão rural não é tomada enquanto instrumento de enfrentamento do suicídio, repassando essa responsabilidade para o serviço de saúde pública. De certa maneira, ao entender estes fenômenos como matéria de saúde, os agentes de extensão rural acabam agregando-se ao viés biológico, contribuindo para a invisibilização do viés social do fenômeno dos suicídios nas áreas de cultivo de tabaco.

Já referente aos agentes de saúde pública, o que se percebe é que, embora por vezes suas orientações contribuam com um ideário de naturalização dos suicídios, obscurecendo o seu viés social, ainda assim sua atuação é relevante na prevenção do suicídio ao criticar, por exemplo, o uso de agrotóxicos, que faz parte das precárias condições de trabalho encontradas na fumicultura familiar, entre outros riscos ocupacionais socialmente construídos no seio desta atividade, prejudiciais à saúde física e mental dos fumicultores, sendo, portanto, causadores de sofrimento. Os agentes sociais encarregados pela saúde pública também têm realizado esforços de mobilizar outras instituições para atuar na prevenção dos suicídios, assim como têm elaborado algumas ponderações sobre as circunstâncias sociais envolvidas nestas mortes, autenticando-as como um problema social.

Além disso, outras instituições sociais existentes no universo de análise criam representações e criam, até mesmo, práticas interferentes nestes fenômenos sociais,

como é o caso das igrejas católica e luterana, da imprensa regional e de uma organização não-governamental especializada na prevenção de suicídios.

No âmbito religioso, durante muito tempo o suicídio foi rotulado como um pecado imperdoável pelo cristianismo, existindo resquícios deste entendimento no Vale do Rio Pardo. Contudo, com o passar do tempo, religiosos reformularam este entendimento, com base em certos ensinamentos e interpretações bíblicas, no sentido de relativizar o pecado e acolher os cristãos. Todavia, a ideia de pecado foi internalizada e, mesmo que representantes de igrejas católicas e luteranas não conduzam sanções morais sobre os suicídios, o cristianismo ainda se mostra como uma maneira de contribuir na sua prevenção.

Considerando as interferências dos meios de comunicação sobre os suicídios, existe um silêncio da imprensa regional sobre as mortes dos fumicultores familiares, sendo estes casos veiculados somente nas imprensas nacional e internacional. Embora este silêncio vincule-se com o receio dos jornalistas locais em incentivar mais casos de suicídio através das notícias – existindo até mesmo orientações vindas da área da saúde neste sentido –, esta realidade também está encadeada com pressões dos representantes do complexo agroindustrial fumageiro sobre a imprensa regional – considerando sua relevância socioeconômica no Vale do Rio Pardo – com o intuito de manter os suicídios dos agricultores na esfera privada, mascarando seus possíveis vínculos com a expropriação dos frutos do trabalho pelas agroindústrias do tabaco, arquitetada no sistema integrado.

Não obstante, no Vale do Rio Pardo existe uma organização não-governamental especializada na prevenção de suicídios, atuando com atendimento telefônico de escuta solidária fundamentado em proposições psicológicas. Embora este serviço seja reconhecido nacional e internacionalmente como um interessante canal de enfrentamento do suicídio, no universo de análise o mesmo encontrou duas limitações: primeiro, o tabu acerca do suicídio acentuado pelo *habitus* de não compartilhar problemas de ordem pessoal e profissional, característico dos colonos alemães; segundo, o isolamento de certas áreas rurais do Vale do Rio Pardo, dadas as dificuldades de infraestrutura, como é o caso da telefonia. As representações e as práticas dos voluntários desta organização não-governamental contribuem para o entendimento do suicídio como resultado de um processo de sofrimento, que pode estar vinculado às questões sanitárias – de saúde emocional e mental –, mas, inclusive, vinculado às questões sociais. Se tivesse um maior alcance nas áreas

rurais, seria um serviço interessante no sentido de auxiliar os fumicultores familiares a transporem o tabu, a identificarem suas fontes de sofrimento e, talvez, reverem sua inserção na fumicultura.

Diante disso tudo, notei, portanto, a existência de uma intensa luta no Vale do Rio Pardo acerca do reconhecimento do suicídio de fumicultores familiares como um problema social. Se de um lado, os agentes de saúde pública, principalmente, articulam-se com o intuito de promover ações de prevenção do suicídio no contexto da fumicultura, com o auxílio pouco padronizado vindo de outras instituições sociais, de outro lado, os representantes do complexo agroindustrial fumageiro, apoiados principalmente pelos membros da imprensa regional, utilizam de conhecimentos oriundos da própria saúde pública para encobrir este problema social.

Considerando a importância socioeconômica das agroindústrias e de suas entidades agregadas no Vale do Rio Pardo, embora exista o reconhecimento do suicídio de fumicultores familiares como um problema de saúde pública, as narrativas naturalizantes construídas pelos representantes desta poderosa instituição vem impedindo a sua autenticação como problema social e, assim, impossibilitando a articulação e a mobilização pública envolvendo as diversas instituições sociais citadas neste estudo em prol da prevenção do suicídio de fumicultores familiares. Portanto, no Vale do Rio Pardo, o problema social do suicídio torna-se palco de disputas de diferentes práticas e representações, socialmente construídas por distintas instituições mais preocupadas em preservar e defender seus próprios interesses e se eximir de responsabilidades, por vezes em detrimento da vida dos fumicultores familiares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexander Moreira de; LOTUFO NETO, Francisco. Religião e comportamento suicida. In: MELEIRO, Alexandrina da Silva; TENG, Chei Tung; WANG, Yuan Pang. **Suicídio: estudos fundamentais**. São Paulo: Segmento Farma, 2004. p. 53-60.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/arquivo/594_Fumo_serv_moderna_livro.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ARAÚJO, Emanuelle Silva; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Suicídio: crime, pecado, estatística, punição. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 04, n. 02, p. 723-734, 2012. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/151>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ARIAS, Eliezer; BLANCO, Iraida. Una aproximación al entendimiento del suicidio en comunidades rurales y remotas de América Latina. **Estudios Sociológicos**, v. 28, n. 82, p. 185-210, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59820675008>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ASSADI, Muzaffar. Agrarian crisis and farmers' suicide in India: dimension, nature and reponse of the State in Karnataka. **The Indian Journal of Labour Economics**, v. 49, n. 04, p. 799-820, 2006. Disponível em: <<http://www.isleijle.org/ijle/issuepdf/2bfa9397-14a1-4cfc-b582-e42956b592dd.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

BANERJEE, Sohini. *et al.* Household survey of pesticide practice, deliberate self-harm, and suicide in the Sundarban region of west Bengal, India. **BioMed Research International**, v. 2013, p. 01-09, 2013. Disponível em: <<http://www.hindawi.com/journals/bmri/2013/949076/>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BARBOSA, Khivia Kiss Silva *et al.* Sintomas depressivos e ideações suicidas em enfermeiros e médicos da assistência hospitalar. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, n. 3, p. 515-522, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/5910/pdf>>. Acesso em: 3 maio 2017.

BARNES, John Morrison. Toxic hazards of certain pesticides to man. **Bulletin of the World Health Organization**, v.08, n.04, p. 419-490, 1953. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2554167/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BARROS NETO, Roldão Lopes de. **O suicídio como acidente de trabalho**. São Paulo: Edicon, 2011.

BECK, Paulo César Lopes. **A produção de tabaco e as doenças que afetam os agricultores pela exposição ocupacional**. 2013. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Cachoeira do Sul, RS, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87496/000909327.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Avila. Confiança, comportamento oportunista e quebra e contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gestão e Produção**, v. 14, n. 02, p. 311-322, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v14n2/08.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

BERTHO, Béatrice. “Le sang ne ment pas!” Conflits de paternité au Burkina Faso. **Journal des anthropologues**, n. 144-145, p. 169-189, 2016.

BIOLCHI, Marilza Aparecida (Org.). A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural**, v. 03, n. 04, dez. 2003. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=85>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BOEIRA, Sérgio Luis; GUIVANT, Júlia Silvia. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 20, n. 01, p. 45-78, jan./abr. 2003. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8734/4913>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BOSSARD, Claire; SANTIN, Gaele; CANU, Irina Guseva. Suicide among farmers in France: occupational factors and recent trends. **Journal of Agromedicine**, v.21, n. 04, p. 310-315, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27409004>>. Acesso em: 06 out. 2018.

BOURDIEU, Pierre. Le suicide. **[Entrevista disponibilizada em 19--?, à Internet]**. Disponível em: <<https://www.dialogus2.org/BOU/lesuicide.html>>. Entrevista concedida ao site Dialogus. Acesso em: 11 fev. 2018.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de aula**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 2001a.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Las estrategias de la reproducción social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011a.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 05, p. 193-216, jan./jul. 2011b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012b.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANGEON, Jean Louis; JEGOUZO, Guenhaël. Les paysans, la santé et la mort. **Économie rurale**, v. 122, n. 01, p. 23-30, 1977. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_1977_num_122_1_2519>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BRASIL. Decreto n. 73.348, de 20 de dezembro de 1973. Declara de utilidade pública as instituições que menciona. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Seção 1, p. 13187. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73348-20-dezembro-1973-421761-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília: MDA, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. **Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**: texto oficial. Rio de Janeiro: INCA, 2011. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//convencao-quadro-para-controle-do-tabaco-texto-oficial.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres

Humanos. 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Decreto n. 9.064 de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mai. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em: 06 out. 2018.

BRYANT, Lia; GARNHAM, Bridget. The fallen hero: masculinity, shame and farmer suicide in Australia. **Gender, Place and Culture**, v. 22, n. 01, p. 67-82, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/267569277_The_fallen_hero_masculinity_shame_and_farmer_suicide_in_Australia>. Acesso em: 04 nov. 2016.

BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX). **Revista Nera**, v. 09, n. 09, p. 49-72, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/09/Brumer.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BTESHE, Mariana *et al.* Suicídio na literatura religiosa: o kardecismo como fonte bibliográfica privilegiada. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Saúde**, v. 04, n. 03, p. 37-50, set. 2010. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/662>> Acesso em: 13 ago. 2018.

CAMPION, Etienne. Pourquoi un agriculteur se suicide tous les deux jours en France? **Le Figaro**, 17 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/vox/societe/2018/08/17/31003-20180817ARTFIG00252-pourquoi-un-agriculteur-se-suicide-t-il-tous-les-deux-jours-en-france.php>>. Acesso: 29 jan. 2019.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.

CANETTO, Silvia Sara. Women and Suicidal Behavior: a cultural analysis. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 78, n. 02, p. 259–266, 2008. Disponível em: <http://amptoons.com/blog/files/women_suicide_canetto_2008.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CARBONARI, Pâmela; SZKLARZ, Eduardo. Sim, o melhor é falar sobre suicídio. **Super Interessante**, São Paulo, n. 375, jun. 2017. Comportamento, p. 34-41.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, v. 11, n. 21, p. 252-280, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/8867/5109>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CARSTEN, Janet. Substance and relationality: blood in contexts. **Annual Review of Anthropology**, v. 40, p. 19-35, 2011.

CARSTEN, Janet. Introduction: blood will out. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, [s./n.], p. 01-23, 2013.

CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 06, n. 02, p. 103-118, jul./dez. 2014.

CARSTEN, Janet. Mysteries of blood. **[Entrevista disponibilizada em 15 de março de 2017]**. Entrevista concedida a Charles Stafford.

CASTRO, Laura Silva Peixoto de; MONTEIRO, Janine Kieling. Fumicultores advertem: a causa de seu sofrimento é a exploração no trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v. 21, n. 01, p. 87-97, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n1/1807-0310-psoc-27-01-00087.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. **Falando abertamente sobre suicídio**. Sem local: CVV, [20__]. Disponível em: <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/falando_abertamente_sobre_suicidio.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. **CVV: Manual do voluntário**. 4 ed. São Paulo: CVV, 2006.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA. **Postos CVV**. Sem local: CVV, 2015.

CHAMPAGNE, Diane. **Contribution des intervenants bénévoles et professionnels à la construction du suicide en tant que problème social**. 1997. 282 f. Tese (Doutorado Ciências Humanas Aplicadas) - Universidade de Montreal, Montreal, 1997. Disponível em: <<http://depositum.uqat.ca/369/1/dianechampagne.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CONNEL, Robert. Masculinities and Globalization. **Men and Masculinities**, v. 01, n. 01, p. 03-23, 1998. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1097184X98001001001>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CONNEL, Robert; MESSERSCHMIDT, James; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CONSOLIM, Marcia. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). **História: questões e debates**, n. 53, p. 39-65, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/24116/16147>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

CORRÊA, Ana Luiza Bacelo. **Utilização de equipamento de proteção individual**: o entendimento do produtor. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3849/1/Dissertacao_Ana_Luiza_Bacelo_Correa.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2019.

CRISPIM, Marcelo. Suicídio: uma perspectiva pastoral reformada. In: PRATA, Vilmar; MILANEZ, Nilton (Orgs.). **Filosofias do suicídio**: quando o corpo tem vez. Vitória da Conquista: Labedisco, 2012. p. 50-60.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fomicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 1849-1881. 1988. 204f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27080/D%20-%20CUNHA,%20JORGE%20LUIZ%20DA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DAL POZ, João. Crônica de uma morte anunciada: do suicídio entre os Sorowaha. **Revista de Antropologia**, v. 43, n. 01, p. 89-144, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v43n1/v43n1a03.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

DAPIEVE, Arthur. **Morreu na contramão**: o suicídio como notícia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DAVIS, Catherine. **A discussion of male suicide using Bourdieu's concept of habitus**. Athabasca University: Athabasca, 2012. Disponível em: <<http://dtp.r.lib.athabascau.ca/action/download.php?filename=mais/700/catherinedavisProject.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

DEFFONTAINES, Nicolas. La souffrance sociale chez les agriculteurs: quelques jalons pour une compréhension du suicide. **Études rurales**, n. 193, p. 13-24, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etudesrurales/9988>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEJOURS, Christophe. Nouvelles formes de servitude e suicide. *Travailler*, n. 13, p. 53-73, 2005. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-travailler-2005-1-page-53.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicide et travail**: que faire? Paris: PUF, 2009.

DEPONTI, Cidonea Machado; SCHNEIDER, Sérgio. A Extensão Rural e a diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano - RS. **Revista Ideas**, v. 07, n. 02, p. 176-213, 2013. Disponível em: <<https://r1.ufrj.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/112/111>>. Acesso em: 06 out. 2018.

DOCKHORN, Carolina Neumann de Barros Falcão; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Programa CVV: Prevenção do suicídio no contexto das *hotlines* e do voluntariado. **Revista Textos e Contextos**, v. 07, n. 02, p. 183-198. jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527163002>>. Acesso em: 10 set. 2018.

DREBES, Laila Mayara. Projeto de juventude rural, campo de possibilidades e migração: um estudo documental do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR). **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 05, p. 4087-4098, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/15036/pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

DREBES, Laila Mayara; SCHERER, Cibele Bolzan; GONÇALVES, Jana Rossato; DÖRR, Andrea Cristina. Acidentes típicos do trabalho rural: um estudo a partir dos registros do Hospital Universitário de Santa Maria, RS, Brasil. **Revista Monografias Ambientais**, v. 13, n. 04, p. 3467-3476, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/14190/pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

DREBES, Laila Mayara; BOHNER, Tanny Oliveira Lima; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Legislação, Política Pública e Suicídio: a influência do Estado sobre vida e morte dos agricultores familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 44, p. 285-321, jul./set. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/6570>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

DROZ, Yvan; FORNEY, Jérémie. **Un métier sans avenir?** La grande transformation de l'agriculture suisse romande. Genève/Paris: IUED/KARTHALLA, 2007.

DROZ, Yvan; MIÉVILLE-OTT, Valérie; JACQUES-JOUVENOT, Dominique; LAFLEUR, Ginette. **Malaise en agriculture:** une approche interdisciplinaire des politiques agricoles France-Québec-Suisse. Paris: Éditions Karthala, 2014.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio:** estudo de sociologia. São Paulo: EDIPRO, 2014.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ERTHAL, Regina de Carvalho. O suicídio Tikúna no Alto Solimões: uma expressão de conflitos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 02, p. 299-311, mar./abr. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n2/4175.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 18, p. 23-26, maio 1991.

Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/40173>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

FALK, João Werner *et al.* **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: Consequência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados?** Relatório Preliminar de Pesquisa. Porto Alegre: Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

FARIA, Neice Müller Xavier *et al.* Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural and agricultural factors. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2611-2621, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006001200011>. Acesso em: 01 out. 2015.

FARIA, Neice Muller Xavier *et al.* Occupational exposure to pesticides, nicotine and minor psychiatric disorders among tobacco farmers in southern Brazil. **Neurotoxicology**, n.45, p.347-354, 2014a. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24875484>>. Acesso em: 14 set. 2016.

FARIA, Neice Muller Xavier; FASSA, Ana Cláudia Gastal; MEUCCI, Rodrigo Dalke. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. **Neurotoxicology**, n. 45, p. 355-362, 2014b. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0161813X14000849>>. Acesso em: 13 set. 2016.

FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia (1850-1888). **Afro-Ásia**, n. 31, p. 197-234, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21075/13667>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

FOTI, Miguel Vicente. A morte por jejuvy entre os Guarani do sudoeste brasileiro. **Revista de Estudos e Pesquisa FUNAI**, v. 01, n. 02, p. 45-72, dez. 2004. Disponível em: <<https://sis.funasa.gov.br/portal/publicacoes/pub1534.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. Entre o amor e os estados de paixão. **[Entrevista disponibilizada em 13 de dezembro de 1981]**. Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/estadosdepaixao.pdf>>. Entrevista concedida a Werner Schroeter. Acesso em: 04 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Geral, 1988.

FOUCAULT, Michel. Un placer tan sencillo. In: FOUCAULT, Michel. **Obras esenciales III**. Barcelona: Paidós, 1999. Disponível em: <<https://vdocuments.site/foucault-michel-un-placer-tan-sencillo.html>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FROEHLICH, José Marcos. A crítica da sociologia rural “tradicional” e a busca de abordagens contemporâneas para o espaço agrário. **Revista Extensão Rural**, v. 02, n. 02, p. 31-48, jan./dez. 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6366>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 01, p. 45-68, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003>. Acesso em: 06 out. 2018.

GIDDENS, Anthony. Suicide, attempted suicide, and the suicidal threat. **Man**, v. 64, p. 115-116, 1964.

GIDDENS, Anthony. The suicide problem in french Sociology. **The British Journal of Sociology**, v. 16, n. 01, p. 03-18, 1965. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/588563>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

GIDDENS, Anthony. A typology of suicide. **European Journal of Sociology**, v. 07, n. 02, p. 276-295, 1966. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/european-journal-of-sociology-archives-europeennes-de-sociologie/article/a-typology-of-suicide/949441C32DF4FEACD73F0712B70B7DFC>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

GOETHEL, Gabriela *et al.* Avaliação de parâmetros bioquímicos e toxicológicos de fumicultores do município de Venâncio Aires/RS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 15, n. 01, p. 105-112, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/view/5586/4071>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

GOMEZ, Carlos Minayo; COSTA, Sonia Maria da Fonseca Thedim. A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 02, p. 21-32, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

GOODY, Jack. **Production and reproduction**: a comparative study of the domestic domain. London: Cambridge University Press, 1976.

GUINTIVANO, Jerry *et al.* Identification and Replication of a Combined Epigenetic and Genetic Biomarker Predicting Suicide and Suicidal Behaviors. **Am J Psychiatry**, v. 171, n. 12, p. 1287-1296, 2014.

GUIVANT, Júlia Silvia. **O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação**: um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC. 1992. 397 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280244>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

HAYES JR., Wayland. Agricultural chemicals and public health. **Public Health Reports**, v. 69, n. 10, p. 893--898, 1954. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2024412/>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

HECK, Rita Maria. **Suicídio, um grito sem eco**: o contexto social de Santo Cristo – RS. Pelotas: Editora da UFPel, 1994.

HEILMAN, Brian; BARKER, Gary; HARRISON, Alexander. **La caja de la masculinidade**: un estudio sobre lo que significa ser hombre joven en Estados Unidos, el Reino Unido y México. Washington/Londres: PROMUNDO/AXE, 2017. Disponível em: <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2017/03/PRO17003_report_ES_007.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006.

IRION, Adriana; TREZZI, Humberto. Polícia Federal investiga suicídios após suposta fraude em financiamentos rurais no Rio Grande do Sul – Brasil. **Zero Hora**, Porto Alegre, 23 out. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/10/pf-investiga-suicidios-apos-suposta-fraude-em-financiamentos-rurais-4627069.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique; LAPLANTE, Jean-Jacques. **Les maux de la terre**: regards croisés sur la santé au travail en agriculture. Paris: L'aube, 2009.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique. **Stress, suicide et compétence professionnelle des producteurs laitiers**. 2013. Palestra realizada no Centre Pierre Naville em 18 set. 2013. Disponível em: <https://sante-indep.sciencesconf.org/data/program/jacques_jouvenot_stress_et_suicide_final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique. **Choix du successeur et transmission patrimoniale**. Paris: L'Harmattan, 2015.

KAY, Kingsley. Health problems of the new organic insecticides. **Canadian Journal of Public Health**, v.41, n.09, p.374--380, 1950. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41980231?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 16 nov. 2015.

KLEIN, Cleci Eulália Favero. Aparência e realidade social no Brasil: o caso de Teutônia. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 10, n. 01, p. 41-77, 1984.

KNIPE, Duleeka *et al.* Suicide in Sri Lanka 1975-2012: age, period and cohort analysis of police and hospital data. **BMC Public Health**, v. 14, n. 839, p. 01-13, 2014. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25118074>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

LA TAILLE, Yves. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 01, p. 13-25, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a03v15n1.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LEAL, Ondina Fachel. Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha. In: TEIXEIRA, Sérgio Alves; ORO, Ari Pedro. **Brasil e França: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1992. p. 141-150.

LEHMKÜHLER, Karsten. Le suicide dans l'histoire de la théologie: d'Augustin à Bonhoeffer. **Études sur la mort**, n. 158, p. 63-78, 2016. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-etudes-sur-la-mort-2016-2-p-63.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

LIMA, Ronaldo Guedes de. Desenvolvimento e relações de trabalho na fumicultura sul-brasileira. **Sociologias**, v. 09, n. 18, p. 190-225, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a10.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

LONDON, Leslie. *et al.* Neurobehavioral and neurodevelopment effects of pesticide exposures. **NeuroToxicology**, n. 33, p. 887--896, 2012. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22269431>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

LORIOU, Marc. La construction sociale du stress: entre objectivation, subjectivité et régulations collectives des difficultés au travail. **Nouvelle revue de psychosociologie**, v. 02, n. 10, p.11-124, 2010. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-nouvelle-revue-de-psychosociologie-2010-2-page-111.htm>>. Acesso em: 23 out. 2018.

LÖWY, Michael. Um Marx insólito. In: MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 13-19.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, v. 02, n. 19, p. 95-112, 2002. Disponível em: <www.territoriosdacidadania.gov.br/o/3467997>. Acesso em: 09 set. 2018.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua *et al.* O problema do trabalho infantil na agricultura familiar: o caso da produção de tabaco em Agudo-RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 04, p. 763-786, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000400010>. Acesso em: 29 jun. 2018.

MARTINS, José de Souza (Org.) **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300004>. Acesso em: 11 dez. 2018.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 03, p. 809-840, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300005/9130>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

MELZ, Rodrigo Luís. **Os interesses manifestados pelos atores sociais no jogo da fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS:** uma análise dos fatos sociais produzidos de 2002 a 2005. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168996/001047792.pdf?sequence=1&allowed=y>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul. In: CRESPO, Álvaro Roberto; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa (Orgs.). **Atenção à saúde mental do trabalhador:** sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p.133-160

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Da violência contra si: a autodestruição por meio do suicídio no meio rural do Rio Grande do Sul/Brasil. **Krypton**, n. 05-06, p. 150-159, 2015. Disponível em: <<http://ojs.romatpress.uniroma3.it/index.php/krypton/article/view/620>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MENDRAS, Henri. **Sociologia Rural.** Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1969.

MENEGHEL, Stela Nazareth *et al.* Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 06, p. 804-810, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102004000600008>. Acesso em: 02 nov. 2016

MENEGHEL, Stela Nazareth; CECCON, Roger Flores; HESLER, Lilian Zielke. O suicídio na rota dos galpões de fumo: um olhar etnográfico. **Revista Interface**, supl. 01, [S.p.], 2012. Disponível em: <<http://conferencias.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso2012/CRU10/paper/view/5513>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MENGEL, Alex Alexandre; AQUINO, Silvia Lima de. A cadeia produtiva do tabaco como campo de disputas. **Mundo Agrário**, v. 18, n. 38, p. 0-21, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942017000200006>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e

mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 04, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Suicídio de homens idosos no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2665-2674, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/16.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Estudo compreensivo sobre suicídio de mulheres idosas de sete cidades brasileiras. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 12, p. 2405-2415, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n12/v29n12a06.pdf>>. Acesso em:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa n. 10 de 13 de abril de 2017. Classificação do tabaco. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 abr. 2007. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1559235653>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agrofit**: sistema de agrotóxicos fitossanitários. 2019. Disponível em: <http://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n. 1876, de 14 de agosto de 2006. Institui Diretrizes Nacionais para Prevenção do Suicídio, a ser implantadas em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 ago. 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1876_14_08_2006.html>. Acesso em: 02 mar. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Setembro Amarelo**: Ministério da Saúde lança Agenda Estratégica de Prevenção do Suicídio. 2017. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/Coletiva-suicidio-21-09.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

MISHARA, Brian; TOUSIGNANT, Michel. **Comprendre le suicide**. Les Presses de l'Université de Montréal: Québec, 2004.

MORIN, Edgar. **L'homme et la mort**. Éditions du Seuil: Paris, 1970.

MOURA, Rosylaine. **Narrativas sobre suicídio, cultura e trabalho em um município colonizado por alemães**. 2016. 206f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1952/1/Rosylaine%20Moura.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MOURANT, Arthur Ernest. L'hématologie: base de l'anthropologie moderne. **Transfusion**, n. 03-04, p. 213-218, 1962.

MUNIER, Valérie. Quelques réflexions autour du tabou et du suicide. **Cahiers de psychologie clinique**, v. 01, n. 22, p. 171-184, 2004. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-cahiers-de-psychologie-clinique-2004-1-page-171.htm>>. Acesso em: 10 set. 2018.

MUTUALITÉ SOCIALE AGRICOLE. **Agri'écoute, un numéro d'écoute en cas de détresse**. 2019. Disponível em: <<https://www.msa.fr/lfy/solidarite/prevention-suicide>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NUNES, Everardo Duarte. O suicídio - reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 14, n. 01, p. 07-34, jan./mar. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1998000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 fev. 2018.

OLIVEIRA, Cleane de; LOTUFO NETO, Francisco. Suicídio entre povos indígenas: um panorama estatístico brasileiro. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 30, n. 01, p. 04-10, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v30n1/20583.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2000. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia**. Genebra: OMS, 2000. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Preventing suicide: a global imperative**. Geneva: WHO Publications, 2014. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/world_report_2014/en/>. Acesso em: 06 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Preventing suicide: a community engagement toolkit**. Genebra: OMS, 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272860/9789241513791-eng.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Suicide Prevention and special programmes: SUPRE**. 2019. Disponível em:

<https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/supresuicideprevent/en/>. Acesso em: 02 mar. 2019.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PENA, Giani Mota Brandão. **Suicídio, sobrevivente e aconselhamento pastoral: reflexões no vale da sombra da morte**. 2012. 85 f. Dissertação (Doutorado Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, RS, 2012. Disponível em: <http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/335/1/pena_gmb_tmp242.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PERES, João; NETO, Moriti. **Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando**. São Paulo: Elefante, 2018.

PEREZ, Andrea Lissett. **Suicidio en la población rural: análisis de la dimensión sociocultural en los municipios de Yarumal y La Unión (Antioquia)**. Colombia: Centro de Estudios de Opinión, 2013. Disponível em: <<http://suicidioprevention.cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/2015/09/El-suicidio-en-la-poblaci%C3%B3n-rural-Colombia.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.

PEREZ, Andrea Lissett. Muertes silenciadas: problemática del suicidio en los campesinos de La Unión (Antioquia). **Revista da Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 32, n. 02, p. 92-102, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v32n2/v32n2a12.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

PEREZ, Andrea Lissett. Suicidio y sufrimiento en campesinos de América del Sur. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA, 4., 2015, Cidade do México, **Anais...**, Cidade do México: ALA, 2015. Disponível em: <<http://www.ala.ia.unam.mx/memorias/simposios/ponenciasok/37/37.%20Suicidio%20y%20sufrimiento%20en%20campesinos%20de%20Am%C3%A9rica%20del%20Sur.%20Andrea%20Lissett%20P%C3%A9rez%20Fonseca.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

PESHIN, Sharda *et al.* Pesticide poisoning trend analysis of 13 years: a retrospective study based on telephone calls as the National Poisons Information Centre, All India Institute of Medical Sciences, New Delhi. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, n. 22, p. 57-61, 2014. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24485423>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

PHILLIPS, David. The Influence of Suggestion on Suicide: Substantive and Theoretical Implications of the Werther Effect. **American Sociological Review**, v. 39, n. 03, p. 340-354, jun. 1974. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/2094294.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: <http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.tese_.everton_picolotto.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

PRIEB, Rita Inês Pauli; RAMOS, Pedro. Aspectos institucionais e referenciais teóricos para a análise da agricultura familiar articulada ao complexo do fumo. **Revista Extensão Rural**, n. 11, p. 59-89, jan./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/9261/5422>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

PROFISSÃO REPÓRTER. **Brasil é campeão mundial no uso de agrotóxicos**. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B7jWZsff_kM>. Acesso em: 09 abr. 2019.

QUINTANAS, Anna. El tabú de la muerte y la biopolítica según M. Foucault. **Revista Internacional de Filosofía**, n. 51, p. 171-182, 2010. Disponível em: <<http://revistas.um.es/daimon/article/view/148581>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

REDIN, Ezequiel. **Família rural e produção de tabaco**: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3822/REDIN%2c%20EZEQUIEL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

REPÓRTER BRASIL. **Cordeiro no pescoço**: avicultores e fumicultores no Sul do Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG_Y>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RIBEIRO, Daiane Kielt; IKUTA, Fernanda Keiko. Degradação e subordinação do trabalho na fumicultura: o caso da comunidade Torres Canavial (Ivaí-Paraná). **Revista Pegada**, v. 16, n. especial, p. 41-53, 2015. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/3528>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei n. 204 de 2015**. Dispõe sobre a classificação do tabaco nas propriedades dos agricultores produtores no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: <<http://proweb.procergs.com.br/Diario/DA20190221-01-100000/EX20190221-01-100000-PL-204-2015.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RIOS, José Arthur. O que é e como surgiu a Sociologia Rural. **Ciência e Trópico**, v. 07, n. 01, p. 85-103, jan./jun. 1979. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/210/113>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide Azevedo. Aderir ou resistir ao cultivo do tabaco? Histórias de trabalhadores rurais de localidade produtora no Sul do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 3981-3990, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n10/1413-8123-csc-19-10-3981.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

RODRIGUES, Alcir Humberto; STADLER, Suzelaine Taize; XAVIER, César Rey. A saúde e seus significados para famílias fumicultoras da região de Irati (PR): contingências e contradições. **Saúde Debate**, v. 40, n. 111, p. 220-299, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n111/0103-1104-sdeb-40-111-0220.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

RODRIGUES, Marta Assumpção. Suicídio e sociedade: em estudo comparativo de Durkheim e Marx. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 12, n. 04, p. 698-713, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n4/v12n4a06.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

ROMERO, María Aurora; GONNET, Juan Pablo. Un diálogo entre Durkheim y Foucault a propósito del suicidio. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 75, n. 04, p. 589-616, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/rms/article/view/42269>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

ROUGERIE, Paméla. Une épidémie de suicides ronge le monde agricole français. **The New York Times**, 23 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/08/23/world/europe/france-suicide-agriculteurs.html>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

ROY, Philippe; RIVIÈRES-PIGEON, Catherine Des. “Je n’ai pas de honte à avoir besoin d’aide”: le rôle des normes masculines dans le processus de crise suicidaire. **Intervention**, n. 135, p. 50-60, 2011. Disponível em: <http://www.revueintervention.org/sites/default/files/intervention_135_5._je_nai_pas_de_honte.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

RUDNICKI, Carlise Porto Schneider. **As relações de confiança no Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul**. 2012. 183 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54520/000856395.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Cidade-de-Deus-Agostinho.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi; SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; MENDES, Ana Magnólia. Tentativas de suicídio de bancários no contexto das reestruturações produtivas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 05, p. 925-938, set./out. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n5/v14n5a10>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SÃO TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHNEIDER, David Murray. **American Kinship: a cultural account**. 2 ed. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1980.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. (Orgs.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. p. 15-63.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Prevenção do suicídio no nível local: orientações para a formação de redes municipais de prevenção e controle do suicídio e para os profissionais que as integram**. Porto Alegre: CORAG, 2011. Disponível em: <<https://www.polbr.med.br/ano11/034704do1ao64.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Dados e estatísticas sobre mortalidade geral**. 2013. Disponível em: <http://www.saude.rs.gov.br/lista/586/2012_-_Mortalidade_geral>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio**. 2018. Disponível em: <<https://cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/201809/05162957-boletim-de-vigilancia-epidemiologica-de-suicidio-n1-2018.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica: notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no Sul do Brasil. **Revista de Antropologia**, n. 29, p. 57-71, 1986. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/11114>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica: um estudo de caso. **Anuário Antropológico**, n. 91, p. 31-63, 1993. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1991/anuario91_giraldaseyferth.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.). **Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade, história**. Canoas: Editora da Ulbra, 1994. p.11-27

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**, v. 06, n. 14, p. 143-176, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

SHIVA, Vandana. The suicide economy of corporate globalization. **ZCommunication**, 19 fev. 2004. Disponível em: <<https://www.countercurrents.org/glo-shiva050404.htm>>. Acesso em: 31 out. 2016.

SILVA, Jandira Maciel *et al.* Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 10, n. 04, p. 891-903, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a13v10n4.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SINDITABACO. **Tabaco no Sul do Brasil**: tradição e renda. Santa Cruz do Sul: Sinditabaco, 2016.

SINDITABACO. **Tabaco no Sul do Brasil**. Santa Cruz do Sul: Sinditabaco, 2017.

SINDITABACO. **Sobre o setor**: sistema integrado. 2019. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/sistema-integrado/>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.) **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.

SPERB, Paula. Agrotóxicos, depressão e dívidas criam ‘bomba-relógio’ de suicídios no Rio Grande do Sul – Brasil. **BBC Brasil**, Porto Alegre, 04 out. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37491144>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SPINK, Mary Jane. A construção social do saber sobre saúde e doença: uma perspectiva psicossocial. **Saúde e Sociedade**, v. 01, n. 02, p.125-139, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v1n2/08.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

STACK, Steven. The Effect of the Decline in Institutionalized Religion on Suicide, 1954-1978. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 22, n. 03, p. 239-252, 1983. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/1385968>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

STACK, Steven. Media coverage as a risk factor in suicide. **Journal of Epidemiology & Community Health**, v. 57, p. 238-240, 2003. Disponível em: <<https://jech.bmj.com/content/jech/57/4/238.full.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

STALLONES, Lorann. Suicide mortality among Kentucky farmers, 1979-1985. **Suicide and Life-Threatening Behavior**, v. 20, n. 02, p. 156-163, 1990. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2385858>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

STOCK, Paul; FORNEY, Jérémie. Farmer autonomy and the farming self. **Journal of rural studies**, n. 36, p. 160-171, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016714000928>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SUN, Jiandong *et al.* Suicide rates in Shandong, China, 1991-2010: rapid decrease in rural rates and steady increase in male-female ratio. **Journal of Affective Disorders**, n. 146, p. 361-368, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165032712006489>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

TARDE, Gabriel. **Les lois de l'imitation**. 2. ed. Paris: Éditions Kimé, 1993.

TEIXEIRA, Carla Costa. **O preço da honra**. Brasília: Unb, 1999. Disponível em: <<http://dan.unb.br/images/doc/Serie253empdf.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três fórmulas para compreender “O suicídio” de Durkheim. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v. 06, n. 11, p. 143-152, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832002000200021>. Acesso em: 21 fev. 2018.

TROIAN, Alessandra; BECKER, Cláudio. Contornos e desafios da diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco entre jovens rurais no território gaúcho. **Redes**, v. 22, n. 02, p. 401-417, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6414/pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

UBA, Daniel. **Agricultores familiares e diversificação em áreas de cultivo de tabaco**: o caso de Monte Castelo/SC. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2012. Disponível em: <<http://www.bvshistoria.coc.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=820>>. Acesso em: 06 out. 2018.

VARGAS, Marco Antonio; SANTOS FILHO, Nery dos; ALIEVI, Rejane Maria. **Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS**: complexo agroindustrial fumageiro. Mangaratiba: IE/UFRJ, 1998. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265813446_ANALISE_DA_DINAMICA_IN_OVATIVA_EM_ARRANJOS_PRODUTIVOS_LOCAIS_NO_RS_COMPLEXO_AGRO-INDUSTRIAL_FUMAGEIRO>. Acesso em: 14 jan. 2019.

VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 01, p. 175-192, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032012000100010>. Acesso em: 29 jan. 2019.

VENDRUSCULO, Rafaela. **Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul: mudanças e reafirmações institucionais**. 2017. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/172447/001049408.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

VENTURELA, Patrícia D'Avila. **Prevenção do suicídio**: um relato da capacitação dos voluntários do Centro de Valorização da Vida (CVV) no município de Porto Alegre. 52 f. Monografia (Especialização em Saúde Comunitária) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37197/000787053.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 set. 2018.

VIEIRA, Fernando; ARAÚJO, Thiago. Karl Marx: sobre o suicídio. **Entropia**, v. 01, n. 01, p. 132-137, 2016. Disponível em:

<<http://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/26/12>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1894 - 1993)**. 1994. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1994. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27825/D%20-%20VOGT%2c%20OLGARIO%20PAULO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e nacionalização em Santa Cruz do Sul, RS. **Revista Ágora**, v. 07, n. 02. p. 4992, 2003. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/moduloEleicoes/documentos/germanismo.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018

WALTERS, Vivienne; DENTON, Margaret. Stress, depression and tiredness among women: the social production and social construction of health. **Canadian Review of Sociology**, v. 34, n. 01, p.53-69, 1997. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1755-618X.1997.tb00199.x>>. Acesso em: 23 out. 2018.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Lisboa: Editorial Presença, 2015.

WEISSKOPF, Marc. *et al.* Pesticide exposure and depression among agricultural workers in France. **American Journal of Epidemiology**, v. 178, n. 07, p. 1051-1058, 2013. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23851580>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

WERLANG, Rosangela. **Pra que mexer nisso?** Suicídio e sofrimento social no meio rural. 2013. 250 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77921/000896265.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Hucitec/Edunb: São Paulo/Brasília, 1995.

WOORTMANN, Ellen. Identidades e memória entre os teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. **Horizontes Antropológicos**, v. 06, n. 14, p. 205-238, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000001400009>. Acesso em 27 jun. 2018.